

Wedencley Alves Santana

**A mediação das (neuro) ciências:
discurso, ideologia, sujeito**

Tese apresentada ao Curso de Lingüística
do Instituto de Estudos da Linguagem da
Universidade Estadual de Campinas como
requisito parcial para a obtenção do título
de Doutor em Lingüística.

Orientação: Eni de Lourdes Pulcinelli Orlandi

**Campinas
Instituto de Estudos da Linguagem
2007**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

AL87m

Alves, Wedencley.

A mediatização das (neuro)ciências : discurso, ideologia, sujeito / Wedencley Alves Santana. -- Campinas, SP : [s.n.], 2007.

Orientador : Eni de Lourdes Pulcinelli Orlandi.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Mídia. 2. Discurso. 3. Neurociência. 4. Sujeito (Psicologia). I. Orlandi, Eni de Lourdes Pulcinelli. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

oe/iel

Nome completo dos membros da banca: Eni de Lourdes Pulcinelli Orlandi (orientadora), Suzy Lagazzi-Rodrigues, Tania Conceição Clemente de Souza, José Horta Nunes, Carlos Alberto Vogt.

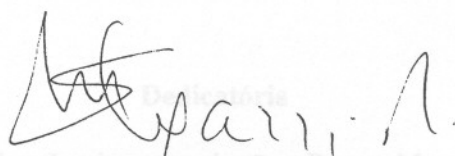
Data de defesa: 12/02/2007

Nome do Programa de Pós-Graduação: Doutorado em Lingüística

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Eni de Lurdes Puccinelli Orlandi



Profa. Dra. Suzy Maria Lagazzi Rodrigues



Profa. Dra. Tânia Conceição Clemente de Souza



Prof. Dr. José Horta Nunes



Prof. Dr. Carlos Alberto Vogt

Campinas, 12 de fevereiro de 2007

878757008

Dedicatória

Aos meus pais, Edvaldo e Leni, e meus irmãos, Rose e Marcley. Razão de viver.

À Débora Giordano. A companheira.

Agradecimentos

À professora, orientadora e autora Eni Orlandi que, trazendo a AD para minha história, despertou em mim o desejo de pular os muros em busca da disciplina.

Aos eternos interlocutores que constituíram em mim belos deslocamentos:
Angélica Freire, Edson Silva de Farias, Jô Cavalcanti, Marina Mendonça e Marlon Rodrigues.

Aos profissionais – professores e funcionários – do Instituto de Estudos da Linguagem que tão bem me acolheram e tiveram incrível paciência com minhas desordens.

À Casa de Osvaldo Cruz, da Fiocruz, onde busquei informações importantes em cursos e diálogos frutíferos com seus professores sobre ciências e temas correlatos.

Ao IMS, da Uerj, que me acolheu como aluno ouvinte, onde tentei compreender o mínimo das discussões sociais sobre neurociências.

Sumário

INTRODUÇÃO	09
PARTE UM: MÍDIA, CIÊNCIA, SUJEITO	15
Capítulo I: Mídia e Discurso	17
Ciências da Comunicação: descrição e interpretação	18
Teorias do jornalismo	33
Jornalismo de ciência: histórias e questões básicas	37
Breve discussão sobre a modernidade e suas consequências no JC	42
Capítulo II: Saber e Sujeito	50
História não evolutiva das ciências	50
Ser cientista	59
O corte epistemológico	64
Foucault e a análise arqueológica	67
Capítulo III: Discurso e Teoria Social	77
Político e Simbólico: domínios	91
Por fim, uma teoria discursiva do inconsciente?	96
PARTE DOIS: DAS NEUROCIÊNCIAS AOS NEURODISCURSOS	104
Capítulo IV: Das neurociências: o discurso objeto	108
Capítulo V: A midiatisação da medicina e das neurociências: a mídia procedural	136
O complexo médico-midiático	145
Capítulo VI: A midiatisação das neurociências: a mídia pública	156
Um exemplo de revista de informação	161
As revistas científicas	176
Neurodiscursos: a leitura e a escola	185
CONSIDERAÇÕES FINAIS	191
BIBLIOGRAFIA	195
PÁGINAS CONSULTADAS	204

Resumo

Esta pesquisa investiga o processo de mediação das neurociências. Por mediação, entende-se tanto a imagem pública deste campo de pesquisa produzida pela mídia, quanto o surgimento de uma mídia procedural, que aos poucos vai sendo incorporada aos processos de produção científica. Tendo como norte teórico a Análise do Discurso, a investigação parte de uma preocupação com a constituição, formulação e circulação dos sentidos produzidos por e neste fenômeno. Esse processo resulta no que denominamos *neurodiscursos*, alimentados pelo imaginário de um todo-saber tornado possível pelas neurociências, imaginário este que funciona como mecanismo ideológico de apagamento das condições de produção daquele campo científico. Os discursos midiáticos conferem às pesquisas neurocientíficas maior legitimação social, na medida em que funcionam tanto como difusor quanto como operador no processo de produção de conhecimento. Os neurodiscursos, todavia, não estão associados somente à mediação, mas também às condições de produção, características da era da alta pesquisa médica, que está articulada ao complexo industrial-financeiro e de serviços, a formações discursivas de fundo positivista, e às demandas sociais contemporâneas pela tradução/transformação dos resultados científicos em dados informacionais, isto é, formulação em textualidades informáticas. Uma questão em particular atravessa toda a pesquisa: a do sujeito, visto que o que está em jogo é a luta epistêmica pela definição do seu estatuto – a subjetividade como resultante de processos orgânicos e mentais contra a subjetividade como produto da história e do simbólico, concepção dominante nas ciências humanas.

Palavras-chave: mídia, discurso, neurociência, sujeito.

Abstract

This research investigates the process of mediatization of neurosciences. Mediatization means not only the public image of this research field produced by media but also the emergence of a procedural media, which little by little becomes part of the processes of scientific production. The Discourse Analysis is its main theoretical principle; the investigation comes from a concern with constitution, formularization and circulation of the meanings produced by and in this phenomenon. This process results in what we call neurodiscourses, fed by the imaginary of a complete knowledge it was made possible by neurosciences, such imaginary works as an ideological mechanism which makes implicit the conditions of production of that scientific field. The discourses of media give a bigger social legitimation to the neuroscientific researches as they function not only like a diffuser but also like an operator in the process of knowledge production. However, the neurodiscourses are not associated only to the mediatization; they are also associated to the conditions of production, characteristics of the age of high medical research, which it is articulated to the industrial-financial and services complex, to the discursive formations with a positive background, to the social and contemporaneous demands by translation/transformation of results into informational data; that is, formularization in informatical textualities. A particular question is present in all study: The subject's question, since the discussion point is the epistemic struggle for definition of its statute – the subjectivity as resultant of organic and mental processes against the subjectivity as product of history and of symbolic, dominant conception in human sciences.

Keywords: media, discourse, neuroscience, subject.

INTRODUÇÃO

Nos anos 90 proliferou na mídia a cobertura sobre as neurociências como um campo de saber emergente capaz de apresentar modelos de explicação mais eficazes sobre o cérebro. A questão, no entanto, é que tanto no próprio discurso das neurociências quanto no da mídia onde teve receptividade, o estudo do cérebro foi alçado ao estatuto de uma compreensão global do homem. Associado ou não às mais recentes investidas da genética, as neurociências poderiam esclarecer temas tão díspares quanto o das conseqüências das taxas de neurotransmissores no humor ou na saúde física de qualquer ser humano, quanto os porquês da compulsão alimentar ou toxicomaníaca, da tendência à criminalidade, do desencadeamento de uma psicose ou mesmo da inevitabilidade da crença religiosa.

A questão que se instaura não vem tanto do fato de que *o discurso sobre a completude* da neurociência seja o mais novo na sucessão de outros discursos que sustentaram tal ambição. As grandes narrativas na filosofia e nas ciências sociais – marxismo, existencialismo etc –, a psicanálise e o estruturalismo foram contemplados com *discursos sobre sua completude*, como visões definitivas sobre a humanidade. Sem parcimônia, viveram seu auge e seu declínio quando estas ciências ou correntes foram deslocadas no Real da História, ou enfrentaram concorrências sérias de outros campos de saber. A questão não é nem mesmo o fato de que, possivelmente, é próprio à ciência o cometimento desses reducionismos: “tudo é social” para a sociologia; assim como “tudo é cultural” para a antropologia; “tudo, no ser humano, é biológico” para a biologia, ou, de forma geral, tudo é passível de cientificidade – independente do que se imagina que seja esse ente, *a ciência*.

A questão vem antes de como esse *discurso sobre* é o efeito de uma articulação com três esferas que lhe conferem uma força poucas vezes testemunhadas na história dos saberes. As neurociências se articulam intimamente com as *formações discursivas positivistas* dentro dos quadros epistemológicos, ao mesmo tempo – e aparentemente de forma contraditória ao purismo próprio do positivismo – com o *complexo médico industrial*

e financeiro e sua lógica capitalista, e, paralelamente, insere-se no contexto da *mediatização da sociedade*¹.

A resultante dessa articulação é o que denominamos *neurodiscurso*², alimentado pelo imaginário de um todo-saber, tornado possível pelas neurociências, imaginário este que funciona como mecanismo ideológico de apagamento das condições de produção daquele campo científico: a mídia confere às pesquisas neurocientíficas maior legitimação social, na medida em que é seu difusor, seu vulgarizador.

Não é muito comum assistirmos ao nascimento de uma formação discursiva (FD). Os *neurodiscursos*, uma FD, constituem sentidos, lugares de interpretação, sujeitos. Mais que a *designação* de uma mania, uma moda, uma agenda ou pauta da mídia, e por isso efêmera, parecem-nos esses *neurodiscursos* – doravante, sem grifos – uma *formação discursiva plena*, pois que resulta em novas formas-sujeito, e materializa formações ideológicas. Esta pesquisa, portanto, é toda atravessada por estas duas questões: a do sujeito, e a da ideologia.

São esses discursos vocalizados pela mídia sobre o poder das neurociências que serão analisados. Para além de um jogo retórico e de imagens, no entanto, é necessário alertar que a constituição dos *neurodiscursos* tem como condições de produção fatores intrínsecos e extrínsecos à mídia. Só é possível falar em *neurodiscursos* porque as respostas neurocientíficas estão associadas a condições de produção próprias à era da alta pesquisa médica articulada ao complexo industrial-financeiro e de serviços, e às demandas sociais

¹ “Mediatização” ou “mediatização”, mais usual, são os termos utilizados para conceituar o processo de transformação de uma realidade prévia em conteúdo midiático. No nosso caso, porém, passa a ser a incorporação de uma realidade simbólica prévia em discurso midiático – palavra que também passa pela duplicidade morfológica: midiático/mediático. Escolhemos a primeira opção “mediatização” – e “mediático” – porque o termo remete ao que nós já adotamos como palavra aportuguesada no Brasil: “mídia”. Como se sabe, esta palavra nasce da pronúncia inglesa do termo latino “media”. Sem purismos, se aceitamos naturalizar o radical “midia” é porque achamos a decisão coerente com a opção adotada no Brasil. O termo “mediatização” não vem do latim, que não conhecia essa palavra, evidentemente, mas de como os anglo-americanos vêm se referindo ao processo: “mediatization”. Ou seja, seria um caminho tortuoso recuperar a raiz latina via novo anglicismo. Ou ignorar a opção que fizemos anteriormente e já tão consolidada entre nós, o que pode ser visto inclusive na própria proliferação do termo derivado “midiático” e não “mediático”.

² Num primeiro momento deste trabalho, o termo apareceu como uma ironia – visto que não há “discursos neurais” – mas que aos poucos nos pareceu útil para delimitar o efeito de sentido de uma série de designações “neuro-x”, que ganham os meios de comunicação, em que x é um campo de saber científico, ético ou estético.

contemporâneas pela tradução/transformação dos resultados científicos em dados informacionais – formulação em textualidades informáticas e comunicacionais.

Deve-se observar, no entanto, que não estamos interessados num estudo crítico sobre as neurociências, dado que não se trata aqui de um trabalho de feitiço epistemológico; nem numa crítica social ao fenômeno médico-industrial-financeiro, visto que não se trata de um trabalho sócio-econômico sobre essa nova realidade. Ao mesmo tempo em que não fazemos aqui simplesmente uma crítica de mídia, enquadrando-nos, se fosse o caso, num trabalho sucedâneo das teorias do jornalismo e da comunicação.

O que nos interessa propriamente são as questões postas pela teoria do discurso: *como estes discursos da/na mídia sobre as neurociências – de novo, não as neurociências - constituem-se como formações discursivas, isto é, lugares de interpretação do que seja o sujeito; como os neurodiscursos estabelecem novas relações de sentido e do poder da ciência na sociedade; como eles nos conduzem a viver sob uma nova memória sobre o que é saber, verdade, conhecimento e ciência, e como produzem, graças à alta receptividade midiática, novos arquivos sobre o estatuto do sujeito; e, por fim, como tudo isso resulta em outras conseqüências políticas, culturais e mesmo epistemológicas.*

Em análise de discurso, podemos trabalhar “sujeito” de pelo menos três formas: a) numa remissão aos sujeitos empíricos, sujeitos individuados juridicamente, resultado da história do mundo ocidental e capitalista; b) numa referência às posições que estes ocupam e os fazem sujeito de um discurso qualquer, pensando aí sujeito e discurso não numa relação de exterioridade, mas como lugar de auto-reconhecimento; c) numa tentativa de compreensão de como “sujeito” se constitui como “referente” de um discurso. Ao primeiro, denominamos simplesmente indivíduo, e não nos cabe perguntar por ele aqui; ao segundo, a forma-sujeito, uma das hipóteses fundamentais da AD, que é o que pode e deve ser dito e feito para que se ocupe uma posição numa formação discursiva dominante; e, ao terceiro, denominamos “objeto do discurso”, visto que para a AD o referente é sempre um objeto constituído.

De certa forma, trabalhar sobre o sujeito nesse *discurso sobre as neurociências* é, prioritariamente, perguntar-se como se constitui este objeto do discurso. Mas também é questionar como se caracteriza a *posição-sujeito* desse discurso. Isto tem conseqüências

empíricas para “o homem das ruas”, assim como produz efeitos no movimento das formações e práticas discursivas dos sujeitos nas ciências, na escola, no direito, e mesmo na religião.

Esta pesquisa nos levou a pensar importantes questões teóricas, visto que questões de ciência, de mídia e de sujeito ressoam no diálogo da análise do discurso com as teorias sociais e com a psicanálise. Basicamente as perguntas que fazemos antes do quarto capítulo são: qual a posição da análise do discurso no diálogo com estas teorias; qual a posição da AD diante das teorias sociais, incluindo aí as teorias sociais da mídia; e como a AD trabalha sobre a hipótese do inconsciente, hipótese apropriada para descolar a AD da relação imaginária com o sujeito empírico – o que leva à sempre problemática tentativa de defini-lo per se –, abrindo, com isso, a possibilidade da assunção de uma teoria não subjetiva do sujeito.

Podemos adiantar que esses diálogos nos levaram a duas percepções: mais do que “um ponto de vista sobre a linguagem”, a análise de discurso parece-nos, diante das ciências sociais, um outro ponto de vista sobre a sociedade e a história – visto que implica numa definição própria de ideologia – e um outro ponto de vista sobre o sujeito, já que parte da hipótese psicanalítica para construir uma produtiva teoria discursiva do inconsciente.

A hipótese discursiva do inconsciente, resultado da práxis teórica sobre os fundamentos históricos da análise de discurso em seu início europeu, oferece os deslocamentos necessários para quem, como teórico do discurso, não quer saber dos afetos, das pulsões nem da clínica. Mas se pergunta insistentemente como os discursos se constituem constituindo sujeitos; e como um sujeito empírico ao ocupar posições discursivas é atravessado por outras formações discursivas sem que dê conta disso.

Mas a questão do sujeito tão presente nesta tese tem repercussões mais societárias. É que não somente as neurociências obterão um impacto ainda não dimensionado sobre as subjetividades e sociabilidades contemporâneas, mas também os discursos da mídia agirão sobre as próprias neurociências como redimensionadores de seu funcionamento discursivo interno, com implicações sobre o funcionamento discursivo que afeta a posição do cientista. Embora os discursos midiáticos não tenham em si um estatuto epistemológico, eles poderão

agir retroativamente sobre como o neurocientista concebe sua própria área, na medida em que lhe apresentam um novo ‘ideal de eu científico’, que lhe escapa ao controle. Os neurodiscursos são o espelho que mostra ao cientista o seu próprio rosto de forma espetacular e tendem, por isso, a redimensionar as formas de identificação – ao menos imaginária – com seu campo.

O caminho traçado aqui não busca compreender “como se dá a cobertura da mídia sobre a produção ou a descoberta científica”, primado de quase toda pesquisa que tenha o jornalismo de ciência como tema principal ou periférico. *Não estamos preocupados se as revistas, por nós estudadas, realizam de forma objetiva e fiel a cobertura das novidades neurocientíficas, como realizações de importância para o avanço da Humanidade em relação ao saber.* Tentamos escapar a todo custo de um ufanismo científico. Ao contrário, mas ao mesmo tempo sem qualquer atitude iconoclasta, a preocupação dessa pesquisa foi *compreender como se constituem os gestos de interpretação dos neurodiscursos – o produto não redutível, como dissemos, da articulação das neurociências com o complexo médico-industrial-financeiro, e com os discursos midiático-informacionais*

Para dar conta dessa hipótese de trabalho, dividiremos o texto em duas partes. A primeira é subdividida em três capítulos. No primeiro, discutimos as celeumas das teorias da mídia e do jornalismo. No segundo, tentamos compreender as filiações da análise de discurso numa história das ciências, justamente para que possamos, a seguir, no terceiro, perguntar-nos sobre qual o lugar da AD diante das teorias sociais e da psicanálise. Na segunda parte, vem a análise propriamente dita, com a apresentação do discurso-objeto dos neurodiscursos – as neurociências –, as condições de produção em que estes se constituem e suas repercussões para o surgimento de uma *mediatização procedural*, com a exposição de anúncios, extraídos da *web*, de fabricantes e fornecedores de produtos médico-midiáticos. Finalmente, analisamos a sua face pública, a partir do *corpus* composto por capas da revista *Veja* – escolhida por ser o periódico de maior alcance no segmento de revistas de interesse geral – e duas revistas científicas: a *Scientific American Brasil*, possivelmente a revista de mercado mais qualificada na área de divulgação científica hoje, e a *Viver Cérebro e Mente*, mais específica das questões de que tratamos.

Metodologicamente, não tivemos a necessidade de utilizar farto material de análise, visto que a formação discursiva a que chamamos de *neurodiscursos* é identificável verticalmente: ou seja, não demora a aparecer e repete suas estratégias de construção do objeto e modos de tratá-lo, assim como suas relações interdiscursivas com sentidos outros da ciência, da mídia e dos meios de produção material/econômica da sociedade. Daí que elegemos aprofundar a sua compreensão, e não quantificar a sua extensão.

É necessário alertar que tratamos os anúncios e as revistas como arquivos dos neurodiscursos, o que nos afastará da modalidade de análise de suportes ou gêneros. Embora tenhamos iniciado com a preocupação mais estrita de dimensionar questões do jornalismo de ciências, vimos que os discursos midiáticos sobre as neurociências transcendiam em muito as páginas de revistas e jornais ou programas de televisão. Na verdade, a hipótese dos neurodiscursos surge na própria medida em que a questão parece estar vinculada de uma forma mais global à mídia, como também à própria midiatização da sociedade e dos setores especializados, como a medicina.

PARTE UM

MÍDIA, CIÊNCIA, SUJEITO

Ao tratar de um tema que envolve os meios de comunicação, não se pode deixar de dimensionar a forma como estes assumiram, nas sociedades modernas, a posição de agentes importantes de transformação cultural. A já chamada *cultura de massa*, tomando “cultura” como um conceito antropológico (Eco, 1987) é antes de tudo marca de uma sociedade em que os discursos estéticos e de valores estão atravessados pela atuação dos meios de comunicação. O que os retira da condição única de “veículos de comunicação” ou “veiculadores de mensagem”.

Mais do que “comunicar”, no sentido básico de “tornar comum”, os meios – ou a mídia – são poderosos intérpretes sociais, na medida em que podem definir quais são os atores supostamente mais legítimos para interpretar fatos e fenômenos da sociedade e da história; possuem a capacidade de gerar novas referências culturais e re-significar valores antigos; estabelecem-se como o lugar de produção de bens culturais de consumo e incremento, agilização e aperfeiçoamento das redes e fluxos de mercadorias; e constituem novas identidades sociais ou potencializam e/ou apagam outras existentes, por serem mecanismos catalisadores de identificação/constituição do sujeito.

Isso explica porque nesta PARTE UM é a discussão sobre a mídia que abre caminho para as outras discussões constitutivas desta pesquisa: a ciência e o sujeito, este último no diálogo da análise de discurso tanto com as teorias sociais, quanto com a psicanálise. Isso explica também um pouco do percurso do nosso próprio pensamento: o surgimento da mídia de massa se dá de forma concomitante com a consolidação da modernidade, e, possivelmente, precedendo e motivando aquilo a que se acostumou chamar, nas últimas décadas, de pós-modernidade – seja compreendida como superação, entre a esperança e a

desesperança, seja vista como continuidade e aprofundamento da própria modernidade, objeto de comemoração ou de lamento³.

Portanto, os meios de comunicação são parte integrante das transformações sócio-culturais que trazem em seu bojo novas modalidades de saber – incluindo o fim das grandes narrativas e certezas científicas (Lyotard, 1998) – e nova dinâmica no jogo das identificações subjetivas. A fluidez da modernidade do pós-guerra (Bauman, 2001), e suas conseqüências para a ciência e para o sujeito, tem muito a ver com a fluidez conferida pelos meios de comunicação à sociedade da qual é causa e efeito.

³ Jameson traz, na introdução de *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio* (1997), uma boa discussão destes pontos de vista entre outros, para a seguir propor uma análise própria dentro de uma saída neomarxista e, evidentemente, bastante crítica.

Capítulo I

Mídia e Discurso

Os meios de comunicação mereceram, desde o início do século, a afluência de uma massa considerável de pesquisas teóricas, algumas das quais vemos aqui rapidamente, para depois tentarmos confrontá-las com a superação conceitual que a teoria discursiva permite engendrar.

Os estudos sobre os meios de comunicação ou comunicação de massa já foram divididos em dois grupos: o primeiro abrangeria as teorias descritivas, ou administrativas (Wolf, 2001); o segundo, as teorias críticas. Entre as administrativas, estariam incluídas o funcionalismo e a teoria dos sistemas⁴, as teorias matemáticas da informação e comunicação⁵, e as *teorias dos efeitos*, tanto em sua face mais radical ou simplista, quanto em suas versões mais matizadas – efeitos indiretos, seletivos etc⁶. Também poderíamos incluir aqui as teorias de fundo cognitivista e as formalistas, com a contribuição de lingüistas e semiólogos.

No segundo grupo, o das chamadas teorias críticas, temos as clássicas escolas alemã e francesa, esta organizada em torno do pensamento de Edgar Morin. Interessa-nos discutir neste trabalho, no entanto, a primeira destas escolas críticas – a alemã, de Frankfurt.

Mais recentemente, isto é, dos anos 70 até hoje, as preocupações com os meios de comunicação receberam a contribuição de pesquisas que têm como marca a capacidade de relativizações e cruzamentos disciplinares que a fase anterior não permitia. Assim é que, se

⁴ Concebendo o complexo de meios de comunicação como um sistema, o interesse do pesquisador voltava-se para compreender como se dava o seu funcionamento. Entre as preocupações, estavam ainda como esse sistema garantia a sua estabilidade, graças a um regime de compensações, ou ainda, como buscava a constante expansão para sobreviver. Ver *Teorias da Comunicação de Massa*, de DeFleur e Ball-Rokeach (1993).

⁵ Tratando essas divisões teóricas dentro da noção kuhniana de “paradigmas”, Polistchuk e Trinta falam de um “paradigma matemático-informacional”. Sobre a teoria dos paradigmas da ciência, ver o próprio Kuhn: *A estrutura das revoluções científicas*, 2000.

⁶ Estas teorias recebem diversas denominações. De um lado estariam as teorias de efeitos diretos – sobre o público –, apelidadas, pelos críticos, de teorias da “bala mágica”, “agulha hipodérmica”, ou “correia de transmissão”, pelo simplismo inerente a elas; do outro, estariam as teorias dos efeitos indiretos, seletivos ou limitados. Ver DeFleur e Ball-Rokeach (op. cit)

a hipótese da *agenda setting*⁷ pertence, num primeiro momento, a um pensamento sociológico *stricto sensu*, a teoria das mediações e os Estudos Culturais, hoje postos avançados de pesquisas sobre a relação entre sociedade e indústria cultural, nascem e se sustentam sobre contribuições necessariamente interdisciplinares. Além dos Estudos Culturais, e muitas vezes associado a esses, temos um mosaico de análises discursivas que vêm superar as teses puramente formalistas, de caráter estrutural.

Esta revisão bibliográfica não terá a pretensão de esgotar aquele campo teórico, nem sequer fazer um levantamento de todos os matizes que derivam das linhas gerais de abordagem; mas objetiva posicionar a análise de discurso diante dessas teorias, mostrando sua compreensão própria, embora não imune ou avessa aos outros modelos de compreensão.

Ciências da Comunicação: descrição e interpretação

De início, cabe esclarecer que a querela entre ciências descritivas e ciências interpretativas e/ou críticas fundamenta-se sobre uma conceituação discursivamente insustentável. Esta diferença é a mesma que pressupõe que haja ciências neutras – geralmente as ciências da natureza – e ciências com afetação ideológica – geralmente as ciências sociais e humanas – impondo-se a estas últimas um estatuto menor de cientificidade. Assim como a lingüística estrutural foi o apelo descritivista e positivo nas áreas da linguagem, as teorias descritivas da comunicação atendiam à expectativa de proporcionar conceitos absolutamente isentos sobre o fenômeno da comunicação que surpreendia o século XX. Para estas, a descrição ainda não é uma interpretação e, se for positiva, jamais será “ideológica”.

Ora, pertencem ao mesmo movimento de logicização da linguagem, as teorias que procuravam entender o problema dos ruídos ou da entropia nos processos comunicacionais. Por *movimento de logicização*, entende-se desde as tentativas de formalização em Frege, que deságuam na lógica moderna, até as preocupações com a busca de um isomorfismo lógico entre pensamento/sintaxe/mundo, presente tanto no neopositivismo do Círculo de Viena, cuja figura central é Carnap (Gadet e Pêcheux, 2004), quanto na Semântica Geral,

⁷ Do que trataremos ao final deste capítulo, quando o jornalismo especificamente for a questão.

de Ogden e Richards (Bogomolov, 1979). O projeto carnapiano consiste em axiomatizar a linguagem natural para alçá-la à condição de “linguagem de formulação”, e parte de premissas um tanto quanto simplórias:

A posição neopositivista clássica do Círculo de Viena consistia em supor que, já que a língua fala dela mesma e do mundo (Carnap), deve ser possível constituir uma ciência geral da inferência, que integre as leis do mundo numa física (idealmente estendida a todos os objetos desse mundo exterior), e as “leis da linguagem” numa lógica (Gadet e Pêcheux, op.cit, 123).

Nesse contexto intelectual, e motivados pelo impacto que já tinham a imprensa e o rádio na sociedade⁸, além da importância de instrumentos de comunicação para a estratégia militar, teóricos e tecnólogos americanos se debruçaram sobre o fenômeno da mídia, com o fim de entender melhor seus efeitos, por preocupações pedagógicas, e sua aplicabilidade, seja por motivos militares, seja por demandas industriais – razões absolutamente distantes de qualquer “imunidade” ideológica.

Num dos esquemas mais conhecidos dentro das pesquisas sobre os meios, o de Weaver e Shannon, a preocupação vinha com a fórmula universal de toda a comunicação humana, mas que logo seria extensível à compreensão da comunicação entre máquinas e animais.

Claude Shannon e Warren Weaver eram engenheiros que trabalhavam para a Bell Telephone, nos Estados Unidos. No ano de 1949, apresentaram, em forma de livro, seu modelo teórico. Essa *teoria da informação* se caracteriza por uma extrema simplicidade, assim como por sua fácil compreensão.

Uma *fonte emissora de informação* (emissor humano) seleciona, em um conjunto de *mensagens* possíveis, dada mensagem; um *emissor* (mecânico) a *codifica* (converte em sinais), de acordo com as regras e combinação de um *código* determinado; assim convertidos, esses *sinais* são transmitidos por meio de um *canal* específico a um *receptor* (mecânico). Este capta os *sinais*, os *decodifica*, recuperando a *mensagem* original e permitindo sua assimilação por parte de um *destinatário* (humano) (Polistchuk e Trinta, 2003, 101-102).

⁸ No final da década de 1890, os jornais da *penny press*, populares e marcados por um certo tom apelativo, alcançavam vendas que poucos jornais brasileiros alcançam hoje, mesmo depois de um século: *The World*, do lendário Pulitzer, chegava à marca de 600 mil exemplares, somando as edições matinais e vespertinas, seguido do *The Journal*, de Hearst, com 430 mil de tiragem (Ver Schudson, 1978).

Mais tarde, a cibernética de Norbert Wiener (1954) já se preocupava em reafirmar as semelhanças entre a comunicação entre máquinas e máquinas, homens e homens, ou homens e máquinas. Mas se, em Wiener, a preocupação passava pelo reconhecimento de que em todo sistema auto-regulado, havia a incidência de alguma entropia, e assim não era diferente com os processos comunicacionais, em Weaver e Shannon, a preocupação era apenas perceber em que ponto do esquema se dava a possibilidade de ruído.

Mas ter sob controle o processo comunicacional não é em nenhum momento perceber os meandros sócio-culturais em que está envolvida, nem sequer se questionar sobre a teia de poderes em que aquele processo toma forma, ou ainda sob que grupo social repousa a tutela do processo. O interesse nesse momento é antes de tudo com a eficácia; trata-se de um objetivo praxeológico da ciência, ligado às demandas tecnológicas da época, tão comuns mesmo às ciências sociais a partir do século XX (Japiassu, 1996).

Mas qual o lugar da atenção aos efeitos políticos e ideológicos que essas mídias teriam dentro da sociedade? De alguma forma, esta preocupação deveria, para os engenheiros da comunicação, ser o objetivo de outra ciência ou campo teórico de conhecimento. Suspensa a discussão ética e/ou política, a teoria da matemática da comunicação atendia à demanda de gerar conhecimento suficientemente universal para se aplicar a todos os casos.

Particularmente, as preocupações com os efeitos ficaram a cargo de cientistas sociais e psicólogos, embora ainda não deixassem de constituir uma abordagem descritiva da realidade da comunicação; pois o que cabia explicar era o alcance desses efeitos, seu dimensionamento para seu melhor domínio e administração.

As teorias da comunicação, portanto, em seu início se enquadram em parte em uma daquelas duas epistemes que Pêcheux (1997) via como dominantes no século XX: o materialismo histórico e o neopositivismo⁹. Isto é, mesmo a busca pela compreensão dos efeitos midiáticos sobre parcelas – e parcelas cada vez mais estratificadas – da população é antes de tudo uma compreensão estatística, probabilística, positiva. É fácil, portanto, perceber, não somente no paradigma matemático da comunicação e informação, mas

⁹ Manteremos a forma portuguesa “episteme(s)”, que remeterá indiferentemente ao conceito como Michel Foucault – *epistémés* – o formula e à tradução do correspondente grego *επιστήμη*.

também na teoria dos sistemas aplicada à mídia, a aproximação destes modelos com as ciências exatas e naturais. No caso da teoria dos efeitos, o que era para ser um esboço de teoria crítica acabou por servir ao aperfeiçoamento do mercado em atender mais direta e especificamente as demandas do público.

Esta aproximação metodológica e epistemológica com as ciências naturais, onde, aparentemente, não há interferência da voz e olhar do cientista, não livra as teorias de comunicação, no entanto, da sua relação com a história e com a cultura em que são produzidas. O próprio aparecimento dos chamados *Mass Communication Research*¹⁰ nos EUA deve-se às demandas sócio-históricas daquele momento.

É evidente que isso não explica porque ainda assim a física e a antropologia, se ambas interpretativas, parecem-nos tão diferentes quanto ao estatuto das “verdades” que estabelecem. Aqui cabe a noção de *estabilidade lógica*, importante na compreensão de Pêcheux sobre as epistemes contemporâneas.

Pêcheux chama de *universos logicamente estáveis* aqueles discursos que estabelecem uma certa posição de sujeito – a especificidade dos sujeitos falantes desses discursos – sob uma realidade transparentemente descritível.

Nesses espaços discursivos (...) supõe-se que todo sujeito falante sabe do que se fala, porque, todo enunciado produzido nesses espaços reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação; essas propriedades se inscrevem, transparentemente, em uma descrição adequada do universo (tal que este universo é tomado discursivamente nesses espaços) (1997c, 32).

Temos, portanto, em meio à querela das ciências descritivas versus ciências humanas e sociais, uma diferenciação de noções de sujeito: num caso, o sujeito afetado pela história, noutro, o sujeito imune ou dispondo de alguma forma de transcendência histórico-cultural.

Essa discussão presta-se a alguns maniqueísmos entre teóricos das ciências. Ou se opta por um universalismo despótico, ou por um relativismo suicida. Não é necessário se estender muito sobre o primeiro: a posição de que a ciência, quando praticada corretamente,

¹⁰ Como foram chamados esses estudos relatados até agora.

está absolutamente imune, de alguma maneira, e de preferência graças ao método científico, a qualquer interferência da história e da cultura em que é praticada. Entre os defensores do universalismo, ou da existência de valores universais, a argumentação mais comum é a de que, se o sujeito do historiador, por exemplo, é afetado pela história, toda e qualquer observação seria apenas provisória, e a história não poderia estar sujeita ao desejo de universalidade – portanto, não seria ciência – e não poderia, conseqüentemente, afirmar o que afirma para *tudo o caso*. A discussão vale tanto para o tempo quanto para o espaço de vida: se uma concepção é absolutamente relativa à cultura, portanto não teremos universalidade jamais na ciência antropológica, na medida em que ela está presa aos limites da cultura que a fabrica.

Num ataque ao relativismo, Hilary Putnam argumenta:

Evidentemente, os antropólogos derivam freqüentemente a conclusão errada a partir dos seus próprios exemplos (e alguns exemplos são muito menos claros do que o antropólogo pensa). Muito freqüentemente um antropólogo dirá “tudo é relativo”, significando que não existe absolutamente nenhuma evidência acerca do que está certo e errado (...) Os exemplos do antropólogo (quando são bons) mostram que o certo e o errado, por exemplo, são relativos às circunstâncias, não que não existam absolutamente o certo e o errado, mesmo em circunstâncias específicas. O seu argumento contra o imperialismo cultural equivale a isto: as outras culturas não são objetivamente piores que a nossa (...); *por isso elas são precisamente tão boas como a nossa*; por isso é errado destruí-las. Este argumento equivoca-se. (...) Se os valores realmente *fossem* arbitrários, então por que não deveríamos destruir quaisquer culturas que nos apetecesse? (1992, 204-205).

Ainda que não dissolva a complexidade da discussão, podemos afirmar que muitas vezes o relativismo histórico ou cultural e seus oponentes não levam em consideração as redes de memória e a interdiscursividade entre ciência e outras racionalidades. Ao considerar os campos teóricos como estanques no mundo ocidental ou ocidentalizado, apartadas da vinculação com o pensamento das chamadas “culturas primitivas (!)”, fica difícil sustentar qualquer validade que transcenda o local e o presente, o que levaria ao relativismo radical ou suicida. Mas se for perceptível que o outro discursivo da ciência – as

outras racionalidades, que evito denominar mitologias – a afeta é possível perceber que embora não eterna e universal, em caráter absoluto, haverá graus de correspondência entre épocas, graças à memória discursiva, e regiões, devido aos regimes interdiscursivos se afetarem mutuamente, ainda que em culturas distintas¹¹.

Richard Rorty, em resposta ao ceticismo de Lyotard, embora num otimismo liberal excessivo, ilustra de forma interessante esta discussão:

O antropólogo e o nativo concordam, depois de tudo, em um número enorme de trivialidades. Eles, usualmente, compartilham crenças sobre, por exemplo, o caráter desejável de se encontrar veios d'água, o perigo de afagar cobras venenosas, a necessidade de proteção no mau tempo, a tragédia da morte do amor da amada de alguém, o valor da coragem e da resistência, e assim por diante (1997, 285).

A questão aqui é a refutação, por Rorty, da hipótese radical da intraduzibilidade: “Donald Davidson observou (que) seria difícil ver como os dois (nativo e antropólogo) teriam sido capazes de um dia aprender o suficiente da linguagem um do outro para reconhecer um do outro como usuários da linguagem (idem, 285-286)”.

O conceito de *regimes interdiscursivos*, distintos em culturas distantes, mas sempre afetado por um *outro*, possibilitam-nos uma linha de defesa contra *relativismos suicidas*, mas não abstrai o caráter necessariamente histórico do conhecimento. Assim, as ciências “descritivas”, logicamente estáveis, envolvem pressupostos de sujeito, tanto quanto envolvem pressupostos de poder, quando não seja pelo fato de que, no mínimo, a forma-sujeito na ciência moderna está em relação de alteridade com aquela forma-sujeito que marcou o homem religioso do medievo, ou de outras racionalidades – como nas ditas mitologias, por exemplo. E, discursivamente, a alteridade funciona efetivamente¹².

¹¹ Interdiscurso é o conjunto de todos os discursos, possível de ser teorizado, mas não analisado. O interdiscurso apresenta-se, por exemplo, com uma realidade, um pré-construído, que aparece na linguagem na forma dos enunciados restritivos e/ou determinativos. Chamo aqui de “regimes interdiscursivos” aquilo que aparece diferentemente, a cada cultura distinta, uma realidade exterior, inquestionável. Como seria ficção científica a idéia de que povos possam ter vivido isolados por toda a sua história, evidentemente mesmo nos casos mais extremos, de culturas que, por alguma contingência, acabaram por se isolar, sempre há algo que ainda as faça estar inseridas na história e no pensamento da Humanidade.

¹² Para ser mais claro, o discurso excluído funciona – como não dito – naquele que o exclui.

Portanto, falar na disputa entre teorias da natureza e teorias sócio-culturais, atribuindo-se menor estatuto científico à segunda, é marcar posição no jogo das ciências; é dizer qual delas terá o direito de ser ciência e qual delas não o terá. E, se o posicionamento mais enfático vem justamente das ciências naturais, é porque justamente as relações de poder a afetam, o que, ato contínuo, afetam as relações de sentido que determinam *lugares de certeza* que sustentam seus processos operacionais.

Se os teóricos descritivistas da comunicação estão antes de tudo evitando levar em consideração questões relativas às lutas ideológicas que se atualizam na maquinaria midiática, é porque para eles estas questões ficam do lado de fora de discussões científicas, o que é estabelecer o que “deve” e o que “não deve” ser ciência. E atribuir *dever* é antes de tudo uma *posição de poder*, e de forma assumida. Em outras palavras, quando as estratégias de *evitação*¹³ das ciências “descritivas” acabam por gerar o recalque de marcas críticas em seus enunciados, temos um discurso que estabelece um *outro* a ser evitado – o discurso outro daquelas ciências que se assumem como críticas. Esta *evitação* e o efeito de recalque correspondente acabam por afetar a sua metodologia, pelo que ela deixa de fora.

A metodologia, portanto, é produto de uma série de práticas fundamentadas sob conceitos *do que deve ser feito e o que não deve ser feito*, e possivelmente *o que não deve ser feito* é aquilo que serve para distinguir as práticas científicas. A metodologia, como *arquivo de fazeres e dizeres possíveis na ciência, de operações de sentido e práticas discursivas que garantam os atributos de verdade*, é por si uma materialização ideológica.

Quem percebe isso dando início às discussões da Escola de Frankfurt é Horkheimer, num artigo bastante crítico às epistemologias clássicas.

As ciências do homem e da sociedade têm procurado seguir o modelo das bem sucedidas ciências naturais. A diferença entre as escolas da ciência social, que se dedicam mais à pesquisa de fatos, e outras que visam mais os princípios, não tem nada a ver com o conceito de teoria como tal. A laboriosa atividade de colecionar, em todas as especialidades que se ocupam com a vida social, a compilação de quantidades enormes de detalhes sobre problemas, as pesquisas empíricas realizadas através de enquetes cuidadosas ou outros expedientes, que, desde Spencer, constitui

¹³ Este termo é mais aplicado, em psicanálise, para designar um artifício do fóbico para evitar o objeto imaginário de seu temor. A recorrência à palavra tem a ver, como se compreenderá, com os argumentos de Pêcheux mais à frente.

uma boa parte dos trabalhos realizados nas universidades anglo-saxônicas, oferecem certamente uma imagem que aparenta estar mais próxima exteriormente da vida em geral, dentro do modo de produção industrial do que a formulação de princípios abstratos e ponderações sobre conceitos fundamentais, em gabinete, como foi característico de uma parte da sociologia alemã. Mas isto não significa diferença estrutural do pensamento. Nas últimas épocas da sociedade atual as assim chamadas ciências do espírito têm tido apenas um valor de mercado oscilante; elas se vêem na contingência de fazer de qualquer maneira o mesmo que as ciências naturais, mais venturosas, cuja possibilidade de aplicação está fora de dúvidas (1980, 33).

A vinculação entre exigência empírica de quantificação e a sociedade industrial é explicitada num outro artigo intitulado “Conceito de Iluminismo”. Os estudos da comunicação, de caráter quantitativista, logo seriam incorporados à realidade dos institutos de pesquisas, com fim de melhor gerenciamento dos números. Nesse caso, é a mesma paixão pelo número¹⁴ que vai estabelecer, para os alemães da teoria crítica, a base iluminista – ciência e cultura – que está a serviço de uma certa mistificação das massas (Adorno e Horkheimer, 2000). Assim, as “teorias administrativas” (Wolf, op. cit.) acabariam por suprir a própria indústria cultural, isto é, a produção industrial da cultura.

Ora, um dos problemas da teoria tradicional de cunho iluminista e mais tarde positivista é que toma os fatos como dados. Horkheimer, como materialista histórico, afirma que aquilo que é tomado como evidência realista é também fruto de um trabalho da história. As teorias críticas, antes de *reafirmar as evidências*, são aquelas que de alguma forma *tentam compreender, a partir de princípios gerais, o mecanismo que levou à produção da realidade como tal*. Daí que as críticas ideológicas, assumidas pela Escola de Frankfurt, tinham como fundamental preocupação a constituição da realidade por parte dos aparatos da modernidade, entre eles os meios de comunicação, para gerar prognósticos sobre a superação dos obstáculos ao desenvolvimento humano. É essa capacidade de compreender o passado, avaliar o presente, e estimar as possibilidades futuras que autoriza as teorias críticas como práxis científica.

¹⁴ “O número se tornou o cânon do iluminismo. As mesmas equações dominam tanto a justiça burguesa quanto a troca de mercadorias” (Horkheimer, 1980, 6)

Em outras palavras, não haveria motivo para a existência da teoria crítica se não se confiasse, como afirma Marcos Nobre (2004), numa práxis transformadora das relações sociais vigentes:

Vê-se já que a Teoria Crítica tem sempre como uma de suas mais importantes tarefas a produção de um determinado diagnóstico do tempo presente, baseado em tendências estruturais do modelo de organização social vigente bem como em situações históricas concretas, em que se mostram quanto as oportunidades e potencialidades para a emancipação quanto os obstáculos reais e ela. Com isso, tem-se um diagnóstico do tempo presente que permite, então, também produção de prognósticos sobre o rumo do desenvolvimento histórico. Esses prognósticos, por sua vez, apontam não apenas para a natureza dos obstáculos a serem superados e seu provável desenvolvimento no tempo, mas para ações capazes de superá-los (2004, 11).

Mas a reafirmação da falência do Iluminismo como a grande filosofia da emancipação humana pela cultura e pela ciência era incompatível com a fé na práxis transformadora da ação teórica. O Iluminismo ou Esclarecimento como mistificação e não mais como filosofia de emancipação levou os integrantes da Escola de Frankfurt, particularmente Adorno, a uma aporia, materializada no próprio conceito de Indústria Cultural, isto é, a produção industrial, e perniciosa, da *Kultur*, conceito pilar do Esclarecimento.

Se a Indústria Cultural é sistemática e indevassável não há mais cultura possível, pelo menos como fator de emancipação humana. Se não há mais possibilidade para a emancipação não haverá mais razão ou lugar para uma práxis transformadora. Adorno opta por uma *dialética negativa* e uma rejeição em bloco dos produtos dos meios de comunicação e tudo que o circunda. Quase repete com isso uma leitura sistêmica da mídia. Ignora suas peculiaridades e apaga qualquer possibilidade de compreender as saídas possíveis. O pensamento de Adorno inviabiliza o discernimento.

Contradição maior seria apontada por Umberto Eco mais tarde: a Indústria Cultural que estes autores condenam é a mesma que põe os seus livros em circulação. E é graças a esses livros que se pode obter uma visão crítica da Indústria Cultural. O equívoco, para o semioticista, não está no desejo de crítica, mas na forma como ela é construída. Os

apocalípticos – como Eco os chama – olham em plano absoluto, tomam uma posição distante, e com isso generalizam.

Se alguma idéia diretiva existe para estes escritos (o prefácio de *Apocalípticos e Integrados*) é a de que hoje é impossível elaborar, como já fez alguém, uma “Theorie der Massenmedien”: o que equivaleria a conceber uma “teoria de Dia de São Nunca”. Justamente porque não se podem reduzir esses fenômenos a uma fórmula teórica unitária, cumpre torná-los objeto de uma pesquisa que não tema submetê-los a todas as verificações (Eco, 1987. 29).

No fundo, teóricos inspirados nessa crítica radical dos meios, do seu operador, a Indústria Cultural, e do seu efeito histórico, a formação de uma cultura de massa, já atuam *no* discurso midiático, pois se utilizam desta indústria e se dirigem ao leitor que emerge dessas condições de produção. O *sentimento de exterioridade* que faz com que esses autores não se reconheçam em práticas próprias da mídia vem do fato de que, em primeiro lugar, o despertar da crítica se dá no ato do surgimento das *mass media*, o que leva ao esquecimento de que já há algum tempo tínhamos jornais e revistas de grande tiragem; e, em segundo, já se cristalizara uma memória sobre o *livro* como lugar de contato direto com o pensamento, sem intermediações *industriais*. Ora, esta reificação é própria da distância histórica em relação ao surgimento da imprensa, como prática típica de um capitalismo nascente.

A adequação do livro às regras de publicação, ao interesse do público, o cuidado com o título, o zelo pelo material, e mesmo a personalização, hoje tão em voga no mercado, nascem junto com a imprensa, como mostram bem Cavallo e Chartier (1999). Se estes “cuidados” já revelam desde o início lances do que viria a ser a indústria cultural, é preciso acrescentar que é graças à tecnologia dos tipos móveis e à *mercantilização do livro* que teríamos, no concomitante processo de secularização, o texto cada vez mais sem intermediários, e a *alfabetização* e a *capacidade de leitura* como necessidades de época. O *leitor* da era moderna é fruto em grande parte de uma atividade que nasce e se desenvolve como negócio, e a universalização da leitura deve-se muito ao fato de que havia *mercadoria literária* cada vez mais disponível.

Com efeito, por toda a Europa, mais ou menos precocemente segundo os países, livreiros-editores audaciosos inventam um mercado popular do impresso. Ganhar essa clientela “popular” – no duplo sentido da palavra, já que ela é numerosa e compreende os leitores mais humildes (artesãos, lojistas, pequenos comerciantes, elites das aldeias) – pressupõe várias condições: uma fórmula editorial que baixe os custos de fabricação e, portanto, o preço de venda; a distribuição dos impressos pelos vendedores ambulantes, na cidade e no campo; a escolha de textos e gêneros capazes de reter o maior número possível de leitores e, entre eles, os mais desprovidos. O resultado dessas estratégias editoriais consistiu em difundir junto aos leitões “populares” ou textos que eles haviam conhecido anteriormente, em outra forma impressa, com uma circulação restrita às pessoas importantes e aos letrados, ou textos que conheceram, em um mesmo período, várias formas de edição, dirigidas a públicos diferenciados (Cavallo e Chartier, 2004, 120).

Apesar do apontamento dessas contradições, é a condenação do processamento industrial de bens culturais o ato inaugural de uma teoria crítica da mídia. E é a partir de desdobramentos mais ou menos tolerantes desse pensamento que se dá continuidade a uma tradição de pensamento bastante consolidada na academia. O quadro geral dos estudos de mídia segue então bipartido por muito tempo: de um lado, as teorias “descritivas”, do outro, as teses crítico-ideológicas.

Mas qual o lugar da Análise de Discurso numa proposição crítica da mídia, visto que epistemologicamente é incompatível com a pretensão descritivista? De alguma forma o seu lugar é semelhante ao da *teoria crítica*, *tout court*, mas partindo da linguagem e do sentido como problemas. Ou, por outro ângulo, a AD trabalha o lugar da mídia nesse processo de produção e constituição político-simbólicas, diferentemente das teorias sociais, nas suas múltiplas linhas, que buscam os processos de manutenção e transformação social.

A AD se mira nos processos de reprodução/transformação dos discursos, enquanto materialidade ideológica. Ajuda a compreender também como se dá o acontecimento da textualidade – quando, de acordo com Orlandi (2001b, 65) a função autor “constrói uma relação organizada produzindo um efeito imaginário de unidade (com começo, meio progressão, não contradição e fim)” – sobre uma base lingüística ou simbólica qualquer. Quando diante do objeto mídia, a AD poderá, portanto, nos trazer o modo do funcionamento discursivo dele, como ela, a mídia, opera sobre outros sentidos sociais,

como se dão seus gestos de interpretação e, diante de seu amplo papel de referência social, como estes vão desencadear gesticulações e/ou gestualizações na produção e na leitura.

Aqui é necessário um parêntese. Consideramos leitura no sentido mais amplo de *ler um texto, uma imagem, um movimento corporal, uma frase melódica*, quando estas constituem textualidades¹⁵, atravessamentos discursivos. O termo *gesticulação* aparece como a produção/leitura *parafrástica* diante do outro. Sugerimos a *gestualização*, como a instauração da possibilidade de leitura polissêmica. O resultado é a aproximação entre *gesticulação e produtividade* e *gestualização e criatividade*, pares cujos primeiros termos foram diretamente conceituados por Orlandi¹⁶. Por sua vez, *gesticulação* e *gestualização* nada mais seriam que as formas como se dão, diante desses movimentos, os gestos de interpretação do sujeito (Orlandi, 2001 a). Ou em síntese, a gestualização é o gesto de interpretação que, rompendo com o mesmo, resulta em criatividade. A gesticulação, no entanto, lugar da reafirmação do mesmo, é condição de estabilidade na produção discursiva.

Portanto, a produção/leitura dos objetos midiáticos, seu modo de funcionamento, a relação entre memória e arquivo, e o posicionamento do sujeito nos acontecimentos discursivos que se dão na mídia, assim como nas filiações que atravessam os meios, podem ser alguns dos principais pontos de contribuição da AD ao lado de outras disciplinas. Evidentemente, uma produção discursiva qualquer na mídia – notícia, weblog, fórum de debates em portais, romance-rio, quadrinhos, anúncios, programa de auditório, comédia, *talk show*, seqüência musical no rádio – apresentam *projetos de interlocução* tão díspares que podem desafiar qualquer estrutura conceitual unificada, justamente aquela que pretende dar conta destes fenômenos no todo.

Há teorias discursivas que optam por quadros conceituais que apontam para fenômenos mais estáveis, como aquelas que tomam os gêneros – estabilidade na

¹⁵ Que também podemos definir como *um continuum coerente de sentidos, coerência* esta imaginária, evidentemente, pois que tem a ver com *univocidade e elisão de outras posições enunciativas que persistem tacitamente no próprio texto*. Curiosamente, este processo só se completa na leitura, embora a primeira seja justamente do autor que escreve.

¹⁶ “Regida pelo processo parafrástico, a produtividade mantém o homem num retorno constante ao mesmo espaço dizível ... Já a criatividade implica na ruptura do processo de produção da linguagem, pelo deslocamento das regras, fazendo intervir o diferente.” (2005, 37)

organização textual –, os suportes – estabilidade de práticas materiais – ou os contratos de leitura – estabilidade na interlocução – como medida. Embora produtivas, vemos nesses três casos, no entanto, uma naturalização do *dado*. Tentaremos esclarecer nossa crítica, com um exemplo.

Foi comum ao jornalismo durante algum tempo a sua classificação entre os gêneros opinativo, interpretativo e informativo (Beltrão, 1969, 1976, 1980), com variações para o par informativo/opinativo (Marques de Mello, 1994) – o que por si já é um problema para o pesquisador, visto que essas classificações correspondem a uma *visão das redações*. Mais do que uma tipologia das práticas discursivas, parece-nos um discurso sobre o jornalismo operado por aqueles que o praticam. Tanto que estas classificações apelam para a oposição entre informação, desprovida de contaminação ideológica, e opinião, em que se manifestaria a posição ideológica do jornal. Como veremos mais adiante, isto se deve ao atravessamento no discurso jornalístico por um certo discurso da academia.

Um outro problema com a pesquisa de gêneros vem, o que poderia ser uma virtude, da ampla oferta de tipologias que aparecem e desaparecem ao sabor dos ventos. Se o jornalismo pode ser informativo, os produtos desse *gênero*, como a notícia e a reportagem, muitas vezes também são classificados de gêneros – e nem sequer de subgênero¹⁷. Da mesma forma, se essa reportagem aparece em revista, possivelmente vamos encontrar uma tipologia em que haja o *gênero revista*¹⁸. Se numa revista, já alçada à condição de gênero, houver colunas, ou cartas do leitor, então não só a reportagem, mas as cartas de leitor também podem ser um gênero. Mas uma coluna pode ser escrita por um economista, e onde estará o gênero jornalístico? E as cartas de leitores, são? E se o “gênero revista” não conseguir mostrar qualquer semelhança entre veículos como a *Época* e a *Caros Amigos*?¹⁹

¹⁷ Coimbra (1993) trabalha eficientemente sobre “o texto na reportagem impressa” sem lançar mão do conceito.

¹⁸ Alguns autores preferem a simplicidade do termo “estilo”. Ver Boas (1996).

¹⁹ A primeira, auto-classificada como revista semanal de informação, é publicada pela editora Globo, SP. A segunda, revista de artigos de opinião, editada pela Casa Amarela, SP. O termo suporte, encerrando um ritual ou um gênero, também não ameniza os problemas, porque nada impede que se “use” um magazine para trazer textos absolutamente opinativos, em forma de artigos, como algumas revistas científicas. Isto não significa dizer que os sentidos sejam indiferentes à textualização/formulação e à circulação. Ao longo deste trabalho, mostramos muitas vezes que não.

Oscilando entre categoria analítica e ritual de comunicação, a questão do gênero é um desafio metodológico para o pesquisador. Num dos últimos trabalhos de Maingueneau (2002), o autor define as condições para que se conceba um gênero: uma finalidade reconhecida, a existência de parceiros legítimos, um lugar e momento apropriado, incluindo periodicidade, duração, continuidade, validade, além de um suporte material e uma organização textual.

Os exemplos de Maingueneau são tão distintos, quanto uma publicidade, uma transação comercial, uma missa, um telejornal, um debate político e um provérbio (idem, 64-70). Estão envolvidos, portanto, desde *rituais de comunicação* – um missa, uma transação comercial, etc. – até sínteses de pensamento, crença ou estigma – no caso dos provérbios – passando por produtos midiáticos – o telejornal, a publicidade, etc. Mas a classificação ficará embaralhada, se o provérbio for na verdade um ato irônico que o nega; se o telejornal vier na forma de *talk news*²⁰; e se a notícia for nada mais do que uma publicidade disfarçada.

Taxonomias geralmente congelam o objeto de análise, além de tomar o objeto empírico como dado: revistas como *Veja*, *Época*, *Istoé* e *Carta Capital* são semanários de informação porque se dizem “de informação”. Suas estratégias textuais e visuais apontam para a confirmação deste projeto de interlocução, mas suas operações discursivas geralmente *denunciam* sua ampla carga *opinativa* ou, em termos mais refinados, *evidenciam posicionamentos*, às vezes mesmo assumidos, ou por vezes negados até o último momento pelos editores.

Não se nega que a questão dos gêneros, como armadura conceitual, tem valor pedagógico substancial para a transmissão de conhecimento na área de linguagem. Possivelmente, é uma das melhores pontes entre a academia e a prática do ensino nesse campo. Mas sofre limitações, quando sua produtividade for apenas descritiva. O que está em jogo, portanto, é a mão forte do *descriptivismo* que visita não somente a teoria da comunicação, como também algumas filiações de análises de discursos. Como Pêcheux afirma:

²⁰ Formato de *conversa* entre os apresentadores de telejornais.

A consequência do que precede é que toda descrição – quer se trate da descrição de objetos ou de acontecimentos ou de um arranjo discursivo-textual não muda nada, a partir do momento em que nos prendemos firmemente ao fato de que “não há metalinguagem” – está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados, é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso” (op.cit, 53).

Pré-determinados, gêneros e suportes precisam estar expostos ao equívoco, ao discurso outro, ao acontecimento que desestabiliza as formas. Portanto, o desafio que a mídia hoje impõe às estruturas conceituais unificadas e à opção por um corpus estável deveria ser enfrentado com a atenção devida às rupturas, às ambigüidades, ao não dito e à dispersão do sentido em materialidades múltiplas, e, quanto aos sujeitos envolvidos, às *gesticulações* e às *gestualizações*.

Quando escolhemos como fontes de pesquisa anúncios de empresas, exemplos de máquinas, uma revista de interesse geral e duas revistas especializadas – assim como poderíamos mobilizar cartazes, atas de congressos, exposição em palestra, manuais de procedimentos médicos e depoimentos de pacientes – é porque reconhecemos que os processos de mediação não respeitariam fronteiras pré-fixadas, justamente por estar em movimento de expansão – por estar em pleno acontecimento.

Como afirma Guilhaumou na crítica aos dois dicionários de Análise de Discurso lançados no início da década (Charaudeau, Maingueneau, 2002 ; Détrie, Siblot, Verine, 2001, apud.), “Não é à toa que as categorias reivindicadas como pivôs pela Análise de Discurso no *Dictionnaire* são freqüentemente as categorias julgadas as mais estáveis e as menos sujeitas aos debates entre lingüistas. Nós estaríamos então confrontados com uma disciplina pacificada” (Guilhaumou, 2005).

Não por coincidência, o artigo de Guilhaumou fala da produtividade do conceito de formação discursiva.

Teorias do jornalismo

Poderíamos perguntar como os meios de comunicação, e dentro disso, o subcampo que se arvora como um constituinte de verdades, o jornalismo, se impõe numa relação interdiscursiva com outros campos sociais. É de certa forma isso que emerge como questão principal para nossos propósitos, quando nos debruçamos sobre a relação entre mídia e ciência, com atenção especial neste momento para o jornalismo. E isso, mais uma vez, passa pela velha discussão sobre a objetividade. Ou, para repetir um trabalho anterior, quais os efeitos da *formação discursiva do jornalismo objetivista* sobre os outros discursos da sociedade²¹.

No Brasil, por exemplo, o começo da formação superior do jornalismo veio embalado sob esta formação, que se inicia nos anos 20 nos EUA, e chega por aqui nos anos 50. Autores de base para a formação de futuros jornalistas, como Amaral (1996) e Nilson Lage (1987) construíram clássicos em que afirmavam, por exemplo, que a “notícia era axiomática” (Lage, idem). A aproximação com a *positividade* se dava como se fosse um processo natural e evolucionário do jornalismo no seu percurso de amadurecimento.

Evidentemente, formação discursiva tão marcante, que veio fundar identidades profissionais, ou discursivamente, a posição-sujeito do jornalista moderno, e demarcou uma nova memória da profissão – o antes e o depois da consolidação – não nasceria sem gerar automaticamente contra-discursos, comentários, investigações para se saber os liames deste novo pensar/fazer. Mais recentemente, o *objetivismo* só é defendido explicitamente pela mídia dos profissionais, visto que a academia já o trata como discurso-objeto (cf. Tuchman, 1993). No entanto, seus efeitos são plenamente identificáveis, como a força de evidência das coberturas jornalísticas. Se o efeito de transparência é uma das condições do funcionamento discursivo, uma certa formação discursiva, a objetivista, potencializou enormemente esse efeito, graças a um aparato tecnológico que deixa poucas dúvidas, no senso comum, sobre sua capacidade de revelação de verdades.

Principalmente porque o objetivismo foi textualizado lingüística e, principalmente, visualmente. Tomado como *paradigma*, alguns autores acreditam em seu declínio (Hackett,

²¹ Boa parte dessa discussão foi, primeiro, empreendida em nossa dissertação de mestrado (2001). Mas hoje estas questões se deslocaram de tal forma que às vezes parecemos estar dialogando com outro autor.

1993), mas é preciso alertar que o objetivismo é mais do que modelo: como formação discursiva é o grande responsável por acreditarmos, diante de uma cobertura jornalística, que estamos onde estão as câmeras, que vemos um mundo sem edição e sem intermediação. Dos primeiros teóricos do jornalismo objetivista, que usavam termos que revelavam certa familiaridade com as teorias matemáticas da comunicação²², até os dias atuais em que a própria discussão ética na categoria ainda é suportada pela exigência de “veracidade e imparcialidade” e não sobre a assunção de posicionamentos, o objetivismo conseguiu estabelecer uma pauta, contra a qual nem seus defensores, nem seus críticos, nem seus céticos conseguem sair com muita facilidade. Como se verá de forma mais detida agora.

A teoria do espelho, que marca o início desse processo na sua versão acadêmica já hoje nos parece dificilmente sustentável. Ela é tributária das abordagens descritivas da comunicação. Imaginar uma autonomia do emissor, uma transparência no processo de comunicação, eliminando ruídos e fenômenos entrópicos, é pensar o jornalismo dentro de uma concepção informacional, havendo, assim, um grau de correspondência bem acentuado entre teorias da comunicação e teorias do jornalismo já neste primeiro momento. Curiosamente, mesmo os seus críticos, acabam caindo na armadilha de uma circularidade que se instaurou nas discussões sobre essa teoria.

Dahlgren (1992) percebeu esta circularidade na crítica americana do jornalismo. Considerando o jornalismo um gênero da cultura popular midiática, o autor contesta o que ele chama de sua auto-evidência – a luta pela verdade acima de tudo; e afirma que esta “evidência” é consensual não somente dentro da própria atividade, mas também na própria academia que, por vezes, o critica. Neste caso, as críticas são direcionadas à adequação ou não entre mensagem e verdade; entre narrativa e realidade. Para o autor, *teorias do pluralismo elitista* estão por trás das concepções mais tradicionais sobre o jornalismo, a partir da II Guerra. Ainda que, por vezes, pese o tom pessimista ou mesmo reformista desses estudos, acredita-se que o jornalismo tenha um papel a cumprir – a da busca objetiva da verdade – e é em relação à aproximação e, na maioria das vezes pesquisada, distanciamento deste objetivo que se elabora a crítica. O que está em jogo em última

²² Ver, por exemplo, Erbolato e seu clássico *Técnicas de codificação em jornalismo* (1991)

instância é um “compromisso tácito” que haveria entre jornalismo e ciência, nesta “busca da verdade objetiva”.

Esse “compromisso” entre jornalismo e ciência encontra críticos duros. Campbell (1991, xviii) argumenta que os limites entre a academia e o jornalismo são vencidos em importantes caminhos. Ambos seriam, para ele, saberes modernos e relatos contemporâneos desenvolvidos como produtos da racionalidade utilitária do séc. XIX e do realismo que rejeita a imaginação, o romantismo e a subjetividade; ambos enfocam o mundo como o “lá fora”; ambos procuram elementos de comprovação para o mundo – na forma de dados, declarações, efeitos mensurados e realidades visíveis; ambos privilegiam a informação, o fato, a mensagem mais do que o ritual, o símbolo e o significado; ambos, aparentemente, “prescindem” da ideologia em seu trabalho e são, em troca, valorizados pela sociedade por seu aparente sucesso em manterem-se distanciados; ambos empregam a onisciência e perspectiva da terceira pessoa em sua escrita a fim de fortalecer seu distanciamento e entronizar sua superioridade (idem, xix).

Campbell mostra, no entanto, que “essas semelhanças são efeitos da construção narrativa e de motivações práticas”. Para ele, este modelo alcançou seu status e domínio, não por ser “científico”, o que está fora dos limites dos imperativos utilitários e anti-intelectuais da rotina jornalística. Antes, repórteres implicitamente chegaram a um consenso de que a estratégia de convenções neutras era um modelo prático e econômico para organizar eventos e edições dentro de tempo e espaço muito limitados (idem, p. 17). Isto ajuda a convencionar a identidade do repórter “que desaparece sob a representação dos fatos”. Isto inclui a separação entre notícia e opinião, o uso de marcas de citação, escolha de palavras neutras, a apresentação de “ambos os lados” de uma questão, e o uso do ponto de vista distanciado da terceira pessoa, entre outros.

Devido a sua praticidade e eficiência, segue Campbell, agora citando Gaye Tuchman, a “facticidade ajuda a estabelecer o jornalismo como uma instituição aparentemente neutra e legítima com o poder para enquadrar ocorrências, e identificar realidade, vender notícia, e produzir um sendo comum de experiências muito disparatadas para a audiência”. É evidente, ainda citando Tuchman, que “a forma de escrita científica

objetificada profissionalmente de escrever artigos é também uma forma de contar histórias, que contém em sua própria inerência lógica os limites do que pode e não pode ser dito”.

A citação de Tuchman auxilia Campbell na conclusão de que tanto jornalistas quanto cientistas, como ademais todos os profissionais, criam limites simbólicos “através das narrativas que cada um de nós escrevemos” – narrativas que freqüentemente mascaram sua própria convencionalidade”. Outros autores enfatizam esta narratividade do jornalismo e retiram dela seus efeitos de adesão. Tuchman (1993b) mostra, por exemplo, que há estratégias narrativas que disfarçam sua falta de proximidade com a “objetividade”. Entre os jornalistas, seria comum falarem de “estórias” e não de acontecimentos, mas os profissionais das notícias resistiriam à percepção da notícia como uma narrativa e/ou construção. Mas esse exemplo é pouco convincente se o adotarmos no Brasil. Americanos falam de *stories* tanto quanto jornalistas brasileiros falam de *matérias*.

Ou seja, a análise de Tuchman, de Campbell e de Dahlgren, assim como de outros autores desta linha crítica (Schudson, 1982; Weaver, 1993; Bird e Dardenne, 1988), parte da narratividade, para mostrar como, respeitando sua *coerência* interna, jornalistas *narram* mais do que *informam*, ou, mesmo quando *informam*, *constroem* mais do que *registram*²³.

Essas críticas, no entanto, pecam pelo textualismo. É interessante que parte desses autores, provenientes das ciências sociais, tenham tomado a linguagem e a narrativa como ponto de partida; mas sem uma reflexão sobre os efeitos discursivos – ideológicos – dessas práticas textuais, parece que algo muito importante fica de fora. É pouco evidente que qualquer jornalista tenha pretensão de se parecer um cientista. Aliás, quando se quer a palavra da ciência, jornalistas não dizem por si mesmos, vão ouvir especialistas. O que coloca cientistas, acadêmicos e técnicos especializados como pertencendo a um *outro discursivo* bastante marcado.

A ciência para o jornalismo é uma instância legitimadora dentro do interdiscurso, mas a diferença não cessa de ser reafirmada. Porque é justamente nessa diferença que o jornalismo entende-se como uma instituição própria – com pretensões de autonomia – e não científica. A ciência é o outro discursivo a que o jornalismo parafraseia, mas nele não se dilui – é sempre o *outro*. E pela diferença desse *outro*, se define.

²³ Para um balanço mais recente das teorias do jornalismo, ver Traquina, 2005.

A questão, no entanto, é que esse *discurso outro* acaba sendo redimensionado pela discursividade própria em que vem se constituindo a mídia. Principalmente porque ela penetra em todas as instituições e vai reestruturando as estruturas do dizer/mostrar da sociedade. Como já percebem os estudos culturais, vivemos em sociedades mediadas, midiaticizadas. E o jornalismo é uma peça fundamental nesse processo – pelo seu *mandato* de discurso da verdade. Até hoje, no entanto, parte-se do pressuposto que, se todos os campos já tiveram seus discursos redimensionados – a política como espetáculo, a religião como sacerdócio eletrônico e a economia de consumo de marcas e imagens – ainda ficam de fora as ciências, devido ao seu rigor e sua inelutável garantia de verdade. A questão, no entanto, é que esta posição atende basicamente a uma visão de autonomia absoluta do fazer científico, apartado das transformações históricas. A nossa hipótese é justamente contrária a isso: diante das neurociências, surgem os neurodiscursos, midiáticos, que, longe de serem somente “versões” das primeiras, são antes o próprio redimensionamento do fazer científico e de seus efeitos sobre a sociedade.

O maior problema dos autores críticos da velha discussão sobre a “objetividade” é que eles chegam até uma das chaves da interpretação, a linguagem, mas param ante o questionamento discursivo, que ajudaria a pensar essa ‘narrativa’ dentro da materialidade histórica e como determinação de novas posições-sujeito. O problema das teorias da comunicação, mesmo contemporâneas, é que não atentam para o funcionamento discursivo das mídias e como ele reestrutura outros funcionamentos, embora por eles também reestruturado. Os discursos estariam “a serviço” de estratégias institucionais outras. Reduz-se o discurso ao dizer. Esquecendo-se que a atividade humana é sempre política e sempre simbólica, sem as quais o viver humano não teria história nem sentido.

Jornalismo de ciência: histórias e questões básicas

Essa discussão – sobre a objetividade como ideal de uma prática e não como efeito discursivo – também retorna quando o assunto é o jornalismo de ciência (doravante JC). Com algumas agravantes. Primeiro, porque a forma jornalística da ciência deveria ser não a “objetiva”, mas a investigativa, a única que permite um acompanhamento de processo e não do fato dado como autônomo. Não é o que acontece. E, mesmo se fosse, o modelo

investigativo atual está voltado quase sempre para a inspeção moral das subversões sociais e institucionais (Ettema e Glasser, 1998), e não para um aprofundamento da compreensão social, ou especificamente, no caso do JC, da compreensão dos processos de produção de conhecimento.

Esse obstáculo se alia a um outro, que parece explicá-lo: a se concordar com Carey (1986), o “por quê” e o “como” compõem, realmente, “o continente obscuro do jornalismo²⁴”. O imediatismo da notícia mostra que jornalistas estão mais preocupados em levantar o *fato*, como unidade num processo, e os *agentes* envolvidos, do que buscar causas, motivações, contextualizações ou efetuar uma compreensão dos processos etc. Basta perceber como jornalistas lidam com seus equívocos em relação ao *fato*, considerados graves, e como lidam com as más avaliações sobre as motivações ou os modos do acontecimento, mais “perdoáveis”.

Mas a crítica de Carey, de sabor ético, enquadra-se dentro de uma sociologia da profissão. A leitura discursiva desse “continente negro” nos revela os motivos de o jornalismo não se ater aos processos, mas apenas aos produtos: a inspeção do “como”, ou seja, do *modo*, revelaria o meio pelo qual o acontecimento é *incorporado* ao dizível jornalístico. Todas as coberturas de acidentes aéreos se parecem muito, porque o *modo* como se conta é mais ou menos o mesmo. Nesse caso, o acontecimento é enquadrado numa memória do dizer, que não está sob questão. A investigação do “por que” é acanhada, porque ali se infiltram a própria historicidade da instituição jornalística e, principalmente, suas posições ideológicas dentro da sociedade. Não cabe ao jornalismo “objetivista” se perguntar pelos seus próprios métodos e sua própria historicidade, quando assim exigir dele o objeto de discurso.

É preciso acrescentar ainda que uma outra dificuldade viria da espetacularização da ciência promovida pela mídia. Mas essa é uma falsa questão, pois há, primeiramente, o risco de se incorrer numa *crítica moral*. E, segundo, há o perigo de se resvalar para um *conservadorismo epistemológico*. Do ponto de vista moral, os efeitos da mídia são condenados porque proporcionariam *vulgarização* e *superficialidade*. Nada mais tolo. Nem todo filme de cinema é *superficial*, mesmo que a linguagem cinematográfica – a

²⁴ A referência é às seis perguntas básicas do lead: quem, o que, onde, quando, por que e como.

materialidade simbólica múltipla, a beleza ou plasticidade dos atores, o valor da tragédia, além da ambientação, como as dimensões da tela, a potência do som dentro de uma sala de projeção etc – seja espetacular. Dizer que tudo que vem da mídia é “vulgar” e “simplista” é retornar à veste apocalíptica já tratada aqui.

O *conservadorismo epistemológico* se manifesta quando se atribui ao espetáculo a força do falseamento, da obstrução da verdade. Mesmo que quiséssemos fazer uma concessão para discutir *esta verdade*, metodologicamente, não seria prudente generalizar, de forma tão apressada, esta implicação. A generalização não poderia ser feita sem um exame caso a caso – e os casos são muitos, são díspares, diversos.

De nossa parte, não negamos a categoria *espetáculo* para designar o modo de ação predominante dos meios, principalmente aqueles de apelo visual. Isto é parte, com algumas exceções, do seu funcionamento discursivo ou, mais precisamente, da sua forma mais comum de textualização. Mas como diz Courtine (2003), sobre a relação entre televisão e política, “é preciso (...) cessar de diabolizar e de beatificar ao mesmo tempo a televisão, e refletir sobre a produção, a circulação e a apropriação das imagens”.

Antes de condenar o espetáculo, é preciso pensar o JC – ou a relação da mídia com a informação científica – sobre o pano de fundo de um projeto de sociedade que torna a ciência e a publicização valores intrínsecos. O “continente negro” se forma não devido ao espetáculo, mas à forma como o jornalismo e, mais precisamente, o JC se articula com o projeto da modernidade, principalmente o da modernidade tardia. Mas associar JC e modernidade é, antes, compreender como aquele se redefine nesta fase de nossa história. A modernidade não inaugura o JC, mas um certo JC.

Faremos antes um certo percurso até o momento que nos parece crucial para a compreensão do JC nesse momento da história.

Como lembra Fabíola de Oliveira (2002),

No apogeu da revolução científica, a Inglaterra de Newton desponta como berço da divulgação e do jornalismo científico, e, a partir de meados do século XVII, começa a intensa circulação de cartas expedidas por cientistas sobre suas idéias e novas descobertas. Essas correspondências já eram redigidas em vários idiomas, pois o

latim deixava de ser a língua dominante da religião e da ciência ocidentais, e as traduções eram feitas com freqüências para permitir a difusão do conhecimento (idem, 18).

Já no século XVII, surgia o próprio jornalismo de ciência, quando o alemão Henry Oldenburg percebeu naquelas correspondências um potencial de imprensa. Por volta de 1665, ainda de acordo com Oliveira, surgia o *Philosophical Transactions*, que durante dois séculos seria o modelo deste novo “gênero literário” (idem, 19). É possível, completa, que a difusão do JC pela Europa seguiu os rastros do avanço deste tipo de conhecimento em cada país que, a cada vez, sustentava o título de nação mais avançada cientificamente: primeiro a Inglaterra, no século XVII de Newton, depois a França do Iluminismo, e por fim a Alemanha no início do século XX, resultado do modelo mais bem sucedido de universidades.

Mesmo durante a modernidade, a aproximação progressiva entre imprensa e ciência chegou a sofrer reveses. Os motivos são bem apresentados por Burkett (1990): no final do século XIX, a ciência começa a mover-se para a profissionalização, pelo menos nos grandes centros. Ao mesmo tempo, cientistas começam a desenvolver uma linguagem mais especializada, própria de campos que adquirem algum grau de autonomia na sociedade.

Na década de 1880, os caminhos da ciência e da sua popularização estavam divergindo. A ciência movia-se em direção à profissionalização extrema, evidente agora. A ciência e a pesquisa científica estavam se tornando ocupações de tempo integral, fora do campo dos comerciantes, dos clérigos e dos que as praticavam por *hobby*... *Um interesse comum por novos conhecimentos ainda existia entre cientistas e não-cientistas, mas este estava se separando.* (1990, 29)

O movimento de rejeição dos amadores teria sido liderado por puristas, provavelmente os que estavam empregados em universidades e no Estado. Burkett comenta que alguns historiadores afirmam que seus motivos podem ter levado ao aumento de sua fatia de prestígio e assistência financeira.

A especialização, entretanto, estava no ar. Os pesquisadores científicos abandonaram as sociedades locais, fundaram seus próprios grupos profissionais e

assumiram o controle de organizações “nacionais”, tais como a American Chemical Society. (idem, ibidem)

Nesta época, do lado da imprensa, havia um problema bem conhecido mesmo hoje. A *yellow press* – no Brasil conhecido como “jornalismo marrom” – também chegava à cobertura de ciência. Lembre-se que, no final do século, as grandes tiragens dos herdeiros da *penny press* – o jornalismo noticioso e popular surgido na década de 1830 – tinham sido obra de empresários como Pulitzer e Hearst, que não tinham muitos escrúpulos ante a oportunidade de vendas, proporcionado pelo tratamento sensacionalista das matérias.

Os excessos cometidos pelos jornais de William Randolph Hearst e Joseph Pulitzer, para citarmos apenas dois, deixaram para trás o nome *Gee Whiz Science*.²⁵ O Dr. Hillier Krieghbaum diz: “o trauma de ter suas atividades mal representadas foi tão intenso que, mesmo décadas depois e apesar do surgimento de jornalistas científicos como profissionais voltados em tempo integral para a ciência, os cientistas mais antigos contavam aos recém-chegados os “horrores” de se ter o seu trabalho veiculado pelos meios de comunicação (idem, ibidem)

Mais tarde, a ciência voltaria às pazes com o jornalismo, com o surgimento de jornais noticiosos mais “sérios”, como o New York Times, que aproveitariam a grande aceitação que o jornalismo de informação teve no mercado – o jornalismo de elite era o opinativo, tempos atrás – e a carência de jornais que não se parecessem com a indústria de escândalos dos dois grandes empresários. A grande bandeira moral de Adolph Ochs, do NYT, era a informação com confiabilidade, o que significaria basicamente “com decência²⁶”. Nos anos 20 do século passado era também o jornal que iria liderar a tese da objetividade. Não por coincidência, essa tese ganha força, pouco tempo depois da Primeira

²⁵ “Gee-Whiz”, gíria que, aplicada à ciência, pode ser traduzida no Brasil como a abordagem que visa o incrível, o fantástico e o extraordinário.

²⁶ Numa história social da imprensa americana, Schudson mostra como a intenção de Ochs era justamente atrair uma classe média ávida por informação, e não mais por opinião, mas que tinha forte rejeição ao jornalismo sensacionalista. Para isso concebera, em oposição ao jornalismo de “narrativas”, quase literárias, um jornalismo de “informação”, aqui simbolizando o “tratamento honesto dos fatos”, o que aconteceria mais tarde. Mas o que é importante ressaltar é o motivo pelo qual a informação entra em discussão no final do século XIX: por uma decisão de mercado (1978). Defendemos em trabalho anterior (op. cit) que o significativo “informação” mudaria de sentido, devido a uma formação discursiva dominante algumas décadas depois: adquiriria o valor de “transmissão quantificada de dados”, e não mais “mensagem qualificada e confiável”.

Guerra Mundial – a primeira guerra vencida pela ciência: com a química dos gases letais, a tecnologia dos aviões, o radiocomunicador e as armas de grande potência.

Burkett lembra que a ciência passaria a ser um assunto ainda mais cotidiano, depois de cada guerra, por motivos políticos, e entre ou após cada uma delas, por motivos econômicos. Quando lembramos que hoje, nos EUA, existe uma grande classe média com acesso aos investimentos na bolsa de valores, e que essa é basicamente liderada por empresas de alta tecnologia, não fica difícil imaginar porque inovações científicas são vistas naquele país como possibilidade de ganhos de mercado. Em outras palavras, a ciência ganharia os jornais e TVs por motivações mais econômicas e políticas do que propriamente pelo seu valor heurístico, para as quais a mídia contribuiu enormemente. É aqui que rearticulamos JC e modernidade.

O que jamais pode ser dissociado das próprias características da modernidade no Ocidente, portanto, não é tanto o valor da ciência e a necessidade de sua divulgação; mas a valoração – política e econômica – da ciência como intrínseca à mediação da sociedade. Nesse momento, cumpre entender um pouco mais a discussão sobre a modernidade.

Breve discussão sobre a modernidade e suas consequências no JC

A modernidade é tema de avaliação contínua pelas teorias sociais. Momento de refundação de novas tradições, basicamente a tradição das rupturas, uma crença forte na ciência e na tecnologia, uma vida urbana, por vezes caótica aos olhos dos pré-modernos, um deslocamento das percepções de distância e tempo, uma expansão das atividades gerenciais a todos os campos de atividade, efeito do industrialismo e, mais tarde, da economia de serviços e, principalmente, o que parece ser a questão central, um reposicionamento incessante de sujeitos empíricos em novas identidades.

O “sujeito” é o objeto do discurso das ciências humanas, que Michel Foucault vira ascender no final do século XVIII e início do XIX, com a especialização do saber filosófico em campos científicos – da gramática geral à filologia, da análise das riquezas à economia política, da história natural à biologia – e forte *medicação da sociedade*. É também o objeto que vai passar por um suposto declínio com o surgimento de teorias que desestabilizariam esta figura conceitual. Para o pensador francês, a lingüística, uma nova antropologia e a

psicanálise, todas à luz do estruturalismo, seriam os operadores deste deslocamento de objeto, que promoveria o desaparecimento do *homem* como conceito, para, aparentemente, fazer surgir um não-sujeito, um lugar na estrutura, o que está na base da questão das identificações.

Num momento de sua obra em que enfatizava mais a descontinuidade da história do saber, Foucault não vê traços de herança entre a filosofia clássica e os novos campos de saber com seu objeto “homem”:

A primeira coisa a constatar é que as ciências humanas não receberam como herança um certo domínio já delineado, dimensionado talvez em seu conjunto, mas não-desbravado, e que elas teriam por tarefa elaborar com conceitos enfim científicos e métodos positivos; o século XVIII não lhes transmitiu, sob o nome de homem ou de natureza humana, um espaço circunscrito exteriormente, mas ainda vazio, que elas tivessem, em seguida, a tarefa de cobrir e analisar. O campo epistemológico que percorrem as ciências humanas não foi prescrito de antemão: nenhuma filosofia, nenhuma opção política ou moral, nenhuma ciência empírica, qualquer que fosse, nenhuma observação do corpo humano, nenhuma análise da sensação, da imaginação ou das paixões, jamais encontrou, nos séculos XVII e XVIII, alguma coisa como o homem, pois o homem não existia” (Foucault, 1990, 361).

Já no século XX, é justamente esse “homem”, elaborado na episteme ocupada pelas ciências humanas, que as novas teorias vão descartar. A psicanálise e a etnologia se dirigem, antes, ao que constitui os limites exteriores: não uma definição do *homem*, mas do inconsciente, ou da cultura.

Não que se trate de reencontrá-lo melhor, mais puro e como que liberado; mas, sim, porque elas remontam em direção ao que fomenta sua positividade. Em relação às “ciências humanas”, a psicanálise e a etnologia são antes “contraciências”; o que não quer dizer que sejam menos “racionais” ou “objetivas” que as outras, mas que elas as assumem no contrafluxo, reconduzem-nas a seu suporte epistemológico e não cessam de desfazer esse homem que, nas ciências humanas, faz e refaz sua positividade (idem, 396).

Talvez Foucault acentue demais esta transformação a partir dos saberes que ultrapassaram o limiar da positividade²⁷. A nosso ver, o surgimento do *homem* como figura central do pensamento teórico pode ser um efeito do processo de positivação de outros discursos institucionalizados sobre o indivíduo – entre eles, o jurídico, a identificação nacional, ou mesmo a possibilidade de que o indivíduo pudesse ser o *autor da verdade*, não mais revelada, mas descoberta cientificamente.

Não se trata aqui, evidentemente, de restaurar uma continuidade histórica pura e simples, mas o surgimento do *homem* como conceito e como conceito central pode ter sido fruto do deslocamento epistêmico operado sobre outro objeto discursivo: o *indivíduo jurídico no capitalismo*, dotado de nacionalidade, em contínuo, embora lento, descolamento do saber religioso, mas cada vez mais industrial e urbano. Evidentemente, os acontecimentos da industrialização e da urbanização massivas se dão mais tarde, como mais tarde possivelmente se dariam como condições do aparecimento das ciências humanas. Se este pensamento for correto, poderemos afirmar que o mesmo movimento que levou ao jornalismo popular e informativo – motivados pela urbanização – foi aquele que proporcionou o aparecimento do *homem* como objeto de discurso no campo científico.

Homem e indivíduo mantiveram-se sobrepostos, porque se mantiveram sobrepostos o discurso científico, jurídico e capitalista, por muito tempo. O aparecimento da etnologia e da psicanálise – via inspiração lingüística – vem justamente completar, após o marxismo, o desmonte desta sobreposição²⁸. O indivíduo do capitalismo e do discurso jurídico, do Estado, não tem que ser necessariamente a base sobre a qual se sustenta a noção de *sujeito*, como acontecera a partir do século XIX, com a noção de *homem*. Não mais indivisível e singular, o *sujeito* passaria por um processo de descentramento, na teoria, e por deslocamentos identitários, na prática.

Talvez seja por isso que Hall credita o descentramento, ainda mais acentuado na pós-modernidade, tanto à teoria quanto à práxis. Marxismo, psicanálise, a lingüística

²⁷ O limiar a partir do qual uma formação discursiva torna-se ciência (Foucault, 2000).

²⁸ E aí estará uma contradição constitutiva e inerente ao marxismo: fruto de uma sociedade que crê no indivíduo, na ciência, e na auto-reflexão histórica, mostra que nem o indivíduo opera sobre o mundo à sua maneira – assunção da luta de classes – nem a ciência serve somente à *verdade* – crítica à economia política – nem a consciência sobre a história é livre – crítica ao idealismo.

estrutural e pensamento foucaudiano seriam as instâncias do discurso teórico deste processo. O movimento feminista pelas identidades de gênero, e, possivelmente, os movimentos sociais como um todo, a partir da década de 60, seriam os discursos práticos desta transformação (Hall, 2003). Entre eles, uma grande movimentação de culturas se atravessando nos movimentos migratórios do período pós-colonial moderno, com o conseqüente deslocamento dos pontos de perspectiva dos saberes, permitindo a constituição de novas formações discursivas, também constituintes destas transformações.

Essa pós-modernidade ou modernidade tardia²⁹ estabelece algumas relações de força que inibem evidentemente um “deslocamento aleatório de individualidades por identificações subjetivas”. Um deles é que “a sociedade pós-moderna envolve seus membros primariamente em sua condição de consumidores, e não de produtores (Bauman, 2001). A vida organizada em torno do papel de produtor – a figura central do capitalismo industrial – tende a ser normativamente regulada”. Daí a importância que teve, para a formação da forma-sujeito do discurso - cumulativo – do capitalismo, a ética protestante, se levarmos em consideração uma perspectiva weberiana.

A vida organizada em torno do consumo, por outro lado, deve-se bastar sem norma: ela é orientada pela sedução, por desejos, sempre crescentes e quereres voláteis – não mais por regulação normativa... Como não há normas para transformar certos desejos em necessidades e para deslegitimar outros desejos como “falsas necessidades”, não há testes para que se possa medir o padrão de “conformidade”. O principal cuidado diz respeito, então, à adequação – a estar “sempre pronto”, a ter a capacidade de aproveitar a oportunidade quando ela se apresentar a desenvolver novos desejos feitos sob medida para as novas, nunca vistas e inesperadas seduções... (Bauman, op.cit, 90).

Mas onde estariam, para usar uma expressão da economia, o marco regulatório desta nova sociedade, a de consumo? O marco estaria, justamente, na fundação do desejo de participar desta mesma sociedade. Movimentos como os do direito da mulher, dos homossexuais, e mesmo a dos negros, principalmente nos Estados Unidos, concretizaram conquistas sociais, não por levar à aquisição de *meios de produção*, mas sim de *meios de*

²⁹ A expressão de Giddens (1991) é uma das muitas que designam o momento atual de nossa história. Utilizaremos esta apenas por ser bastante usada.

consumo. A enorme indústria de cosméticos para afro-americanos percebeu isso, ainda que, nas relações de força e poder, na formação ideológica que opõe negros a brancos, aqueles desfrutem de um *status* inferior. Mas o jogo das identidades – *ser negro, hetero ou homossexual, sulista* ou do *norte* cosmopolita, *ser protestante* ou *ter aderido ao islamismo* – parece mover-se sobre o fundo de uma sociedade de consumo, que traz deslocamentos que devem ser considerados quando se avaliar a forma-sujeito própria ao capitalismo – o do sujeito jurídico – na sociedade contemporânea.

Estar no consumo é um imperativo da sociedade atual tanto quanto era o “fazer dinheiro” na sociedade industrial do século XIX. Mas *estar no consumo* não impede que haja conquistas e transformações, mais ou menos como, citando a crítica de Marx, Berman lembra:

Apesar de todos os maravilhosos meios de atividade desencadeados pela burguesia, a única atividade que de fato conta, para seus membros, é fazer dinheiro, acumular capital, armazenar excedentes; todos os seus empreendimentos são apenas meios para atingir esse fim, não têm em si senão um interesse transitório e intermediário. Os poderes e processos ativos, que tanto significam para Marx, não passam de meros incidentes e subprodutos para os seus agentes. Não obstante, os burgueses, se estabeleceram como a primeira classe dominante cuja autoridade se baseia não no que seus ancestrais foram, mas no que eles próprios efetivamente fazem. Eles produziram novas imagens e paradigmas, vividos, da vida boa como a vida de ação. Provaram que é possível através da ação organizada e concentrada realmente mudar o mundo (1999, 92).

É difícil não fazer o paralelo, embora com sinais invertidos. *Ganhar dinheiro*, juntar economias passará a ser a atividade meio, cujo fim possivelmente é o *melhor consumir*. Apesar disso, esta sociedade foi a que mais viu conquistas sociais daqueles que não pertencem necessariamente à classe dominante. Assim como os burgueses não precisaram apelar para os ancestrais, os “cidadãos do consumo” hoje não se reúnem para lutar pelos meios de produção, o que obriga o deslocamento de categorias como a de *luta de classes*. Em torno da luta de grupos sociais pelo direito de serem reconhecidos como agentes da sociedade, está, muitas vezes, o desejo de posicionar-se como sujeito-consumidor, e, curiosamente, esse ter o *direito a ter* é o que vai imprimir força política aos seus atos.

As contradições constituintes hoje são aquelas que opõe uma classe de consumidores a não consumidores, dentro daquela, uma subclasse de grandes consumidores àqueles que no máximo chegam ao consumo de base, e que têm nos gadgets – celulares, aparelhos de MP3 etc – um índice, um consolo, uma amostra da realização já conquistada por aquela *classe dominante no mercado*³⁰. Mas as contradições vão mais além, como a que opõe o direito ao consumo ao direito de cidadania, que por vezes se coadunam, mas que também por muitas se chocam, ou a que opõe claramente o consumo a atividades que ainda resistem a ser absorvidas: como no pudor de alguns intelectuais a serem vistos como consumistas, por exemplo.

Mas também o capitalismo industrial não vivia sem suas contradições: ganhar dinheiro nem sempre se constitui como a efetiva extinção de formações ideológicas que submetiam alguns grupos capitalistas à “inferioridade” moral ou cultural. Não há exemplo mais evidente que a dos judeus que, mesmo empreendedores, enfrentavam a rejeição da sociedade alemã desde o século XIX.

Ora estas transformações da modernidade operam e são operadas por outras importantes transformações nos meios de comunicação entre os homens. Se antes, a imprensa cresce e se estabelece como atividade industrial e, ato contínuo, é alçada à posição de importante lugar de debates e ideais burgueses, hoje, e mais do que a imprensa, a mídia é o lugar de confrontação de possibilidades identitárias, fazendo-se um lugar de disputa pela visibilidade, sob o signo da sociedade de consumo. Cumpre questionar-se se a forma-sujeito do capitalismo na sociedade de consumo não coincide com a reconfiguração a que está submetida a forma-sujeito do capitalismo na sociedade midiaticizada, e vice-versa³¹ e se as conseqüências e causas políticas que pautam a sociedade contemporânea não são ao mesmo tempo a disputa pelos espaços públicos mediados³².

³⁰ Portanto, diante de um pequeno empresário, o alto salário de um grande gerente coloca este em vantagem nesta nova ordem de valores – cuja régua é a capacidade de consumo e não possuir ou não os meios de produção.

³¹ Tanto a questão da visibilidade quanto do crescimento da indústria da imprensa são linearmente expostos e discutidos por Thompson, em *Mídia e Modernidade* (2001).

³² Explicitamente, ponderamos aqui: a forma-sujeito jurídica do capitalismo, conforme proposto por Pêcheux, não deveria ser repensada nesta nova realidade, que nada mais é a realidade de uma sociedade de consumo e mídia? Após a finalização desta pesquisa, descobrimos um artigo de Onice Payer (2005) que aponta para o mesmo sentido. Pela sua antecedência, é mais que justo citá-lo: “Linguagem e sociedade contemporânea.

A consideração do jornalismo de ciência não deve ignorar, portanto, quatro aspectos vistos aqui como caracterizadores de uma modernidade tardia e que servem para qualquer campo do jornalismo:

- a inelutável formação de uma sociedade de consumo, que faz girar o eixo de sustentação da forma-sujeito dominante no capitalismo. Aquele, *produtor*, se atinha às novidades tecnológicas que fortaleceriam o seu ganho; este, consumidor, se dirige à ciência, necessariamente intermediada por tecnologias e serviços, que se apresentam como demandas imediatas de usufruto e prazer: as pílulas do amor, os *gadgets*, e *personal trainers*;
- as novas demandas de identificação, devido às contradições simbólicas contemporâneas e a visibilidade maior de discursos fruto de deslocamentos nas formações ideológicas – de gêneros, étnicos, religiosos, opção sexual, causas ambientais, etc.
- as descontinuidades próprias da modernidade³³, e sua opção pela ruptura, aprofundada nos pós-guerra e no pós-colonialismo; o que permitiu o surgimento e o fortalecimento de novas ideologias teóricas;
- a disputa pela visibilidade na mídia como condição de reconhecimento social de alguns campos científicos.

A primeira e natural pergunta que nos chegaria é: o que cada item desse tem a ver com a prática do JC? A resposta é pontual: quem vier a se interessar pelo JC não pode, primeiramente, ignorar que o discurso-objeto desse jornalismo, principalmente, “as ciências de mercado”, estão atreladas àquela intermediação de tecnologias e serviços; segundo, que esse jornalismo ressoa ou silencia os reflexos das lutas ideológicas dentro da pesquisa científica³⁴; que, em terceiro lugar, é preciso compreender como se opera discursivamente a

Sujeito, mídia e mercado”. Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP, Campinas - SP, v. XI, p. 9-26, 2005).

³³ Descontinuidades históricas, sobretudo. Cf. Giddens (1991).

³⁴ Por exemplo, a Aids, enquanto era vista como câncer gay, ficou praticamente de fora das prioridades do Estado americano, na era Reagan, ao mesmo tempo em que, com o advento do significante “grupos de risco”, num discurso de estigmatização moral, não deixou de receber coberturas jornalísticas segundo uma boa dose

tentativa de manter intocado o quadro das ideologias teóricas, principalmente com o afastamento da cobertura científica das ciências humanas; e que, por fim, laboratórios e institutos de pesquisa aos poucos vão se juntando às outras hostes sociais para disputar visibilidade midiática, que redundará em prestígio, poder de *lobby* político e possibilidade maiores de captação de investimentos privados e financiamentos públicos.

A seguir, no próximo capítulo, trataremos especificamente de questões de ciência e de sujeito, articuladas a uma discussão das teorias sociais.

de sensacionalismo. Hoje ativistas sociais das minorias também atuam como lobistas para a conquista de financiamentos para os grupos sociais que eles representam; da mesma forma que lobistas de outros grupos dominantes mantêm-se representativos na arena da política de ciências. Se essa realidade nasce nos grandes centros, não custa imaginar que, numa sociedade globalizada, os resultados desses embates ressoarão ou não por aqui, graças à própria cobertura midiática.

Capítulo II

Saber e Sujeito

A Análise de Discurso se dá na confluência de uma série de movimentos na história das idéias, e realiza-se como concretização de alguns destes movimentos, com o natural descarte de outros, obedecendo à dinâmica própria da inscrição de uma memória com o conseqüente esquecimento de idéias que poriam em risco a sua univocidade. Nesse percurso de inscrição de sua memória, e realização daquelas que a ela dão sentido, a AD se estabelece epistemologicamente sob alguns pilares formais e metodológicos. Veremos com cuidado algumas discussões sobre as ciências, para mais tarde localizarmos a AD nesta história.

História não evolutiva das ciências

Na Idade Média, a recusa em levar os conhecimentos aos populares não se devia somente às distâncias entre os estratos sociais ou ao amplo desconhecimento da leitura por parte dos que viviam fora dos mosteiros e universidades. Deveu-se também à compreensão de que o saber sobre *as coisas essenciais* era antes um atributo que teria que ser mantido em segredo. A distinção entre a *exigua nómima* dos sábios e o *promiscuum hominum genus*, o populacho, referendava esse *secretismo* e ao mesmo correspondia à percepção de um mundo criado a partir de uma rigorosa hierarquia, que organizava a disposição dos astros e a disposição social.

Isso já basta para explicar porque a *divulgação científica* só é possível em uma configuração social absolutamente distinta.

A comunicação e a difusão do saber, ademais da discussão pública das teorias (que são para nós práticas correntes), nem sempre foram consideradas como valores, mas que se foram convertidas em valores. À comunicação como valor sempre se tem oposto – desde as origens do renascimento europeu – uma imagem diferente do saber como iniciação, como um patrimônio que só uns poucos podem alcançar (Rossi, 29).

Exigir segredo na Idade Média era tão fundamental que o livro mais popular da Europa, por muito tempo, era o que reunia os escritos *Secreta secretorum* de Aristóteles, com segredos reservados somente aos discípulos mais próximos sobre medicina, astrologia, fisiognomia, alquimia e magia. (idem, ibidem).

Talvez tenha sido essa concepção de saber destinado aos poucos o motivo do estigma que a Idade Média carrega como sendo a Era das Trevas, o que já foi suficientemente desmentido por historiadores, com os muitos exemplos de avanços tecnológicos, arquitetura monumental, estudos de lógica e soluções matemáticas importantes que ali se sucederam.

O que marca a Idade Média não é a falta de desenvolvimento científico, mas a concepção de mundo que impede que se estabeleçam limites muito claros entre a filosofia natural ou a física e o saber *mágico*, concebido aqui como uma distinta racionalidade, sistêmica, rigorosa, e pouco sujeito à dúvida, e nada exposto à contestação pública. A natureza, concebida pela cultura mágica, não é só matéria contínua e homogênea que ocupe um espaço, é um todo-vivo que contém em si mesmo uma alma, um princípio de atividade interna e espontânea (idem, ibidem).

Ao *secretismo e racionalismo mágico*, onde o primeiro é, ao mesmo tempo, tributário e mantenedor do segundo, opõe-se, aparentemente, o conhecimento científico da Era Moderna, público e absolutamente cético em relação à magia. Mas esta distinção não poderia ser tão clara como se supõe. Ela é o efeito de um *discurso fundador*³⁵, aquele que redefine uma memória. Discursivamente, é impensável que um estatuto epistemológico se transforme da noite para o dia. Há reentrâncias, há concomitâncias. Há simultaneidades. Como enumera Rossi³⁶:

Em sua defesa da centralidade do Sol, Nicolas Copérnico invoca a autoridade de Hermes Trismegisto. A Hermes e a Zoroastro se remete William Gilbert, que identifica sua doutrina do magnetismo terrestre com a tese da animação universal. Francis Bacon ao elaborar sua doutrina *das formas* está fortemente condicionado pela linguagem e pelos modelos presentes na tradição alquimista. Johannes Kepler é

³⁵ Orlandi prefere renomear como *discurso fundador* o conceito de *autoria* em Foucault, a raríssima figura da paternidade de um saber. Com isso deixa *autoria* para o efeito de univocidade sobre o texto, a função mais institucionalizada do sujeito (Orlandi, 2001b).

³⁶ Tradução nossa.

um profundo conhecedor do *Corpus Hermeticum*. Sua convicção de que existe uma correspondência está entre as estruturas da geometria e a do universo, sua tese de uma música celestial das esferas estão profundamente embebidas de misticismo pitagórico. Tycho Brahe vê na astrologia uma aplicação legítima de sua ciência. René Descartes, cuja filosofia se tem convertido para os modernos no símbolo da claridade racional, antepunha em sua juventude os resultados da imaginação aos da razão... (idem, 37).

Se os discursos da ciência moderna e os da magia interpenetram-se, embora já ali também aqueles comesçassem a projetá-la como seu exterior, é possível que a distinção mesma venha da recusa dos modernos ao secretismo, ou, o que é a mesma coisa, ao culto à distância entre leigos e doutos. O motivo pode vir do fato de que filósofos naturais e mecânicos, no início da Era Moderna, não pertenciam necessariamente nem às universidades nem aos mosteiros. Evidentemente que entre os primeiros poderia haver segredos, mas para livrá-los de riscos do poder vigente; da mesma forma, que mecânicos adeririam, ocasionalmente, ao sigilo, por razões econômicas.

O saber nascente não estava necessariamente nas universidades, que na maioria das vezes eram conduzidas por sábios religiosos e intelectuais convictos da concepção aristotélica de mundo. O novo saber vinha de inventores e práticos, ou filósofos reidentificados com a nova posição política, por razões pessoais ou econômicas.

Apesar de que quase todos os cientistas do século XVII estudaram em uma universidade, são poucos os nomes de cientistas cuja carreira se desenvolveu em sua totalidade ou em grande parte no seio da universidade. As universidades não foram o centro da investigação científica. A ciência moderna nasceu fora das universidades, às vezes confrontada com elas, e se transformou ao longo do século XVII, e ainda mais nos séculos seguintes, numa atividade social organizada capaz de criar suas próprias instituições (idem, 11).

Os laboratórios e as organizações científicas, na Inglaterra e na França, e os clubes de inventores, nos Estados Unidos, são materializações de um discurso – ou um conjunto de discursos – que nasce sob as condições de produção de uma sociedade que se transforma, ainda que imbricado em seu início com o imaginário culto do medievo, em

relação ao qual vai, aos poucos, construir sua *diferença identitária*³⁷, e cujo lugar que muitas vezes lhe servia de abrigo inicial era-lhe ameaçador, como as universidades.

Estes entrecruzamentos, esse descompasso entre um simbólico que se faz e um imaginário que tem que ser desfeito, entre formas-sujeito em trânsito, entre marcas textuais pouco nítidas, entre memórias ambíguas e arquivos por criar, é próprio de um deslocamento que vai se operando sobre o saber ocidental, mas cujo(s) novo(s) discurso(s) ainda vai (vão) constituir seus templos e seus rituais. São discursos já em formação, talvez ainda nem designados como ciência, cujos sujeitos – empíricos – possivelmente nem sequer tenham dele ou de sua posição uma imagem distinta. Se mudanças históricas já apontam para esse(s) discurso(s) não se trata de uma ruptura plena, total, sem vacilações.

Daí que a designação “revolução científica”, supostamente cunhada por Koyré – para acentuar a descontinuidade entre o saber medieval e moderno, e que vem inaugurar uma filosofia histórica da ciência centrada sobre a ruptura e não sobre a evolução, mas contraditoriamente vem servir a uma concepção positivista e iluminista de diferenças em relação à Idade Média – não encontrar mais suporte nas interpretações que temos hoje.

Hoje em dia, a idéia de ter existido um acontecimento singular e distinto, localizado no tempo e no espaço, ao qual se pode chamar a Revolução Científica deixa insatisfeitos muitos historiadores. Atualmente, estes historiadores rejeitam mesmo a existência, no século XVII, de uma entidade cultural singular e coerente denominada “ciência”, à qual se atribui a responsabilidade de uma mudança revolucionária. O que existiu foi, pelo contrário, um leque diversificado de práticas culturais empenhadas em compreender, explicar e controlar o mundo natural, cada uma delas com diferentes características cada uma experimentando diferentes modalidades de mudança (Shapin, 1999, 25).

A citação acima, no entanto, não desautoriza a percepção não-evolucionária de Koyré. Há sem dúvida uma série de mudanças históricas e sociais que justificam pontos de descontinuidade e que serão muito úteis à nossa compreensão da história das ciências. No

³⁷ Podemos dizer que um discurso é justamente aquilo que o “seu outro” não é. Exterioridade constitutiva, que é diferente de pensar que, entre discursos concorrentes, um exclui o outro. Isso faria perder um detalhe: o concorrente está incluído em *seu* exterior. Esse efeito pode ser ilustrado por uma interessante gíria usada por jovens de hoje, quando não querem participar, mas não negam seu pertencimento: “Me inclua fora dessa!”.

artigo “Da influência das concepções filosóficas sobre a evolução das teorias científicas” Koyré parte de três afirmações: 1) o pensamento científico nunca foi inteiramente separado do pensamento filosófico; 2) as grandes revoluções científicas foram sempre determinadas por subversões ou mudanças de concepções filosóficas; 3) o pensamento científico não se desenvolve *in vácuo*, mas está sempre dentro de um quadro de idéias, de princípios fundamentais, de evidências axiomáticas que, em geral, foram considerados como pertencentes exclusivamente à filosofia (1991, 201-214).

Com isso Koyré abre três possibilidades efetivas para uma nova epistemologia em três pontos: ferindo o continuísmo na história das ciências; mostrando que as revoluções técnicas não podem ser explicadas apenas imanente ou internamente, e, finalmente, permitindo a consideração sobre os movimentos científicos “dentro dos seus próprios contextos filosóficos” e não num julgamento a partir do ponto de vista da evolução do pensamento.

Sobre esse terceiro ponto, ele lembra que é muito comum que alguém que olhe, a partir do presente, ou até mesmo do futuro para onde dirija seu trabalho, “na direção do passado”, o veja como um conjunto de “monstros incompreensíveis, ridículos e disformes”, ou de idéias “velhas, ressequidas, esclerosadas” (idem, 205). O historiador de Koyré é quem vai, ao contrário, encontrar a idéia científica “em seu nascimento e vive, com elas, o *élan* criador do pensamento”.

A questão da ciência para além de seus desenvolvimentos técnicos – as descobertas fomentadas por revoluções materiais – vai remeter, em Koyré, então a um *continuum* que se estende do instrumento à cosmologia. Ele explica, por exemplo, a “revolução científica” do século XVII, como tendo sido possível graças à “destruição do Cosmos, com a substituição do mundo finito e a hierarquicamente ordenado de Aristóteles e da Idade Média, por um Universo infinito, ligado pela identidade de seus elementos componentes e pela uniformidade de suas leis” (idem, ibidem).

Mas aqui mesmo há uma outra contribuição de Koyré que mostra a sua antecipação ao que hoje historiadores aceitam como justificado: ao contrário do que sempre se imaginou, a ciência não surge onde ali estava o senso comum e desinformado. A luta da nova ciência era em verdade contra todo um sistema que, embora deixando muitas questões

já em aberto, ainda contava com garantias institucionais tão sérias que levariam os seus desafidores a condenação à morte.

O pensamento moderno na ciência ainda se beneficiaria da geometrização do espaço, ou seja, da substituição do espaço concreto – conjunto de lugares – de Aristóteles pelo espaço abstrato da geometria euclidiana daqui para frente considerado como real. Ou, em outras palavras, “a substituição da concepção do movimento–estado pela do movimento–processo”.

Portanto, teríamos um exemplo bastante avançado de que não se trata simplesmente da “evolução” de um sistema de pensamento a outro; mas a própria descontinuidade entre dois sistemas que se substituem. De alguma forma, em nossos termos, um acontecimento discursivo se processava naquele momento: as garantias da ciência aristotélica deixavam de ser relevantes para alguns setores ainda que minoritários do pensamento filosófico:

De fato (...) a ciência aristotélica, justamente porque era fundamentada sobre a percepção sensível e era realmente empírica, tinha um acordo bem melhor com a experiência comum do que a ciência de Galileu e de Descartes. No fim das contas, os corpos pesados caem naturalmente para baixo, o fogo aponta naturalmente para cima, o Sol e a Lua se levantam e se deitam, e os corpos projetados não continuam, indefinidamente, seu momento em linha reta... O movimento inercial não é, certamente, um fato da experiência, que, na verdade, o contradiz todos os dias (idem, 207).

Mas o que se estabelecia é que o mundo diretamente perceptível, segundo Koyré, deixava de ser um determinante máximo, para a geometria abstrata ser uma dessas garantias de sentido. O que leva Koyré a definir que “O nascimento da ciência moderna é concomitante a uma transformação – mutação – da atitude filosófica, e uma inversão do valor atribuído ao conhecimento intelectual em relação à experiência sensível da descoberta do caráter positivo da noção de infinito³⁸” (idem, 208).

Mas se, por um lado, as descobertas técnicas e empíricas da física, por exemplo, não se dão num vácuo filosófico, também as idéias filosóficas não podem ser tomadas como um “motor” da história das ciências. Não se trata, em Koyré, de uma volta ao pensamento

³⁸ Koyré dedica um livro inteiro a essa questão, que acaba sendo a sua questão matriz: “Do mundo fechado ao Universo infinito” (2001).

idealista. Há um outro “materialismo” em Koyré que não necessariamente o de Marx. No artigo “Do mundo do ‘mais-ou-menos’ ao universo da precisão”, ele mostra como somente na Idade Moderna, a *ἐπιστήμη* (episteme) se aproximou da *τεχνική* (tekne), como a precisão matemática do puro pensamento, antes dedicados exclusivamente ao mundo celeste e preciso, foi de alguma forma aplicada aos domínios da realidade. Evidentemente que, num primeiro momento, sob inspiração materialista, poderíamos avaliar este fenômeno como uma marca da nova sociedade burguesa e capitalista – que demanda a balança, o cálculo, a substituição do valor de uso pelo valor de troca; mas Koyré mostra como a sociedade moderna nem é a primeira a ter um comércio fermentado e poderoso, nem também a primeira a ter engenheiros, construtores e matemáticos.

Koyré faz um outro movimento: considera a base econômica, como Marx, e cultural, como Weber, mas não atribui a isso a transformação da técnica e sim a uma ruptura histórica ante o pensamento antigo, quando a *episteme* e a *tékne* estariam dissociadas. Desta forma, reintegra a filosofia num *continuum* que passa pela ciência, pela ciência aplicada – tecnologia – até chegar à técnica, propriamente dita, num movimento recíproco de alimentação. É a isso que chamamos o materialismo típico de Koyré: a história intelectual determina e é determinada pelas escolhas práticas dos homens; *as escolhas objetais* das ciências terão sempre muito a ver com as concepções filosóficas que alimentam aquele período³⁹. Assim, não foram questões de incapacidade instrumental ou necessidades econômicas que impediram a ciência grega de ultrapassar a técnica. Foi a própria separação radical entre os Céus – preciso e matematizável – e a realidade cotidiana naturalmente imprecisa que impediu a aplicação do cálculo ao dia-a-dia.

A essas idéias (ou atitudes) o pensamento grego permaneceu obstinadamente fiel, quaisquer que tenham sido as filosofias de onde foram tiradas; ele nunca quis admitir que a exatidão pudesse ser desse mundo, que a matéria desse mundo, do nosso mundo, do mundo sublunar, pudesse encarnar seres matemáticos (idem, 272).

³⁹ Como veremos mais tarde na análise, quando considerarmos os discursos das neurociências, o que está em jogo é a relação das formações discursivas com o interdiscurso.

É com esse método de pensar a história que Koyré compreenderá que a ciência grega não chegaria a uma tecnologia – a aplicação da física e da matemática ao mundo da realidade – não por atraso, mas simplesmente porque, naquele momento, isto não faria sentido. Neste sentido Koyré “quebra” a linha evolutiva da história das ciências, contextualizando as descobertas de acordo com a história intelectual de cada tempo. Um exemplo interessante no mesmo artigo é o do relógio. Há muito, as Idades Antiga e Média conheciam esse precioso e determinante objeto de nossos dias. Há muito que também a Europa já dava o devido valor ao relojoeiro, fabricante de aparelhos pesados e caros. Mas a importância desses relógios para a vida cotidiana era ínfima. Na vida dos camponeses era impossível que alguém desse qualquer valor à contagem do tempo, que não fosse o tempo das colheitas, ao tempo natural. Mesmo na cidade, até a primeira metade do século XVI, vivia-se no mundo do “mais ou menos”. Como afirma Koyré, o relógio que vai se difundir e se popularizar é algo muito mais preciso: é o relógio do cientista.

O relógio dos relojoeiros nunca ultrapassou – e jamais poderia fazê-lo – o estágio do “quase” e o nível do “mais ou menos”. O relógio de precisão, o relógio cronométrico, tem uma origem totalmente distinta. De modo algum é uma promoção do uso prático do relógio. Ele é um instrumento, ou seja, uma criação do pensamento *científico*, ou melhor ainda, a realização consciente de uma teoria. É verdade que, uma vez realizado, um objeto teórico pode se tornar um objeto prático, objeto de uso corrente e cotidiano. É verdade também que considerações práticas – como no caso que nos ocupa, a necessidade de solucionar o problema da determinação da longitude que o desenvolvimento das navegações oceânicas tornava cada vez mais urgente – podem inspirar o pensamento teórico (idem, 283)⁴⁰.

Mas só dois ou três séculos depois é que, “no mundo da precisão”, o relógio nos foi útil. É na segunda metade do século XVI que a mudança se dá. Há muita imprecisão, mas “paralelamente à vitória da cidade e da vida urbana sobre o campo e a vida camponesa, o uso dos relógios se difunde cada vez mais” – ainda raro nessa época, para deixarem de sê-lo no século seguinte.

⁴⁰ Veremos como na consideração das mídias procedurais mais tarde, todo o aparato de diagnósticos é fartamente utilizado nas neurociências é uma aplicação teórico-discursiva deste princípio levantado por Koyré.

Aqui há uma última concepção em Koyré importante para nós. O relógio dos cientistas é uma máquina, uma importante metáfora fundadora, principalmente em Descartes e em Newton. Aqui se dá, mais nitidamente, o ocaso do imaginário da Idade Média, e seus símbolos, e sua substituição paulatina pelo outro imaginário, que ganharia cores mais vivas ao longo dos séculos vindouros, e que viria suplantar, no século XIX, quase que definitivamente o anterior. Se o imaginário é o mecanismo ideológico de apagamento do sentido-outro e, conseqüentemente, a sustentação do *mesmo* e do estatuto de realidade, o relógio para *o universo da precisão* só ganha importância porque se torna um significante-chave da nova ou das novas formações discursivas.

Esses deslocamentos acabam operando novas formas de identificação dos sujeitos empíricos, em termos discursivos, gerando nova forma-sujeito, com seus leques de posições e lugares de interpretação, mas nem sempre sem ambigüidades. Provavelmente, como é comum na história da ciência, alguns indivíduos que ocuparam estas posições e sofreram estas ambigüidades de posição, irão, no futuro, tornar-se personagens-ícone da época, mas que, como persoagens-ícone, aparecerão na história como a representação nítida e límpida de um discurso unívoco.

É o caso de Galileu, de quem se derivaria uma ciência galileana ou galilaica, o ideal de formalização e experimentação que marcaria a diferença deste para outros saberes, e também o ideal de um saber próprio a uma atividade livre de determinações de poder, do poder da corte na época. Por isso, quando se fala em Galileu, distingue-se comumente um “Galileu da corte” – absolutista e hierárquica – geralmente silenciado na história, e um “Galileu da ciência”, representando as conquistas para uma futura sociedade livre.

Biagioli (1993) mostra que mesmo Bertold Brecht, e sua obra *Life of Galileo*, depois de efetuar essa distinção, atribui ao pensador o *ethos* e a cultura do artesão mais do que a do cortesão.

A representação comum de identidade de Galileu e ciência como estranha aos valores da corte não se origina (*stem*) somente da crença dos autores na tênue distinção entre “ciência” e “sociedade”. Ela também é mantida por aqueles que querem ligar o desenvolvimento da ciência moderna às mudanças sociais, mas não

vêm a corte como incorporando as “boas” forças da modernidade (Biagioli, 1993, 01)⁴¹.

Numa pesquisa semântica sobre o nome próprio, Guimarães (2002) mostra que o acontecimento da enunciação de um nome próprio coloca em jogo uma memória, que traz, sem ser percebida pelo locutor, a posição ideológica do enunciador.

A unicidade, ou seja, o efeito de que não há nenhuma distância que separa o nome de uma pessoa dessa mesma pessoa, portanto seu funcionamento eminentemente referencial, é um efeito do funcionamento do nome próprio neste processo social de identificação do indivíduo, de sua subjetivação. Ou seja, nomear uma pessoa é uma enunciação que funciona por um processo de determinação semântico-enunciativa em virtude de se dar no interior do processo social de identificação, mas que, ao apagar, pela representação do enunciador, o lugar social de locutor, se mostra como meramente referencial. Este apagamento do locutor-x (lugar social da enunciação) se dá porque o Locutor não sabe que fala de uma posição ideológica de sujeito. A referencialidade do nome próprio é produzida por este apagamento em virtude deste esquecimento (Guimarães, 2002, 41).

No caso de Galileu, o processo de apagamento de outras posições enunciativas que ele, ao longo de sua carreira, poderia ocupar, decorrente de suas posições sociais, ideológicas e discursivas, torna-o sempre o “Galileu da ciência”, que é antecedido pelo apagamento da relação entre a nascente ciência e os poderes da época, que lhe serve como determinação e que entra na cadeia sintagmática como um efeito de sustentação – Galileu, *o cientista que...*

Ser cientista

Em 1956, num artigo intitulado “As duas culturas”⁴², Snow chama a atenção para o fato de que “a vida intelectual” de toda a sociedade estaria condenada a uma grave divisão: de um lado reuniam-se os homens da cultura, do outro, os da ciência, tendo como modelo, a física.

⁴¹ Tradução nossa.

⁴² Houve um esboço anterior, em 1956, e um escrito definitivo três anos mais tarde, com um acréscimo no título: “As duas culturas e uma segunda leitura”. É esta nossa referência.

Os não-cientistas têm a impressão arraigada de que superficialmente os cientistas são otimistas, inconscientes da condição humana. Por outro lado, os cientistas acreditam que os literatos são totalmente desprovidos de visão, peculiarmente indiferentes aos seus semelhantes, num sentido profundo antiintelectuais, ansiosos por limitar a arte e o pensamento ao presente imediato (Snow, 1995, 22).

Snow, que levantou a opinião de 40 mil entrevistados, constatou dois fenômenos que se correspondem: nem os intelectuais tinham qualquer interesse por questões de desenvolvimento industrial e tecnológico, nem cientistas se importavam muito com literatura, por exemplo.

Como seria de esperar, alguns dos melhores cientistas tinham e têm energia e interesse suficiente para gastar, e encontramos vários que haviam lido tudo que é comentado entre os literatos. Mas isso é muito raro. A maioria dos outros, quando tentávamos saber que livros haviam lido, confessava modestamente: “Bem, tentei um pouco de Dickens...”: para nós a descoberta de que Dickens se transformara no espécime tipo da incompreensibilidade literária foi um dos resultados mais surpreendentes de toda essa tarefa (idem, 30)

Olhando para a Inglaterra, Snow fala da diferença e distância contemporâneas entre “homens de cultura” e “homens de ciência”, mas a questão começa antes e afeta um pouco mais do que estas duas categorias: tem a ver com os caminhos da profissionalização do cientista na Europa.

Na França, que mesmo sendo um dos mais pobres estados da Europa Ocidental tinha forte contribuição no campo das ciências, algumas transformações vieram com a Revolução, uma delas a profissionalização do cientista, do homem de laboratório. Crosland (1975) conta que a divisão entre homens de letras e homens de ciência já existia no Antigo Regime. Mas a profissionalização acentuaria essa distância, porque implicava em novos interesses de categoria, como passar a receber salários, organizar-se em associações, conquistar o direito a ser absorvido pelo novo sistema educacional⁴³, receber e conquistar certificações, obter apoio para pesquisas, ter um planejamento de carreira. Um personagem que ilustra bem a realidade anterior à profissionalização é Lavoisier.

⁴³ As cátedras eram ocupadas basicamente pelos “homens de letras”, devido à estrutura curricular.

Mesmo sob o *ancien régime* o trabalho de alto padrão era possível, como demonstram claramente os arquivos de Lavoisier. Mas Lavoisier não era um cientista profissional a menos que a palavra “profissional” refira-se simplesmente ao trabalho de um alto padrão. Por outro critério, Lavoisier era um amador, embora isto não significa que seus experimentos não eram cuidadosamente planejados, executados e relatados (Crosland, 1975, 141)⁴⁴.

O “iniciador” da química moderna era um arrecadador de impostos da monarquia, o que lhe custou, durante o Terror, a vida na guilhotina. Lavoisier testemunharia duas características da ciência antes da Revolução: (1) boa parte de seus experimentos desenvolvia-se à margem da universidade; (2) naquele momento personagens como Lavoisier já se distanciavam do modelo do *savant* ou *philosophe*, homens de ciência e de cultura, embora isso ainda não fosse percebido socialmente.

O processo de profissionalização do cientista vem aos poucos suprir uma grave precariedade no trabalho de pesquisa. Hahn (1975) comenta que a imagem heróica do cientista sempre disposto ao sacrifício não é meramente um produto retórico

Está espelhando também as tensões envolvidas e as contradições entre os valores emocionais derivados de uma carreira científica e suas baixas recompensas materiais. Na França, a atividade da pesquisa, satisfazendo do jeito que podia a alma, não era de modo algum um caminho para o enriquecimento ou mesmo o prestígio (*esteem*) social. Em grande medida, isto se aplica em nossos dias (Hahn, 1975, 132).

É bom lembrar que a profissionalização na ciência é precedida primeiro por uma identificação do sujeito sob um discurso ainda minoritário, portanto, sob um contra-discurso, que carrega profundas marcas da sua relação com o poder instituído e dominante à época. Nem Galileu nem, dois séculos depois, Lavoisier, tinham condições de ignorar a extensão do Absolutismo sobre suas posições discursivas. Exemplos não faltam, na história da ciência e da filosofia, desse diálogo forçado, desse Outro imponente, desse interdiscurso que não cessa de pronunciar a presença de sua *verdade*. Nem Erasmo ou Copérnico, nem

⁴⁴ Tradução nossa.

Descartes ou Newton, nem Leibniz ou Spinoza, deixaram de prestar contas com o religioso, embora todos se esmeraram na arte de ser, por vezes, um *mau sujeito* (Pêcheux, 1997 a), em processo de re-identificação com a razão que surgia.

É durante e depois da Revolução Industrial que a ciência começaria a se fortalecer como discurso não minoritário, e ser cientista significaria ocupar posições-sujeito distintas do filósofo. É possivelmente aí que ocorre o distanciamento definitivo entre o homem de ciência, de laboratório, e o homem de letras. O próprio Snow, que contesta esta divisão, embora a constate, lembra que o homem de cultura passou longe da Revolução Industrial, seja por não percebê-la, seja por não ter gostado do que viu (op.cit, 42).

Como sabemos, o processo de deslocamento dos discursos é lento: não há imediatamente uma adesão do cientista – mesmo aquele de laboratório – à Revolução Industrial, embora seja propriamente a ciência que vai em breve consolidar a industrialização. O que há são pequenas aproximações, distintas sobre o mapa da Europa e da América. Por exemplo, na Inglaterra, a Revolução é basicamente operada por práticos, o que aconteceria mais tarde também na França e mesmo nos Estados Unidos.

Mas há um país que oferece a exceção que mais tarde vai se definir como modelo para todos esses outros países. Parte do sucesso da universidade alemã, que se tornaria o paradigma das universidades modernas, veio de uma proximidade que seria inusitada à época. Como afirma Snow, “Nas décadas de 1830 e 1840, muito antes que se iniciasse naquele país uma industrialização séria, já era possível receber uma boa educação universitária em ciência aplicada...” (idem, 43).

Quando o processo de industrialização começou, a universidade alemã não recusou os recursos advindos de setores, por exemplo, como o da química, e com ela efetuar uma intensa colaboração de cessão de conhecimentos e, em contrapartida, aumento da captação de recursos:

O resultado é que Ludwig Mond, filho de um fornecedor da corte, freqüentou Heidelberg e adquiriu conhecimentos sólidos sobre química aplicada. Siemens, um oficial do corpo de sinaleiros prussiano, completou na academia militar e na universidade o que para a época eram excelentes cursos de engenharia elétrica. Daí vieram para a Inglaterra, não encontraram concorrência, trouxeram outros alemães igualmente instruídos e fizeram fortuna exatamente como se estivesse lidando com

um território colonial rico e analfabeto. Fortunas semelhantes foram feitas por tecnólogos alemães nos Estados Unidos (idem, 44).

Na verdade, a Alemanha ofereceu uma segunda exceção que, no entanto, não foi seguida como modelo pelos outros países: nas suas universidades, o prestígio do humanista e do homem das letras era tão grande quanto o do homem de laboratório. Talvez isso explique a força da filosofia alemã no século XX, tanto quanto o poder de sua química e de sua física. Ou seja, a profissionalização na Alemanha, se não serviu, como na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos, para alargar as diferenças de um “ser cientista” para um “ser intelectual”, também não contribuiu para aprofundá-la.

Mas foi a colaboração entre universidade, e sua capacidade de alta pesquisa, e indústria que acabaria se tornando o modelo a ser seguido pelos outros países um pouco mais tardiamente. E desse processo o homem de cultura ficaria de fora.

Como já se afirmou mais acima, ciência e indústria passam por um processo lento de aproximação. Nos EUA, por exemplo, mesmo que a profissionalização já fosse um fato na segunda metade do século XIX (cf. Daniels, 1967), as inovações tecnológicas e industriais foram, por muito tempo, frutos do esforço de práticos, e inventores de fundo de quintal. É que estava em jogo uma grande novidade que motivaria esses pioneiros até mais do que os cientistas: a possibilidade de ganhar dinheiro, na emergente e promissora sociedade de mercado. A ciência chega um pouco depois, quando a produção industrial já se articulava e já se resolvera quase que totalmente nesse tipo de economia. O cientista que romperia essa distância viria justamente do outro lado do Atlântico: as fortunas de alemães que imigraram para os EUA são fruto da formação nas universidades alemães com forte treinamento em indústria e as oportunidades americanas com aquela articulação.

O século XX caminharia para a impossibilidade de conciliação entre as “letras” e ciências da cultura com a indústria e o mercado, o que acabaria consolidando a distância entre *as duas culturas* de Snow, ao mesmo tempo em que fortaleceria a articulação entre ciências exatas e naturais com aqueles setores.

O corte epistemológico

Além da distância entre homens de cultura e homens de laboratório, as nossas sociedades também sofrem com uma outra divisão: as práticas científicas revelam um descompromisso com o pensamento filosófico que poria sob reflexão justamente seus objetos, seus limites e possibilidades epistemológicas. Da mesma forma que a primeira, a distância também aqui é recíproca: filósofos da ciência têm pouca afinidade com a ciência aplicada. É este um dos temas centrais do pensamento de Gaston Bachelard, em *Filosofia do não*: “... a filosofia das ciências fica muitas vezes acantonada nas duas extremidades do saber: no estudo, feito pelos filósofos, dos princípios muito gerais, e no estudo, realizado pelos cientistas, dos resultados particulares” (1978 a, 4).

Este descompasso se dá porque os cientistas muitas vezes trabalham sobre uma pedagogia fracionada, particular, sem perceber a estrutura que a anima, e porque, por outro lado, filósofos se dão por satisfeitos com suas evidências gerais, abstratas, por isso, bem sucedidas. “Perante um tal sucesso, como colocar a necessidade de modificar o espírito e de ir em busca de novos conhecimentos?”

Bachelard trabalha com uma *filosofia do não*, que não deve ser compreendida como um pensamento nihilista. Bachelard não proclama “uma vontade de negação” e nem se trata de defender um “espírito de contradição”, visto que seu pensamento é “fiel às regras no interior de um sistema de regras”. Nesse caso, Bachelard, apesar do inconformismo de sua obra, não faz o proselitismo de um anarquismo metodológico à Feyerabend (1989). O autor francês está bastante convencido de que é uma filosofia da ciência que deve detectar os obstáculos do desenvolvimento da ciência. E os obstáculos se dão por uma inércia, por um aceite acrítico do conhecimento já estabilizado, já tornado senso comum. Daí a importância, no filósofo francês, do diagnóstico dos obstáculos epistemológicos, mais do que dos sucessos do desenvolvimento científico.

Há nesse ponto uma proximidade evidente com Kuhn (2000), quando mostra que a fase de consolidação de um paradigma é também a fase de sua acomodação, de seu funcionamento inercial, em torno do qual se agrupa uma comunidade científica, que luta para sua preservação. A diferença é que Kuhn atribui a superação de um paradigma às suas próprias dificuldades em responder, como um todo, a desafios que apareçam na história do

conhecimento – as *chamadas anomalias*. A filosofia de Bachelard, no entanto, é ativa. Atribui ao filósofo da ciência a possibilidade de detectar os pontos de estagnação, não antes sem fazer uma crítica dura aos próprios filósofos, e aos cientistas.

Mas há mais diferenças entre o francês e o alemão. A ciência normal de Kuhn não deixa de ter seu valor de produção, de consolidação da pesquisa científica. Um paradigma evolui internamente, enquanto der conta dos desafios postos pela realidade e pela história⁴⁵. Enfatiza as revoluções estruturais, as quebras de paradigmas, mas sabe que não é possível uma revolução contínua, como em qualquer outro campo da sociedade. O que há é uma tensão necessária entre momentos de estabilidade e a constante ameaça de ruptura⁴⁶.

Kuhn não acredita sinceramente que Popper (1980 a) esteja com a razão, quando propõe que os cientistas testem as próprias teses incessantemente, para submetê-los à prova da realidade⁴⁷. Nenhum cientista, acredita Kuhn, faz esforços contínuos para ver sua tese ir por água a baixo. Ele a defende, quer ver nela algo de uma infalibilidade. Bachelard concorda, mas atribui este comportamento a uma acomodação. Nesse momento, os três

⁴⁵ Cita, por exemplo, a teoria do flogisto: “A tão difamada teoria do flogisto ordenava grande número de fenômenos físicos e químicos. Explicava porque os corpos queimam – porque são ricos em flogisto – e porque os metais possuem muito mais propriedades em comum, do que seus minerais. Segundo essas teorias, os minerais são todos compostos por diferentes terras elementares combinadas com o flogisto, e esse último, comum a todos os metais, gera propriedades comuns. A partir disso, a teoria flogística explicava diversas reações nas quais ácidos eram formados pela combustão de substâncias como o carbono e o enxofre” (2000, 134). O declínio da teoria do flogisto deve-se primeiro a dificuldades internas, tanto que Lavoisier já procurava algo que suplantasse essa primeira teoria, por não estar satisfeito com as respostas que ela dava aos fenômenos. Já havia ali, se pensarmos como Kuhn, um novo paradigma em andamento, que se consolidaria com “a descoberta” do oxigênio. Deve-se observar que, para Kuhn, não é uma descoberta que gera um paradigma, mas um novo paradigma que permite descobertas. Mesmo assim, há resíduos do paradigma anterior: “Oxigênio”, nomeado por Lavoisier, significa “formador de ácidos”, o mesmo princípio gerativo possibilitado pela flogística.

⁴⁶ “Pelo contrário, a investigação normal, mesmo a melhor, é uma atividade altamente convergente, baseada firmemente num consenso estabelecido, adquirido na educação científica e reforçada pela vida subsequente na profissão”. Kuhn, no entanto, não nega o valor desta tradição: “... só as investigações firmemente enraizadas na tradição científica contemporânea podem provavelmente quebrar essa tradição e dar origem a uma nova. Por isso é que falei de uma ‘tensão essencial’, implícita na investigação científica” (1989, 278).

⁴⁷ Contra o princípio da verificabilidade dos neopositivistas – a verificação amiúde de cada parte de uma sentença científica – Popper prega a falseabilidade: o que não pode ser falseável, não pode ser verdadeiro, o que de alguma maneira é uma crítica poderosa contra os argumentos metafísicos. Popper se alia, num primeiro momento, a neopositivistas e filósofos analíticos no embate contra os *resíduos metafísicos* que, supostamente, ainda marcariam algumas áreas do saber. Teorias que visam a universalidade não testável, a verdade absoluta, é antes fruto de um pensamento perigoso. Daí que se volta severamente contra o marxismo, por exemplo, mas cujo modelo em discussão é aquele praticado na União Soviética (1980 b). Para Popper, a capacidade de ser falseável é o que demarca a ciência da não ciência. Mas o pensador austríaco tem divergências sérias com os empiristas lógicos do Círculo de Viena. Para uma introdução ao contexto geral da obra de Popper, ver Magee Bryan (1979).

pensadores, Popper, Kuhn e Bachelard vêem a teoria estabelecida como fruto de algum tipo de inércia. Mas Popper e Bachelard sugerem remédios, a busca pela refutação em Popper, a ruptura epistemológica, em Bachelard. Tanto um quanto outro acreditam no espírito atento e ativo para que isso aconteça. Popper acrescenta que basta atender à lógica que é inerente ao pensamento científico. Kuhn está longe disso: o jogo e as disputas entre as comunidades científicas é que vão determinar o sucesso e o fracasso de cada paradigma. Argumentar sobre a atitude do pesquisador individualmente é investir numa *psicologia de pesquisa ou uma sociologia da comunidade científica. Tem pouco a ver com lógica*.⁴⁸

Apesar das diferenças há um percurso de contraditórios importantes de se considerar: Popper põe a crítica como questão do pensamento filosófico sobre a ciência; Bachelard quebra de vez a crença evolucionária no seu desenvolvimento; Kuhn mostra que as instituições e os interesses da comunidade de cientistas têm muito a ver com a adoção, defesa ou abandono dos paradigmas. De alguma maneira, traz para o debate uma questão ideológica. Refutada por Popper, a ideologia não apareceria senão como entrave à correta filosofia do saber. Quando adotada por Bachelard, “ideologia” receberia sentidos bem diversos. Estava ele em outro lugar de interpretação: “ideologia” como pré-ciência. Deixaria aos discípulos, no entanto, a possibilidade de associar a noção de ruptura epistemológica àquela outra ideologia: a formulada por Marx.

A Análise do Discurso tem a ver com esses deslocamentos. Uma questão para Pêcheux, por exemplo, é como a física e a biologia, que se inseriram diferentemente no quadro de questões abertas pelo “corte galileano”, isto é, pela ruptura epistemológica que marcou o nascimento da ciência moderna, em relação à qual Galileu aparece como personagem-ícone, como a física e a biologia se relacionam com as demandas históricas que ajudaram a constituir-las e ao mesmo tempo legitimá-las. Em suma, como a física e a biologia constituem-se como efeitos de sentido e práticas discursivas do capitalismo:

⁴⁸ Kuhn, diplomaticamente, ressalta que há mais semelhanças do que divergências entre seu pensamento e o de Popper. Mas reitera sua hipótese contra a da *lógica da investigação e da descoberta*: “Já devia estar claro que a explicação na análise final, precisa ser psicológica ou sociológica. Isto é, precisa ser a descrição de um sistema de valores, uma ideologia, juntamente com uma análise das instituições através das quais o sistema é transmitido e imposto” (1979,29).

Se eu aplicasse este princípio ao problema da relação entre a física e a biologia, eu serei levado a dizer que a física e os ramos que lhe são conexos, incluindo a química, encontram historicamente seu domínio de aplicação na *transformação dos instrumentos de trabalho (meios de produção)* posta em jogo no processo de produção econômico e que a biologia encontra o seu na prática médica enquanto entrevista e adaptação da força de trabalho que se combina ao instrumento de trabalho no processo de produção econômica. A prática da aplicação da biologia se refere ao lugar específico do animal humano como elemento de forças produtivas (Pêcheux, 1969, 41).

Entenda-se que, quando Pêcheux mostra a relação das ciências com a realidade econômica, ele não está afirmando apenas uma relação colaborativa entre teoria e prática e tecnologias sociais. Mais tarde, a questão ficará mais clara, quando afirma que

Isso significa que as contradições que constituem o que chamamos as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção se repercutem, com deslizamentos, deslocamentos, etc., no todo complexo das ideologias teóricas *sob a forma de relação de desigualdade-subordinação que determinam os “interesses” teóricos em luta numa conjuntura dada*, e isso tanto no período que precede o começo histórico de uma ciência quanto durante o desenvolvimento sem fim que esse começo inaugura (1997,191).

Quando pensamos as relações da mediação de uma certa ciência, e sua articulação com os complexos industrial e financeiro, além das demandas sociais pela transformação das provas em dados informacionais, estamos recorrendo em última instância a essa questão posta por Pêcheux. O que está em jogo é que esta articulação é constitutiva dos caminhos que pode percorrer a ciência estudada. Por enquanto, o que nos cabe efetivamente é compreender os efeitos discursivos a partir dos meios de comunicação, chegando até a mídia procedural – aquela que entra como mecanismo básico de funcionamento das novas neurociências.

Foucault e a análise arqueológica

No pensamento de Michel Foucault, as abordagens tanto de Canguilhem, dedicadas às ciências da saúde, quanto de Bachelard, dedicadas às ciências naturais e geometria, pertenceriam a uma análise histórica do limiar da cientificidade. Eles tentam identificar os momentos pré-científicos, os obstáculos, aquilo que ainda não é ciência, mas que já se

coloca como saber. De antemão, ao propor uma arqueologia do saber, Foucault explica que a esta não interessa somente a análise voltada para as epistemes. E aí é preciso não confundir a proposta teórica com a análise realmente empreendida no livro. Se de certa forma, a “era clássica”, do Renascimento ao século XIX, desenvolveu a epistemização de diversas positivities, obrigando com isso o pensador da história das idéias a reservar um lugar privilegiado às ciências, não é demais lembrar que a compreensão do saber pode ser estendida ao ético, ao estético e ao político.

Mas mesmo dentro da análise voltada para as epistemes – a formação dos saberes científicos – não é bem o limiar da cientificidade que funciona como o marco de sua arqueologia. Nem o mais rigoroso limiar da formalização funcionaria como tal. A arqueologia de Foucault estará preocupada, sobretudo, com aquilo que vai do surgimento de práticas e formações discursivas a sua epistemização. As formações discursivas propriamente se estabelecem aí, não como a unidade de análise, visto que a unidade é o enunciado, mas o campo de observação de Foucault. Elas têm um valor conceitual de superação de uma história descontinuista das ciências, visto que aponta para uma regularidade, e faz superar a primazia do corte e da ruptura, ao mesmo tempo em que permite a distinção entre uma teoria do conhecimento, e da consciência, de fundo subjetivista e psicológico, que se encontra ainda em Bachelard, e uma teoria do saber, que passa longe de um juízo sobre as consciências “individual” ou “coletiva”, para compreender o lugar de articulação entre práticas discursivas e positivities. Este conceito é expressão de uma vontade de descarte definitivo da filosofia da consciência.

O conceito de formação discursiva não nasce, sob o aspecto da regularidade, para reinserir a história num continuísmo: assim como as noções de *série*, da história nova, há múltiplas formações discursivas, com seus tempos, com suas modalidades enunciativas, sua formação de objetos e conceitos, suas estratégias. Como conceito central e articulador, as formações discursivas de Foucault também permitem fazer o autor dialogar com o conceito de ideologia, tão rarefeito no autor francês, numa perspectiva em que possa confrontar, em uma perspectiva não marxista, a relação entre ideologia e ciência.

Uma arqueologia do saber não procurará a ideologia na história das ciências, no nível de sua “estrutura ideal”, nem no nível de sua utilização técnica em uma sociedade, nem no nível da consciência dos sujeitos que a constroem:

Se a questão da ideologia pode ser proposta à ciência, é na medida em que esta, sem se identificar com o saber, mas sem apagá-lo ou excluí-lo, nele se localiza, estrutura alguns de seus objetos, sistematiza algumas de suas enunciações, formaliza alguns de seus conceitos e de suas estratégias; é na medida em que, por um lado, esta elaboração escande o saber, o modifica, o redistribui, e por outro, o confirma e o deixa valer; é a na medida em que a ciência encontra seu lugar em uma regularidade discursiva e, por isso, se desdobra e funciona em todo um campo de práticas discursivas ou não (2000:210).

É natural que o pensamento de Michel Foucault nos demande mais espaço de exposição. O autor está intrinsecamente ligado à história da Análise de Discurso. Da mesma forma, é um dos principais nomes do pensamento sobre a ciência no século XX. Sua relevância vai mais além, devido ao fato de colocar no mesmo espaço de reflexão uma tentativa de elaborar uma nova teoria do saber, aquém e além das ciências constituídas, e, principalmente, superar as aporias da filosofia do sujeito. Diremos, sem qualquer novidade, que o pensamento de Foucault problematiza a relação entre saber e poder, buscando suas repercussões numa teoria que supere as teorias tradicionais do sujeito.

Praticamente busca extinguir a coincidência entre homem – e indivíduo – e sujeito, ação teórica que ele debita “à morte do homem” como “sujeito de seu próprio pensamento” proporcionada pelas novas ciências, como a antropologia, a lingüística e a psicanálise. Foucault confia, como em Bachelard, que uma nova epistemologia deveria estar atenta a esse salto, numa nova epistemologia que nem mais mereceria esse nome. Daí que a “arqueologia” é marcada justamente pelo questionamento de unidades analíticas como *tradição* – que faz com que às novidades possam “ser isoladas sobre um fundo de permanência, e seu mérito transferido para a originalidade, o gênio, a decisão própria dos indivíduos”; *influência* – que liga, à distância, e através do tempo, como se fora por meio de propagação, “unidades definidas como indivíduos, obras, noções ou teorias”; *evolução* – que submete a história “ao poder exemplar da vida”; *mentalidade ou espírito* – que fazem surgir, como princípio de unidade e de explicação, a soberania de uma consciência coletiva,

sempre associadas a uma metafísica do sujeito, cujas metáforas são estendidas aos acontecimentos (idem, 24).

Para Foucault, um saber é tanto “o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um *status* científico – envolvendo um conjunto de condutas, de singularidades, de desvios, do que se pode falar no discurso”; quanto “o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seus discursos”. Neste sentido, afirma que “o saber da medicina clínica é o conjunto das funções de observação, interrogação, decifração, registro, decisão, que podem ser exercidas pelo sujeito do discurso médico, ou para ser reconhecido como um sujeito do discurso médico”.

Mas o exemplo citado acima pode trazer a impressão equivocada de que esse sujeito do discurso estará inevitavelmente amarrado ao saber científico. Pelo contrário, para Foucault, há saberes que são independentes das ciências, ao mesmo tempo em que não é possível deixar de fora o fato de que não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma. Em outras palavras, indivíduos tornam-se – quando estão no regime do pensamento e das práticas pensadas – sujeitos, mas sujeitos são sempre sujeitos de um discurso, de uma formação discursiva, que realiza um certo saber.

Mas falemos um pouco mais sobre a relação entre o saber e as formações discursivas, antes de pensar as próprias formações discursivas e as noções de sujeito e subjetividade no autor francês.

Foucault distingue o que seriam os *domínios científicos* dos *territórios arqueológicos*. São domínios científicos aquelas formações discursivas que ultrapassaram o limiar da cientificidade, quando obedecem a certas leis de construção. O território arqueológico é mais amplo: não é, como em Bachelard, o imaginário que vai permitir o nascimento de uma ciência; nem o ideológico pré-científico⁴⁹ de Canguilhem (2000). O saber como pano de fundo do surgimento de uma ciência também poderá ser investigado nas formações discursivas que se encontram também na literatura, na religião, nas práticas cotidianas.

⁴⁹ “Ideologia”, pensada como esse “ainda não científico” levaria ao risco de uma retomada evolutiva, no sentido de que necessariamente uma formação discursiva ou tende à transformação em ciência, ou estagna como um subproduto ou pseudociência.

No nosso caso, por exemplo, ao pensar os neurodiscursos, estamos aptos a falar de formações discursivas que estão aquém e além das neurociências. Não houve tempo para Foucault pensar com armas conceituais mais contemporâneas a formação dessa sociedade midiática. Se quiséssemos restringir nosso trabalho a um tratamento arqueológico, diríamos que os neurodiscursos vão se tornando, na sociedade atual, o fundo sobre o qual se desenvolvem e se desdobram publicamente as neurociências, numa sociedade midiaticizada.

Mas um outro cuidado é preciso tomar. Foucault trabalha com uma diferença entre o *saber* – que envolve as práticas discursivas ou não, como os “campos de visibilidades” – e as formações discursivas. Para isso citamos, ainda que de forma um pouco extensa, o momento preciso em que a noção de *formação discursiva*, concomitantemente a *regras de formação*, aparece na Arqueologia:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* – evitando assim, palavras demasiado carregadas de condições e conseqüências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade”. Chamaremos de *regras de formação* as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). As regras de formação são condições de existências (mas também de coexistência, de manutenção e modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva (idem, 43).

Numa leitura transversal de Foucault⁵⁰, Campilongo mostra que é possível trabalhar o conceito de formação discursiva mesmo na época em que o autor parecia estar distante das questões discursivas, quando mais preocupado com uma estilística da existência.

Talvez também possamos afirmar (...) que o objetivo da obra de Foucault seja apontar os modos de subjetivação dos seres humanos em nossa cultura. Por isso

⁵⁰ Evidentemente há muitas maneiras de abordar a obra de Michel Foucault, mas aqui destaco pelo menos duas: buscando coerências no todo da obra – em que pese o próprio autor questionar o termo – vendo um diálogo consonante entre as partes, ou ressaltando as dobras de seu pensamento, enfatizando o específico de cada fase: arqueologia do saber, a genealogia do poder, e a estilística da existência. *Abordagem transversal* seria a primeira.

Foucault tratou dos três modos de objetivação do sujeito: os modos de investigação do sujeito que fala na gramática, na filologia e na lingüística; a objetivação do sujeito produtivo, do sujeito que trabalha; e o modo como o ser humano aprendeu a reconhecer-se como sujeito de uma “sexualidade”. As três dimensões aqui apontadas, isto é, saber/poder/subjetividade, inscrevem o sujeito na construção de uma “ontologia histórica de nós mesmos” (1999, 65)

O que é reafirmado pelas democracias liberais contemporâneas é a idéia de um sujeito moral e transcendente – cujas verdades são universais e eternas. Foucault trabalha na compreensão dos regimes de verdades – ou seja, verdades construídas historicamente – resultado de lutas e relações de poder. Assim é possível mostrar que as formas de subjetividade, preocupação presente na última fase do autor, estão estreitamente ligadas às formações discursivas, fase “arqueológica” do autor:

A formação desses sujeitos subjetivados pelas identidades nessas formações culturais é o resultado de formações e práticas discursivas, que se inscrevem nas relações de saber/poder e nos processos de subjetivação, organizados por sistemas de interdições e subjetivações que Foucault denominou de tecnologias do si, que incrementam uma “ética da existência”.

Ora essa ética ou, como diríamos, o “dever-ser” do sujeito, vem processando ao longo dos séculos a homogeneização do uso dos prazeres conjugada a uma especialização dos saberes e sua inscrição sobre o corpo, o bio-poder, processo este que tem como resultado a reconfiguração de identidades sociais e culturais. Há, portanto, uma relação direta entre o saber, principalmente, o científico – a partir do imperativo do saber-de-si – e os micro-poderes e a constituição das identidades culturais, que funcionam como referenciais de conduta e subjetividades mesmo em sociedades altamente complexas como as sociedades contemporâneas. Estes referenciais de conduta não são exteriores ao indivíduo, ou aos sujeitos do discurso – *posições discursivas*, na primeira formulação, *formas de subjetivação* na segunda, em que pesem os contextos teóricos oblíquos, se

considerados os deslocamentos do pensamento foucauldiano⁵¹. Como Birman afirma, estas identificações estabelecem aquilo que se pode pensar como *percurso dos desejos*.

Nesse momento, tocamos num dos pontos mais intrigantes do pensamento de Foucault, que leva a embates e aporias. O embate vem do fato de que uma das formações discursivas identificadas por Foucault, responsáveis pela construção desse “saber de si” e do biopoder no mundo ocidental contemporâneo, é a psicanálise, justamente ela que põe em causa a questão dos desejos. De maneira direta, para Foucault, a psicanálise está associada à medicina moderna, e à tradição da psiquiatria do tratamento moral. Ela partiria do pressuposto de que o paciente nada sabe sobre si mesmo, impondo-lhe um saber – de fora – de si. Com isso, como formula Birman (2000), a psicanálise não se afastaria do discurso do cuidado de si, presente na Antiguidade e que sobrevivera até a medicina pré-moderna. Mas há um fato novo que faz Foucault reconsiderar sua posição – principalmente em *História da Loucura e o Nascimento da Clínica*: a concepção de Jacques Lacan de inconsciente fundado na linguagem.

A posição descentrada do inconsciente e a exterioridade do campo da linguagem foram concebidas por Foucault como ruptura crucial com a tradição da filosofia do sujeito. Com efeito, enquanto aqueles funcionavam com sendo um Outro da consciência e como exterioridade da consciência, a hipótese lingüística interessava a Foucault na medida em que isso ia ao encontro do seu trabalho de então, qual seja, valorizar o pensamento do fora, no qual a literatura se destacava. (Birman, 2000, 94)

Mas, como se sabe, as preocupações da genealogia do poder colocavam em suspenso a questão da linguagem como foco principal de análise, e sua capacidade de se realizar uma superação crítica com a filosofia do sujeito. Principalmente porque, para além da questão da linguagem, haveria também a questão dos – saberes enquanto – poderes e das

⁵¹ Se, num primeiro momento, *sujeito* como posição leva à percepção daquilo que os indivíduos devem e podem fazer e pensar para pertencerem a uma posição em certa formação discursiva, num segundo momento, o edifício teórico foucauldiano é enriquecido com as considerações sobre a constituição de um indivíduo enquanto sujeito subjetivado, “elo de interdições e submissões, alvo de um bio-poder, de tecnologias políticas sobre seu corpo e subjetividade”. Nestes termos, ver Campilongo (op.cit).

⁹ Esta reconsideração fica bem evidente na entrevista intitulada “Lacan, o “Libertador da Psicanálise”, (1981, in Ditos e Escritos I) em que Foucault afirma que “Lacan queria que a obscuridade de seus *Escritos* fosse a própria complexidade do sujeito, e que o trabalho necessário para compreendê-lo fosse um trabalho a ser realizado sobre si mesmo”, p. 299.

instituições como lugares de disciplina e de formação das subjetividades. E aí a psicanálise volta ao centro da questão como uma instituição disciplinar.

Birman localiza no problema da renúncia o maior distanciamento entre Foucault e Lacan, na medida em que “para Lacan, a renúncia seria fundamental para a constituição da subjetividade, possibilitando a constituição do sujeito falante” (idem, 97).

Sabe-se que, para Lacan, o objeto perdido é condição do desejo – não haveria desejo sem falta – e do ingresso do indivíduo na constituição da subjetividade, efeito só possível no campo da linguagem. A interdição do incesto, por exemplo, seria uma perda constitutiva, instaurada pela entrada em jogo da *lei* e do *nome do pai*. Em última instância, só haverá sujeito se houver a inscrição no simbólico, sua condição *sine qua non*, e só haverá a plena inscrição no simbólico se houver renúncia – do desejo da mãe. É nesse ponto que Foucault estabelece seu distanciamento.

... é justamente a ética da renúncia que está no fundamento da crítica de Foucault ao pensamento de Lacan e da sua formulação da positividade do cuidado de si, como proposta de desconstrução do imperativo platônico-socrático do conhecer a si mesmo. (idem, ibidem)

Mas a crítica de Foucault à psicanálise não veio acompanhada de uma teoria própria do inconsciente – que apontasse para fora da ética da renúncia – única saída possível de uma teoria da subjetividade que repusesse em cena aquilo que ele tentou superar. Isto levou a um problema na obra de Foucault, a que denominamos *paradoxo do analista*. A questão pode ser formulada do seguinte modo: se o analista *sabe* que todo o pensamento poderá ser localizado em uma ou várias filiações discursivas, tendo essas filiações *regimes de verdade* próprios, que tendem a se institucionalizar – se bem sucedidas – em lugares de poder, como ele se manterá crítico diante do próprio pensamento ao qual é possível aplicar as mesmas condições? Ou ele reconhece que os *seus regimes de verdades* são locais, imanentes, ou se posiciona fora do próprio campo a partir do qual imaginara ser possível sua crítica, perdendo seu lugar próprio de interpretação. Paradoxo que só pode ser superado se admitirmos que há um outro saber, que não o saber consciente.

Mas Foucault tentaria resolver o problema com o recurso aos saberes que estão para além e aquém do científico. Há o saber estético, por exemplo, o que parece estar na base de sua estética da existência, e sua opção pelo imperativo do cuidado de si – uma série de recomendações que não são efetivamente coerções. O problema é que se os saberes científicos estão em relação direta com os poderes – condição de subjetivação e resistência – não se pode dizer, para a vida em sociedade, que os outros também não estejam. Ou se aplica a genealogia/arqueologia a tudo ou se legisla em causa própria. Ou se estende a crítica discursiva a si próprio, ou se corre o risco de criar lugares eclipsados com um nada-a-dizer bastante inquietante.

Foucault descreve as práticas do imperativo do “cuidado de si” sobre o pensamento e o corpo como um conjunto de técnicas cuja finalidade é vincular a verdade e o sujeito, através da meditação, e de outros exercícios e técnicas próprias, difundidas e discutidas detidamente por epicuristas, estóicos e outros filósofos.

Mas é preciso bem compreender: não se trata de descobrir uma verdade no sujeito nem de fazer da alma o lugar em que, por um parentesco de essência ou por um direito de origem, resiste a verdade; também não se trata de se fazer da alma o objeto de um discurso verdadeiro. Estamos ainda muito longe do que seria uma hermenêutica do sujeito. Trata-se, ao contrário, de dotar o sujeito de uma verdade que ele não conhecia e que não residia nele; trata-se de fazer desta verdade aprendida, memorizada, progressivamente aplicada, um quase-sujeito que reina soberanamente em nós (2004: 608).

Mas se a questão é um resgate do imperativo do cuidado de si *apesar* do imperativo do saber de si, a opção por uma estética da existência não des-implica o fato de que, nas atuais condições de realização do pensamento foucauldiano – a sua existência institucionalizada em regras de formação acadêmica, condições mínimas de pensamento e coerência, impostas pela função de autoria⁵² – é o saber de si que continua sendo o ponto

⁵² Conforme concebida na Análise de Discurso, a partir de Orlandi, “a função-autor se realiza toda vez que o produtor da linguagem se representa na origem, produzindo um texto com unidade, coerência, progressão, não contradição e fim. Em outras palavras, ela se aplica ao corriqueiro da fabricação da unidade do dizer comum, afetada *pela responsabilidade social* (2001). O grifo (nosso) mostra o termo-base sobre o qual acrescentaríamos o fato de que essa responsabilidade é também aquela que enquadra institucionalmente um cientista, acadêmico ou filósofo dentro de limites de *condutas do dizer*. A autoria passa a ser a mais institucionalizada das funções sujeito. A não *obediência* a essa premissa faz do sujeito um *desaforado*, ou

de partida para um saber outro. Foucault parece antever que seu pensamento seguiria o curso, por exemplo, de um outro *autor*, Jacques Lacan, quando comenta sobre este: “A influência que exercemos não pode ser nunca um poder que impomos”.

Veremos, portanto, a crítica de dois alemães sobre esta saída de Foucault, já entrando em discussões mais estritas sobre a teoria do discurso.

Capítulo III

Discurso e Teoria Social

Dois críticos alemães vêem problemas na tentativa de superação da metafísica do sujeito por Foucault. O primeiro é Habermas, para quem Foucault, ao trabalhar sobre o indivíduo submetido às formas de subjetivação, ainda sustenta uma questão do sujeito, não ultrapassando a metafísica. O segundo é Honneth, que traz a seguinte indagação: como é possível alguém perceber um novo sujeito ou novas formas de subjetivação – o que de outra forma seria a estética da existência? – sem uma compreensão global das sociedades? Honneth vê, por isso, no pensador francês, um *déficit sociológico*, o que nós retraduzimos como *déficit ideológico*, visto que as formas de subjetivação não podem ser ultrapassadas sem que as condições históricas se transformem. Mais especificamente, perguntando-nos sobre a proposta da estética da existência: em que sentido fazer recair sobre o indivíduo a resistência e a luta por uma estética da existência é não retornar a um *destino* humano? Como “resistir” às identificações culturais, se não se pensar um sujeito – pleno, autônomo, num retorno à hermenêutica do sujeito – capaz de “resistir”?

Essa aporia parece estar associada à forma como Foucault passou de uma teoria das formações discursivas, ponto central da sua crítica do saber, para uma teoria do poder, sem que se resolvesse suficientemente a superação de uma metafísica da consciência, ou do sujeito. No momento da Arqueologia, as questões entre as formações discursivas e as práticas não estão ainda muito bem definidas, apontando ora para uma determinação das práticas pelas formações discursivas, ora para a localização das práticas em regiões pré ou não discursivas, que, no entanto, pela própria amplitude do conceito de saber, restavam indefinidas ou apenas definidas por negação. Foucault parte então para uma teoria da ação regulada pelas formações discursivas, que, por sua vez, eram expressões de uma vontade de poder sem sujeito. A “vontade” migra de uma consciência transcendental próprias às filosofias tradicionais para o si-mesmo das formações. Mas não seria estranho, conforme o questionamento habermasiano, atribuir vontades aos saberes?

O problema não é resolvido na passagem para a genealogia do poder. Como argumenta Habermas:

Em suas últimas investigações, Foucault desenvolverá de modo explícito esse conceito abstrato de poder; virá a compreendê-lo como interação de facções em guerra, como rede descentrada de confrontações corporais face a face, enfim, como penetração produtiva e submissão subjetivante de um defrontante corpóreo. Mas o importante em nosso contexto é como Foucault *funde* esses significados tangíveis do poder e o sentido transcendental das operações sintéticas que Kant havia atribuído a um sujeito e que o estruturalismo compreende como um acontecer anônimo, isto é, como uma operação descentrada pura, regida por regras, com elementos ordenados de um sistema construído de maneira supra-subjetiva. Na genealogia de Foucault o “poder” é, antes de tudo, um sinônimo dessa *pura atividade estruturalista*; (...) Mas esse poder constitutivo do discurso deve ser simultaneamente um poder transcendental de criação *e* um poder empírico de auto-afirmação. (2000, 358)

Habermas enxerga aí uma *exigência estruturalista* de que toda formação discursiva gere as regras que elas mesmas vão seguir para gerir sua base institucional. Veremos mais tarde, que para nós as formações discursivas não podem ser pensadas como auto-constituídas, mas como fruto da própria dinâmica dos conflitos sociais, sendo as instituições, no entanto, “para além dos modos de dizer”, uma materialização privilegiada das formações discursivas dominantes em certo momento da história – instituições que têm como função social, vista dentro de uma teoria do discurso, a estabilização dos sentidos⁵³. Ora nessas “regularidades que se auto-regulam” acabam se repetindo mais à frente na obra do autor sob outro repertório conceitual. Na teoria do poder, Foucault parece tentar descartar esta autonomia das formações discursivas auto-reguladas, mas recai sobre processos anônimos de dominação também auto-regulados.

Trata-se agora de descobrir, por meio dos tipos de discurso e das formas de saber, as tecnologias de dominação em torno das quais um complexo dominante de poder se

⁵³ Para efeito de ilustração nesse momento, pensamos a instituição Justiça, na sua especialização criminal: ela mesma contemporaneamente fruto de formações discursivas dominantes que oferecem o lugar de entendimento sobre as formas mais adequadas de “prestações de conta” do criminoso ante a sociedade. Mas estas formações discursivas nasceriam de embates de gestos de interpretações levados a termos por grupos sociais específicos em conflito, em certo momento histórico. Por sua vez, a instituição Justiça busca a todo custo estabilizar as interpretações sobre aquelas “prestações de conta”. Daí o caráter sempre problemático dos “casos não previstos”. Quando nos referimos aos gestos de grupos em conflito, estamos na seara das formações ideológicas. Ou seja, nada muito distante da própria crítica de Pêcheux, que veremos a seguir, com a exceção de sua ênfase na luta de *classes*.

concentra, exerce seu domínio e, por fim, é substituído pelo próximo complexo de poder seguinte. A pesquisa histórica das tecnologias de poder, as quais instrumentalizam os sistemas de saber até nos seus critérios de validade, deve poder se mover sobre o terreno sólido de uma teoria social naturalista. (idem, 377).

A questão, no entanto, que permanece irresoluta é o fato da dificuldade de se saber se estas tecnologias de dominação agem por coerção ou por adesão dos indivíduos subjetivados. Fica a um resta-saber não respondido, que Foucault vai tentar dar conta na sua terceira fase, quando começa a pensar as tecnologias do eu, e de si. Desta vez, no entanto, a vontade de saber, transmutada em vontade anônima de poder, volta como vontade de saber (e poder) sobre si.

Foucault remete essas tecnologias, que exortam os indivíduos a um exame consciencioso de si e ao descobrimento da verdade sobre si mesmo, às práticas de confissão e, de modo geral, ao exame cristão de consciência. Práticas estruturalmente análogas que, durante o século XVIII, penetram todos os domínios da educação, instalam, em volta do centro da percepção das reações sexuais próprias e alheias, um arsenal de instrumento de auto-observação e auto-interrogação. (idem, 383)

A psicanálise seria um dos momentos culminantes desse auto-domínio e dessa auto-disciplina que tem nas ciências humanas a articulação de uma saber científico e de um poder. Mas perguntaríamos se não é no exame da consciência que Foucault procura ultrapassar com seu pensamento as ciências sociais e humanas como um todo. Se no período arqueológico – de *Palavras e as Coisas* até a sistematização própria da *Arqueologia do Saber* – ele fez sua tentativa de desmonte das chamadas ciências “do homem”, mostrando como a própria percepção de “homem” já era em si mesmo uma construção histórica, mais tarde, será o próprio imperativo do *conheça-te a ti mesmo* que será rejeitado como um todo. Sem uma teoria do inconsciente que operasse uma importante fissura na metafísica da consciência, e sem uma teoria social que localizasse precisamente os grupos sociais em conflito, Foucault retorna sem perceber a um subjetivismo das ações – das ações de resgate do *cuidado de si*.

Interpõe-se a nosso ver um problema acerca da viabilidade do conceito de formação discursiva, herdado de Foucault, mas que consolidou-se na AD pela reinterpretação dada

por Pêcheux. Curiosamente, já nos anos 80, entre os pesquisadores franceses, esse conceito era, de certa forma, abandonado, graças ao processo de reconsideração das teorias discursivas com a anunciada falência das interpretações neomarxistas da sociedade. No Brasil, apesar disso, o conceito operativo que são as formações discursivas manteve-se, como que afastado das contradições.

Hoje podemos dizer que a análise das formações discursivas em Michel Foucault ressentia-se de três déficits que deram margem a críticas ao seu pensamento. O déficit de uma teoria do inconsciente, mesmo própria, que retomasse a ruptura que ela significou na elaboração de uma teoria não subjetiva do sujeito e que lança Foucault na aporia constatada acima; o déficit de uma materialidade, que desfizesse o caráter etéreo das formações, as percebendo como realizações materiais do simbólico humano – como tentaremos ir deixando claro no decorrer de nosso trabalho – e por fim um déficit de uma teoria da ideologia que identificasse os grupos sociais em conflito, sendo este o próprio motor no Real da História.

O déficit ideológico de Foucault fora apontado imediatamente por Pêcheux, já no início dos anos 80, que nele percebe um desejo de superar a crítica das ideologias, com uma conceituação nova que, no entanto, o faz distanciar-se da categoria de contradição constitutiva. O problema é que não se poderia ter “impunemente um discurso paralelo ao materialismo histórico sem dele sofrer a repercussão”. Em outras palavras, Foucault não responde às questões postas pelo materialismo – em nome de uma crítica que ultrapassaria as razões do Estado e de classe – antes que dele se afaste.

O pensamento de Foucault, pretendendo duplicar aquele (o materialismo) à distância não escapa à regra: a ausência da categoria de contradição em Foucault se paga pelo retorno de noções como aquelas de estatuto, norma, instituição, estratégia, poder, etc, que contornam indefinidamente a questão do poder do Estado como a questão da luta de classes, assim como o fez toda a psico-sociologia anglo-saxônica cujas noções são de resto amplamente – dela – procedentes. Esta aí a linha política encoberta do pensamento de Foucault com o que eu chamei de reformismo teórico (Pêcheux, 1977, 236)⁵⁴.

⁵⁴ Tradução nossa.

Seria mesmo difícil para Foucault abandonar uma crítica ideológica, mantendo-se ao largo dela. Isto é, sem sair dela, propriamente, e com ela dialogando. A categoria da contradição – e conflito – conforme se dá na crítica ideológica neomarxista acaba sendo abandonada pelas contradições e conflitos de sentidos sem uma análise detida dos movimentos da base social. O *imbróglio* epistemológico em que Foucault se metera acabou sendo percebido por Pêcheux, da forma como Pedro de Souza ressalta, ao comentar o artigo de Pêcheux:

Ao apontar a ausência da categoria da contradição no quadro conceitual proposto por Foucault, Pêcheux não o faz confrontando uma ausência e uma presença, uma negação e uma afirmação; o faz antes propondo uma crítica a esta espécie de polarização entre o dentro e o fora. Como estar fora sem sair de dentro? Ao voltar a Espinosa, Pêcheux não reivindica coerência, mas acentua a contradição que marca o sujeito se fazendo entre uma prática e outras: a política e a universitária. Tomando a contradição como princípio imanente à ideologia e como força advinda de uma exterioridade constitutiva, ele aponta para o seu modo material de existência e de funcionamento no sujeito. Por isso mesmo, Pêcheux se reporta ao Espinosa do *Tratado teológico político*, notadamente o método interpretativo desenvolvido no capítulo sete, pois nele se expressa o gesto de interpretação que, em se mostrando enquanto tal, não se negou como consequência de uma prática política que Espinosa dirigiu a uma ideologia religiosa exercendo-a de dentro da instituição que a sustenta. Daí vem o que hoje sabemos, isto é, que a heterogeneidade não se opõe dialeticamente à ideologia e à língua, nem existe fora delas. A heterogeneidade descreve o próprio da constituição do sujeito na língua e na ideologia. (Souza, 2005, 198)

Abrimos aqui um adendo para a consideração da “formação discursiva” como categoria analítica. Este conceito, na Europa, como já se afirmou acima, sofre os efeitos de uma perda de parâmetros com o ocaso da tradição neomarxista nos anos 90. Aqui, graças ao trabalho de leitura insistente sobre a obra de Pêcheux, ela se manteve com seu poder crítico. Hoje, no entanto, ela corre o risco de renascer tanto por lá quanto por aqui, sob o signo de uma concepção reformista (numa retomada do sujeito autônomo e transcendental para cuja superação apontava o Foucault da arqueologia); o que, em análise como a empreendida aqui neste trabalho, traria o dano de se pensar as formações discursivas na ciência, sem sua compreensão na esfera das contradições históricas, o que nos faria incorrer num formalismo já denunciado por Pêcheux:

O que põe filosoficamente a tendência lógico-formalista, é fundamentalmente que *a historia não existe*: o espírito humano é concebido com a-historicamente transparente a si mesmo sob a forma de uma teoria universal das idéias que aparece assim como uma pseudo-ciência completa, capaz de gerenciar (maîtriser) as origens e os fins. A lua ideológica de classe não existe então mais, no sentido forte do termo: não se trata realmente senão de conflitos lógico-éticos, psicológicos, participando da essência humana da sociedade. (Pêcheux, 1977: 249)⁵⁵.

Portanto, ao trazer a contribuição de Michel Foucault para uma crítica discursiva, deve-se pensar como o autor, se tivesse tido mais tempo, poderia resolver aqueles dois déficits: o de uma teoria da ideologia – a da consideração efetiva dos grupos sociais em conflito – e o de uma teoria do inconsciente – a reafirmação de uma teoria não subjetiva do sujeito que não redundasse num retorno ao indivíduo. Curiosamente, se por um lado, Habermas consegue oferecer em resposta ao primeiro um modelo crítico alternativo, por outro, quando disserta sobre as fragilidades de uma teoria das formações discursivas, sem que compreenda as potencialidades desse conceito, incorre no segundo déficit, o de uma teoria do inconsciente, na medida em que faz a opção por uma teoria eminentemente lingüístico-pragmática da ação. Como se poderia construir um modelo crítico alternativo – às teorias neomarxistas da ideologia – sem oferecer também uma alternativa à teoria do sujeito, que não apelasse para o sujeito cômico de si?

Habermas tenta de certa forma ultrapassar a crítica à percepção da unidimensionalidade do homem contemporâneo, realizada por Marcuse (op.cit), submetido ao domínio da técnica e da ciência. Marcuse reelabora a avaliação weberiana de que a marca do capitalismo ocidental moderno – visto que haveria outros capitalisms⁵⁶ - é a instauração de uma racionalidade que aos poucos vai, a partir do Estado e da esfera produtiva, penetrando em todas as instâncias da vida. Marcuse vê essa racionalidade como a própria dominação da técnica e da ciência sobre o homem contemporâneo, em que mesmo as formas de arte, a partir da sua transformação em peça funcional nos meios de

⁵⁵ Idem.

⁵⁶ “Neste sentido, o capitalismo e as empresas capitalistas, inclusive com uma considerável racionalização do cálculo capitalista, existiram em todo os países civilizados da Terra, como podemos julgar pelos documentos econômicos” (Weber, 2001, 10).

comunicação, acabam corroborando o fortalecimento e a sedimentação definitiva de uma ideologia⁵⁷ da civilização racionalizada.

A análise de Habermas (2000) sobre esta crítica marcusiana, ela mesma um desdobramento da teoria crítica inaugurada por Horkheimer como vimos, vai desaguar mais à frente, em *Consciência Moral e Agir Comunicativa*, na inserção do pensamento de Habermas num *paradigma do entendimento*, quando separa o “sistema” do “mundo da vida”: o primeiro marcado pela razão instrumental, que age como uma forma de domínio da natureza e tende a estender a todos os campos essa iniciativa – os modelos taxonômicos das ciências naturais, por exemplo, e a produção tecnológica, aplicadas ao gerenciamento do trabalho e da sociedade – e a razão comunicativa, lugar em que a ação é orientada para o entendimento e não para o “sucesso” e/ou “convencimento”.

O olhar objetivante em que o sujeito do conhecimento se dirige às entidades do mundo não poderá ser aplicado ao próprio estatuto das ciências sociais – compreensivas. Desta forma, Habermas tenta ultrapassar de uma só vez uma filosofia do sujeito de base metafísica, e a crítica sem saída possível dos seus antecessores na Teoria Crítica. O autor atribui às ciências sociais compreensivas a revalorização de uma razão comunicativa, cujo fundamento é a atitude performativa dos participantes da interação que coordenam seus planos de ação ao se entenderem entre si sobre algo no mundo.

Nesse momento, o paradigma lingüístico com que Habermas está formulando a sua ética do discurso é o de uma pragmática transcendental. O sujeito/falante sabe perfeitamente o que é falar de um “terceiro” e o que está numa relação interativa com o outro. Ora, essa atitude dos participantes em uma interação mediada pela linguagem possibilita uma relação do sujeito consigo mesmo *distinta* daquela mera atitude objetivante adotada por um observador em face das entidades do mundo. Há aí duas atitudes: uma em que, afastada de suas relações imediatas, ele pode assumir uma certa posição extramundana do *eu transcendental* diante das coisas; outra, a posição intramundana do eu empírico diante do outro. A saída, portanto, passa a ser a superação da reflexão objetivante sobre o

⁵⁷ Uma ideologia, no entanto, que não agiria pelo engodo, mas pela razão e pela verdade. Daí que no livro de Habermas, “ideologia” vem entre aspas, porque ela representa mais a “despolitização” da sociedade, em pró da tecnologia e do progresso da ciência, reificada como um bem em si mesmo a ser conquistado por todos.

outro, de forma que a *condição de felicidade dos atos de fala* não seja o con-vencimento, mas o entendimento.

Habermas tenta salvar o projeto iluminista do paradoxo em que a crítica da Escola de Frankfurt o meteu. Pois que não é todo o projeto iluminista que vai contribuir dialeticamente para a dominação e não para emancipação. Mas apenas aquela parte do projeto representada pelas ciências da dominação da natureza e sua aplicação de seus modelos em alguns casos nas ciências sociais humanas – restauradoras.

Mas há dois problemas em Habermas, sendo um deles apontado pela crítica de Axel Honneth (1997): o paradigma do entendimento faz Habermas passar ao largo da dimensão dos conflitos sociais e sua importância na constituição histórica. O segundo problema seria o fato de que a tese do agir comunicativo parte de sujeitos individuais que, conscientemente, participam de uma interação em busca do entendimento, bem ou mal sucedido. A ênfase relacional da intersubjetividade – é esse o foco teórico de Habermas, que tenta evitar a discussão sobre o estatuto do sujeito, que o remeteria de volta à metafísica da consciência – não desfaz o fato de que há sujeitos que permanecem soberanos – e conscientes – ante o outro. Habermas sugere que o sujeito constitui-se na interação, mas a busca pelo entendimento parece sugerir uma constituição prévia desses sujeitos anterior à própria interação.

Primeiro, tentaremos compreender mais amiúde a questão do conflito faltante em Habermas. E é justamente essa falta que Axel Honneth, um herdeiro crítico de Habermas na Escola de Frankfurt e na Teoria Crítica, busca superar. Sob a perspectiva de um paradigma do conflito e não do entendimento e do consenso, conforme a ética discursiva habermasiana, Honneth aposta na luta pelo reconhecimento como o motor da história e da própria constituição das subjetividades.

Axel Honneth (2003) tenta compreender como o *conflito moral*, não reduzido à luta de classes como na tradição marxista, seria constitutivo da dinâmica social. Tendo a ação social como mediador necessário da socialização do indivíduo, Honneth mostra que os conflitos sociais surgem na medida em que um ou mais dos padrões intersubjetivos de reconhecimento é infringido, sem os quais o indivíduo não poderia referir a si mesmo como

um sujeito emancipado: a auto-confiança, pela experiência do amor, auto-respeito, pela experiência do direito, e auto-estima, pela solidariedade.

A categoria de conflito aparece então como base da interação social e sua gramática é a luta pelo reconhecimento. Os desenvolvimentos sociais, portanto, são impulsionados pela força moral das tentativas de restauração de relações de reconhecimento mútuo. Ao contrário de Habermas, guiado por uma eticidade do consenso, com fins emancipatórios, ao colocar em primeiro plano uma teoria social do conflito, a concepção de Honneth abre, a nosso ver, caminho para um diálogo entre a análise de discurso francesa e a teoria crítica, visto que o posicionamento crítico é marca fundante desta análise de discurso e a questão do conflito, no início, o de classes, é inerente à sua constituição epistemológica.

Ao efetuar a compreensão do reconhecimento mais básico do indivíduo, aquele no limiar do surgimento do sujeito, empreendido pela experiência do amor, Honneth recorre às teorias de Winnicott sobre o papel da interação mãe e filho na passagem de um estado de simbiose total até a individuação, mostrando aí que tanto a autonomia quanto os possíveis distúrbios ou inadequações psicossociais podem advir de uma complicação nesse estágio. Em uma crítica à suposta tendência monológica da infância em Freud, segundo Honneth, prioriza-se na teoria psicanalítica de tradição britânica o aspecto relacional da formação de um *self* – o que proporcionará uma ponte para a consideração do *self* de Herbert Mead, quando se passa a considerar as fases dos reconhecimentos mais explicitamente sociais: do auto-respeito, proporcionado pela experiência jurídica – o sujeito do Estado; e da auto-estima, pela solidariedade, pertencimento comunitário.

O que está na base desses três padrões de reconhecimento é uma proposta de gênese relacional de base interacionista, que geralmente trabalha o simbólico como constituído no decorrer da interação social. Em outras palavras, há algo no “*self*” de pré-simbólico. É nesse aspecto que nossa compreensão se distancia de Honneth: o simbólico – e para nós, o discursivo – é constitutivo do sujeito, e a sua estruturação em relação ao Outro desfaz qualquer possibilidade de crítica a uma suposta tendência monológica freudiana.

Ainda que respeitando outros paradigmas, também o hermeneuta Gadamer (2002) reforça o aspecto constitutivo da linguagem para o sujeito – ou para o *homem*, nas suas palavras. Para ele, da mesma forma, a caracterização do conceito de *linguagem* não é um

“resultado fortuito e a posteriori”. Já em Aristóteles, afirma o hermeneuta alemão, a palavra *logos* – o que diferencia o homem dos outros animais – não significa apenas pensamento e linguagem, mas também conceito e lei.

Gadamer enfatiza que “a linguagem não é um dos meios pelos quais a consciência se comunica com o mundo”. Não representaria um terceiro instrumento ao lado do signo e da ferramenta. A linguagem não é nenhum instrumento, nenhuma ferramenta.

Pois uma das características essenciais do instrumento é dominarmos seu uso e isso significa que lançamos mão e nos desfazemos dele assim que prestou seu serviço. Não acontece o mesmo quando pronunciamos as palavras disponíveis de um idioma e depois de utilizadas deixamos que retornem ao vocabulário comum de que dispomos. Esse tipo de analogia é falso porque jamais nos encontramos como consciência diante do mundo para num estado desprovido de linguagem lançarmos mão do instrumento do entendimento. Pelo contrário, em todo conhecimento de nós mesmos e do mundo, sempre já fomos tomados pela nossa própria linguagem. É aprendendo a falar que crescemos, conhecemos o mundo, conhecemos as pessoas e por fim conhecemos a nós próprios. Aprender a falar não significa ser introduzido na arte de designar o mundo que nos é familiar e conhecido pelo uso de um instrumentário já dado, mas conquistar a familiaridade e o conhecimento do próprio mundo, assim como ele se nos apresenta. (idem, 176).

Na Análise de Discurso, uma marca particularmente forte dessa percepção da linguagem como constitutiva é o seu caráter relacional absoluto: o sujeito constitui-se na sua relação com o Outro, campo do sentido, campo da ideologia. Posicionado em formações discursivas, o sujeito está sempre diante de outras formações discursivas que se atravessam, e o atravessam historicamente. O que não tem qualquer coisa a ver, salvo uma interpretação muito alternativa, com uma visão estruturalista, visto que aquela tendia ao fechamento. A AD não pode se ocupar com tal fechamento. E não se ocupa, sem pensar a equivocidade, a incompletude.

Mas aquela perspectiva de Honneth, que entende o conflito como base teórica, é-nos interessante justamente pela extensão da luta pelo reconhecimento, em que está traçado um percurso desde a psicogênese do indivíduo – embora optamos pela teoria psicanalítica de base lacaniana, reconsiderada ideológica e discursivamente – até o desenvolvimento da dinâmica social pelo conflito, com a atenção devida ao fato, diferentemente do autor alemão, de que a linguagem ocupa um lugar constitutivo nesse processo.

A tradição da Teoria Crítica caminhou ao largo da percepção da linguagem como constitutiva do sujeito, principalmente quando Habermas, como contraponto ao pós-estruturalismo francês, recorre, ainda que criticamente, ao pragmatismo. Nesse âmbito, sua ética discursiva retoma no máximo o aspecto ritualístico da linguagem: lugar de atos de linguagem, conformação das posições subjetivas no agir comunicativo, mas exterior ao nascimento do próprio sujeito. Os efeitos discursivos dessa opção foram a re-instrumentalização da linguagem, e a elaboração de uma teoria ética do consenso, do entendimento, apagando a dimensão do conflito, que, no entanto, perdurara de certa forma na Escola de Frankfurt até ele.

Honneth vai além, sem dúvida: retoma a dimensão do conflito – ainda mais além, substancializa-o – e opta por fundamentá-lo na percepção do interacionismo simbólico; mas aí abre um problema – pelo menos para nossos propósitos: reintegra a linguagem no que Paul Henry chamou de campo da complementaridade, aquela extensão que vai da psicologia à sociologia, como pólos da explicação sobre o homem. Vejamos um pouco dessa questão em Henry.

O reconhecimento do sujeito/indivíduo numa universalidade aponta para o esquecimento da sua historicidade constitutiva e, portanto, da sua materialidade específica. Ora, de parte das teorias sociais, esse efeito é amenizado com o recurso às limitações contextuais e sociais da ação do sujeito. Mas da parte das teorias de fundo psicológico, a historicidade não se coloca como problema: a universalidade é retomada, a partir das ciências cognitivas, numa aproximação com as neurobiologias e com as teorias de informação⁵⁸.

Nesse último aspecto, a consequência mais imediata da concepção de um sujeito universal e permanente e, portanto, desprovido de materialidade histórica, seria a possibilidade de torná-lo objeto de uma “concepção abstrata da objetividade científica”. Se, nas teorias da linguagem, isso vem do estruturalismo, passando pelas concepções gerativas, hoje se encontra muito marcado na psicologia cognitiva e suas derivações no interior da Lingüística.

⁵⁸ Estamos falando especialmente da psicologia cognitiva, mas de certa forma a historicidade não comparece a muitas psicologias.

Nesse mesmo movimento, a dimensão do *conflito* está ameaçada. Um grande debate gira em torno do estatuto do sujeito, tema de disputa entre ciências, mostrando que é próprio à epistemologia ser um campo político. O que está em jogo é o direito legítimo de se *falar do sujeito*. Tem-se, de um lado, o reflorescimento de percepções biológicas: o sujeito é dado organicamente, posição arrefecida no início do século XX, por conta do descrédito a que se chegou com a persistência de teorias eugenistas, e o crescimento/amadurecimento do conceito de cultura e grupos sociais. Muito do comportamento humano, de forma compartilhada, e numa relação evolucionária, com outros animais, seria, agora, determinado geneticamente. O que está numa relação de contigüidade com algumas tendências das neurociências: muito da sua personalidade é atribuível a estruturas cerebrais, mapeáveis, localizáveis.

Do outro lado, mais familiar à Análise de Discurso, temos geralmente as teorias sociais, para quem o sujeito é materialização histórica, em graus diferenciados de autonomia. Ainda dentro desse campo social – e da linguagem –, no entanto, há linhas que sustentam proximidades com uma tendência de interpretação psico-biológica, a partir de algumas teses da psicologia cognitiva, que vem aditando também metáforas tecnológicas à definição do sujeito. Ou seja: é a própria questão de Henry ampliada e recolocada. Não estaríamos mais diante de uma fechamento *psicologia-linguagem-comunicação-sociologia*. Mas *psicologia cognitiva de base neurobiológica-comunicação-teorias informacionais- sociologia*.

Na equação mente-cérebro-máquina, a psicologia cognitiva garante a universalidade do sujeito, relegando o histórico ao circunstancial, reduzido “àquilo que também influi”, devido a uma certa plasticidade cerebral, “na formação do sujeito”. Aqui, a dimensão do *conflito* não é constitutiva, senão por recorrência à categoria de instinto de sobrevivência. A possibilidade de se alcançar o sujeito universal se concretiza por meio de um modelo de feitiço biológico. O sujeito-cérebro, o sujeito orgânico, é universal em sua definição biológica, genética. Da mesma forma, volta a possibilidade de se estabelecer uma homogeneidade teórica da linguagem enquanto função cerebral. O problema não está no fato de que alguns campos da Lingüística possam compartilhar de modelos biomédicos de conhecimento. O problema está no fato de que muito dessa aproximação contribui para a

des-historicização do sujeito – movimento muitas vezes ancorado pela aproximação entre positivismo e mercado – o sujeito da história passa a ser o sujeito medicável.

Diante disso, toda mediação que o simbólico poderá vir a fazer, como por exemplo, a sustentação de uma teoria da ideologia, passa a ser vista como excrescência científica, ou mais um capítulo de interesse político. A percepção de como a ideologia se estabelece nas relações simbólicas entre os homens é a principal contribuição que uma análise de discurso poderia trazer: a ideologia se materializa em discurso, que, por sua vez, dá-se na materialidade da língua – e, acrescentamos, de todos os sistemas semióticos – o que a torna perceptível, comprovável. Sujeito e sentido constituem-se simultânea e historicamente nas relações de força e conflitos ideológicos.

Retomar o caráter histórico da linguagem e do sujeito, percebendo aquela como lugar de constituição deste, é permitir a compreensão das lutas sociais, visto que as composições bio-psicológicas são politicamente conformistas. É permitir, por exemplo, entender o fato de que as assimetrias sociais e de poder são delineadoras das identidades subjetivas: questões de gênero, etnia, nacionalidades, religião, etc, ganham materialidade a partir da heterogeneidade própria às formações discursivas e às posições sujeito, com toda a complexidade que essa percepção pelo contraditório exige considerar.

Sem a intermediação da linguagem, do discurso, visto em sua heterogeneidade, não se conseguirá perceber as constituições do ser-sujeito em sua pluralidade, como materializações da história. Se, por um lado, Honneth tem o mérito de recuperar a dimensão do conflito para a compreensão da na sociedade humana, por outro, acaba graças a seu interacionismo passando ao largo da linguagem como constitutiva. Como consequência, não percebe o sujeito em sua heterogeneidade e dispersão, o que seria bastante produtivo para uma consideração da multiplicidade identitária contemporânea sem que se recorra à ilusão da auto-determinação do indivíduo.

Por fim, se temos o conceito de formação discursiva como operativa para uma crítica da ciência e do saber e a continuidade de um projeto de formulação não subjetiva da do sujeito, resta-nos responder ao problema da polêmica contra o assujeitamento. Isso será pensado melhor de certa forma no próximo capítulo. Mas de antemão podemos recorrer a uma passagem-chave do pensamento de Pêcheux, na tentativa de compreender como o

acontecimento discursivo compõe o processo de identificações subjetivas e de que forma o discurso funciona para e pelos sujeitos.

O sujeito do discurso apresenta-se como um duplo: sujeito da enunciação, o locutor, e um sujeito universal, aquele que ancora seu dizer nas condições de verdade, previstas no complexo interdiscursivo. Para Paul Henry (1992) esse desdobramento é constitutivo do sujeito do discurso e mostra, entre outras coisas, que se há alguma capacidade de formulação autônoma de um lado – intradiscursiva – por outro é sempre remetendo ao complexo interdiscursivo que o sentido se instaura. Pêcheux (1988) interpreta esse desdobramento sob a relação entre pré-construído, “que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade”, “o mundo das coisas” e articulação ou efeito-transverso, que representa no interdiscurso aquilo que determina a dominação da forma-sujeito.

O discurso transverso aparece, por exemplo, na inserção de cláusulas de “verdade” na seqüência sintagmática. Essa articulação no lugar da autonomia do sujeito – a formulação e/ou intradiscurso – é que o faz identificar-se, por vezes num sentimento de quase co-autoria, àquela verdade. Pêcheux vê a possibilidade de que aquele desdobramento possa assumir diferentes modalidades. Duas das quais ele considera evidente:

A primeira modalidade consiste numa superposição (um recobrimento) entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, de modo que a “tomada de posição” do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do “livremente consentido”: essa superposição caracteriza o discurso do “bom sujeito”, que reflete espontaneamente o Sujeito (em outros termos: o interdiscurso determina a formação discursiva com a qual o sujeito, em seu discurso, se identifica, sendo que o sujeito sofre cegamente essa determinação, isto é, ele realiza seus efeitos “em plena liberdade”).

A segunda modalidade caracteriza o discurso do “mau sujeito”, discurso no qual o sujeito da enunciação “se volta” contra o sujeito universal por meio de uma “tomada de posição” que consiste, desta vez, em uma separação (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta...) com respeito ao que o “sujeito universal” lhe “dá a pensar”: luta contra a evidência ideológica, sobre o terreno dessa evidência, evidências efetuadas pela reação, revertida a seu próprio terreno. (...) Em suma, o sujeito, “o mau sujeito”, “mau espírito”, se contra-identifica com a formação discursiva que lhe é imposta pelo “interdiscurso” como determinação exterior de sua interioridade subjetiva, o que produz as formas filosóficas e políticas do discurso-contra (isto é, contradiscurso) (Idem, 215).

Estas posições antagônicas, vetores de interpretação, aí se dão ainda no interior da forma-sujeito, o sujeito do discurso, já que, como afirma Pêcheux, o interdiscurso continua a determinar a identificação ou a contra-identificação do sujeito com uma formação discursiva, no qual a evidência do sentido lhe é fornecida, para que ele se ligue a ela ou que a rejeite.

Estas modalidades de identificação subjetiva tanto dizem respeito às posições políticas, às identificações culturais, quanto aos conhecimentos científicos.

Levando-se em conta o que acabamos de ver, pode-se dizer que o aparelho escolar contribui para essa penetração-inculcação de uma maneira específica, que é a de simular a “necessidade-pensada” dos conhecimentos científicos sob a forma de evidências ideológicas de diversas naturezas, numa intrincação tal que a “incompreensão” (a dúvida, a resistência e a revolta) daqueles que sentem a escolarização como uma intrusão, um momento desagradável pelo qual têm que passar, etc. (isto é, a grande massa dos explorados do modo de produção capitalista) é um sintoma que traduz ao mesmo tempo a separação objetiva do trabalho manual e do trabalho intelectual nesse modo de produção, e também a resistência espontânea dessa massa a essa penetração-inculcação, o que, no conjunto, caracteriza o que é chamado às vezes de seu ‘mau espírito’.(Idem, 224)

O trecho acima deixa questões em aberto. Ele pertence ao miolo de Semântica e Discurso. Num artigo posterior, intitulado “Só há causa daquilo que falha...”, Pêcheux vai apontar para respostas bem palpáveis. Ameniza a força da estrutura. Desincumbe o inconsciente. E remove a articulação dura entre ideologia e imaginário.

Político e Simbólico: domínios

Atada à História, a hipótese do inconsciente também emerge como investigação do poder. Desde que, ao pensar o poder, pense-se sentido. Mas quais implicações ideológicas há nesse momento? Dependerá da própria definição de ideologia que adotarmos.

Em *Ideologia e Cultura Moderna* (2002), Thompson propõe uma noção de ideologia que não fosse estritamente vinculada à questão de classe – um aspecto que de certa forma imobilizava o conceito em Marx e no pensamento marxista – nem fosse reduzida à noção de engodo, auto-engano, que acabaria partindo de uma concepção ingênua de realidade, verdade etc. Por outro lado, o conceito de ideologia como “sentidos que

servem à dominação”, entendendo essa como uma dessimetria de poder, manteria o aspecto crítico, desfigurado por concepções de ideologia a que ele chamou de neutras. Thompson divide efetivamente concepções neutras – Destutt de Tracy, Lênin, Luckács, um certo Mannheim – e concepções críticas de ideologia – Napoleão, Marx e outra fase de Mannheim –, sendo a primeira algo como sistemas de idéias de uma classe ou categoria social, que faria a ideologia perder o seu vínculo necessário, segundo Thompson, com a questão da dominação.

A partir da segunda concepção, a crítica, estudar a ideologia tornar-se-ia “estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar as relações de dominação”. Sentidos são fenômenos simbólicos que emergem de formas simbólicas – o que, na teoria de Thompson, corresponde, grosso modo, à nossa noção de textualidades –, quaisquer que sejam. Mas aí entra uma peculiaridade do autor. Ele entende ideologia *somente* em casos em que estivesse envolvida alguma situação de dominação, não podendo estender o conceito de ideologia indiscriminadamente a toda e qualquer operação simbólica. O que, conseqüentemente, faz-nos perceber que o autor prevê relações de sentido, ou relações simbólicas, em que a questão de poder, ou dessimetria de poder, não se apresenta.

Fenômenos ideológicos são fenômenos simbólicos significativos *desde que* sirvam, em circunstâncias sócio-históricas específicas, para estabelecer e sustentar relações de dominação. *Desde que*: é crucial acentuar que fenômenos simbólicos, ou certos fenômenos simbólicos, não são ideológicos como tais, mas são ideológicos somente enquanto servem, em circunstâncias particulares, para manter relações de dominação. Não podemos derivar o caráter ideológico dos fenômenos simbólicos dos próprios fenômenos simbólicos. Podemos compreender os fenômenos simbólicos como ideológicos e, por isso, podemos analisar a ideologia somente quando situamos os fenômenos simbólicos nos contextos sócio-históricos, dentro dos quais esses fenômenos podem, ou não, estabelecer e sustentar relações de dominação (2002, 75).

A concepção de Thompson nos é interessante em dois aspectos: por desintrinchar o conceito de ideologia das relações de classe, sem, no entanto, ignorar que essas relações são também constitutivas, o que permite perceber relações de gênero, etnia, entre as nações, etc, como também passíveis de serem ideológicas e constitutivas de sujeito. A segunda virtude dessa concepção é a de superar a noção de ideologia como restritivamente associada a

fenômenos simbólicos *errôneos* ou *ilusórios*, o que também significaria limitar a operacionalidade desse conceito.

Não é essencial que as formas simbólicas sejam errôneas e ilusórias para que elas sejam ideológicas. Elas podem ser errôneas e ilusórias. De fato, em alguns casos, a ideologia pode operar através do ocultamento e do mascaramento das relações sociais, através do obscurecimento ou da falsa interpretação das situações. Mas essas são possibilidades contingentes, e não características necessárias da ideologia como tal (idem: 76).

A concepção de Thompson nos é bastante útil para um diálogo teórico também porque, apesar de ser um teórico social, ele introduz na discussão sobre a questão ideológica o aspecto que geralmente é deixado de lado por cientistas sociais: as relações entre sentido e poder, a consideração do simbólico e do político, ponto em que há uma intersecção mínima para um diálogo com a Análise de Discurso. Mas é aqui também que, curiosamente, as diferenças passam a ser mais bem localizadas.

Nesse ponto o que nos distancia exatamente da concepção *thompsoniana* é o papel de articulação que o inconsciente exerce nesse momento. O autor inglês prevê algumas operações simbólicas próprias à ideologia, o que ele chama de “modus operandi” da ideologia: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação, reificação que, sem precisar entrar no mérito particular de cada um desses conceitos, remetem a operações retóricas de sustentação de sentidos dominantes.

Evidencia-se aí a concepção de linguagem – e de sujeito – que atravessa a concepção de Thompson: as formas simbólicas – a linguagem – são operadas por sujeitos – sociais, institucionais, empíricos – retoricamente a fim de *estabelecer* e *sustentar* relações de dominação. Há alguma exterioridade entre sujeito – não mais visto como efeito de sentido – e linguagem – reduzida a sistemas significantes, textualidades. Fica bem clara essa visão retórica, instrumental ou empírica de linguagem em Thompson. Os sujeitos são *afetados pela linguagem*, como produtores e receptores de formas simbólicas, com as quais evidentemente passam por instâncias de identificação. Mas eles não *são constituídos pela linguagem*, no sentido de relações simbólicas. A própria noção de formas simbólicas remete

a uma concepção imanentemente formal, ainda que possa assumir fins políticos ou ideológicos, de acordo com a atuação de agentes sociais.

A concepção de Thompson opera na exterioridade das relações de linguagem, sujeito e poder. O que para nós é improvável: tanto não concebemos relações de sentido – linguagem – que não esteja de alguma forma implicada em relações de poder – implicação ideológica – quanto não haveria sujeito não constituído na linguagem. A argumentação de Thompson, evidentemente, leva ao fato de que há sujeito para fora das relações de poder: a relação entre o simbólico e o político passa a ser circunstancial.

Relações discursivas são relações em que se estabelece um outro, com o qual tendo a afiliar-me ou opor-me, identidade e conflito, entendendo relações discursivas não como relações formais, estruturais, semióticas, mas relações de sentido que implicam necessariamente – e vice-versa – relações de poder, e que, aí sim, se materializam em formas significantes.

Ora, é justamente o fato de que relações de sentido implicam necessariamente relações de poder - ou de força – na sociedade humana que faz com que ser humano é ser necessariamente abarcado pelo ideológico. O que faz da ideologia a injunção à interpretação em qualquer atividade humana. O poder é constitutivo do sujeito nas suas relações micro-físicas, no sentido mesmo foucauldiano, mas, diferentemente deste autor, aí se constitui como formações ideológicas.

Talvez Thompson não perceba, mas a sua própria concepção é um diálogo aberto ou mudo com outras concepções de ideologia, que envolve não somente outra ordem epistemológica, mas principalmente – se aceitarmos como Althusser que a filosofia é a política na ciência – outro posicionamento político-ideológico diante do mesmo fenômeno. Não serão aí algumas questões científicas ou teóricas somente, mas disputas de interpretação. A “palavra teórica”, ao modo bakhtiniano, também é uma arena de sentidos, que estão em relação polêmica. Portanto, as próprias formulações de Thompson – assim como as nossas – apontam para o estabelecimento e sustentação de relações de dominância teórica, sendo, portanto, necessariamente ideológicas como tudo o mais.

Não precisamos extrair, das formas simbólicas, aspectos ideológicos em si mesmos. Formas simbólicas como percebemos em Thompson são textualidades. Mas textualidades

corporificam sintomas próprios às relações de sentido, que remetem a relações de força ou poder, e vice-versa, necessariamente. Não são as formas simbólicas que são ideológicas, bem entendido, *são as relações de sentido que o são*, na medida em que remetem a relações de força ou poder. Na medida também em que não há relações de poder na sociedade humana *que não remetam de alguma maneira a relações de sentido*, não há atividade humana que não esteja submetida à interpretação.

Não se entenda aí uma relação mecânica entre relações discursivas ou de sentido e relações de força ou poder. E uma acurada análise de discurso servirá justamente para perceber os labirintos dessa relação. Mas não conseguimos conceber na sociedade humana algum tipo de relação em que não esteja envolvida alguma relação de força: mãe-filho, homem-mulher, orientação sexual, questões entre ou intra-institucionais, disputas epistêmicas, de religião, conflitos estéticos, éticos, étnicos, nacionais, regionais, supremacias de micro-grupos sociais, guetos, relações profissionais, de prestígio mercadológico, intelectual, relações jurídicas, concepções de Lei, sobre a Lei, a partir da Lei; todas estas expressando necessariamente assimetrias de poder.

É um nosso pressuposto básico que os sentidos sejam constituídos justamente nessa pluralidade vetorial de forças. Portanto, universalizar o conceito de ideologia – como parece ter sido a intenção de Thompson – é aceitar as conseqüências de sua universalização. E a universalização – ao contrário do autor – não significa neutralizar o conceito de ideologia. Embora concorde que há concepções neutras e concepções críticas, não acreditamos ser necessário particularizar tanto as concepções de ideologia para que ela continue crítica.

Uma concepção crítica de ideologia não pode restringir-se somente aos aspectos relativos à relação de classe, embora se as levem em consideração, nem poderá se reduzir o conceito a engodo, auto-engano, idéia de erro ou ilusão. Uma concepção crítica não deve ainda limitar o conceito à esfera das idéias, sob a qual desdobra-se a vida cotidiana representada. Nem sequer a concepção de representação das relações sociais pode ser aqui evocada. Relações ideológicas são *práticas*, e não reflexos, de poder e sentido, gestos de interpretação (Orlandi, 2001a), constitutivas de sujeito, em suas práticas cotidianas, familiares, institucionais.

E aí de novo a AD opera um deslocamento radical a partir do interior do materialismo histórico: *ela põe a linguagem no centro da questão, remontando a articulação entre ideologia e sujeito, a partir de uma concepção não instrumental, mas constitutiva de linguagem*. A análise de discurso não introduz, portanto, o simbólico supostamente esquecido pelo materialismo histórico, mas, visto que nunca o fora esquecido, reconfigura o que estava preso à condição de superestrutura, percebendo a materialidade do próprio simbólico.

Por fim, uma teoria discursiva do inconsciente?

Numa série de conferências entre 1969/1970, o psicanalista Jacques Lacan (1992) tematiza a relação entre saber e poder e o discurso do analista – que no caso lacaniano é, evidentemente, o psicanalista. Num dos esquemas do lacanismo, relacionam-se pelo menos quatro possibilidades de articulação entre saber-poder: o *discurso do mestre* – portanto, se o fixarmos historicamente, o discurso capitalista da ciência, ou da ciência capitalista, ou seja, a apropriação de um saber pelo poder⁵⁹; o *discurso do analista* – o discurso crítico, que faz par oposto ao do mestre; o *discurso do universitário* – a burocracia racionalizada que mantém o saber das Universidades, instituições de pesquisa, para não dizer nas próprias estruturas do Estado; e o *discurso da histórica* – vamos dizer a “dialeitização” do discurso do universitário, já que faz par oposto ao discurso anterior, e que *deveria* ser o próprio do discurso da ciência, já que esta tem na dúvida/questão a sua maior produtividade.

De uma vez só, Jacques Lacan permeia, a nosso ver, duas temáticas relativas ao eixo saber-poder: digo, uma temática hegeliano-marxista, em que associa a mais-valia ao processo de apropriação do saber pelo senhor/mestre/capitalista; e uma crítica não-positivista da ciência, na qual identificamos uma relação da fala lacaniana com a tradição do dissenso⁶⁰.

⁵⁹ Mais tarde Lacan vai perceber o discurso do capitalista como um quinto discurso, derivado daquele do mestre, mas que, ao contrário do anterior, nada ensina, ou tudo repete.

⁶⁰ Utilizo aqui a expressão tradição do dissenso, em referência ao trabalho de Bannet (1989) que viu no pós-estruturalismo francês uma “lógica – literária – do dissente”. Do ponto de vista da crítica do saber, poderíamos juntar a estes Bachelard, Canguilhem e Pêcheux, que encontram, segundo Lecourt, similitude na negação enfática do caráter orgânico-evolucionista da ciência, tal qual se pensa no positivismo. A diferença do nosso ponto de vista para Bannet é que a autora problematiza esta visão do dissenso, principalmente, a partir da

Isto nos obrigaria a reconsiderar em alguma medida a relação entre a AD e a psicanálise que parece, aos olhos da AD, ficar imanente ao primado do inconsciente – lógico, é a hipótese capital e fundadora desta disciplina, mas que poderia ter consequências no âmbito da reflexão política, o que parece não ser visto. O problema é que, ao reconsiderar esta relação, pode-se reafirmar melhor a especificidade deslocadora da Análise de Discurso: a AD corporifica o que na Psicanálise fica em nível subentendido – visto que em última instância seu propósito é a clínica e não uma teoria sócio-crítica – metaforizando – deslocando – o que aparentemente se esvaeceu no próprio processo de institucionalização daquele campo de conhecimento. Ou seja, traz de volta o que a psicanálise *não elide, mas desvanece*.

O fato de reconhecer que a psicanálise não elide totalmente a questão da crítica do poder é de suma importância para nós: na medida em que pelo menos Lacan faz, a partir da hipótese do inconsciente, uma reflexão sobre o *sujeito da ciência* NO capitalismo. O enunciado-chave da relação entre Análise de Discurso e psicanálise talvez não devesse sugerir – na medida em que enfatiza a elisão dessa questão pelo inconsciente – qualquer esquecimento do ideológico pela psicanálise⁶¹: isto seria um apagamento cometido pela AD. Mesmo se considerarmos que Lacan evita se posicionar numa abordagem crítico-ideológica, o que leva a obra desse autor a um desdobramento que sugere um efeito de rechaço.

Entendemos como *efeito de rechaço* o resultado de um gesto de interpretação que, por analogia, atira para longe um objeto – de discurso – em tal momento inapropriado – justamente por ser compreendido como um perigo à própria interpretação. A exemplo de Foucault, Lacan *rechaça* o termo ideologia para marcar uma posição ante o althusserianismo predominante naquele momento acadêmico. É que na medida em que

“forma literária” dos textos de autores como Barthes, Derrida, Foucault e Lacan, enquanto nós a reafirmamos.

⁶¹ Na verdade o enunciado, já uma paráfrase da tradição da AD, pode ser encontrado na seguinte formulação de Orlandi (2005, 20): a AD “interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo, perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele”. Diremos “paráfrase”, porque, em relação à psicanálise, remete à crítica à “reinscrição idealista de Lacan”. (Cf. Pêcheux, 1997), que é um problema mais de lacanianos do que do autor. O próprio Pêcheux ignora as idealizações e utiliza, de modo acentuado, as contribuições daquela disciplina, principalmente na autocrítica do texto *Só há causa...*

rechaço também é resistência, este gesto denuncia a importância do objeto rechaçado para a própria constituição do discurso que rechaça⁶².

Mas em que sentido é relevante efetuar um deslocamento aparentemente tão sem importância? De alguma forma, o também *efeito de rechaço* do discurso psicanalítico sobre o objeto *ideologia* deriva de um silenciamento estratégico, e não um apagamento. Ora, a questão ideológica na psicanálise, da mesma forma que o sujeito e a história para o estruturalismo, não é perda constitutiva, mas antes não-textualização⁶³. Prova disso é que a (re) textualização se dá num certo momento nodal para a psicanálise, o seminário XVII de 1969/70: o *Seminário XVII, Averso da Psicanálise*, lido discursivamente, é o indicativo crítico-ideológico da posição do analista, situado em posição avessa ao discurso do mestre/capitalista, o que faz pensar, igualmente, a posição do teórico do discurso.

A questão é importante na medida em que envolve as relações entre os saberes e o político, justamente a pré-inscrição ideológica de toda relação disciplinar, digamos, de toda ciência. Bem entendidos que movimentos são esses operados sobre os pontos – as disciplinas constitutivas – de referência para os deslocamentos, saberemos mesmo se nossa relação com esses campos se dá parafrástica – o *mesmo* apenas retextualizado – ou polissemicamente – se caminhamos na direção do *outro* discursivo.

De antemão é evidente que há realmente uma fenda mínima e constitutiva que faz da AD um lugar outro que lingüística, psicanálise e materialismo, mas um lugar outro que não pode ser o de recusa, por parte da AD, mas revigoração. A AD revigora o que os três campos esmaeceram; evidencia o que foi silenciado, e não esquecido, pelas necessidades próprias que essas disciplinas tiveram que enfrentar ao longo da história acadêmica⁶⁴.

⁶² O que na realidade clínica corresponde ao recalque.

⁶³ Visto que, bem entendido, o histórico revive no estruturalismo como o acontecimento cristalizado pela própria estrutura, portanto passível de ser estudado por comparações sincrônicas; da mesma forma que o que é recalcado é a figura do falante – cuja exclusão, sim, é uma perda constitutiva – já que o sujeito comparece na forma-sujeito da ciência, sujeito universal. Ora comparece, mas não é textualizado, isto é, silenciado, e não esquecido.

⁶⁴ “O saber, então, é posto no centro, na berlinda, pela experiência psicanalítica. Isto, por si só, nos impõe um dever de interrogação que não tem razão alguma pra restringir seu campo. Para dizer de uma vez, a idéia de que o saber possa constituir de algum modo ou em algum momento, mesmo que seja de esperança no futuro, uma totalidade fechada – eis o que não tinha esperado pela psicanálise para parecer duvidoso”, (Lacan, op.cit, pp. 28-29).

⁶⁴ Para esta leitura de Bachelard, foi de grande importância a interpretação que dela faz Lecourt, em sua *Crítica da epistemologia* (1980).

Mas é devido à sua filiação e às rupturas operadas por aquelas ciências que a AD se motiva a estabelecer uma crítica radical – de ir às raízes – aos positivismos de qualquer face. Ora, por essa ordem, o campo do saber é totalidade fechada, faz esfera, estabelece-se organicamente numa evolução ordenada e auto-regulada. Em outras palavras, a ciência positiva segue blindada contra a equivocidade histórica, sendo para ela qualquer equívoco não constitutivo, mas ruído a ser eliminado para que o orgânico seja retomado. Nesse caso, racionalismo e idealismo não fazem frente. Ou, o que dá no mesmo, tomando a realidade como dada, a ciência seria o já posto a ser dito cientificamente – verdade fixada, objetiva.

Não é por acaso que Bachelard (1978a) estabeleceria uma correspondência simétrica entre racionalismo, convencionalismo e idealismo por um lado; realismo, empirismo e positivismo por outro⁶⁵. Não é por acaso também que, percebendo que estas tendências girariam sobre o eixo – organicista-evolucionista – da verdade, propôs a metáfora da ruptura, tão cara aos trabalhos de Pêcheux e da AD. Não é ainda casual o fato de que o campo da positividade está intimamente relacionada à praxeologia, própria às “ciências de mercado”: economia, ciências de gestão, biotecnologias, física aplicada, engenharias de toda ordem, lingüísticas computacionais, etc. Neles, o discurso do mestre – o saber-ciência - é ou coincide francamente com o discurso do capitalista, e a inversão operada pelo analista – falamos da inversão algébrica do esquema lacaniano dos quatro discursos, mas também da inversão de uma ordem científica – significa repor a ciência em perspectiva. Pôr em perspectiva, no entanto, não é “negar” a ciência positiva, mas compreender a sua discursividade, compreendendo – da mesma forma que um antropólogo se vê no que não é o aborígene – a própria ciência crítica.

Estará aí pressuposto um viés de entrada para a consideração da posição do analista em relação ao eixo ciência-discurso-ideologia. O que deve ser precedido de um aspecto: para que a questão do poder – ou da ideologia – seja revigorada na hipótese discursiva do inconsciente, é necessário que se perceba *o que há de histórico na teoria originária do inconsciente*, que é da própria psicanálise. Ao lançar mão de uma bem estruturada teoria do sujeito da psicanálise, a AD opera deslocamentos, com a inserção de uma teoria sócio-

crítica. Compreende que não há nessa escolha qualquer patologia estruturalista⁶⁶, mas reafirma que a aderência do sujeito empírico a uma formação discursiva ou outra tem a ver tanto com o *desejo – existo onde não penso* – quanto com a *história – penso onde não existo*⁶⁷. Mas como na história o sujeito não existe? Sim, existe, mas não como proprietário do dizer, e sim submetido ao interdiscurso, onde tem lugar, que nele não se origina, mas o perpassa e o torna real historicamente. Quando a partir daí este sujeito retoma a palavra, há sempre um “mais-dizer” que escapa às formações, e aí estamos no campo do desejo⁶⁸.

Na psicanálise, discursos são os laços sociais – o que não contraria a idéia de efeito de sentido entre interlocutores, posto que esta definição também aponta para os laços sociais – e de sentido com o outro. Assujeitar-se é tornar-se sujeito no Outro, regime do simbólico, da cultura, da história. O que por outro lado não significa imobilidade, enclausuramento absoluto, visto que desejo – *desidero ergo sum* – é movência.

A “operação de salvamento do sujeito” operada por algumas teorias da enunciação – já que seu objeto não contempla o processo histórico da forma-sujeito-indivíduo-jurídico do capitalismo – deriva do fato de que se faz coincidir vontade e desejo, formulação e constituição, por fim, indivíduo e sujeito.

Essa consideração, sobre o sujeito na sua dupla articulação entre inconsciente e ideologia, guarda-nos de alguns problemas: a proximidade com um certo “discurso da conscientização”, o que poderia levar a AD a alguma forma de militância; e à ocorrência de indiferenciação absoluta, visto que a interpelação ideológica também estaria atravessada pelas particularidades da captura simbólica no processo de formação do inconsciente: A ou B estão na mesma forma-sujeito, mas em posições diferentes. E quando na mesma posição, ainda podem ser atravessados por outras formações discursivas. É sempre um processo dinâmico, de exploração teórica ilimitada, cabendo à AD compreender a constituição histórica destes deslocamentos.

⁶⁶ O inconsciente como estrutura não se compara à língua como estrutura nas formulações de Praga, ou sistema, nas formulações de Saussure. A estrutura na psicanálise falha, há falta, por isso mesmo desejo; em outras palavras, nem tudo se reduz ao significante. Portanto, qualquer asserção que tente reduzir uma compreensão à outra é antes, de tudo, má compreensão.

⁶⁷ A formulação freudiana é uma inversão da fórmula cartesiana: penso onde não existo, (logo) existo onde não penso.

⁶⁸ O desdobramento disso para o analista do discurso é que demanda e desejo não estão no mesmo nível, na mesma medida em que formulação e constituição também não o estão. A demanda desliza pelo intradiscurso.

Aqui entra um outro aspecto capital para nossa reflexão: a forma sujeito da ciência é constituída historicamente no mesmo processo de constituição da forma-sujeito individualizada do capitalismo – o que, sob certo aspecto, é uma outra face da mesma moeda. O que leva Pêcheux a reafirmar que não há *propriamente um sujeito da ciência* e o que também nos permite articular sobre o conceito de forma-sujeito a própria temática ciência-discurso-ideologia.

Portanto, esta última articulação com uma teoria discursiva do inconsciente articulada à opção pelo materialismo do simbólico, e a percepção das lutas e contradições, projetadas sobre a teoria da ciência, traz de volta uma das discussões fundantes da Análise do Discurso, para reafirmar aquela convicção de que a filosofia da ciência é um campo constituído pelos mesmos embates da história. Não haveria, portanto, exterioridade entre as contradições históricas e as opções teóricas.

Mas podemos ver com mais cuidado como as contradições históricas e as ideologias teóricas afetam o sujeito e seus modos de subjetivação. Embora haja formações discursivas dominantes para o sujeito, sabemos que outras o atravessam. Não se trata, portanto, mais de valorar positiva ou negativamente as ações do inconsciente – *no nosso caso, os discursos silenciados que constituem e atravessam o sujeito*. Como afirma Pêcheux: “retraçar a vitória do lapso e do ato falho nas falhas da interpelação ideológica não supõe que se faça agora do inconsciente a fonte da ideologia dominada, depois do fracasso de fazê-lo o impulso do supergo e da ideologia dominante”.

No inconsciente atravessam as formações discursivas não-dominantes *para o sujeito*, que emergem nos lapsos, nos não ditos. Nas emergências insidiosas destes discursos, as formações dominantes são submetidas a falhas, embora o aparato imaginário possa de imediato reconduzir o sujeito a uma univocidade. Ora, tanto as FDs dominantes quanto as outras são materializações de formações ideológicas, geralmente em conflito. Tanto umas quanto as outras também são operadas por mecanismos de identificação e contra-identificação, de demandas e pertencimento ao grupo, e de desejos nem sempre bem quistos no grupo. Aqui estamos de novo com Pêcheux, quando afirma que “a ordem do inconsciente não coincide com a da ideologia, o recalque não se identifica nem com o

assujeitamento nem com a repressão, mas isso não significa que a ideologia deva ser pensada sem referência ao registro inconsciente”.

O que está em jogo em Pêcheux é o processo que, por vezes, chama de identificação simbólica, identificação do sujeito com o discurso: na sociedade atual, um dos discursos poderosos e dominantes é o das ciências – das ciências naturais, antes de tudo – que funcionam como o lugar da verdade, que de alguma forma está intimamente ligado ao discurso da inteligência, do esclarecimento, discurso iluminista, do prestígio social. Identificado com ele, vem o discurso médico. Mas as formas de identificação imaginária, identificação com o outro, não são as mesmas. O *outro* do paciente é o médico, o doutor, não a medicina. O cientista, por sua vez, dificilmente se põe, pelo menos como na sociedade brasileira, como um outro imediato ao indivíduo comum. Por isso, o médico geralmente vem ocupar este lugar de porta voz da medicina e porta voz da ciência, junto à maior parte da população no Brasil. Mas, posicionado no campo do saber, ele também não tem como marca a dissolução da diferença.

A mídia, por isso, entra para desestabilizar aquela primazia médica. O discurso midiático, a sua ordem simbólica, se impõe à população como um outro imediato, enquanto o médico ainda é um outro mediato. A mídia, tomando para si a posição de quem tem o que dizer sobre a saúde e o sujeito, vai ocupar o lugar do cientista e, o que é muitas vezes o motivo de críticas pesadas aos meios de comunicação, o papel do médico, na sala de estar.

Portanto, quando a medicina se faz falar pelos meios de comunicação, não é difícil que os personagens midiáticos assumam a responsabilidade pelo dito, ocupando um espaço que nunca foi do cientista e, aos poucos, começa a ser disputado com os próprios médicos. Do ponto de vista das identificações imaginárias, por exemplo, que agem no sentido de garantir o apagamento de outros sentidos possíveis, quando os meios de comunicação agem sobre o discurso da medicina, não é improvável que sobreponha seu funcionamento discursivo ao discurso da própria medicina, com suas práticas laboratoriais e suas condições de produção.

Esse recobrimento funciona sobre duas direções: ou produz uma identificação com o valor-mídia⁶⁹ que ali se apresenta, ou produz a ilusão do todo saber da ciência ou da medicina, objeto de abordagem. Justamente porque esse objeto vem sob um efeito de encantamento, dotado de grande poder de captura imaginária.

É por esse meio que os neurodiscursos acabam servindo como lugar de interpretação social privilegiado sobre os poderes das neurociências. *Estamos diante da persuasão absoluta do sujeito orgânico, do sujeito corpo, do sujeito cérebro. É evidente que aí não está em jogo somente a interpretação do sujeito como objeto de discurso.* Mas também opera nesse fenômeno um discurso, uma posição discursiva, em que eu compreendo *tanto o outro quanto a mim mesmo*.

A busca desenfreada por remédios pode ser um dos efeitos perversos da compreensão cada vez mais forte de que a ação química é o que guarda a maior eficiência sobre os males do ser. E não podemos negar que nisso os meios de comunicação têm fundamental contribuição.

Disso tudo não se pode negar que há sim uma articulação entre ideologia e inconsciente, e que cabe à AD um lugar específico na construção de uma compreensão entre a psicanálise e a teoria crítica. A AD não estabelece qualquer ponte entre as duas pontas disciplinares. Mas ocupa sem dúvida um lugar privilegiado e deixado vazio por aquelas disciplinas. Daí a necessidade, para compreender o nosso objeto, de insistir tanto nesses diálogos disciplinares, que constituem a base sobre a qual exporemos nosso objeto de análise: o surgimento de uma formação discursiva que, entre ironia e reconhecimento do seu valor heurístico, apareceu-nos como *o neurodiscurso*.

⁶⁹ A atração no próprio espetáculo midiático, com pouca identificação em relação ao que ela veicula. A sedução da imagem. Pela imagem.

PARTE DOIS

DAS NEUROCIÊNCIAS AOS NEURODISCURSOS

Metáforas teóricas são o efeito textual do imaginário científico que ajuda a sustentar as disposições simbólico-discursivas. Algumas vezes, no entanto, o imaginário, que, pelo apagamento das condições de produção do saber, tornava *evidentes* as disposições antigas, resiste às novas configurações discursivas nas ciências. Daí que a passagem, parcial ou integral, do *mesmo* para o *outro* discursivo, do *mesmo* para o *outro* saber, é sempre um processo complexo que envolve muito mais que novas teorias. Pois mesmo que as estruturas antigas não dêem mais conta na/da história, poderão persistir por muito tempo os seus vestígios imaginários, metáforas do saber antigo. Quando Huizinga (1991) mostra como o saber da Idade Média não se sustenta mais porque o seu imaginário não o sustenta, devemos pensar não numa *débâcle*, mas em um declínio de duração muito longa: só no século XIX, por exemplo, a biologia, com Darwin, ganhou autonomia em relação às metáforas criacionistas, efeito textual do imaginário medieval.

Essa observação pode ser aplicada ao nosso momento teórico-científico. Podemos dizer que muito de nossa imaginação científica ficou presa, por sua formulação escrita, às metáforas geradas pelo imaginário que sustentou a geometria euclidiana como um modelo de conhecimento, de exatidão, de certeza. Ainda subsiste em nosso pensamento contemporâneo o imaginário dos planos: pensamos em paralelismo, obliquidade, etc.

Não é diferente quando pensamos nas configurações interdiscursivas. Num primeiro olhar, formações discursivas se opõem ou se obliquam, quando em relação polissêmica, ou se tornam contíguas ou paralelas, quando em relação parafrástica, mas as definições de paráfrase e polissemia, em Orlandi (2005), guardam uma riqueza ainda maior, se forem lidas como configurações, geometricamente, além do plano. Com isso, pode-se conseguir uma multiplicação considerável das relações interdiscursivas entre o “mesmo” e o “diferente”, uma gradação de oposições e contigüidade, um atravessamento dos domínios – o *simbólico* e o *político* - que o *discursivo* põe em contato. Por lidarmos muitas vezes com

torções de sentido, com latências e ocultações, podemos imaginar uma topologia discursiva: configurações que se deformam mantendo, no entanto, as mesmas propriedades históricas e/ou significantes.

Falar em *topologia discursiva* não é estabelecer nem uma paródia nem um pastiche da outra topologia, a matemática. Trata-se apenas de perceber que já há sustentação imaginária – apesar da concorrência de figuras do imaginário anterior – para novas configurações teóricas. Trata-se de perceber que as relações de poder, *ideológicas*, de sentido, *discursivas*, e significantes, *textuais*, nos levam a ver em sua complexidade o fato de que são ordens diferentes, com dinâmicas próprias, embora interrelacionadas. A *topologia* como metáfora é efeito de um imaginário bastante contemporâneo que levou a historiografia, há algum tempo, a romper com a linearidade temporal da razão positiva, para pensar o que há de multi-relacional nos processos históricos; da mesma forma, que levou a psicanálise e a sociologia a pensarem que, respectivamente, as relações psíquicas e as relações sociais são complexas demais para entendê-las sobre as velhas metáforas – já catacreses – da sequência linear e do plano⁷⁰.

A complexidade das relações entre os domínios do político e do simbólico, configurando-se através de ordens distintas – história, discurso e textualidade⁷¹ – dá margem a se pensar uma topologia discursiva que permita ver que tanto as relações de paráfrase quanto a de polissemia não ocorrem da mesma forma: *há formações discursivas em relação de “mesmidade” que são formuladas (textualizadas) diversamente, embora pertençam à mesma ordem histórica ou, ao contrário, podem pertencer a épocas diferentes, mas ainda sobre a mesma materialidade significante; há outras que, ainda que não sejam diferentes, são materializadas sobre textualidades diversas, em momentos*

⁷⁰ No primeiro caso, há um salto de informação teórica quando Lacan recorre à topologia para pensar os seus matemas, se visto em comparação com as tópicas freudianas (Miller, 1996); no segundo caso, quando Bourdieu utiliza-se de uma “topologia social” para pensar os espaços multidimensionais – em planos diversos, físico e simbólico – onde os grupos sociais atuam (ver o modelo de análise em artigos reunidos em *O poder simbólico*, 2004).

⁷¹ Não sabemos se melhora a substituição de texto por textualidade, uma qualidade, portanto. Acreditamos ser exagerado dizer de um corpo ou de uma cidade que constituem um texto – como a semiologia já o fez, na já clássica redução de todas as semioses ao modelo lingüístico – quando podem ser lidos, ou quando significam. Essa rejeição, no entanto, não impede que não tenham a “qualidade de ser lísível ou significável”.

*históricos distintos*⁷²; *da mesma forma, que, polissemicamente, duas formações discursivas podem dar-se nas mesmas relações significantes (formuladas do mesmo modo) e dentro de um mesmo período histórico; ou, ainda que discursos diferentes podem ter em comum somente o pertencimento ao mesmo contexto histórico ou apenas serem textualizados da mesma forma*⁷³.

Exatamente por isso, tanto a paráfrase absoluta, quanto a polissemia absoluta não são objetos teóricos produtivos para o analista. Visto que a primeira identifica, o que parece ser uma incongruência lógica, apenas uma e única formação discursiva – contrariando o princípio da alteridade, como podemos denominar a inevitabilidade do fato de que uma formação discursiva se define por outra – enquanto a segunda identifica duas FDs que, no entanto, não se encontram sob qualquer relação, não sendo, por isso, comparáveis ou confrontáveis.

Uma topologia discursiva também nos permite ver que, por um efeito de torção, sentidos se tornam latentes, por um longo período histórico, migram para outras formas de textualização e mesmo uma outra discursividade⁷⁴ em que não são mais reconhecidos em seu campo de origem, e depois reaparecem, visto que estavam apenas ocultados, mas não extintos.

É em Pêcheux que vamos buscar esta forma de leitura discursiva. É evidente no autor francês a problematização das *metáforas planas*, quando, por exemplo, busca explicar como a interioridade de um dito *pensamento subjetivo* é, na verdade, um contínuo torcido do fora de sua própria constituição discursiva. É assim que o pré-construído se apresenta, na interpelação ideológica, como a realidade “sempre já-aí” para o sujeito, e se articula em

⁷² Considerando a não neutralidade da circulação e a não neutralidade da formulação para a constituição dos sentidos, poderemos aferir como se dão os deslocamentos numa formação discursiva, por exemplo, se a divulgação do mesmo material científico é feito através da televisão ou de uma revista, no primeiro caso, ou em um mesmo veículo em duas épocas diferentes, no segundo, ou em dois veículos diversos em épocas diferentes, no terceiro. Nos três casos há deslocamentos de interpretação, pensamento e ação. Com isso, estamos levando às últimas consequências, a afirmação de Orlandi de que “em cada passo, o sentido se formula, se elabora, se estabelece” (2001 b).

⁷³ Usando exemplos que nos interessam diretamente, posições tão distintas, como as concepções positivistas ou críticas da ciência, podem ser trabalhadas, em épocas diversas, na mídia, com os mesmos recursos de edição, um exemplo do último caso; ou se relacionarem somente por pertencerem ao mesmo momento histórico, exemplo do segundo caso; ou finalmente, serem “divulgados” no mesmo programa.

⁷⁴ *Discursividades* ou *ordens de discurso*, como a religiosa, a científica, a quotidiana, a estética e a midiática. Todas com o poder de reordenar as outras a partir da sua própria lógica.

seu próprio discurso, no intradiscurso, como referência evidente. Tanto o pré-construído, quanto o efeito de sustentação, que aparece na forma de explicativas, são efeitos de um fora internalizado; da mesma forma, não haverá o fora se não houver o fenômeno da identificação do indivíduo com a forma-sujeito que lhe autoriza como sujeito do discurso – como vimos no capítulo anterior.

Nesse sentido, pode-se bem dizer que o intradiscurso, enquanto “fio do discurso” do sujeito, é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma “interioridade” inteiramente determinada como tal “do exterior”. (...) Parece-nos, nessas condições, que se pode caracterizar a forma-sujeito como realizando a incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso: a unidade (imaginária) do sujeito, sua identidade presente-passada-futura encontra aqui *um de seus fundamentos*. (1997 167)

É sob esse paradigma que podemos pensar o surgimento dos neurodiscursos, a articulação de um discurso objeto – que é o das neurociências – com a mediação da sua imagem pública e dos seus procedimentos internos, e com as demandas sociais por transformação de suas provas em unidades de informação, sob complexos médico-industriais e financeiros. São os neurodiscursos que freqüentam as páginas coloridas dos magazines especializados ou não em ciência, e não o discurso objeto – visto que seria impossível a sua inteligibilidade por leitores comuns. Possivelmente os neurodiscursos, como veremos, estão em relação parafrástica com as neurociências, mas são textualizados de modos diversos, embora esse mesmo modo vá influir – no sentido mesmo de fluir por dentro – nas próprias práticas discursivas das neurociências.

Capítulo IV

Das neurociências: o discurso objeto

Começemos pelas questões de base na constituição das neurociências e suas relações de poder e sentido com a sociedade.

Desde a frenologia de Gall⁷⁵, passando por um longo período de eclipse no século XX, até a explosão das neurociências, na década de 90, o que vemos é um movimento discursivo de sinuosidades, torções e latências: assumindo textualidades muito diversas – como, no passado, os textos das polêmicas entre localizacionistas e holistas e as demonstrações públicas de crânios em Gall, e, nos dias de hoje, o encantamento das neuroimagens – ou movendo-se sob constituições interdiscursivas distintas – a força do discurso religioso lá; a força da ideologia de mercado aqui.

Quando o discurso do/sobre o “sujeito cerebral” simplesmente desaparece do campo científico de origem, vai sobreviver, graças a uma *torção* no interdiscurso, no final do séc. XIX, graças à formalização em material estético ou já folclórico no senso comum, fazendo de um dos seus maiores personagens, Franz Gall, um nome tão polêmico e popular quanto o seria Freud no século seguinte. Textualizado nos romances, e nas crenças populares⁷⁶, esse discurso esperaria em estado de latência mais de meio século para ressurgir com força no campo das ciências, sob outras textualidades.

Para alguns autores, as neurociências são hoje uma neo-frenologia (Uttal, 2001); para outros, tentando restabelecer uma linearidade positiva, a frenologia, sim, que era algo como um estágio primeiro – ou pseudocientífico – das neurociências. De um lado ou de outro, apesar da ressignificação histórica, podemos nos perguntar se são discursos outros

⁷⁵ Franz Joseph Gall (1758-1228), médico e anatomista austríaco, criador da frenologia – phrenos = mente; logos = estudo – que permitiria, a partir da estrutura dos cérebros, deduzir o comportamento das pessoas. Assim, se constituiria uma homologia entre comportamento-mente-cérebro bastante promissora para o conhecimento do *homem*. A teoria de Gall, no entanto, não teve aceitação junto à academia, o que não o impediu de se tornar uma referência científica para a época. Hoje, sua fama é dupla: ora é visto como um pseudo-cientista, ora como um personagem de um capítulo da ciência que não deve ser desprezado.

⁷⁶ De todo ainda não desapareceu do senso comum, que, graças também aos resquícios imaginários da fisionomia, aparece em considerações sobre “sujeitos mal encarados”, fonte de atos preconceituosos, na maioria das vezes.

sob materialidades e/ou contextos históricos diversos, ou discursos parafrásticos que se deram em textualizações e/ou histórias diferentes. Olhando de perto, os estudos do homem a partir do cérebro não se constituíram como um discurso homogêneo. Sob o fundo da discussão bastante polêmica entre localizacionistas e holistas, houve gradações e rupturas, ainda que sustentadas pelo denominador comum do pressuposto de que o estudo da mente humana é propriamente o estudo do cérebro humano. Externamente, da mesma forma, com relação ao interdiscurso, seus movimentos foram bastante dessemelhantes em alguns momentos: filiando-se a um progressismo anti-religioso – discurso materialista – em seu início; servindo a um reacionarismo político – o darwinismo social – no seu decorrer.

A história se repete hoje quando uma pluralidade de áreas teóricas ganha o prefixo “neuro”, ato designativo que aponta para uma textualização dotada de sentido prestigioso no momento atual, mas que esconde enunciações diversas – as preocupações da neuroética não são as mesmas das neurobiologias, por exemplo – embora, de alguma maneira, remetam ao pressuposto comum da redução da complexidade humana às atividades cerebrais, ou, numa formulação menos radical, na compreensão de que muito daquela complexidade pode ser compreendida por essas atividades.

Talvez a polêmica de base entre localizacionistas e holistas, entre aqueles que acreditam em funções localizadas e outros que crêem num funcionamento global, tenha se dissipado: hoje as neurociências “compreendem” que os circuitos do cérebro são integrados, mas respeitam funções; a opção pelo meio termo é apenas a resolução de um conflito exterior que se refletia fortemente na constituição das interpretações: localizacionismo e holismo apontavam para concepções filosóficas diferentes, concepções de ciência, de homem, de verdade.

A polêmica de hoje é mais explicitamente “exterior”: depois de longo eclipse, em que a história castigou a frenologia, a fisionomia (Twine, 2002) e a maioria dos estudos cerebrais, como ciências que suportaram as aberrações teóricas e políticas – eugenia e nazismo – do séc. XX, os neurocientistas se tornaram fortes o suficiente para ressignificar quase tudo que é ciência do homem: não estará longe o momento em que veremos algo, estampado em uma revista científica, como neuro-sociologia – já há, no entanto, a proposta de um refinamento nesse sentido da bio-sociologia – e uma neuro-antropologia, no rastro

das discussões que já existem sobre neurocultura (Conolly, 2002; Blank, 1999), neuroteologia (D'Aquili e Newberg, 1999 e 2002; Ashbrook, 1996; Davidson, 2003, Horgan, 2003) etc⁷⁷.

A polêmica agora não é mais se as funções cerebrais se dão de forma localizada ou global – como dissemos, isso refletia interdiscursivamente uma disputa filosófica, mas que se dava internamente. O que se discute hoje são as estratégias de afrontamento direto com o que é exterior às neurociências: não somente o cérebro é o objeto por excelência que vem explicar a mente; mas ele é o próprio objeto teórico que permitirá dar conta do que são o sujeito e a cultura. Estamos diante de uma *episteme* que vem se fazendo poderosa: as neurociências mostram, em todo momento, o quanto seriam “precárias”, para serem chamadas de *ciência*, as psicologias, as psicanálises, as sociologias, as antropologias e, quem sabe, via concepções neurolingüísticas, as análises do discurso. Ainda que houvesse uma “salvação”: traduzidos em termos neurocientíficos, os conceitos e o edifício teórico desses campos de conhecimento poderiam ganhar mais solidez científica⁷⁸.

Não está muito distante, por isso, de podermos pensar as neurociências em sua espessura semântica: como objeto-acontecimento que põe em contato um simbólico – as textualizações próprias destas ciências, vistas no seu modo de dizer, em artigos científicos e relatórios de pesquisa, assim como nos rituais de laboratórios, e no ethos de cientista identificável em seus modos de enunciação pública – e o político – a disputa pelo poder da verdade, da última palavra, da superação ideológica de outros grupos sociais de cientistas.

As repercussões prático-discursivas de uma FD foram percebidas, embora sob outros campos teóricos, mais de uma vez nos estudos das ciências. Em Fleck, graças à noção de “estilos de pensamento” de cientistas; em Bruno Latour, quando observou as culturas – no sentido antropológico do termo – de cientistas no laboratório; em Kuhn, com a questão dos paradigmas; nas epistemes foucauldianas, embora ele trabalhe também com

⁷⁷ A preocupação teórica com o impacto das neurociências nas sociedades contemporâneas, incluindo aí seu avanço sobre outros campos da ciência, foi-me tornada mais clara pelos professores Francisco Ortega e Benilton Bezerra, do Instituto de Medicina Social, da Uerj, de quem fui aluno ouvinte durante dois dos quatro semestres que eles dedicaram ao tema, entre 2004 e 2006. Foi nesses cursos, também, que absorvi a maior parte da bibliografia específica.

⁷⁸ Em *O Gene Egoísta*, Dawkins defende que *memes* – unidades de idéias, pensamentos – reproduzem-se como genes. O livro é um dos maiores sucessos deste autor que é um dos mais festejados na literatura de divulgação científica.

objetos extra-discursivos; em Bourdieu, quando chama atenção para a importância do poder simbólico nas relações entre especialistas.

Ludwik Fleck, polonês que teve sua maior produção na primeira metade do século passado, foi talvez o primeiro autor a chamar a atenção para o fato de que a construção do conhecimento não está dissociada do grupo de pessoas que o criam e o possuem. Isso é bastante perceptível entre teóricos das ciências humanas, mas pouco evidente quando se trata de ciências naturais ou exatas, dada a universalidade a que estamos acostumados a atribuir às “verdades” destes campos. Num estudo sobre filosofia, história e sociologia das ciências, Portocarrero (2002) mostra como o conceito de “estilo de pensamento” de Fleck formula “não só o conhecimento que é considerado como garantido por um pensamento coletivo dado, mas também seu corpo de práticas: métodos e ferramentas usados no exame da evidência e critérios para julgar seus resultados” (2002: 217). A tese de Fleck já nos anos 30 radicaliza o que poderíamos, dentro da AD, compreender como o aparecimento de um “objeto de discurso” na ciência: o “estilo de pensamento” de uma dada comunidade de cientistas molda os “fatos científicos”, entendidos como conceitos, objetos e métodos (idem, ibidem).

Os neurocientistas, e suas múltiplas divisões intrateóricas, portanto, não são autores de formulações apenas diversas em relação às humanidades: *exercem práticas e modos de ver que determinam efetivamente o que será considerado objeto ou não de suas preocupações, estabelecendo colorações, angulações, volumes diferentes a fatos científicos mesmo que aparentemente próximos*. Não podem ser dissociadas em nenhum momento as práticas científicas das *opções ontológicas* que moldam o olhar do cientista: as formações discursivas, quando percebidas nas ciências, são um *continuum* que vai das técnicas às tecnologias; das teorizações às suas bases filosóficas, dos modos de ver aos modos de dizer, passando pelos modos de fazer dentro de um laboratório, quando o caso.

Essa discussão pode ser enriquecida com o exemplo da constituição filosófica do materialismo neurocientífico: posições filosóficas que se materializam em e materializam as próprias práticas laboratoriais e de pesquisa, e isto nas suas refinadas nuances. Em outras palavras: matizes diferentes dentro do mesmo grande campo teórico, como as neurociências, podem constituir fatos científicos diferenciados. Poderemos então dizer que

há *arqui-formações discursivas*, formações discursivas e subformações, submetidas à mesma complexidade de atravessamentos e deslocamentos como é próprio ao discurso. Traduzindo para o nosso objeto de preocupações, podemos dizer que o cerebrismo enquadra-se numa arqui-formação organicista. E ele mesmo aponta para divisões que pressupõe relações de sujeito, de sentido e de poder próprias.

Mesmo que não tenha nenhuma utilidade conceitual em outras pesquisas, talvez esse refinamento seja necessário devido ao objeto que estudamos e na época em que estudamos: época de pluralidade e subdivisões difíceis de compreender em cada campo epistemológico. Ao mesmo tempo em que distancia a nossa concepção de um resquício evolutivo nas definições de Foucault (2000), em que a formalização, por exemplo, era o último estágio da consolidação de um saber científico.⁷⁹

O organicismo, por exemplo, ultrapassou em muito o campo biomédico; foi germinar o positivismo quando levado para a compreender a sociedade e suas conseqüências ideológicas são semelhantes em relação ao positivismo dentro do campo do saber médico. Tanto o organicismo quanto o positivismo podem compor uma mesma arqui-formação discursiva, mas não se pode dizer que são a mesma coisa. Neste momento, as neurociências e o cerebrismo, variante organicista, estariam deixando de ser somente um campo de preocupações científicas – uma episteme –, para, de forma emancipada, constituir-se em uma formação discursiva, lugar de interpretação do homem e do mundo, já com suas subformações, cuja constituição depende de outros discursos que as atravessam, e que estabelecem contraditórios importantes a serem considerados.

No seu artigo sobre as teorias materialistas do espírito nas neurociências, Bernard Andrieu (1999) alerta para que não se tome o materialismo como uma linha homogênea de pensamento, dissociada de contraditórios teóricos. A dimensão filosófica das neurociências

⁷⁹ Nunca é demais lembrar. Os críticos do conceito de formação discursiva se aferram a seu passado ligado às ideologias, como luta de classes. Já adiantamos aqui a noção de ideologia como injunção à interpretação, portanto uma “relação de sentido e poder”, aplicável a qualquer relação assimétrica entre grupos sociais. Mas alguns críticos continuam rejeitando-a como conceito porque ainda representaria uma camisa de força que submete o sujeito, e de novo respondemos com o fato de que a alteridade é marca constitutiva das formações discursivas, o que aponta para a dispersão e mobilidade do sujeito. Outros críticos, mais insistentes, consideram estranho o fato de se conceber a formação discursiva como conceito deslocado de Foucault a Pêcheux, marcado, portanto, por uma heterogeneidade demasiada: e respondemos que estranho seria se ela fosse um conceito marcado pela homogeneidade, visto que a AD nunca pretendeu ter um objeto homogêneo. Portanto, não somente aceitamos o conceito de formação discursiva, como potencializamos sua utilização.

– tomadas aqui no sentido mais lato possível, ou seja, englobando toda as correntes que se preocuparam com as relações entre mente e cérebro – se inscrevem desde sempre, avisa Andrieu, em um debate entre a idéia de um mecanismo cerebral, que vigorou a partir do século XVII, e o modelo anatômico (século XVIII).

As datas recuadas na história não devem surpreender: já em 1503, a localização das funções cerebrais está no centro do debate filosófico sobre o espírito. Embora, evidentemente, haja deslocamentos importantes entre a antiga ciência do cérebro e as neurociências contemporâneas, visto que a clivagem «o cérebro funciona, o espírito pensa» é cômodo para distinguir as localizações cerebrais do vivido subjetivo dos estados mentais.

A frenologia filosófica (...) de Broussais a A. Comte pode constituir uma saída provisória para a fundação de um materialismo positivo. Mas as neurociências, diferentemente da frenologia ou mesmo da neurologia, elaboram teorias do espírito a partir da localização real das funções neurocognitivas (idem : 120)

Sob a denominação de materialismo, portanto, podem comparecer diversas correntes de pensamento contraditórias entre elas. Assim entre o fisicalismo da teoria da identidade – identificados, os estados mentais podem ser reduzidos aos processos cerebrais – e os modelos do computador presentes na neurofilosofia há distâncias consideráveis (subformações?): na medida em que o fisicalismo considera o neurônio ou a molécula como a unidade de base para a decomposição ou a composição dos fenômenos psicológicos e os modelos de computador consideram o paradigma do «software» como aquele capaz de reproduzir e de produzir as funções do espírito humano. Mas também há proximidades: « O paradigma subjacente é aquele do mecanismo, mesmo se a máquina informática se esforçar para os procedimentos intencionais » (idem, ibidem)

Mesmo internamente a cada corrente há variações importantes: o eliminativismo não busca somente reduzir os estados psicológicos aos cerebrais, mas simplesmente « eliminar » toda e qualquer referência a termos mentalistas ou psicológicos do vocabulário das neurociências. Autores como Churchland e Stich, portanto, incluem-se no que pode se chamar de um fisicalismo monista – não mais uma identidade mente/cérebro, como a posição dualista, mas o simples expurgo de qualquer mentalismo, ou procura de correspondências ou localizações cerebrais de fenômenos mentais. Mas também há

ressonâncias eliminativistas na própria filosofia cética: no pragmatismo de Richard Rorty⁸⁰ e no anarquismo epistemológico de Feyerabend⁸¹, mais conhecido por suas radicais posições sobre teorias da ciência, às quais o próprio autor chama de anarquismo epistemológico.

Na prática, poderemos dizer, ao final dessas considerações, que se o cerebrismo é – junto com todas as abordagens teóricas, estéticas, políticas, que fazem a equação cérebro-mente-sujeito – uma formação discursiva, veremos que suas subformações – fisicalistas, informacionais ou naturalistas – sustentam uma maior, menor ou nenhuma proximidade com as “ciências do espírito”, desde que saibamos reconhecer que isso envolve práticas laboratoriais diferentes, diversas identificações dos cientistas em posições sujeito, diferentes filiações ou oposições ideológicas, diferentes relações de poder entre grupos⁸².

Aqui é-nos interessante a abordagem de Pierre Bourdieu quando o autor define o campo científico como campo de lutas, estruturalmente determinados pelas batalhas passadas, no qual agentes/cientistas buscam o monopólio da autoridade/competência científica (Portocarrero, op. cit., 209). Portanto, ao contrário de comunidades científicas (Kuhn, 2000) em busca de consensos teóricos que visam a conquista do progresso da ciência, Bourdieu insere o conflito como constitutivo daquela atividade.

Bourdieu utiliza-se do conceito de crédito científico: “um capital simbólico, não monetário – leia-se autoridade/competência científica –, uma espécie particular de capital

⁸⁰ Mais precisamente no livro “A filosofia como espelho da natureza”, Rorty (1988) defende a tese de que a mente como conceito, a partir de Descartes, acaba por se constituir como metáfora teórica da possibilidade de o conhecimento apreender a natureza como um espelho. É, propriamente, a partir daí, que se podem constituir os ideais de objetividade.

⁸¹ Não se pode confundir o projeto de unificação ontológica dos fenômenos com o processo de redução das teorias. Para Feyerabend, a opção reducionista (da mente ao cérebro) será impossível. Ele define sua própria posição no seio do materialismo (eliminativista) rejeitando discutir – ou acreditando ser desnecessário – o estatuto ontológico da questão. À filosofia caberia examinar analiticamente, no sentido de crítica lingüística, as expressões teóricas: o uso das palavras nos faz crer que a palavra “dor” – que em última análise é um fenômeno orgânico – corresponderia a um estado mental real, visto que a ela pode se seguir: “eu sofro”, expressão que tem sua origem em circunstâncias psicológicas. Andrieu (p. 129) mostra que essa posição – quase positivista – não deixa de ser contraditória na obra de um autor que defende uma teoria anarquista da consciência, embora isto possa ser explicado justamente pela rejeição da própria “consciência” como base teórica para o conhecimento.

⁸² Uma formação discursiva se constitui como tal se, e somente se, traz como efeito processos de identificação simbólica e imaginária de sujeitos. Se nela, o sujeito se identifica, conscientemente, como um sujeito do dizer, do pensar, e do fazer; mas também se, inconscientemente, está sujeito a um dizer, a um pensar, a um fazer, em relações de identificação que lhe escapam. Vimos no capítulo 3, as relações entre sujeito, identificação imaginária e simbólico-discursiva. Isso se aplica claramente ao cientista, como a qualquer sujeito.

que pode ser acumulada, transmitida e até reconvertida, sob certas condições, em outros tipos de capital” (Idem, 210), como o financeiro, logicamente⁸³.

O conceito de *campo científico* vem sofisticar a conceituação de Kuhn de *comunidade científica*. Bourdieu coloca em proporção direta a autonomia do campo e o reconhecimento do cientista, visto que seus pares é que poderão avaliar seu mérito. O apelo a uma autoridade externa desacreditaria o cientista, que tem nas suas possíveis “descobertas” um valor de prestígio. (Idem, 211).

Evidentemente, essa autonomia não se dá senão parcialmente. Bourdieu lembra que a luta pela autoridade científica é menos autônoma do que querem crer os que nela se acham envolvidos e verificar-se-ia facilmente que as grandes etapas da concorrência entre as disciplinas a respeito da noção correspondem, através de diferentes mediações – entre as quais os contratos de pesquisa não são das menos importantes (Bourdieu, 2004).

A autoridade científica depende da configuração social em que esta se dá. No caso da autoridade médica, por exemplo, a dependência é cada vez maior da constituição de um complexo médico-industrial e financeiro. Para nós, indo além de Bourdieu, esta autonomia está bastante relativizada, se entendermos que esse complexo se coaduna com o campo da mídia, que hoje interfere bastante na corrida de prestígio de cientistas, pelo menos em algumas áreas de maior apelo – pelo aspecto espetacular ou utilitário que atendem – dentro da cultura popular. É daí que nasce o atual prestígio social da biomedicina, astrofísica etc. Essa constituição científica já com alguma demanda midiática se dá muitas vezes dentro e fora do campo científico, como veremos mais à frente: dentro, no caso da midiaticização interna da medicina e das neurociências; fora, com a publicização de suas “descobertas”.

Ademais, não podemos esquecer que o cientista não procura somente prestígio com suas descobertas, mas também busca atender a suas demandas conscientes ou não, e ao desejo de busca que em última instância também é uma busca de si – e aí talvez falhe a abordagem estritamente sociológica.

Discursivamente, poderemos dizer que, na contemporaneidade, são intrigantes as condições de produção das ciências. E a mídia é um fator hoje que deve ser levado em consideração pelo menos em relação a algumas delas. Assim como é intrigante a

⁸³ Por meio de cargos governamentais, prestígio sócio-cultural etc.

constituição do sujeito posicionado em um discurso científico qualquer: o indivíduo será interpelado pelo discurso da ciência, e se reconhecerá como bem sucedido, se aceito academicamente e se aceito por todo um sistema de publicações, de inserção do seu nome em citações tanto em trabalhos especializados – que em parte já compõem a indústria cultural, quando falamos de livros – quanto em coberturas midiáticas. E essa condição interfere diretamente no modo como se vai buscar e se adquire prestígio, credibilidade e confiabilidade. Em última instância, o sujeito identificado no discurso científico está em relação direta com a forma-sujeito do capitalismo afetado pela configuração de uma sociedade de consumo e de mídia, como tratados no capítulo 2.

A história das neurociências tem exemplos clássicos que mostram a relação entre a luta pelo poder e pelo saber, interioridade e exterioridade da legitimação científica: a começar pelo criador da frenologia, Franz Gall que, rejeitado pela academia, viajou a Europa apresentando as suas coleções de crânios, e conseguiu assim popularizar sua ciência, tanto como, como já se afirmou acima, Freud o fez no século XX.

A demanda “pelo reconhecimento” também seria visível no próprio Freud quando teve que proceder a diversas *negociações conceituais*⁸⁴, para que a psicanálise fosse vista como ciência. Hoje temos novas condições de produção: o reconhecimento no campo científico se dá em articulação com o reconhecimento público, ou econômico ou político. Porque é a partir desse reconhecimento “exterior” à própria pesquisa científica, que se consegue as verbas de fomento, e outros incentivos institucionais. Se por um lado a autonomia do campo, conquistada no século XIX, ainda a constitui, a ciência, por outro lado, está condenada a nunca mais ser esotérica, pois que na sociedade atual ela tem de se dar a ver.

O problema das relações conflituosas de poder não deve ser pensado somente nas lutas internas da comunidade científica, portanto. As repercussões políticas destas configurações de sentido deslocam o todo social, as referências sociais, a escolha dos seus

⁸⁴ Entendemos como “negociações” o fato de que Freud tenha recorrido às teorias físicas para pensar o inconsciente, da mesma forma que Lacan seria levado a “cimentar” a sua psicanálise com referências à linguística, à lógica e às matemáticas. Estas negociações são muito mais comuns do que se pode prever para as práticas científicas, e tem a ver com as demandas de época, demandas que nos obrigam a respeitá-las, se quisermos ser aceitos, sem que isso impeça que o desejo venha subvertê-las.

objetos, desestabilizam e reestabilizam certezas e verdades antigas. O paradigma informacional – que levam, por exemplo, os neurofilósofos a imaginar a mente como software ou alimentam as metáforas de base das mais modernas teorias cognitivas – são mostras de que nem o dizer nem as práticas nem o trânsito social dos cientistas estão imunes a novos desenvolvimentos teóricos e tecnológicos e que, em última instância, não cabe a oposição “história interna” ou “história externa” da ciência, senão como um *continuum* torcido⁸⁵, que também pode ser aplicado à contigüidade entre as práticas e concepções filosóficas, científicas e técnicas. Daremos um exemplo próprio da história das neurociências.

Apelos à razão da natureza do universo tem sido usada ao longo da história para justificar a existência de hierarquias humanas. Embora as explicações não durem por mais de poucas gerações, o argumento de que realmente existe uma tal hierarquia não cessa de ressurgir.

O catálogo de justificativas baseadas na natureza atravessa um leque de possibilidades: elabora analogias entre papéis e uma hierarquia de classes subordinadas à posição central da astronomia ptolomaica e uma ordem hierarquizada de corpos celestes circulando em torno dele; ou apela à ordem universal de uma « grande cadeia de seres » variando de simples tipos de amebas até Deus, e incluindo próximo de seu ápice uma série graduada de classes e raças humanas » (Gould, 1981, 31).

No início do século XIX, este argumento retorna sobre o suporte de um determinismo biológico, legitimado em uma extensa coleção de dados e no método indutivo. A craniometria – e o que é surpreendente, décadas antes de Darwin, procurava indícios de que a proximidade com a constituição de outros primatas eram a prova poligênica de que homens tinham constituições diferentes e distribuídas numa ordem hierárquica. Mesmo as discussões em torno da liberdade e do direito à escravidão não opunham, quanto à real hierarquia entre raças, abolicionistas e escravagistas.

⁸⁵ Retomamos uma figura topológica bem conhecida: o anel de moebius.

Avaliando o impacto da ciência sobre visões acerca da raça nos sécs. XVIII e XIX, nós primeiramente devemos reconhecer o meio cultural de uma sociedade cujos líderes e os intelectuais não duvidavam da propriedade do ranking racial – com os indígenas abaixo dos brancos, e dos negros abaixo de todos (...) Um grupo – nós podemos chamá-los de “linha dura” – sustentava que os pretos eram inferiores e que seu status biológico justificava a escravidão e a colonização. Um outro grupo – os moderados (soft-liners) se assim o desejar – concordam que os negros eram inferiores, mas consideravam que uma pessoa tinha direito à liberdade e isso não dependia do seu nível de inteligência. “Qualquer que seja seu grau de talento”, escreveu Thomas Jefferson, “isto não é medida de seus direitos” (idem, ibidem)⁸⁶.

Os menos radicais – os soft-liners – sustentavam atitudes diferenciadas em relação à «inferioridade negra»: uma parte defendia que se deveria tentar elevá-los, através da educação, até o nível de brancos, outra parte, embora « compreendendo » que merecem a liberdade, não acreditavam em qualquer forma de superar essa inaptidão, cujo maior argumento é cultural, mas cuja base de justificativa poderia variar de premissas biológicas até climáticas (idem, 32). Não se trata nesse momento, pelo menos nos Estados Unidos e na Europa, de uma oposição entre aqueles que acreditam num « ranking » e outros que não acreditam. A diferença se faz entre aqueles que sustentam que esse « ranking » justifica ou não atitudes igualitárias.

Um dos bons exemplos citados por Gould é Alexander Humboldt, um ícone da ciência no século XIX, e que pode ser visto como um « herói de todos os igualitaristas modernos ». Mesmo ele invocou capacidades mentais inatas para explicar porque os árabes, com sua « more highly gifted race », conseguiam maior adaptação natural para o « cultivo mental »

É nesse contexto intelectual que surgem o que Gould chama de « estilos de racismo científicos pre-evolucionários », divididos em monogenismo, que sustenta que as raças vêm da « mesma fonte » desde Adão e Eva ; e poligenismo, que argumenta contrariamente. Para os monogenistas, as diferenças entre as raças deviam-se ao grau de degeneração que se deu a partir da expulsão do Éden, talvez mesmo devido às diferenças climáticas dos locais para onde cada raça se dirigiu a partir « daquele momento ».

⁸⁶ Tradução nossa.

Os poligenistas, ou mais radicais, diferentemente acreditam realmente que as raças humanas vinham de espécies biológicas separadas, «descendants of different Adams». Visto que a explicação bíblica não tinha como ser descartada, o «degeneracionsimo» se tornara o argumento mais popular na época (Idem, 39).

É sobre esse contexto intelectual, que as observações craniométricas viriam «comprovar as diferenças de capacidade mental entre as raças». No sumário final de Morton⁸⁷, ficava estabelecida a hierarquia final das capacidades internas cranianas por mensuração de volume: a mais alta era a da família teutônica, cuja média era de 92 polegadas cúbicas, seguidos pelo grupo dos antigos caucasianos, depois os mongóis, os chineses, os malásios, os indígenas americanos, e finalmente os negros, entre os quais os negros australianos seriam os de menor capacidade craniométrica, com 83 polegadas cúbicas (idem, 57).

Como toda quantificação, muitos dados teriam sido «ajustados» para que servissem ao argumento básico do «ranking» de raças, como demonstra o próprio Gould, em estudo minucioso dos dados, e que aqui não nos cabe reproduzir.

O primeiro momento então das neurociências se reveste dessas preocupações, pré-evolucionárias, com a capacidade mental das raças. Propriamente se enquadra na preocupação típica da filosofia moderna com as condições de conhecimento, baseadas sobre o grande apelo biologista que estava se consolidando no século XIX e que daria saltos ainda mais fortes após as revelações de Darwin, atendendo, ao mesmo tempo, ao compromisso científico galileano com a quantificação, a indução e o experimento.

Interdiscursivamente, a craniometria atendia a todas as condições de produção de verdades para aquele momento e, apesar de nuances discursivas, atendia às mesmas formações ideológicas que, por um lado, vinham em breve consolidar definitivamente a ciência – ainda que imbricada em argumentos religiosos, que vão sofrer um duro golpe evidentemente com a *Origem das Espécies* – como lugar da verdade e, por outro lado, se materializavam no aparato discursivo do «ranking» entre raças, materialidade que justificaria diferenças de classe e de direitos civis.

⁸⁷ Samuel George Morton – o maior nome entre os poligenistas americanos.

Estamos aqui num momento de profunda intersecção – embora não indiferenciação – entre epistemologia, ciência, tecnologia e técnica como práticas discursivas, de níveis distintos mas condizentes com a interrelação entre saber e poder que marca as formações ideológicas. Mais tarde, já na segunda metade do século XIX, a frenologia apareceria como novo lugar da verdade, dentro dessa pré-história das neurociências modernas, e como lugar privilegiado da polêmica entre localizacionistas e holistas que, no entanto, compartilhavam a certeza de que as questões humanas – psíquicas, lingüísticas, sócio-culturais e mesmo políticas – podem ser respondidas a partir de argumentos exclusivamente materialistas, cerebrais, corporais.

Stephen Gall é quem sustenta o localizacionismo mais radical. Suas teses são um campo de observação da inscrição do corpo no discurso científico, mais precisamente, a inscrição do cérebro no discurso das capacidades humanas e lugar de materialização de certezas ideológicas. É quando o cérebro, contraditoriamente, sai de seu estatuto natural, para provar-se, a partir do discurso biologista, como uma textualidade, onde se poderia ler novas verdades. Passa a se constituir como um objeto semiológico e, analiticamente, como um objeto discursivo das formulações ideológicas, que encontram nas coleções de cérebro seu efeito de evidência.

Se tanto a craniometria quanto a frenologia saíram do circuito científico, não desapareceram como efeitos de sentidos, no entanto. Sobreviveram como se subsistissem para além do campo de visão possível a uma certa posição do historiador da ciência. É a isso que viemos designando *torção* de sentido; e é por isso que apelamos à topologia como metáfora do movimento dos discursos.

Carl Zimmer (2002) lembra que os milhares de neurocientistas hoje são, de alguma forma, herdeiros intelectuais de Thomas Willis⁸⁸, que teria erigido os quatro pilares “sobre os quais o peso da neurociência se apóia hoje”.

O primeiro foi a descoberta de que “os espíritos animais” – parafraseado hoje, num discurso mais secularizado, por neurônios – trafegavam por trilhas no cérebro, e que as alterações químicas que sofriam governam tudo em nossas vidas. O segundo, a afirmação

⁸⁸ Médico e anatomista inglês do século (1621-1675), estudou a anatomia do sistema nervoso central e a circulação do sangue. Descreveu o "círculo de Willis", um complexo vascular na base do cérebro e descreveu sua função. Usou pela primeira vez o termo "ação reflexa".

de que estes “espíritos” desempenhavam diversas funções da alma - que hoje poderíamos dizer redes especializadas de neurônios – ao se deslocarem pelo cérebro. A terceira, a semelhança entre o cérebro humano e o dos outros animais, uma antecipação importante; e quarto, que todos os males do cérebro – neurológicos e psicológicos – poderiam ser tratados bioquimicamente. Remédios formulados por Willis, dos xaropes de aço às centopéias moídas, talvez, afirma Zimmer, possam ser considerados efetivamente “os precursores da psicofarmacologia contemporânea”.

Portanto, pode-se dizer de certo modo que há uma série histórica contínua que localiza nos cérebros o princípio, meio e fim, das ações e males humanos. Estamos diante de duas concepções diferentes – seria reducionismo, dizer que os neurocientistas contemporâneos apenas repetem o que Willis defende –, mas que de alguma forma pertencem a uma relação parafrástica, com evidentes divergências históricas e de forma – a materialidade das soluções medicamentosas. O modo como se dão as prescrições farmacológicas são sintomas⁸⁹ de cada época. As duas formações discursivas são bi-divergentes – histórica e textualmente –, mas algo fica de comum, a idéia geral de que tudo acontece no cérebro. É evidente que este cerebrismo⁹⁰ teve que dialogar com outras forças discursivas de cada época, notadamente, a primeira com o religioso, e a segunda com o industrialismo médico.

Vejamos este caso narrado por Zimmer.

Willis acreditava que os testículos possuíam algo em comum com o cérebro já que o espírito era a única substância na natureza capaz de dar forma e finalidade à matéria. Chamou-se a atenção o fato de tanto o cérebro como os testículos serem cercados

⁸⁹ Sempre vendo sintoma como a realidade corpórea, e não como um efeito que aponta para uma causa última, como no discurso médico. Os sintomas devem ser lidos em sua materialidade efetiva, e não como efeito. Assim como não se pode prescrever ao texto o papel de efeito de discurso. A história, numa visão discursiva, se faz embate de interpretações, e se materializa em sintomas. Sem esse, tudo seria muito etéreo. No caso estudado, portanto, a psicofarmacologia contemporânea é sintoma de discursos que se entrecruzam – industrialismo médico, que tem a ver com as condições gerais de produção capitalista, e o reducionismo bioquímico. Ou seja: são o que lhes dá vida, aparência e materialidade. A divisão entre discursos e práticas discursivas, portanto, só é possível teoricamente. Defendemos aqui que o próprio *scanner* da tomografia é uma materialização discursiva – seu sintoma, sua realidade – tanto quanto o relógio foi sintoma de uma sociedade moderna que daria mais valor à medição e precisão do tempo e da matéria. Sobre isso cf. “Do mundo do ‘mais-ou-menos’ ao universo da precisão”, in koyré (1991).

⁹⁰ Pedimos paciência ao leitor para que compreenda cerebrismo aqui como a hipóstase do cérebro, como objeto privilegiado de compreensão do homem.

por uma filigrana de vasos sangüíneos. Em ambos os casos, ele declarou, os vasos eram destinados a “transportar a mais pura nata do sangue, através dos sinuosos canais de um alambique, destilada por essa longa jornada”. Nesses vãos, o cérebro e os testículos isolavam as mais lúcidas partículas de espírito presentes no sangue. No cérebro, os espíritos sustentavam a alma sensitiva, possibilitando-lhes sentir, pensar e manter o corpo vivo. Os testículos simplesmente armazenavam seus espíritos. “O Epítome de toda a alma tem um lugar em separado para possibilitar a conservação de toda a espécie”, escreveu Willis. Este “bando de espíritos” era capaz de penetrar em um útero e dar forma a um novo animal, criado partir de um enxame de partículas. Por ser limitado o estoque de espíritos, pais inteligentes podiam gerar filhos imbecis: seus cérebros gastavam espíritos que, se não fosse assim, iriam parar em seu sêmen (idem, ibidem).

A conclusão de Zimmer, um jornalista, é bem propícia a um dos principais discursos contemporâneos: “Hoje, os cientistas *sabem* que Willis estava certo em acreditar que um tipo especial de espírito corre tanto no cérebro quanto nos testículos. Ele igualmente permeia a vida toda, e está em trânsito há bilhões de anos. Trata-se da *informação*”. (grifo nosso).

Aqui, na conclusão de Zimmer, entra uma terceira força discursiva contemporânea que substitui a discursividade religiosa: a informacional. A idéia de uma substituição que resulta numa reinterpretação do lugar do cerebrismo não é um exagero metafórico: as teorias informacionais são a grande aliada hoje do organicismo evolucionário nos embates contra concepções eminentemente religiosas como, por exemplo, o criacionismo. A idéia de uma “escritura” genética, que se mantém, apesar da evolução e transformação das espécies, pode ser visto como uma arma contra os apelos da “escritura” bíblica. Neste embate, as concepções informacionais adquirem o estatuto de um lugar de verdade incontestável, o já-lá do interdiscurso, que nunca entra no jogo de argumentação e contra-argumentação: estabelece-se como garantia, permanece fora de luta como suporte da verdade para um e para outro lado; ao mesmo tempo em que obriga a outra “escritura”, a bíblica, que era o lugar da verdade religiosa, a internalizar-se no jogo argumentativo.

Aqui vemos um aspecto dinâmico da relação entre formações discursivas e interdiscurso: o que fica lá, o que garante o lugar de interpretação de uma formação específica na sua relação com aquelas que lhe são exterior, ou que lhe atravessam, é alguma formação discursiva que adquiriu estatuto de verdade mesmo para grupos oponentes – só aí

há a possibilidade de o consenso não ser conseguido por coerção. As muitas correntes científicas podem divergir demais sobre a interpretação do sujeito: sociólogos e neurocientistas não concordam em quase nada no que diz respeito à formação do *eu*; mas nenhum deles questiona que a explicação deve ser “científica”, sem saberem muito bem o que de fato isso significa, mas que, sim, significa: não-religiosa, operacional, provável.

Diríamos que, imaginando uma figura formada por círculos concêntricos, sociólogos e neurocientistas mantêm o anel mais exterior: o de que a verdade só pode ser pensada dentro do último círculo da cientificidade, ainda que, por ser o anel mais exterior, já tenhamos dúvidas sobre a sua forma.

Decorre disso também o problema dos embates entre discursos incomensuráveis: como aqueles pertencentes a culturas tão divergentes que quase já se escapou do último círculo. Como na luta – permitindo-nos recorrer a exemplos de fora de nossa questão imediata – entre cristãos e algumas vertentes do islamismo: se a própria percepção de individualidade não se firmou como um lugar comum de recorrência argumentativa, não cabe discussão em torno dos direitos e deveres do indivíduo – sem que se possa determinar um círculo mais exterior que sirva de já-lá para os lugares de interpretação.

Por outro lado, também o estabelecimento destas verdades últimas é problemático para os lugares interpretativos que de alguma forma se chocam com estas: a individualidade burguesa, posta como garantia de sentido para toda a cultura ocidental, não pode ser questionada em prol de uma visão mais coletivista de sociedade. Nesse caso, surgem as utopias, que são antes utopias – sem lugar – discursivas: aquilo que por levar ao paroxismo o direito do indivíduo numa operação lógica de universalização – “todos têm o direito de” – esbarra nos próprios obstáculos criados pelo individualismo, que impõe na realidade a singularidade desse direito, e impõe que o discurso coletivista saia desse lugar de interpretação, ou seja, volte a ser um sem lugar – perdendo sua garantia de realidade: que sociedade seria coletivista sem as garantias do individualismo? A tribal? Mas a tribal não seria em si a negação das sociedades modernas onde o socialismo foi cunhado? Com que

garantias, operaria um discurso sem a sustentação do seu próprio discurso na modernidade, entre elas o direito do indivíduo?⁹¹

No plano dos embates políticos de campos científicos, o problema que se põe para as teorias não organicistas do homem é o de terem aceito, como lugar de discussão, a linguagem associada à informação como seu círculo mais externo. Esse já-lá é que lhe confere a cientificidade contemporânea, mas esse mesmo já-lá impõe um *topos* argumentativo que, quando negado, provoca a pronta desqualificação como utopia científica. Daí que teorias como a Análise de Discurso – que não reconhece as visões informacionais da linguagem como um garantia de verdade – ou a psicanálise, simplesmente, terem o seu estatuto de ciências questionados, a todo momento, mesmo dentro da lingüística ou mesmo dentro da psicologia. Em resposta a essa dificuldade, algumas teorias discursivas, por exemplo, cedem e voltam a dialogar com o cognitivismo, hoje bastante embalado de visão informacional, pela proximidade que assume com as neurociências.

Portanto, *a formação de um complexo médico-industrial e financeiro, como condição de produção discursiva; o organicismo expresso no reducionismo bioquímico e no cerebrismo como formação discursiva dominante, e o informacionalismo, o campo de garantia interdiscursiva, são os três pilares da verdade neurocientífica. Veremos, ponto nodal de nossa tese, como vai se processando delicadamente a passagem da verdade neurocientífica para uma verdade neurodiscursiva – operada pelo discurso midiático – a partir das próprias pré-condições que as neurociências possibilitam.*

Os argumentos de Zimmer revelam de que lugar discursivo ele fala: no entrecruzamento do reducionismo bioquímico – formação discursiva – provado pelas garantias informacionais – interdiscurso –, *mas dentro de uma estratégia argumentativa de personificação própria às narrativas jornalísticas.* Possivelmente, só no nível

⁹¹ Isso põe dificuldades adicionais ao pragmatismo de Habermas, ao pensar numa ética da discussão, quando os dois sujeitos em discussão partem de pontos de vista sustentados em pré-construídos – efeito de realidade – absolutamente distintos. Assumir a possibilidade de que a discussão deve ser operada entre indivíduos com autonomia de avaliação epistêmica é partir do pressuposto de que toda a Humanidade compartilha da forma sujeito jurídica do capitalismo, que é também a reafirmação do indivíduo auto-consciente e dono de seu dizer. (Cf. Habermas, 2004).

intradiscursivo da narrativa e argumentatividade, o próprio autor pode perceber que há metáforas – as de personificação.

Dentro do núcleo se encontra uma espécie de enciclopédia de informações no formato de uma hélice dupla de DNA enrolada como um carretel. O DNA é circundado por um séquito de enzimas especiais, acionadas por uma determinada combinação de sinais. Os sinais corretos levam as enzimas a desenrolar o DNA e a fazer uma cópia de parte de sua sequência. Esse texto copiado pode ser editado pelas enzimas antes de rumar para as usinas bioquímicas para servir de manual de construção para uma nova molécula. A molécula tanto pode permanecer dentro da célula como escapar pela membrana da mesma para cumprir sua finalidade em outro lugar do corpo. Dependendo do sinal, uma célula pode vomitar cristais de osso ou veneno mata-vírus. Ela pode cometer suicídio ou dividir-se em duas. (idem, 299).

Como o discurso não pertence somente à esfera do dizer, ele se sintomatiza, ganha realidade ou materialidade nos próprios equipamentos. E aqui podemos dizer que, tanto quanto o corpo e a imagem, os equipamentos significam:

Um scanner MRI atua por meio da criação de um campo magnético tão intenso que obriga alguns átomos do cérebro a formar uma fila. O scanner, então, envia ondas de rádio, que desorganizam levemente essa fila. Quando as ondas são desligadas, os átomos voltam a se enfileirar e, nesse movimento rotativo, eles emitem pulsos elétricos. O scanner utiliza esses pulsos para reconstruir um recorte do cérebro, e um computador reúne esses recortes, criando uma imagem tridimensional do cérebro... ele traduz cada cérebro e uma nuvem de coordenadas no espaço matemático inventado por Descartes, permitindo que um computador calcule a diferença entre os cérebros por meio da distância entre suas coordenadas. Os neuroanatomistas podem, agora, ver as variações em dezenas ou centenas de cérebros e uma única imagem. Podem usar um código de cores em um cérebro coletivo para mostrar o quanto cada uma de suas regiões é moldada pelos genes ou pela experiência...Mas os scanners MRI fazem mais do que isso: eles podem tirar fotos do raciocínio. Conforme recebem sinais de seus vizinhos, os neurônios devoram oxigênio, o que provoca uma precipitação de sangue para repor o suprimento. Os scanners MRI podem registrar essas marés microscópicas, pois as moléculas de oxigênio que se deslocam na direção de um neurônio ativo emite um específico pulso de ondas de rádio. As imagens do raciocínio criadas com o MRI ao longo dos últimos vinte anos demonstram claramente que o cérebro contém muitos módulos destinados aos diferentes tipos de raciocínio. Alguns deles, como a zona de Broca, auxiliam na fala, Alguns ficam mais ativos quando a pessoa lê substantivo em lugar de verbos, outros quando um falante de inglês bilíngüe lê em mandarim em lugar de ler em inglês. Até mesmo quando ouvimos tipos diversos de piadas, elas produzem padrões

diferentes em uma tomografia de MRI. Uma piada que dependa do significado das palavras dá mais trabalho à parte processadora de semântica do cérebro, enquanto um trocadilho “liga “ a parte que transforma sons em palavras. (idem, 308).

Podemos ver o scanner como integrando uma materialidade significativa, visto que compõe *o sistema de aparelhos de midia e informação introduzidos na medicina*, aliado à hipótese de que *esse sistema significa, adquirindo com isso a textualidade*⁹². Desta forma, compreendemos de que forma ele funciona como um operador discursivo: ele filtra – traduz – movimentos eletro-bioquímicos do cérebro, a redução propriamente discursiva das neurociências em informações quantificáveis, lugar da verdade. Nesse ponto, entra em jogo a midiaticização do discurso neurocientífico, propriamente dita, assumida parafrasticamente pelo jornalista: a necessidade de tradução das informações em imagens. É essa entrada da tradução em imagens, como veremos no capítulo seguinte, que marca o início do processamento do discurso neurocientífico em neurodiscursos: em outras palavras, a midiaticização começa antes, no próprio laboratório.

A “descoberta” dos neurotransmissores, no campo específico das neurociências, e do DNA, no campo mais amplo da biomédica, aponta para o momento de entrada do pensamento biológico na era das teorias da informação. Desde então, serotoninas e dopaminas deixam de ser somente “entidades biológicas” para serem também agentes de informação. A biologia, como quase todas as ciências, precisava recorrer às metáforas do campo de informação quantificada, já não mais vistas como metáforas, para legitimar-se, visto que hoje esse campo já é um sustentáculo interdiscursivo de verdade. Hoje, as neurociências precisam dos scanners, operadores discursivos, que são a interface das informações com o mundo de apelo visual, nova forma de formulação da verdade. Os scanners engancham a redução eletro-bioquímica na informação como garantia de verdade interdiscursiva, dando-lhe vida – sintoma – imagética, condição de reconhecimento social. E aqui, no texto de Zimmer, o liame entre os discursos próprios da neurociência e aquele que vem lhe dá imagem social, os neurodiscursos, não é mais facilmente identificável.

⁹² É um sociólogo, Jean Baudrillard que, analisando a publicidade e os objetos de consumo no capitalismo, chama a atenção para o fato de que há em nossa vida cotidiana um “sistema de objetos” que significa. (Baudrillard, 1997). A isso, acrescentamos: esse sistema que significa e está sujeito à interpretação é uma textualidade, no sentido de materialidade discursiva.

A face pública que das neurociências⁹³, os neurodiscursos, terá, no entanto, que dialogar com a discursividade cotidiana – lugar de certa liberdade institucional, de certo descompromisso com a razão e a verdade comprovada⁹⁴. Esse “diálogo” é basicamente operado pelos discursos de divulgação científica, que recorre a uma espécie de “animismo conceitual” – “os neurônios devoram oxigênio”. No entorno dos sentidos, o fenômeno serve para mostrar que o que sai de cena nem sempre está extinto: pode estar à sombra em outra discursividade ou em outro plano, mas a possibilidade de reassumir o mesmo lugar que antes – ainda que o fora seja outro – deve ser considerada. Se antes os “espíritos” percorriam corpos, hoje, os neurônios “devoram” oxigênio. Nos dois casos, o que se tem são “entidades animadas”. O jornalista, portanto, traz de volta o imaginário que não estava de todo soterrado, sob a justificativa de que precisa realizar a ponte entre o especializado e o leigo.

José Horta Nunes (2001) mostra como este discurso de divulgação científica opera essa reinserção, com seus efeitos de apagamento das condições de produção:

O discurso de vulgarização, ao trabalhar com os não-ditos da ciência no campo das credences, manias e profecias, deixa de lado uma série de dizeres. Uma das faltas que podemos mencionar é a dos discursos econômicos e político ligados à pesquisa científica, que as rupturas científicas deixam de lado e que não vimos trabalhadas no discurso analisado. Esse “esquecimento” nos conduz a dizer que esse discurso da descoberta, a ser significado na técnica, na psicologia na biologia, produz ao mesmo

⁹³ Não custa lembrar a hipótese central desta pesquisa: não há tradução possível entre discursividades distintas: a mediação – que pressupomos já carregar o estatuto de discursividade – das neurociências se dá ao custo de não haver, pelo menos publicamente, mais neurociência, mas neurodiscurso.

⁹⁴ Em outras palavras, poderíamos dizer que os discursos cotidianos não têm compromisso com a função de autor, na medida em que operam no sujeito genérico do “dizem”, que encontra equivalência no “on” dos franceses, do “it” da língua inglesa, línguas que não toleram muito o sujeito oculto. Mas essa possibilidade de línguas como o português e o espanhol de simplesmente afirmar que “dizem”, sem que tenha um “eles” materializado, e sem subsumir uma neutralidade própria aos termos anglo e francófono, mostra que a referência é dispersa num sem número de posições que se depreendem do seu sujeito de discurso. Antes, as concepções se depreendiam dos discursos organicistas – frenologistas, craniométricos ou fisionomistas – para simplesmente penetrar no cotidiano – ali passaram a ser apenas transmitidas simplesmente por quem afirma sem atribuir o compromisso a um outro específico, mas que nesse outrem encontra legitimidade. Seria bom para o analista saber de onde vem justamente essa legitimidade que, ocultada, por contar com a proteção do anonimato, se mantém. Assim, foi se escondendo na discursividade cotidiana, que estas concepções de sujeito cerebral puderam voltar com força para o mundo acadêmico em contextos mais específicos e menos perigosos para a sua sobrevivência. Chegada a hora do renascimento das neurociências, encontraram pontos de articulação mais aceitos socialmente.

tempo um silenciamento das questões políticas e econômicas ligadas à produção científica (2001, 40).

Vejamos um outro caso de percurso sinuoso de concepções neurocientíficas – ou de estudos do homem cerebral – que agora voltam com mais legitimação, e ainda são subsumidas pelos neurodiscursos como “verdades” midiaticizadas.

A tese do “duplo cérebro” é uma concepção que, segundo Harrington (1987), foi importante no século XIX para a compreensão de questões da “religião, moralidade, filosofia da mente, evolução e degeneração biológica e social, diferenças raciais e sexuais, criminologia, educação, o oculto, a histeria e a hipnose, e especialmente a psicopatologia: dupla personalidade, ‘doença da lucidez’, vozes na cabeça, idéias obsessivas, monomania, etc” (p. 248).

O desaparecimento do que ficou conhecido como wiganismo⁹⁵ foi devido ao ressurgimento do cartesianismo na clínica. Um curioso recrudescimento num mundo que era marcado pela íntima relação entre indústria bioquímica e medicina, entre ciência e positivismo, entre biologia e evolucionismo. O que mostra que o contexto não explica tudo e que a dinâmica das formações discursivas é mais complexa do que uma relação de interior simbólico e exterioridade histórica imediata.

Harrington afirma que um nome, o do psiquiatra Adolf Meyer, é realmente importante para uma tal “emancipação” da psiquiatria da sua “peculiar posição de uma (ciência) adjunta à neurologia”. Havia pouca gente, conta Harrington, disposta a questionar a premissa de que a neurologia oferecia à época a melhor compreensão científica para a desordem mental. Mas ali por volta de 1904, Meyer argumenta que psiquiatras, fortemente influenciados pelo trabalho de Kraepelin e Wernicke, foram apreendendo a considerar que as doenças mentais apresentavam uma complexidade sintomática maior do que uma simples vinculação com alguma lesão cerebral. Aos poucos, a psicologia, e não a neurologia, deveria, segundo Meyer, servir enquanto fundamento conceitual para o estudo das psicopatologias.

⁹⁵ O termo faz referência a Arthur Ladbroke Wigan que, em 1844, propõe a tese do duplo cérebro ao estudar casos de “insanidade”.

Nas próximas décadas do século, afirma Harrington, a visão de que a psiquiatria e a neurologia certamente estavam em campos independentes e distintos de pesquisa se tornará solidificada no pensamento do século XX. Como notara William Bynum, citado por Harrington, aqui havia o fato irônico de que enquanto a biologia evolucionária saía mais e mais fortalecida na determinação ontológica do que é a mente humana, “nós ainda vivemos mais ou menos em um mundo cartesiano. Nós reconhecemos doenças do cérebro e doenças da mente”. E mesmo que os limites entre elas não sejam completamente claros, o número quase igual de pacientes de cada uma das áreas atesta a igual legitimidade social que as duas desfrutam (apud Harrington, 250).

Mais tarde, o fortalecimento da psicanálise vai ajudar a desequilibrar essa disputa para o lado das ciências da mente – não sem antes afetar profundamente o próprio campo da psicologia e da psiquiatria – quando então as concepções neurológicas perderiam terreno para questões de comportamento humano.

O renascimento de uma neurologia capaz de determinar causas cerebrais para questões comportamentais se dá nas últimas décadas na mesma proporção que se assiste a uma nova guinada da psicologia e da psiquiatria: a primeira com a aproximação com o cognitivismo de cunho informacional, e a segunda com a aproximação de concepções neurocientíficas, formando o que se chama hoje psiquiatria evolucionária ou bio-psiquiatria. Estas nominalizações recentes apontam, é claro, para rearranjos no mapa das disciplinas, movimentos de sentidos em novas direções, novas configurações discursivas.

Na topologia discursiva – nesta rede de figuras torcidas que nos vem à mente –, o que era motivo de riso, de falta de crédito, torna-se um sintoma da evolução científica da Humanidade. Hoje, fortalece-se a percepção, que antes fora remota, de um duplo cérebro – a cantilena dos hemisférios que ganham inúmeras reportagens de revista; enquanto perde vigor a percepção de que mente e cérebro sejam coisas distintas: o cartesianismo balança para dar lugar a uma redução da mente ao cérebro, do psíquico ao neurológico – o que faz livros como o *Erro de Descartes*, de António Damásio (1996), que nem tem uma visão tão

reducionista assim, entrarem na lista de mais vendidos. A *res cogitans* é sempre e em última instância *res extensa*⁹⁶.

Sem uma explicação destes volteios discursivos, fica difícil compreender como, em épocas tão distintas como o final do século XX e o final do século XIX, teríamos o retorno de teorias cerebristas. Ou como as teorias da mente fizeram tanto sucesso no estágio anterior, embora o contexto praticamente apontasse para uma maior positivação da ciência. É claro que aí está em jogo a complexa relação entre contexto e discurso, que não pode ser reduzida simplesmente à noção de uma sobredeterminação: em resposta a algumas concepções teóricas que pregam que o “discurso é o texto num contexto”; diríamos que “um texto num contexto” é “um texto num contexto”, expressão tautológica que, no entanto, nos serve para fazer duas afirmações distintas: discurso não é texto; na medida em que o “contexto” histórico social aparece na teoria do discurso como região – determinada pelo analista – de confronto de sentidos. Contexto é *foyer* de sentidos; não ignoramos o Real da História, “as coisas realmente acontecidas”, mas na AD, para usar a clássica expressão de Eni Orlandi, os fatos reclamam sentidos, e estes não são naturais: exprimem posições ideológicas. Da AD, não se pode esperar que defina as coisas que “realmente aconteceram”, o analista não pode sonhar o sonho do historiador.

Diante disso surge a questão óbvia de que a determinação ou delimitação de um contexto como pano de fundo de uma operação discursiva nada mais é do que petição de princípio: se o contexto refere-se a fatos e processos que reclamam sentidos, que são os pré-ditos de formações ideológicas, logo o contexto para os analistas lhes aparecerá como “região de disputas de sentido”, e não um fundo estável determinando a veracidade dos textos, que lhe refletiriam. A questão, portanto, não é que, mudando o contexto, mudam os discursos, formulação própria a certa teoria discursiva; mas, sim, que mudando os discursos, mudam o que compreendemos como o contexto.

⁹⁶ As legitimações sociais que em última instância são legitimações de discursos hegemônicos continuaram com o prêmio Pessoa, em Portugal, Beaumont, nos EUA, e Príncipe das Astúrias, na Espanha. Damásio escreveu o livro junto com sua esposa, a pesquisadora Hanna. Enquanto escrevo essa tese é professor chefe do Departamento de Neurologia da Universidade de Iowa.

Harrington chama a atenção para o quanto há de intrigante no fato de que a descontinuidade entre as duas tradições – o cerebrismo do século XIX e o do século passado – não impede de se ver paralelos. Ela cita Bradschaw para afirmar que nós realmente não estamos em posição para decidir o quanto este fenômeno é devido ou às similaridades no meio cultural do final do século XIX e no final do século XX, ou aos limites da realidade externa – isto é, ao fato de que “os cérebros de um século atrás e de hoje comportarem-se mais ou menos da mesma forma sob condições similares” – ou à propensão de os seres humanos adotarem, como modelos de explicação, categorias dicotômicas de organização de dados e experiência.

No último caso, as categorias dicotômicas podem ser uma constante na história do pensamento, mas não precisariam ser as mesmas; da mesma forma que imaginar que cérebros se “comportam (behave) da mesma maneira mesmo em situações externas diferentes” soa um tanto estranho. Ainda que aproximemos a idéia de “comportamento” à de “funcionamento”, o fato não explica porque não aconteceu com o cérebro o que aconteceu com tantos outros objetos empíricos que, mesmo invariáveis, seriam vistos como objetos teóricos diferenciados no decorrer do tempo; e, por fim, seria muito difícil encontrar tantas coincidências assim no meio cultural que justificasse uma explicação contextual do retorno do pensamento cerebrista. (idem, 284).

Aproveitando a própria lista, citada por Harrington, de problemas com que se relaciona a questão da (as) simetria cerebral, podemos dizer que os limites exteriores – o interdiscurso – destas formações discursivas é que permaneceram quase constantes. A autora diz que sua narrativa tem feito pontos de contato com a teoria evolucionária, o problema da relação mente-corpo, o dilema do livre arbítrio e da responsabilidade moral; as relações entre as idéias sobre o funcionamento cerebral e a ordem política e social; e a função polêmica da ciência e da medicina em uma sociedade crescentemente secular. Ou seja, das questões diretamente relacionadas, houve poucas variantes, embora muitas mudanças no que dizem respeito aos lugares de interpretação e do modo de se formular essas questões. É evidente que hoje não há tanto lugar para que a assimetria cerebral e as diferenças entre os hemisférios alimentem uma ideologia da supremacia branca masculina, como o fez no passado, e lhe custou a retirada temporária do estatuto científico. Mas as

demais questões “externas” continuam vivas e deixaram ali, onde faltou a legitimidade acadêmica, o espaço lacunar do cerebrismo.

Aqui podemos pensar esta relação com as formações discursivas e seu exterior interdiscursivo com uma analogia bem simples. Estudar as formações discursivas pode ser comparado com o ato de olhar um mapa de um país. Pode-se olhar especificamente para o mapa do país, destacado do mapa geral do globo ou dos países que o circundam. Nesse caso, no entanto, somente suas estruturas internas poderão ser estabelecidas com precisão. Mas corre-se o risco de não se saber em que direção as linhas que representam rios correm. Ou o que é litoral ou interior.

De forma diferente, pode-se ver o mapa a partir dos países e ou mares que o circundam. De alguma forma, estar-se-á deixando o espaço que o país estudado ocupa num vazio. Embora não se possa entender nada de sua estrutura interna, é possível perceber que o formato permanecerá o mesmo, desde que haja uma constância geopolítica na vizinhança. Pode-se inclusive, em caso de mudança, perceber que o país em questão se alargou ou foi amputado em alguma de suas partes, mesmo que você não veja mais nada do que o espaço em branco. A visão de fora permite ver que países são limítrofes e, se for o caso, qual o contorno que os mares dão ao nosso caso estudado.

Logicamente, tendemos a ver o mapa em duas destas formas simultâneas: olhamos o fora e o dentro, mas não percebemos que, embora realmente o façamos nas duas direções, é a simultaneidade que é ilusória.

Assim se dá com as formações discursivas. O conceito é fundamental visto que percebemos as ações e pensamentos humanos como estruturados simbolicamente, mas uma estrutura afetada pela história e pelo desejo – que compõe o processo de identificação do sujeito no discurso. Não poderíamos apreender o todo deste simbólico – o interdiscurso. Precisariamos de um fatiamento conceitual, para entender os trilhos do pensamento humano. Estes trilhos, estes caminhos, são justamente as formações discursivas que podem ser compreendidos de “dentro” – compreensão funcional – e de “fora” – compreensão interdiscursiva –, cada um a seu tempo, compreensões dificilmente simultâneas, mas necessárias.

A formação discursiva que põe o cérebro como explicação para o homem e que alimenta as neurociências atuais têm um modo de funcionamento bem distinto daquela outra praticada há anos pela frenologia, a fisionomia ou a craniometria. Houve mudanças funcionais tão importantes que não podemos dizer se é a mesma: talvez duas em relação de paráfrase. De qualquer maneira, as questões “externas” permaneceram mais ou menos intocadas, o que permitiu que este lugar vazio no interdiscurso fosse novamente ocupado por uma teoria científica – visto que nunca o fora desocupado de fato, graças à sobrevivência no senso comum.

Mas a questão da análise das formações discursivas na história da ciência não pode perder de vista que estas estão em íntima relação com outras que se colocam no quadro geral que se empreende a partir da espessura semântica que interessa ao analista. Faremos um adendo que esperamos seja breve para voltarmos mais instrumentalizados às considerações dos neurodiscursos nos arquivos estudados, como eles se dão hoje, como se dão na mídia, em relação a como elas se deram no passado.

Quadro geral de relações conceituais

	Domínio	Ordem	relações de força	relações de tempo	sujeito/objeto	função-sujeito
						
p o l í t i c o S i m b ó l i c o		História	formações Ideológicas (relações de poder)	historicidade	forma-sujeito (2º.Individuação, jurídica) objeto institucionalizado	autor leitor
		<i>Processos</i>	<i>constituição propriedades</i>	<i>esquecimento</i>	<i>formações imaginárias apagamento</i>	<i>gestualização</i>
		(inter) Discurso	formações discursivas (relações de sentido)	memória (sustentação)	 posição sujeito (dispersão) objeto de discurso	enunciador destinatário
		<i>Processos</i>	<i>formulação/Circulação marcas</i>	<i>silenciamento</i>		<i>gesticulação</i>
		Linguagem	texto (relações significantes)	arquivo monumento	indivíduo (1º.individuação, bio-psicológica) objeto empírico	locutor alocutário

Observando o quadro, compreendemos que os grandes domínios indicam o modo de ver analítico-discursivo: o contato entre o político e o simbólico⁹⁷. Em itálico, estão os processos, que mostram que o elenco de conceitos prevê a dinâmica das transformações. Ao histórico e à linguagem, a AD interpõe o discursivo. O “achatamento” destas ordens levaria à diluição do discursivo no lingüístico – próprio às lingüísticas do texto e ADs assemelhadas –, ou do discursivo no histórico-social – próprio às teorias sociais. Numa leitura de cima para baixo, caminhamos da ordem social para a ordem do significante; assim como do nível da constituição para o da formulação.

As formações discursivas se definem pelo seu exterior, e por aquelas que a atravessam. E isto não pode ser dissociado da forma como elas estão relacionadas às formações ideológicas que pertencem à ordem da história (acima no quadro), nem aos modos de sua formulação, que é o modo como ela se textualiza.

Da mesma forma, em sua relação de exterioridade, não uma exterioridade factual, mas concretamente a exterioridade discursiva, interdiscurso, aí se desenvolve o jogo das filiações e o âmbito da memória discursiva. Hoje é evidente que como já dissemos mais acima o lugar da verdade está muito associado à importância que teorias informacionais assumiram no decorrer do século XX. “Ler o cérebro” na verdade é transformá-lo em unidades de informação – daí a operação de fatiamento pelos scanners – e transformá-los em unidades de informação é ancorar a pesquisa no lugar da verdade possível.

Pode parecer estranho que do *processo de silenciamento* tenhamos o arquivo e o monumento, como vemos o documento. Mas, de alguma forma, toda materialização arquivística demanda o silenciamento do outro histórico e discursivo. Está para o arquivo, tanto quanto o esquecimento está para a memória. As relações de tempo nos impõem uma historicidade, um esquecimento – não se associam mais as neurociências atuais aos perigos de ideologias discriminatórias, embora justamente os seus opositores mais políticos teimem em “lembrar” dos seus perigos; ao mesmo tempo em que, ganhando as páginas de revistas

⁹⁷ Pode-se perceber que as duas chaves em interseção, correspondentes aos domínios, também podem ser vistas como formando uma chave maior e uma menor. A menor é o campo próprio da ação do analista, que deve levar em consideração, no entanto, a sobredeterminação dos campos excluídos do campo menor, mas presente na chave maior.

especializadas e o prestígio da mídia e das imagens junto à cultura popular, acabem por silenciar outros fazeres teóricos antagonistas.

Num primeiro momento vamos ficar com o lado esquerdo do quadro. No próximo capítulo, discutiremos justamente essa inserção das neurociências no mundo da mídia e das imagens, compreendendo suas condições de produção do que chamamos de neurodiscursos.

Capítulo V
A midiaticização da medicina e das neurociências:
A mídia procedural

A tese de Debord (1997) sobre a linguagem do espetáculo associada à mercadoria como lógica da sociedade contemporânea vem sendo indiscutivelmente reafirmada pela História, muito embora o sentido apocalíptico que caracterizou sua argumentação esteja um pouco superado. Um dos motivos desta superação vem do fato de que Debord baseava-se em categorias como “verdade” – visto que se filia ao pensamento de Marx na oposição realidade/alienação – e seu conseqüente falseamento pela mídia. O autor possivelmente não tinha como antecipar também que “espetáculo” poderia vir a servir, não para caricaturar, mas para ancorar socialmente “verdades” positivas. Daí que as “intromissões midiáticas” em outros campos institucionais poderiam ser visto como excessos naquele momento, e hoje podem ser compreendidos justamente pelo que são: estruturantes culturais, não somente no nível da organização dos discursos, mas de uma ordem discursiva. Nos comentários de 20 anos após o lançamento do seu texto maior, Debord afirmaria que:

O poder do espetáculo, tão essencialmente unitário, centralizador pela força das coisas e espírito perfeitamente despótico, costuma ficar indignado quando vê constituir-se, sob seu reino, uma política-espetáculo, uma justiça-espetáculo, uma medicina-espetáculo, ou outros tantos surpreendentes ‘excessos midiáticos’. O espetáculo nada mais seria que o exagero da mídia, cuja natureza, indiscutivelmente boa, visto que serve para comunicar, pode às vezes chegar a excessos. Frequentemente, os donos da sociedade declaram-se mal servidos por seus empregados midiáticos, mais ainda, censuram a plebe de espectadores pela tendência de entregar-se sem reservas, e quase bestialmente, aos prazeres da mídia. Assim por trás de uma intimidade de pseudodivergências midiáticas, fica dissimulado o que é exatamente o oposto: o resultado de uma convergência espetacular buscada com muita tenacidade. Assim, como a lógica da mercadoria predomina sobre as diversas ambições concorrenciais de todos os comerciantes, ou com a lógica da guerra predomina sobre as freqüentes modificações do armamento, também a rigorosa lógica do espetáculo comanda em toda parte as exuberantes e diversas extravagâncias da mídia (1997: 171).

O poder – a tirania, no dizer de Debord – das imagens e dos produtores midiáticos funciona como qualquer poder, aquilo que distingue e hierarquiza grupos sociais, mas de alguma forma suas práticas estão socializadas – da mesma forma que o dinheiro pertence a alguns, mas é socializado. Não há praticamente campo que não seja afetado pelo apelo midiático, do sisudo poder judiciário – com jornais, revistas e canais de televisão próprios – até a vida religiosa – cujos produtos fonográficos ou cinematográficos enchem prateleiras especializadas. O que há de novo, talvez, é como, no campo da ciência, este fenômeno passa a ser constituinte.

O que chamava a atenção naquele momento aos críticos “do sistema”, embora hoje pareça naturalizado, é a ameaça de uma retórica das cores vivas que envolvem os artigos e reportagens de um magazine. Uma retórica com suas estratégias do dizer, que saem brilhantemente das mesas de designers, diagramadores, artistas do computador. Há uma adequação eficaz de todo o dito à audiência, que mexe com os sentidos tanto quanto com o intelecto. A divisão reafirmada pelo pensamento romântico ocidental já não existiria mais: há um misto de razão e sensibilidade na eficientíssima Indústria Cultural; são comunicações simultâneas e concomitantes. A mais despreocupada transmissão, para ser bem percebida, envolve a razão tecnológica. Mesmo uma revista que tem por fim divulgar a inteligência e a ciência recorrerá ao encanto. Esse encanto é peça chave da mensagem midiática. Para os produtores da revista, da TV ou de um site “bem desenvolvido”, isto é apenas atender a um apelo público, ou fazer o elogio aos seus olhos; para os teóricos críticos, uma nova ordem de fetiche e alienação.

Nomes como Adorno, Horkheimer e Marcuse viram com propriedade e em seus termos esta “sensibilidade” subjacente à razão instrumental. O que assusta, no caso dos frankfurtianos, principalmente Adorno e Horkheimer (2000), é a perda daquele ideal de edificação (Bildung) da cultura (Kultur) e da arte, conforme elaborado no Esclarecimento. Com a funcionalidade da arte, a emancipação estaria bloqueada em prol da reafirmação do sistema. Marcuse faz uma abordagem um pouco distinta, mas só admite a arte de vanguarda, em negação ao establishment. A arte na sociedade unidimensional – onde tecnologia, indústria, arte ou ciência não pertenceriam mais a dimensões diferentes, mas

tudo contribuiria para a produtividade capitalista – ainda tem uma certa função, quando opera através da ruptura do discurso, da libertação do inconsciente:

Talvez, entretanto, algo de real acontece nesse processo. Se o desenvolvimento da consciência e da inconsciência nos conduz a ver coisas que não víamos ou que não são permitidas de ver, falar e ouvir uma linguagem que não ouvimos e não falamos ou que não são permitidas de ouvir e de falar, e se esse desenvolvimento agora afeta a própria forma da própria arte – então a arte, com toda sua força afirmativa, operaria como parte do poder liberador do negativo e ajudaria a libertar o inconsciente e o consciente mutilados, que solidificam o establishment repressivo. Acredito que a arte hoje cumpre essa tarefa mais consciente e metodicamente do que nunca (2000).

Mas ao contrário de Benjamin (2000), que em parte assistia ao efeito positivo da dessacralização da arte, tanto Adorno, quanto Horkheimer, ou Marcuse, formam gerações de críticos severos ao estético aliado à produtividade capitalista, em que se insere a linguagem espetacular da mídia. Embora o pensamento de Debord seja independente em relação àqueles autores, o francês compartilha do mesmo pessimismo.

A condenação do simulacro, da capacidade dos meios de comunicação em duplicar a vida “real”, ou forjá-la de uma maneira estetizada e “encantadora”, da própria sociedade de consumo, que é o ambiente antropológico de todos esses fenômenos, não foi algo que se dissipou ainda, ou ficou restrito à crítica neomarxista. Nos anos 70, autores como Jean Baudrillard, de cepa não marxista, tentava entender a lógica da sociedade de consumo, e seus principais operadores, os meios de comunicação, sob a ótica da reafirmação de um sistema de objetos na vida cotidiana – hipótese que já lançara em momento anterior – e a necessária mediação das relações interpessoais, ou mesmo o isolamento dos interlocutores.

Para falar com propriedade, os homens da opulência não se encontram rodeados, como sempre acontecera, por outros homens, mas mais por *objetos*. O conjunto das suas relações sociais já não é tanto o laço com os semelhantes quanto no plano estatístico segundo uma curva ascendente a recepção e a manipulação de bens e de mensagens, desde a organização doméstica muito complexa e com suas dezenas de escravos técnicos até o “mobiliário urbano” e toda a maquinaria material das comunicações e das atividades profissionais, até o espetáculo permanente da celebração do objeto na publicidade e a centenas de mensagens diárias emitidas pelos “mass meda” (1981:15).

Este novo ambiente social, pois que a sociedade de consumo se realiza no próprio cotidiano, é vista como uma perda referencial, uma quebra no círculo tradicional dos discursos, com conseqüências mesmas no inconsciente e no percurso dos desejos:

Desde o formigueiro mais reduzido de quinquilharias vagamente obsessivas até aos psicodramas simbólicos alimentados pelos objetos noturnos, que vêm invadir-nos nos próprios sonhos. Os conceitos de “ambiente” e de “ambiência” só se divulgaram a partir do momento em que, no fundo, começávamos a viver menos na proximidade dos outros homens, na sua presença e no seu discurso; e mais sob o olhar mudo de objetos obedientes e alucinantes que nos repetem sempre o mesmo discurso – isto é, o do nosso poder medusado, da nossa da nossa abundância virtual, da ausência mútua de uns aos outros (idem, ibidem).

Eis para alguns autores a nova realidade composta pelos meios de comunicação e pela sociedade de consumo, uma realidade atravessada por uma rede de simulacros, pelo esvaziamento das relações humanas, por um culto ao objeto, pelo encantamento da “verdade” através do espetáculo. Diagnóstico que, tendo vigorado até meado dos anos 80, ainda mantinha a crença quase intacta num real – perdido – autêntico, em que a linguagem e os sentidos eram meios para expressão da realidade.

Focalizando a linguagem como meio é evidente que o seu encantamento produziria desconfiças, ou reproduziria em verdade a mesma desconfiça que durante todo pensamento Ocidental a linguagem acabara por despertar. De Leibniz, e sua *Characteristica Universalis*, ao positivismo lógico, e a sintaxe de Carnap (Pasquinelli, 1983), a linguagem é muitas vezes condenada por “trair”, por vezes, a relação entre pensamento e mundo. A *transparência do sentido*, no entanto, é o objeto de desejo, e os meios de comunicação viriam executar sumariamente toda e qualquer possibilidade. Há, portanto, como podemos perceber, uma relação entre a condenação da mídia e um sonho epistêmico acerca de uma linguagem transparente, cujos momentos de opacidade seriam motivados por todo o espectro de não-razão: das “ideologias” à emoção e o imaginário.

Discursivamente, portanto, poderíamos dizer que a construção de boa parte das teorias sociais críticas da mídia, afora outras questões, é também resultado de um

investimento no que chamamos de “ilusão de sentido”, a correspondência pensamento-linguagem-mundo, que teve seu maior momento de pregação com o *isomorfismo* – a sintaxe lógica do mundo – do ciclo de Viena. Em outras palavras, uma aproximação insólita entre positivismo e neomarxismo ou pós-marxismo se daria justamente pelo investimento da mesma forma de conceber a linguagem. Daí que a prioridade comum da maioria das abordagens que levaram em consideração a linguagem na mídia era a de denunciar a forma como ela aparecia “espetacular” aos nossos olhos.

Fixar-se, para efeito de análise, no espetáculo, no entanto, é permanecer preso ao nível pragmático-retórico da análise. É o nível das textualidades: textos, imagens e recursos gráficos submetem-se às estratégias de enunciação e a contratos de leitura⁹⁸. Mas os sentidos já estão constituídos, assim como o próprio sujeito da mídia. Seria necessário, portanto, perceber, a partir da formulação/circulação dos discursos que questões são abertas para a sua constituição. Em outras palavras, *como o espetáculo das comunicações acaba gerando novos efeitos de sentido, metaforizando os saberes constituídos*. Essa compreensão não se dá no sentido de profundidade: buscar o que está por baixo ou por trás das superfícies discursivas⁹⁹.

Nos meios de comunicação, há um pouco da lógica dos efeitos, que Deleuze (1974), com os estóicos e contra Platão, via como importante em sua superficialidade. O espetáculo, fruto da conjugação de mídia e *show business*, formou-se na multiplicação dos efeitos que, como numa pedra no lago, *atendeu* à demanda de uma geração embotada de máquinas, tendo importante papel na constituição do que Bauman chama de *modernidade líquida* (op.cit).

Se, no início, em cidades americanas, imigrantes e negros começaram a explorar casas de jazz, de jogos e danças, contra o nariz torcido dos empresários *sérios*, logo se vira que o jogo deveria ser jogado seriamente no futuro por todos, já que boa parte da produção

⁹⁸ Um conceito caro às análises que tomaram o argentino Eliseo Verón como inspirador. Cf. Pinto (1999).

⁹⁹ Portanto, não cabe, a nosso ver, a metáfora muito enraizada na cultura intelectual do Ocidente, que torna positiva e constitutiva a “profundidade”: essa não é a melhor imagem para o plano discursivo e seus deslizamentos. Ainda que as instituições sirvam como instância de estabilização dos sentidos, não há razão para vê-las como algo “por baixo” ou “por trás” dos discursos; da mesma forma, as práticas são elas mesmas materializações do discurso. Isso fica ainda mais evidente na civilização da mídia e das imagens: a primeira é a instituição, a segunda, a prática, nenhuma das duas exteriores ao discurso.

teria que passar pelo encantamento, pela diversão¹⁰⁰. Se num início somente jazz, jogos, danças e cinemas tinham suas performances atreladas ao mundo do espetáculo, logo a publicidade tratou, ali na sociedade afluyente do pós-guerra, de estender o show a toda sociedade.

Hoje os Medical (ou Health) Centers são tão espetaculares como um anúncio de shopping, assim como os enigmáticos produtos, para os leigos, do diagnóstico por imagens revelam um espetáculo do saber, do qual a mídia muitas vezes sabe tirar proveito, em suas páginas coloridas de magazines científicos.

Diz a apresentação, aqui traduzida, da página de apresentação do centro de simulação médica da Universidade do Colorado:

O centro para a simulação humana (CHS) é uma síntese de anatomia humana e visualização tridimensional computadorizada. Esta síntese resultou em uma base de dados sobre anatomia humana, feminina e masculina, tridimensional e de alta resolução (o Humano Visível) como derivado diretamente da análise de espécimes anatômicas e visualização radiológica. A proposta geral deste Centro é facilitar a colaboração de anatomistas, radiologistas, cientistas da computação, engenheiros, médicos e educadores para promover a aplicação deste e de outros dados anatômicos para a pesquisa clínica básica, prática clínica e ensino (Colorado Univ., 2006).

O centro oferece, por exemplo, uma *anatacam*: câmera capaz de fornecer, ao longo de vinte e quatro horas, fatias (slices) de imagens do corpo humano, com uma resolução de 100 microns. As imagens são geradas a partir da injeção de alto contraste em artérias, veias, esôfagos e brônquios. A câmara “proporciona também segmentação e disposição (*rendering*) de estruturas de alto contraste sobre uma base ‘fatia a fatia’ (slice-by-slice), além de segmentação e classificação, enquanto elas são cortadas”. Lógico, não poderia faltar um vídeo ao vivo e em rede do processo.

O *Humano Visível* é de antemão *todo o humano*. Mas todo o humano visível por uma linguagem midiaticizada. Não é por coincidência que o diagnóstico por imagens, antes restrito aos produtos esteticamente pesados de ultra-sons e máquinas de raios-X, passasse

¹⁰⁰ Dois livros sobre jazz falam desse começo: *História Social do Jazz*, de HOBBSAWN (1996) e *A Autêntica Música Americana*, de COLLIER (1995).

por uma reconfiguração mais atraente, mais colorida, na mesma época em que programas como o Windows, da Microsoft, surgiam como síntese de uma época. A linearidade do processo da imagnetização das sociedades chega a parecer uma história planejada. A fotografia, substituindo em larga escala as imagens das telas de detalhistas pintores do século XIX, trazia a mais perfeita sensação de presença ao fotografado. O cinema, a fotografia em movimento, fazia o ponto de fuga da arquitetura das cidades, a ponto de ser seu prolongamento virtual, e assim um prolongamento da vida de todo o seu público.

Prolongamento que se estenderia às revistas magazines coloridas, nas quais ganhavam vida os astros e estrelas da grande tela, e que acabavam nas mesas das salas de estar já encantadas. A televisão mostrando que a imagem-movimento poderia ser uma realidade doméstica, e aí constituindo o ponto de fuga dos afazeres domésticos, dos conflitos familiares, da constituição dos poderes sobre e dos saberes de crianças por ela também criadas. Ora, se nos anos 50 essa realidade começava a se desenhar, é justo pensar que os anos 60 foram talvez a última década¹⁰¹ em que as lutas ainda se travavam em torno de idéias literárias, ou mais precisamente, e revelando sua especificidade transitiva, foram a primeira década que, após a leitura, jovens buscavam os efeitos midiáticos como expressão nas ruas.

Se *slogans* nos muros eram uma realidade viva nas revoltas trabalhistas da Europa do século XIX, se os jornais e folhetos cumpriram mesmo enorme papel já na Revolução Francesa, é indissociável ao Maio de 68, as passeatas contra a guerra do Vietnã, ou todo o espírito revolucionário dos movimentos civis, o apelo ao olhar¹⁰². A esse processo de ampliação gradual da produção de demandas pela *imagnetização* da sociedade, não resistiria o enigmático sistema de algarismos lógicos das linguagens de programação e nem a complexa estrutura de bancos de dados.

¹⁰¹ O jornalista Zuenir Ventura (em *1968 – o ano que não terminou*) sustenta essa afirmação em relação à sociedade brasileira. Mas é bom estender essa transformação ao mundo.

¹⁰² Talvez isso explique porque o movimento de maio de 68 tornou-se tão prontamente um ícone funcional para a mídia. Possivelmente ele já fora constituído dentro de uma história do dizer própria aos meios de comunicação: há como que uma *vocação* para qualquer fato ou manifestação constar de uma certa memória discursiva. Sobre isso, e de um outro ponto de vista, ver Orlandi (1999). A questão também toca no aspecto tratado pela mesma analista, da *hipertrofia da necessidade de autoria*, fenômeno próprio aos centros urbanos (2001:211), e que é tão bem representada na originalidade forjada de tipos apresentados pelas transmissões esportivas.

Por trás de uma bem montada operação de iconização da linguagem computacional, que se realiza nas interfaces gráficas, e que também fora a responsável por tornar a internet numa web já nos anos 90, passamos a *ver informações*, incluindo informações científicas. Banco de imagens, como o *The Whole Brain Atlas*¹⁰³, dão acesso ao mundo da informação visual, assim como cursos virtuais de neurociências, como o *Neurosciences Tutorial*, da Universidade de Washington em Saint Louis e outras universidades¹⁰⁴. A quantidade de informação é tão grande na web, que já foi criado um instrumento de busca específico para questões neurocientíficas: o *Neuroguides.com*.

A história do crescimento e afirmação das mídias visuais é coincidente com a história da visualização do saber médico. A radiologia tornou-se uma sub-especialidade médica na primeira década do século XX, depois da descoberta do raio-X por Roentgen, com destaque para o papel importante que desempenhou durante a Segunda Guerra. Nos primeiros 50 anos de radiologia, graças à primária técnica de registro em fita cassette, o paciente tinha que ficar cerca de onze minutos exposto ao raio X. Hoje a duração do tempo de registro é imperceptível. Assim como maior resolução espacial e detalhes de contraste¹⁰⁵.

A história do contraste merece atenção à parte: ele é responsável pelos maiores desenvolvimentos, pois a cada inovação tecnológica mais bem seriam visualizados órgãos e vasos sanguíneos. Os contrastes são um dos pontos de encontro entre pesquisas biomédicas e indústria química, e podemos mesmo arriscar dizer que o surgimento de um complexo médico-industrial é concomitante ao surgimento das pesquisas sobre contrastes. Curiosamente, também são os contrastes que inauguram o olhar médico para dentro do corpo, ou pelo menos se configuram num instrumento importantíssimo desse olhar.

¹⁰³ Disponível até 2005 na página da faculdade de medicina de Harvard. Atualmente (nov. 2006) fora do ar.

¹⁰⁴ Numa busca no final de 2005, confirmada em novembro de 2006, descobrimos também serviços semelhantes na Universidade de Columbia, e organizações particulares. A melhor listagem por nós encontrada encontra-se na página da Smith College.

¹⁰⁵ As informações desta história do diagnóstico por imagens foram coletadas na página do *imaginis.com*, “The Breast Cancer Research”, especializado em informações sobre câncer em mulheres. O site é apoiado pela Duke University Medical Center, e a Sociedade Americana de Tecnologias Radiológicas, entre outras instituições. Mas aqui já cabem duas questões: a primeira é a imediata proximidade que se deu entre as ciências biomédicas e a internet. Ao contrário das ciências sociais – e da linguagem – em que a internet tem função auxiliar; na biomédica, passa-se rapidamente da circulação para a formulação e constituição do seu discurso. A segunda questão, ligada à primeira, é o aparecimento de instituições midiáticas como a própria *Imaginis.com* – não adianta procurar uma sede, ela só existe enquanto informação. A tradução é nossa.

Este aspecto deve ser considerado pelos pesquisadores que buscam em Foucault o nascimento da clínica, pois este nascimento é inseparável de uma indústria que alimenta, com produtos bioquímicos cada vez mais importantes, a constituição da chamada medicina de beira de leito e depois a de balcão. Talvez falte justamente esta série histórica na obra de Foucault – a formação da indústria médica – que vem se juntar à mudança da função dos hospitais e ao novo estatuto político do sujeito médico na organização das cidades (Cf. Foucault, 2001).

Os agentes de contrastes (dyes) foram primeiro administrados oralmente ou por injeção vascular entre 1906 e 1912, e permitiam que os médicos vissem os sistemas gastrintestinal e digestivo, dutos e bexiga de bile, além dos vasos, pela primeira vez.

Em 1955, aconteceria uma aproximação mais evidente com o universo midiático. O surgimento do raio X intensificador – raio X I.I. – foi desenvolvido e permitiu a visualização do “filme” através de uma câmera e de um monitor de tevê. Na década seguinte, o sistema fluorescente já vinha a ser substituído pela combinação entre TV e imagem intensificadora. Junto com as mudanças no corte do filme, essa tecnologia permitiu o surgimento de uma nova sub-especialidade radiológica chamada angiografia, que permitia a visualização do sistema cardiovascular.

Nos anos 70, técnicas de imagem digital seriam implementadas. A visualização através da tomografia computadorizada – CT ou CAT scanning, isto é Computed Axial Tomography – foi inventada em 1972, por Godfrey Hounsfiel na Inglaterra. Esta tecnologia usou raios gamma – e mais tarde raios X – e tem como base um detector montado sobre um quadro de rotação especial junto com um computador digital, para criar detalhes através de imagens seccionais de objetos.

Se antes, a invenção de Hounsfiel levava horas para adquirir uma simples fatia (slice) de dados de imagem e mais que 24 horas para reconstruir esses dados dentro de uma imagem simples, hoje, em seu estado da arte, os sistemas CT podem adquirir imagens instantaneamente. A invenção do CT foi possibilitada pelo computador. Os algoritmos envolvidos na reconstrução da imagem tomográfica operam em lógica randômica. Hounsfield ganhou o prêmio Nobel de medicina e garantiu o Knighthood do Royal Family.

Em poucos anos, segundo especialistas, os sistemas convencionais de raios-X estarão convertidos à tecnologia digital. A partir da digitalização dos raios X, as imagens poderão ser mais bem manipuladas computacionalmente, enviadas via rede para outras estações de trabalho, arquivadas em disco ótico compacto ou fitas digitais, armazenamento que alargará enormemente o arquivo das imagens do corpo de alta resolução.

Já o desenvolvimento da visualização por ressonância magnética é atribuído a Paulo Lauterbur e cientistas da Universidade de Nottingham e do Thorn-EMI Laboratories, também da Inglaterra. A EMI – Electric and Music Industry – é uma poderosa empresa do setor de mídia.

O complexo médico-midiático

Os jornais souberam atender a essa onda de traduções dos tipos discretos para a transmissão sintética dos diagramas, quadros, fotografias digitalizadas, espetáculo de cores, que hoje encontramos em suas páginas. Da mesma forma, a base das materializações discursivas multimidiáticas, informática e comunicação por imagem, apareceriam com um apelo estético incomum para a ciência nas salas dos praticantes mais sofisticados da medicina.

Portanto, não é por acaso que os mais belos produtos da arte do diagnóstico sejam concomitantes ao apelo midiático pelas imagens. *Windows, Web, USAtoday, Discovery e diagno-imagens não pertencem a mundos estranhos*. Nem paralelos. Há um diálogo incessante, traduzido na produção em cadeia de imagens atraentes para as séries televisivas sobre saúde, e nas páginas de magazines científicos. Trata-se da mesma demanda pela formulação imagética. Portanto, trata-se do mesmo apelo de visualização discursiva, este mesmo um “discurso do ver”.

A matematização das informações, a estetização do saber, a digitalização da cultura, portanto, não devem ser tratadas como estranhas ao atual percurso da razão Ocidental, embora possam ter se originado como séries autônomas¹⁰⁶. Hoje sua mais plena realização encontra-se em produtos tecno-cientificamente muito sofisticados. E qualquer consideração teórica que se espante ante a espetacularização do saber nos programas de televisão estará sujeita a ser um produto de idealizações absolutamente inexequíveis no mundo atual. Atualmente, as ciências, mas digo especificamente aqui as ciências médicas de ponta, são tão espetacularizadas quanto um programa da Discovery. O que encerra dramaticamente qualquer discussão sobre uma tal “distorção da verdade científica” pela mídia.

Os sentidos do mundo do espetáculo aparecem como dados aos seus produtores. Naturalizado e reificado, fica como uma gramática “inata” de luzes e sombras, cores e volumes. Não se trata evidentemente de uma condição não-heterogênea. O desejo de olhar dessa nossa cultura¹⁰⁷, o “discurso do ver”, com sua força política da apropriação do saber pela imagem, que quase se confunde com as demandas do pensamento moderno¹⁰⁸, mas hoje é potencializado tecno-cientificamente, não está apenas na ordem da formulação. Não se trata de colocar um saber em imagens – assim como não se tratou de pô-lo sobre a escrita. Trata-se da constituição de um *saber visto* – como o fora já um “saber escrito” -, que só é saber por ser dado à visão.

Foucault localiza, no campo estrito da medicina, esse saber pelo olhar com o surgimento da clínica.

¹⁰⁶ No sentido de Foucault (2001) e da história serial.

¹⁰⁷ A nossa pulsão escópica cada vez mais culturalizada.

¹⁰⁸ Dos traços da perspectiva de Da Vinci às simetrias das categorias kantianas, passando pelo surgimento da metáfora da objetividade – o olhar de Deus – também o pensamento filosófico *deu-se a ver*.

É preciso não deixar escapar o essencial. As dimensões tátil e auditiva não vieram para e simplesmente acrescentar-se ao domínio da visão. A triangulação sensorial indispensável à percepção anátomo-clínica permanece sob o signo dominante do visível: primeiramente, porque a percepção multisensorial é apenas uma forma de antecipar este triunfo do olhar, que será a autópsia: o ouvido e a mão são apenas órgãos provisórios de substituição, enquanto esperam que a morte torne verdadeira a presença luminosa do visível; trata-se de uma demarcação na *vida*. Isto é, na *noite*, para indicar o que seriam as coisas na clareza branca da morte. E, sobretudo, as alterações descobertas pela anatomia dizem respeito “à forma, grandeza, posição e direção”, dos órgãos e seus tecidos: isto é, dados espaciais que, por direito de origem, dizem respeito ao olhar. (2001, 188-189).

É evidente que, numa história serial, poderíamos localizar a gênese deste *saber visto* já no Renascimento¹⁰⁹. Mas a questão aqui que se põe tem outro desdobramento: da mesma forma, o saber atual não basta ser visto para ser saber. Ele precisa ser visto tecno-midiático-cientificamente. E isto é constitutivo. Ou para dizer em outros termos: não se trata de uma questão exclusiva de formulação discursiva. Não haveria um saber médico anterior à formulação do diagnóstico por imagens¹¹⁰. Podemos arriscar que hoje as diagno-imagens são a sua materialidade, a relação entre sentido e poder se constitui em torno dessas.

Portanto, estamos diante de pelo menos três fases de um saber que se dá pelo olhar, sob três constituições discursivas distintas: a primeira, o olhar da medicina cartesiana, em que “sem despojar a percepção do seu corpo sensível”, era preciso “torná-la transparente para o exercício do espírito”, espírito que era a própria “luz anterior ao olhar”, “o elemento da idealidade”, o “indeterminável lugar de origem em que as coisas eram adequadas à sua essência e a forma segunda a qual estas a ela se reuniam através da geometria dos corpos” (Foucault, op. cit., XII); a segunda fase, aquela que surge no século XVIII, seria o momento mesmo em que “ver” consistiria em “deixar a experiência em sua maior opacidade corpórea”, em que a verdade já não mais viria “do espírito”, mas sim de uma prática, a “da lentidão do olhar que os percorre, contorna e, pouco a pouco, os penetra, conferindo-lhes

¹⁰⁹ Por exemplo, nos estudos anatômicos de Da Vinci.

¹¹⁰ Essa anterioridade, frise-se aqui, não é histórica. Nesse caso é evidente que há um saber médico anterior até que as imagens chegassem. Falo de uma *ontologia da doença* que se configura atualmente. Isso pode ser resumido da seguinte forma: vivemos na época do “ver para saber”, necessariamente nessa ordem.

apenas sua própria clareza” (idem, XIII); e, por fim, a nossa época, *em que “ver” na medicina começa a ser “ver midiaticamente”, ver não mais diretamente deixando que as coisas se revelem, mas de forma mediada pelo aparato encantador do “espetáculo da visibilidade”*.

São três formas de olhar, sob três constituições discursivas distintas: três posições-sujeito na medicina que demarcam o lugar da interpretação, estabelecem novos objetos e novas estratégias argumentativas derivadas: na medicina das espécies – conforme a periodicidade foucauldiana –, a linguagem das homologias; na medicina clínica, em seu início, a crença em uma linguagem probabilística, de percentuais, do modelo de uma bioquímica que se aproximava; na linguagem na medicina atual, o acréscimo – e não uma substituição – de uma profunda reverência às metáforas da escrita tecnológica e informacional. São três formas de olhar, sob três discursos distintos, com três campos de possibilidades argumentativas diversas.

Se as rupturas discursivas transformam as relações do visível, o *saber dado a ver* da atualidade é também um discurso em si mesmo: as estratégias do dizer, retórico-pragmático, o nível da superfície discursiva deve e pode ser compreendida. Mas o nível ideológico-discursivo, propriamente, estará aquém e além desse jogo do querer-dizer.

No nível da constituição discursiva, na indústria do espetáculo, ou no espetáculo que acompanha mesmo os artigos científicos, há pelo menos dois processos discursivos a serem considerados: (a) a articulação do saber científico com as esferas da maquinaria industrial-tecnológica, e isso é condicionante para os seus formuladores – a tecnociência; (b) a propensão na produção das verdades não sujeitas à refutação, resultado de um positivação do conhecimento, que estabelece, por exemplo, para as ciências críticas, que agem pelo contraditório, um lugar inferior na hierarquia dos saberes epistêmicos, ou conhecimentos.

A imagem hoje é o ponto de articulação entre esses dois processos, visto que é instrumento tecnocientífico de garantia da verdade.

Mas de que forma esses dois processos remetem ao universo midiático? Na medida em que as tecnologias de informação estão estritamente vinculadas às materialidades midiáticas da realidade contemporânea. Veremos melhor nessa reportagem-anúncio

transcrita da página da General Electric, alertando antes, no entanto, que a GE é um gigante econômico que atua, segundo a própria definição da empresa, “desde a fabricação de turbinas de aviação, geradores de energia, serviços financeiros, medicina de diagnóstico por imagens, programação televisiva e plásticos”.

GE Conclui a Aquisição da Amersham

Fairfield, Conn, 12 de Abril de 2004 - A General Electric Company concluiu a aquisição de todas as ações em circulação da empresa Amersham, plc, empresa líder em diagnósticos por imagens e biociências. Juntamente com a GE Medical Systems - empresa líder global no diagnóstico médico por imagens, serviços e tecnologia da informação para o segmento de saúde - esta nova empresa será conhecida como GE Healthcare e representará um negócio de US\$14 bilhões, com expectativas de US\$16 bilhões em receitas no ano de 2005. (...).

A administração da GE acredita que a aquisição da Amersham irá:

- Posicionar a General Electric em um novo capítulo da medicina ao criar uma empresa de cuidados com a saúde largamente especializada em diagnóstico por imagens, farmacêutica e pesquisa de novas drogas.
- Criar um grupo de negócios orientado à tecnologia e serviços para a área de cuidados com a saúde que irá gerar uma receita combinada superior a US\$14 bilhões em 2004.
- Acelerar o desenvolvimento de imagens moleculares e medicina personalizada, ao desenvolver com maior rapidez e colocar no mercado novos agentes de diagnóstico por imagem, que irão permitir a nossos clientes detectar, tratar e monitorar doenças em um estágio tão precoce como nunca foi antes possível (...)

Ao marcar o encerramento da aquisição, Castell disse: "Com a aquisição da Amersham pela GE, somos hoje uma nova empresa: a GE Healthcare. Ao combinarmos sua herança e aptidões em engenharia, física e tecnologia da informação com as da Amersham na área de biologia e química, poderemos acelerar nossa visão e dar forma a uma nova era na medicina. A GE Healthcare já é uma empresa líder mundial em diagnósticos para a saúde. Hoje, estamos prontos para nos tornarmos a melhor empresa mundial de diagnósticos, atendendo clientes nas áreas de medicina, farmacêutica, biotecnologia e pesquisas biológicas ao redor do mundo" (General Eletric, 2006).

A articulação institucional entre uma empresa de indústria, serviço, televisão e tecnologias de diagnóstico, não deixa muita dúvida em relação à confluência entre ciência, tecnologia e espetáculo. A história da GE, culminando na formação da Healthscare em 2004, é sintomática para nós. Ela, em todo momento, enlaça ciência, indústria, finanças e

mídia. Em 1890, Thomas Alva Edison, o inventor da lâmpada elétrica incandescente, organizou seus vários negócios dentro de uma só companhia, a Edison General Electric Company. Alguns anos mais tardes, se juntaria à rival Thomson-Houston Company, fazendo emergir a General Electric Company, com sede em Schenectady, Nova Iorque.

Das 12 empresas listadas no Dow Jones Industrial Average, em 1896, a pedra fundamental da bolsa de valores, só sobreviveu a General Electric. E talvez por correr por caminhos altamente promissores: junto com a AT&T fundou em 1919 a RCA, gravadora, e esteve diretamente envolvida na fomentação das primeiras transmissões radiofônicas. Ao longo dos anos 60 chegou a dividir com a IBM e outras gigantes do setor, o mercado de computadores. Em 1986, readquiriu a RCA, juntamente a NBC Network. Em 2004, os negócios de mídia se ampliaram com a compra da Vivendi Universal, televisão e estúdios de cinema, o que a fez se tornar o terceiro maior conglomerado de mídia do mundo. A empresa para o grupo é a NBC Universal.

A razão de uma empresa como essa investir no setor de diagnósticos e, dentro desse, no setor de diagnóstico por imagem, envolve duas questões: primeiramente, a arte do diagnóstico é um campo poderoso na instituição médica. Ou como diz Rosenberg:

O diagnóstico é central para a definição e gestão deste fenômeno social que nós chamamos doença. Constitui um indispensável ponto de articulação entre o geral e o particular, entre conhecimento compartilhado e sua aplicação. É um ritual que tem ligado sempre doutor e paciente, o emocional e o cognitivo, e, fazendo assim, tem legitimado a autoridade do sistema médico e dos médicos ao mesmo tempo em que facilita decisões clínicas particulares e fornece significados compartilhados culturalmente para a experiência individual. Não somente ritual, o diagnóstico é também um modo de comunicação e então, necessariamente, um mecanismo estruturante de interações burocráticas. Os padrões de diagnóstico definem, e predizem e, fazendo isso, ajudam a constituir e legitimar a realidade que ele discerne (2002).

Em segundo lugar, a tecnociência é apelo constitutivo do discurso científico. Para Pickstone (2001) este é um dos três modos de “saber e de fazer” ciência. Para o autor, (1) colecionar e classificar - o que ele chama História Natural; (2) analisar e racionalizar e (3) experimentar e inventar compõe histórias paralelas de produção científica, que se entrecruzam ou às vezes seguem caminhos próprios, dependendo da área de conhecimento.

A tecnociência é o produto do terceiro modo e constitui a própria história industrial das ciências nos Estados Unidos e Inglaterra, na Alemanha e França, os países-sede da segunda revolução científica. Está também intimamente ligada à formação profissional do próprio cientista, a partir da Alemanha que imprime ao mundo o seu modelo de Universidade¹¹¹.

Mas como articular esses aspectos da arte do diagnóstico com a demanda pela imagetização desse diagnóstico? Desempenha um papel importante nesse campo do diagnóstico, como já dissemos, a produção dos contrastes. São eles que dão cores vivas à articulação ciência-imagem-mercado. Vejamos esse anúncio de um laboratório hispânico, o Rovi Pharmaceutical Laboratories, sediado em Madri. O título do texto é *Image Diagnosis, opening up new doors.*¹¹²

O campo dos contrastes uro-angiográficos é atualmente um dos mais importantes, e um dos que têm assistido às maiores inovações desde sua introdução. Desde contrastes di- e tri-iodeto para osmolaridade iônica e não iônica, a ROVI tem trazido produtos para o Mercado espanhol tais como a Umbradil, Uro-Sombril e Angio-Conray. A ROVI está atualmente no mercado da Espanha e de Portugal com Iopamiro e Iomeron, dois produtos vendidos pela Bracco S.p.A.

Iopamiro é o contraste uro-angiográfico mais amplamente usado no mundo, com uma distribuição de área cobrindo cem países. Iomeron é uma das mais avançadas moléculas do mercado, oferecendo o melhor balanço entre viscosidade, osmolaridade e concentração de iodo.

No campo da filmagem Ressonância Magnética Nuclear, que forma parte do arsenal de diagnóstico por imagem há uma década, a contribuição da ROVI tem trazido soluções que promovem rápido desenvolvimento desta especialidade. Por exemplo, Pro-Hance and Multi-Hance são produtos pesquisados e desenhados especialmente para seu uso em Ressonância Magnética.

Os objetivos da Companhia para um futuro imediato são consolidar sua posição sobre o mercado de desenvolvimento de imagens por ultra-som, incrementar o uso de seus contrastes nas novas TC (helicoidais), e conquistar uma posição ótima em RM graças à introdução de novos meios de contrastes desenvolvidos em seu Centro de Pesquisa”.

¹¹¹ Ver como exploramos mais acima, no segundo capítulo, o modo como a ciência se articula à indústria.

¹¹² Com tradução nossa.

Mais abaixo no texto uma imagem diagnóstica, de impacto visual bem interessante, é disposta ao lado de um texto em lilás, em formato de foto-legenda¹¹³.



O uso crescente de angiografia, tornada possível por novos agentes de contrastes, tem contribuído para o desenvolvimento de angioplastia e técnicas de cirurgia vascular, exercendo um enorme impacto sobre o desenvolvimento e prognósticos de radiopatia isquêmica e outras vasculopatias obstrutivas (Rovi, 2005).

O nascimento da indústria química e farmacêutica está vinculado ao desenvolvimento das ciências biomédicas (Pickstone, op.cit, 143), da mesma forma como a indústria de contrastes não é dissociável dos desenvolvimentos da química e vice-versa. Não se tratam nem mesmo de séries discursivas diferentes. As duas – indústria e biomedicina – são mutuamente constitutivas. E o diagnóstico apenas é parte – ainda que parte substancial – deste capítulo das ciências. O que é novo é uma terceira articulação, com o complexo midiático e os efeitos de sentido perceptíveis nas novas materialidades médicas¹¹⁴.

¹¹³ A foto legenda no jornalismo é a combinação de uma fotografia de impacto com um texto explicativo, geralmente de caráter criativo. Não se constitui numa notícia, mas num registro que se reduzirá a estes dois elementos em sincronia.

¹¹⁴ Pela ordem, teríamos um complexo médico-industrial, depois um complexo médico-financeiro (Vianna, 1993), com a apropriação dos planos de saúde da gestão (management) médica e das doenças; ao que viemos

A visualização das doenças, do corpo doente, ou do corpo *adoecível* redimensiona ontologicamente o próprio estatuto do sujeito. A iconização do mal gera efeitos de evidência e organiza arquivos do que pode ser catalogado como normal ou patológico na sociedade e na cultura. Remexe nos limites do visível e do invisível, gerando a certeza e a autoridade da afirmação médica. A articulação ciência-imagem-corpo, sob o âmbito da sensibilização espetacular da mídia, mídia pública e mídia procedural, fixa a ontologia da doença, o questionamento das causas últimas, em seu *picture*. Sua figura é o ser: “O cérebro doente é assim dessa forma”. Há uma passagem ainda não muito percebida das doenças como categorias lingüisticamente discretas para doenças como categorias formais, e esta passagem articula o novo pensamento visual médico à mediação mercadológica do saber.

Hoje a midiatização do discurso médico começa antes mesmo da entrada das fotos na revista, embora, ali o fenômeno se encontre em estado ideal. O que argumentamos aqui é que a midiatização interna (procedural) e externa (pública) são concomitantes, embora seja a segunda que quase sempre retroalimenta a primeira. Em termos discursivos, o midiático redimensiona o agir médico, modelando suas práticas discursivas e o modo como o profissional se auto-percebe como pertencendo ou não a uma modernidade tecnocientífica.

Num anúncio sobre um programa de geração e apresentação de diagnósticos por imagem, o *design* é observado em todo o momento. Não há diferença alguma em relação à preocupação de um programador visual de um magazine.

“SDI – Sistema de Diagnóstico por Imagens, sistema desenvolvido pela Defferrari Informática Ltda., irá, com certeza, mudar os laudos do seu laboratório, sejam eles de patologia, citologia, colposcopia, endoscopia ou histeroscopia! Os dados dos pacientes, laudos e imagens ficarão todos armazenados, podendo ser acessados de forma simples e rápida!

Através de uma interface agradável, o SDI permite que você realize pesquisas por nome do paciente, tipo ou número do exame, agilizando o acesso aos exames armazenados! Além disso, você pode ter laudos dos diversos tipos de atividade no

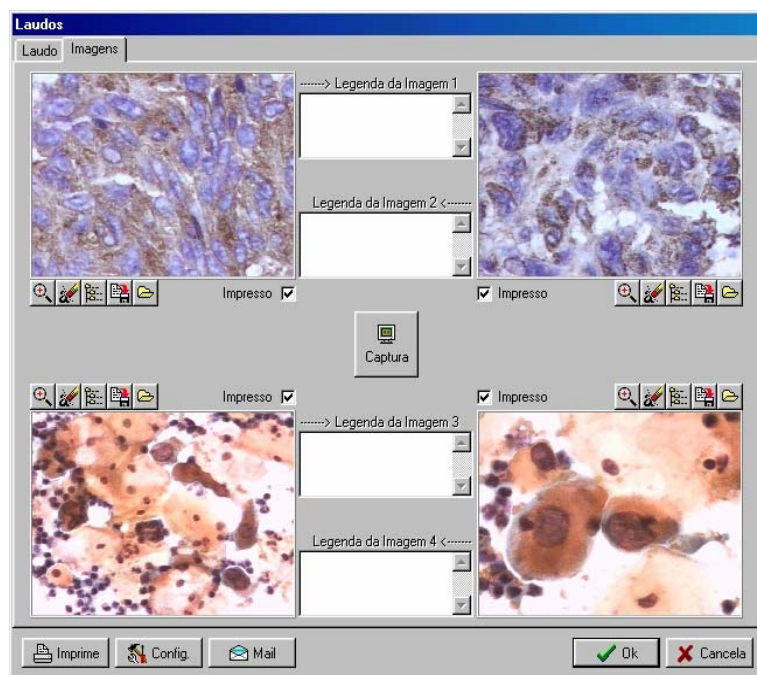
acrescentando o complexo médico-midiático, evidentemente, não dissociada das duas primeiras. O conceito de complexo médico-industrial reflete discussão corrente na área de Economia Médica e considera as “inter-relações do estado, setor de assistência médica, indústrias farmacêuticas, de equipamentos e material médico, e empresas médicas e o setor financeiro (idem, p. 1).

mesmo sistema, sem custo adicional! Com um conjunto de laudos padrões pré-definidos, o SDI torna a rotina do seu laboratório muito mais fácil!

Com o SDI, você pode configurar o laudo a ser impresso, personalizando-o com o logotipo e dados do laboratório, cabeçalho, rodapé, tipo de letra do cabeçalho e rodapé, resolução de captura e muito mais!

Para gerar o laudo, basta selecionar quais imagens você deseja imprimir e pronto! O SDI irá mostrar como o laudo ficará, permitindo que você, se assim desejar, volte ao preenchimento do exame e faça modificações e melhorias. O SDI também permite a impressão das imagens capturadas no meio do texto (laudo)!

Você pode ter até 4 imagens por laudo, mas o SDI armazena quantas imagens você quiser, comprimindo-as para que elas ocupem menos espaço. Através de um editor de textos completo, você pode elaborar um laudo bastante rico no que se refere à formatação de texto. Além disso, o SDI permite que, depois de um determinado tempo, você apague as imagens daqueles laudos mais antigos.



(Deferrari, 2005)

Da mesma forma, não há diferença alguma das preocupações dos gigantes corporativos do complexo midiático com as demandas da medicina baseada em evidências, cuja relação de rede (web) é constitutiva. Isso está em plena sinergia com a produção por tecnologia de rede e transmissão de imagens: a telemedicina.

Conceito da **Sony Medical Imaging** network: Objetivo de mercado

A demanda por aquisição digital, gerenciamento e arquivo eletrônico de imagens e video clips medicos está crescendo rapidamente. Iniciado há alguns anos atrás dentro de departamentos de radiologia e cardiologia esta tecnologia tem agora emergido para especializações como gastro-enterologia, broncoscopia, laparoscopia, ortopedia, oftamologia e ginecologia. Lastreada pela experiência em desenvolvimento de produtos, suporte e conhecimento workflow nestas áreas, *Sony introduzirá a tecnologia de rede como uma evolução lógica dos sistemas baseados em vídeo* (Sony, 2005)¹¹⁵.

Aqui a tecnologia prometida ajudará os médicos a armazenar, classificar, receber e enviar arquivos para qualquer lugar do mundo. É o avanço da geração de equipamentos e softwares para a *medicina baseada em evidências*, uma extensão de recursos da epidemiologia ao consultório médico. Observe, especialmente, a expressão *vídeo clips médicos*.

¹¹⁵ Grifo e tradução nossos.

Capítulo VI

A midiaticização das neurociências: A mídia pública

De alguma maneira, é tido como consensual que a linguagem jornalística ou midiática interfere em outros discursos, ou os desvirtua. Em relação ao discurso científico, a mesma forma crítica se repete. O tipo de abordagem mais comum que se vê é a que mostra as incoerências e incorreções diante de discursos científicos num modo geral. Parte-se, portanto, de que há um discurso portador de verdade ou verdades, e que cabe à linguagem midiática-jornalística fazer a ponte até o homem comum ou não especializado. Para isso, bastaria que se traduzisse de uma maneira simples, em linguagem adequada às massas, as pesadas teorias ou inovações científicas. De alguma maneira, isto “nem sempre acontece”, apesar da boa vontade de alguns e em boa parte devido à má formação de outros. E aí percebemos quatro tipos de teses mais comuns quando se trata de abordagens teóricas sobre o jornalismo de ciências, e que ousamos classificá-las: a *crítico-deontológica*, a abordagem *propedêutica*, a abordagem terapêutica e a crítico-ideológica.

Chamamos de crítico-deontológica aquela que atribui as falhas do jornalismo a uma incorreção de posturas, a uma ruptura ou não cumprimento de um dever-ser para que o jornalismo não incorra em desvirtuamento das verdades postas na mesa pela ciência. Geralmente, os problemas têm a ver com os interesses editoriais, econômicos ou políticos, que interferem na prática jornalística a ponto de ela não cumprir o papel, “pela História atribuído”, de massificar o conhecimento, numa ação pedagógica, preventiva e cultural de grande alcance. Estas teses geralmente assumem um tom de denúncia e cumprem o papel de *watch-dog* das práticas jornalísticas – o mesmo papel que, desde os anos 60, começou-se a atribuir ao próprio jornalismo, diante do poder¹¹⁶.

¹¹⁶ Um exemplo competente deste tipo de tese é o trabalho de Medeiros (1996), sobre a divulgação apressada, em 1989, da descoberta de um processo de fusão de núcleos de átomos, o que revolucionaria a geração de energia pelo “baixo custo”. A notícia gerou repercussão mundial, para depois ser desmentida. Na sua dissertação, defendida na USP, Medeiros chama a atenção para a passividade da imprensa: “A passividade – com a aceitação plena do release de Utah (universidade onde foi realizada a pesquisa) evidencia-se com a ausência de informações que somente estariam presentes caso os jornalistas tivessem feito perguntas que, aparentemente, não fizeram” (196). Mas *deveriam* ter feito.

Ao segundo tipo de abordagem chamamos de *propedêutico*. São as teses voltadas a dotar o jornalista ou o estudante de jornalismo de conhecimentos prévios mínimos para a prática do jornalismo de ciência. Muito mais comum nas teses de lançamento dos pioneiros na discussão sobre o jornalismo de ciência no Brasil, elas discutem o instrumental mínimo para se lidar com a ciência, lógico, a partir do conhecimento do próprio campo jornalístico. São exemplos clássicos desse tipo de abordagem, os textos de mestres estrangeiros, como Calvo Hernando, e nacionais, como Wilson Bueno, e José Marques de Mello, autores que foram fundamentais para a sistematização do saber do jornalismo científico, sem desconsiderar, evidentemente, José Reis¹¹⁷.

O terceiro tipo de abordagem carrega intenções *terapêuticas*. Identificam-se males, e procura-se sugerir as possíveis correções da prática jornalística quando diante do discurso científico. Nesse caso, não se trata mais de levar ao jornalista conhecimentos prévios de ciência e de prática científica para que ele lide melhor com esse difícil e na maioria das vezes hermético campo de conhecimento, nem de denunciar abusos éticos. Mas antes de mostrar caminhos, correções de rota, a partir de estudos ou consideração de casos de inconsistência ou equívocos. Os argumentos terapêuticos podem assumir por vezes o tom de crítica *ideológica*, que pelo fato de, por vezes, assumir um tom por demais apocalíptico – portanto, sem discussão ética, propedêutica ou terapêutica possível: a colocaremos em uma quarta categoria. O problema é que, fora os casos de negação em bloco – “não é possível fazer a cobertura da ciência por esse ou aquele motivo” –, ela se confunde às vezes ou acaba por desaguar em uma das três formas de abordagem anteriores, ou até imbricando dois ou três tipos¹¹⁸.

A crítica ideológica, portanto, investiga as relações entre a cobertura da ciência e as instâncias de poder econômico ou político. Tributária das escolas de Frankfurt e francesa, trata-se de uma aplicação num caso particular – da cobertura da ciência – da crítica

¹¹⁷ Um levantamento interessante sobre os autores e obras sobre jornalismo científico pode ser encontrado em Chaves (2001), resultado de uma monografia defendida na Universidade Metodista, de São Bernardo, SP.

¹¹⁸ “O jornalismo científico é uma das atividades (e discursos) utilizadas para a subjugação da opinião pública do Terceiro Mundo e está à mercê da atuação de sistemas de informação que fluem dos países centrais e das corporações transnacionais neles sediadas”, é o que afirma Bueno (1984, 02) em sua tese de doutorado defendida na ECA, na USP. Este trabalho, de capital importância para a pesquisa do jornalismo científico, traz uma crítica ideológica, mas também visões sobre o que deveria ser feito para tornar o J.C feito no Brasil menos dependente em relação ao Primeiro Mundo, e é um caso que se enquadra na nossa “classificação”.

ideológica geral aos *mass-media*. Nas últimas três décadas, vem se recorrendo à escola dos estudos culturais, mas também à análise de discurso de viés pragmático.

Enquadramo-nos também evidentemente na crítica ideológica, mas evitamos, de alguma maneira, trazer para essa pesquisa argumentos deontológicos, propedêuticos e, muito menos, terapêuticos. Estando numa relação de aproximação e deslocamento da crítica ideológica – o materialismo histórico – e da crítica formal – lingüística – tentamos efetuar a compreensão do funcionamento discursivo do jornalismo de ciência, perguntando-nos pelo estatuto que o sujeito assume em artigos e reportagens de revistas especializadas, no caso próprio das neurociências. Dizemos confluência e deslocamento também com a crítica formal, porque para nós o “como se diz” tem enorme importância, na medida que é pressuposto analítico que a forma signifique, e leva-nos a refletir sobre a possibilidade ou não de tradução entre o discurso midiático e o científico.

No entanto, a crítica formal, de cunho estruturalista ou funcional, tanto lingüística quanto semiológica ou semiótica, em muitos casos alimenta a tese informacional da linguagem, ou sua transformação em instrumento de transmissão de dados. Ora, para a AD, somente com a ultrapassagem desta percepção é que se poderá estabelecer os efeitos de sentido em mensagens midiáticas, quando os meios de comunicação se dispõem também a ser um instrumento didático e gerador de conhecimento técnico-científico. Analítico-discursivamente, tentamos perceber os graus de opacidade que a mídia tem em relação a seus referentes, natural pela interdiscursividade que constitui essa relação – discurso midiático sobre discurso científico. Consideramos que a mídia regionaliza o sentido que se dá a fatos, e que, como não há fatos sem interpretação, não haverá discurso primeiro midiático que não implique em geração de outros sentidos. E isso é realmente atribuir à mídia a capacidade de fundar novos gestos de interpretação, ainda que sobre materiais previamente constituídos – como os artigos científicos reproduzidos – o que nos obriga a ir além de uma “crítica de conteúdo”, própria às abordagens anteriores.

Ao se autorizar como meio de “divulgação científica”, a mídia contribui necessariamente para alterar e não simplesmente promover a imagem da ciência. Ora, se “a imagem da ciência” muda conforme as circunstâncias históricas e as expectativas sócio-culturais, é pelo menos razoável deduzir que tamanha interferência vai levar a

consequências ainda não dimensionadas, mas de antemão bastante importantes para como a sociedade compreenderá ciência num futuro não muito remoto. Estamos falando aqui da *mediatização simétrica da ciência*: sua passagem pela mídia ao mundo dos comuns, mas também sua própria *estruturação midiática*, fazendo surgir uma espécie de *mídia procedural*, isto é, o surgimento de procedimentos midiáticos na ciência, como vimos mais acima, no cap. V.

Sobre essa pano de fundo, teremos a questão do sujeito: que sujeito emerge dessa relação mídia/ciência, sujeito como objeto de discurso, mas também a identificação do sujeitos empíricos com a imagem-de-sujeito gerada aí, através de um processo imaginário a que denominamos “*efeito de captura*”. As repercussões a nosso ver parecem de alto grau: na educação – a educação trabalha com “sujeitos a formar”, e precisa percebê-lo num mundo científico-mediado; no espaço jurídico – começam a surgir questões relevantes sobre, por exemplo, as polêmicas identificações prognósticas de “mentes problemáticas”; na economia – grandes laboratórios se interessam em patentear seqüenciamentos genéticos para posterior produção farmacêutica; e no debate político – já que envolve reconfigurações de poder, visto que determina muitas vezes a adesão ou repúdio da opinião pública. Enfim, a questão do sujeito diante da articulação mídia/ciência está no centro de uma trama que interessa muito à AD.

Neste capítulo, não se pretende quantificar coberturas jornalísticas, quantificação que leva quase sempre a uma análise de conteúdo. Sabemos da produtividade dessa discussão porque o que está em causa são os efeitos de sentido desse debate.

De antemão, coloca-se aqui o fato de que se não há transparência – embora o discurso funcione pela ilusão referencial – entre linguagem, pensamento e mundo, também poderemos dizer que não haverá transparência entre discurso midiático e discurso objeto, no nosso caso o das neurociências. Quando a mídia opera sobre a discursividade científica, ela não estará fazendo somente o papel de janela do conhecimento, e é por isso que perceberemos esse fenômeno como uma “operação sobre”, o que nos coloca em imediata posição crítica às teses que buscam reivindicar uma postura mais objetiva do jornalismo sobre a cobertura da ciência, desvinculada de desvios éticos, estéticos, ideológicos. Não porque não “deva ser”, mas justamente porque é logicamente insustentável.

Não há como ignorar que as “mensagens científicas” veiculadas pela mídia dependem necessariamente da história do dizer desta última, isto é, o fato de estarem articuladas a uma “cadeia de significantes midiáticos”, ou seja, a uma discursividade própria aos meios de comunicação, ambiente heterogêneo nem sempre muito fácil de precisar, afirmação atestada por autores da AD e de outros campos linguísticos:

Valendo-me de conceitos formulados pela análise de discurso, posso dizer que enunciar na mídia é enunciar segundo a interdiscursividade que determina as formulações da mídia, por mais que os jornalistas posam ainda afirmar que eles se pautam pela objetividade dos acontecimentos”. (Guimarães, 2001, 15)

Também não se pode ignorar o contexto sócio-histórico, em que a mídia assume a relevância já ressaltada mais acima na constituição da própria realidade social, e se imbrica com outras forças geradoras de sentido, o que hoje é consenso entre teóricos da comunicação e praticantes dos estudos culturais.

Estabelecem-se, diante disso, três pressupostos: 1) o discurso científico primário nunca será objetivo – no sentido de utilizar-se de “significantes transparentes” ao seu objeto; 2) da mesma forma, do discurso jornalístico ou midiático que veicula mensagens científicas nunca se poderá cobrar tal objetividade, pelas mesmas razões; 3) logo, o discurso-objeto será submetido necessariamente à interpretação, enquanto seus objetos serão necessariamente re-significados. O que cabe então é pensar o funcionamento discursivo desse discurso-segundo.

Nesse campo de pesquisa, se concordamos que os aspectos sócio-históricos já são bem considerados pela crítica ideológica, uma análise discursiva tem a contribuir com o apelo a instrumentos conceituais próprios, como a constituição de uma *memória discursiva* do que seja o “progresso científico”, o recurso a *pré-construídos* como figura linguístico-discursiva de legitimação, o diálogo entre *formações discursivas*, sobre o estatuto do sujeito, seu pertencimento ou não a certas *formações ideológicas*, o jogo de espelhos ou projeções próprias às *formações imaginárias* que intercedem necessariamente na relação entre a autoridade-mídia e o leitor, a operação de *apagamento*, causa/efeito da constituição de sentidos dominantes. De alguma forma, a questão discursiva coloca em jogo uma

reinscrição dos discursos da neurociência no âmbito do discurso midiático, provocando o surgimento do denominamos de neurodiscursos.

Um exemplo de revista de informação

A partir da percepção de uma tessitura envolvendo saber médico e poder midiático, poderemos compreender melhor tanto o funcionamento discursivo nas revistas científicas de divulgação quanto nas matérias de divulgação científica em revistas de interesse geral. A começar por um fato óbvio: a metaforização dos sentidos da ciência passa necessariamente por uma articulação com as linguagens visuais.



É esse o recurso utilizado pela Veja na capa acima com o beijo “cinematográfico”. Num nível retórico, o que há é a amenização do tema duro da ciência com uma ilustração que remete evidentemente a uma *cena*. Ao mesmo tempo em que chama com o “vermelho da paixão” a atenção para as diferenças entre os cérebros feminino e masculino com especial interesse no que afetaria o comportamento tanto de um quanto de outro. Ainda num nível retórico, a afirmação sem rodeios e a utilização de um verbo de efeito de confirmação – “mostra” – que a reportagem apontará para uma evidência.

Num nível discursivo, no entanto, percebe-se que a cena é memorial. Aqui a referência ao que chamamos *cena cinematográfica* tem o valor de eternização e aura própria a algumas manifestações estéticas. Não se trata simplesmente de uma ilustração, mas de uma remissão a toda a história visual das relações paradigmáticas vividas no cinema. E ao pré-construído de que cabe à ciência – as ciências naturais ou que seguem seu modelo, por certo – dar a explicação última sobre as relações humanas. Perceba-se de antemão que há um silenciamento imediato aí: não importa quantas foram as teses desenvolvidas pelas ciências sociais acerca do assunto. Importa que, agora, a ciência do cérebro explica essa intrincada *diferença*. Curiosamente, a Veja remete a um lema caro da práxis sócio-crítica: ressalta a *diferença*, mas essa *diferença*, palavra-conceito, é deslocada para a *diferença anatômica* e orgânica do cérebro do homem e da mulher¹¹⁹.

Há, portanto, um apagamento político das reivindicações que levaram grupos militantes às ruas em prol do respeito às *diferenças*. Há ainda um efeito de ironia no título da Veja: “vocês gritam *Viva a diferença*, e nós mostramos onde está a diferença”. É conhecida a posição do discurso ocupada pela instituição-sujeito da Veja acerca dessas questões. Mas não vamos nos deter na instituição-sujeito, assim como não nos interessaria qualquer individualização. Não podemos, no entanto, deixar de mostrar que há um diálogo claro entre o que a Veja enuncia e a posição sujeito de um discurso renitente àquelas reivindicações.

¹¹⁹ Na verdade, o percurso deste enunciado é mais antigo, e pertenceu a outro discurso. “Vive la différence” gritavam chistosamente alguns críticos franceses ao feminismo que pregava a igualdade dos sexos. Depois, num primeiro deslocamento, passou a ser bandeira do “respeito às diferenças”. Mas também em alguns momentos já foi apropriado pela propaganda, no sentido de “diferença” de qualidade.

Como dizíamos, tanto nas revistas especializadas em ciência, quanto nas de interesse geral, ainda que fiquemos nas revistas de referência¹²⁰, a metaforização – deslocamento, transferência – dos sentidos da ciência passa necessariamente por uma articulação com as linguagens visuais. Num primeiro momento, porque é tradicional da história dos magazines, desde as revistas ilustradas do século XIX, o apelo à força das imagens, bem mais que nos jornais. Depois, porque estes veículos reafirmam a predominância das comunicações visuais na mídia, que vão desde a fotografia, cinema e televisão, até as re-diagramações dos jornais ocorridas na década de 80, época em que também aparece a interface gráfica nos computadores, precedendo o aparecimento da *web*.

Num primeiro nível, portanto, digamos num nível intertextual, as imagens numa revista encontram-se num diálogo constante com o ambiente midiático-visual que se formou no mundo contemporâneo, constituindo novas formas cognitivas e de sociabilidade. Belas imagens de temas científicos, portanto, funcionam como senhas de entrada, de reconhecimento e identificação dos meios àquele ambiente, e dos próprios leitores, como leitores de um grande intertexto que é a hegemônica materialidade visual das mídias. Aqui se dá a compreensão das estratégias comunicacionais, dos rituais pragmáticos e dos jogos retóricos de convencimento e persuasão de platéias.

¹²⁰ Entre as nacionais, encontramos hoje nas bancas a Scientific American Brasil e Viver Mente e Cérebro, da Editora Duetto, a “Discovery Magazine”, da Synapse e a Galileu, da Globo. Entre as de interesse geral, as mais importantes são a Veja, a Época, Istoé e Carta Capital. Na presente consideração, estudamos apenas as duas da Duetto, ao fato de que se enquadram melhor na categoria de divulgação científica. A Galileu, assim como a Superinteressante, podem ser classificadas como revistas que mesclam informações e curiosidades científicas, num tom mais popularesco. Deve-se lembrar que a Galileu é a versão mais popular da antiga Globo Ciência, que se prestava a ser uma verdadeira revista de divulgação científica. Mas não suportou a concorrência com a Superinteressante, revista de curiosidades científicas. Também consideramos capas da Veja, que é a de maior vendagem. Uso a mesma expressão “de referência”, comumente utilizada para denominar os grandes jornais. Na tradição acadêmica, revela um certo preconceito em relação aos jornais populares ou popularescos. Se percebemos como *preconceito*, é porque essa distinção respeita um pouco alguma divisão de classes: jornais de referência seriam aqueles lidos pela classe média. Isto porque nem as características gráficas, nem o faturamento ou a tiragem, justificam a adjetivação. Nesse nosso caso, no entanto, significa, tão somente, *revistas que têm como único interesse a divulgação científica em oposição à “revista de curiosidades”*, cujo exemplo de maior tiragem é a Superinteressante, da Editora Abril, embora estejamos conscientes das muitas objeções que essa divisão possa suscitar.

Mas num segundo nível, o discursivo, o nível da constituição e articulação dos sentidos, o que está em jogo são os deslocamentos de sentidos, as *metáforas*, para além de sua definição própria ao campo literário¹²¹.

Metáfora, considerada discursivamente, é um conceito pouco mais complexo do que a definição canônica de *tropos* na literatura. Metáfora, ou efeito metafórico, na AD não se confunde com a de figura de linguagem. Na AD, ela significa “transferência”: sendo característico da língua, como define Pêcheux:

Chamaremos efeito metafórico o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, para lembrar que esse “deslizamento de sentido” entre *x* e *y* é constitutivo do “sentido” designado por *x* e *y*; esse efeito é característico dos sistemas lingüísticos “naturais”, por oposição aos códigos e às “línguas artificiais”, em que o sentido é fixado em relação a uma metalíngua “natural”: em outros termos, um sistema “natural” não comporta uma metalíngua a partir da qual seus termos poderiam se definir: ele é por si mesmo sua própria metalíngua (Pêcheux 1993 a, 96).

O mais importante é que para a AD, não há sentidos literais, já que o sentido de uma palavra é sempre uma outra palavra ou expressão. “O sentido existe exclusivamente nas relações metafóricas (realizadas em efeitos de substituição, paráfrase, formação de sinônimos), das quais uma formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório” (Orlandi, 2005, 44).

Portanto, em última instância, se chegamos a perceber alguma utilização do sentido como metafórico é porque apenas estamos lidando com alguma outra formação discursiva.

Coracini (1991) cita exemplos úteis para “desnaturalizar” a idéia de que a ciência, ao usar a linguagem objetiva, seria antes uma escrita não metafórica. Algumas metáforas utilizadas nas chamadas “ciências da vida” são pouco percebidas como tais pelos próprios cientistas.

¹²¹ Em nenhum momento, no entanto, ignoramos o fato de que a formulação e a circulação redimensionam a própria constituição de sentidos. É evidente que as demandas pela visualidade no mundo pós-televisão é que vai gerar uma re-formulação das paginações de jornais, o que confere deslocamentos interessantes nos sentidos veiculados por estes. Sobre a relação entre constituição, formulação e circulação, ver ORLANDI (2001).



Ocorridas dentro do campo da ciência, expressões que antropomorfizam o mundo das células, das plantas, dos animais, não são percebidas como “transferência”. Seu caráter de transposição de sentidos não só não é percebido, como mais amplamente organiza o próprio pensamento científico. Talvez pudéssemos apontar para a hipótese de que quando operadas no nível da constiuição dos sentidos as metáforas são imperceptíveis para o sujeito, salvo se submetida a uma análise de linguagem.

Vejamos a capa imediatamente acima. A equação entre mente e cérebro não é dada em si mesma mas pelo fato de que, como num mapa, os fenômenos da mente também podem ser localizadas. “Localizar fatos e fenômenos na mente” é uma metáfora que se cristaliza a tal ponto que nós não poderemos perceber em pouco tempo. Justamente porque parte de dois deslocamentos gradualmente estabilizados. O primeiro é a própria noção de que o sujeito tem como *substratum* uma mente que o faz refletir o mundo¹²².

O segundo deslocamento se deve graças à reafirmação das neurociências como ciências piloto sobre o sujeito e o pensamento, que se reafirma na equação mente e cérebro. Portanto aquele *substratum* do pensamento, sede da consciência, poderá ser *mapeado*, uma expressão em estado de sinonímia a *localização*. Mas este novo *localizacionismo* é legitimado como uma imagem que remete discursivamente tanto às figuras tridimensionais dos *petcams* quanto à imagem espetacularizada desde mesmos aparelhos. A face impassível abaixo remete à tradição de personagens futuristas de certos dramas de ficção científica que primam pela expressão *racionalizada*. A *emoção congelada* é índice¹²³ de um maior domínio sobre o corpo proporcionado pela ciência. As chamadas ao lado só reafirmam estas remissões: 1) “As imagens que revolucionaram o entendimento da mente”; 2) “Os médicos enxergam melhor o cérebro em funcionamento e tratam melhor a depressão, a perda de memória e o alzheimer”; 3) “Nasce o *neuromarketing*, que medem as respostas cerebrais aos discursos dos políticos, propaganda de produtos e outros estímulos emocionais”.

O neuromarketing, assim como a neuropedagogia, a neuropolítica, a neuroética, a neuroteologia, neuroarte, ou qualquer designação neuro-x, em que *x* aqui é um campo de saber, independentemente do fato de serem objeto de consideração nos meios científicos, acabam por fazer sua estréia pública através da mídia, como a revista acima citada¹²⁴ e compõem um enunciado de um discurso de completude. Aqui tanto os “discursos do

¹²² A discussão é levada a cabo por Rorty (1988), sobre essa que é a concepção inaugural do pensamento moderno.

¹²³ Um índice discursivo, e não semiótico, se remetermos à definição peirciana de índice como relações *sígnicas* – *representamen* e *objeto* – por contigüidade. O índice aparece para nós como um índice, no sentido de uma atualização da memória no acontecimento discursivo da imagem.

¹²⁴ Curiosamente esse saber está para além do saber científico. Assim não são se tratam somente de disciplinas científicas, mas de outros saberes como a ética, a estética, ou práticas técnicas, como o marketing.

político” quanto da “venda de produtos” são, além de equalizados, considerados como demandando respostas emocionais por parte de quem os recebe. De novo a questão aqui, embora um pouco mais explícita, é a oposição entre o político e o científico, numa equiparação simples de política e emoção, ciência e controle pela racionalidade.

Não por acaso, detectam-se aqui dois apagamentos ideológicos. De um lado, de ordem epistemológica: munidos de uma instrumento midiático como as diagnóimagens as neurociências podem ver o que antes possivelmente era objeto de especulação – o que opera um rebaixamento daquelas disciplinas que não lançam mão de recursos como estes; e principalmente o fato de que não se fala – aí portanto um silenciamento – da estreita relação entre algo como o neuromarketing e interesses mercadológicos. Dá-se o estatuto *neuro* a algo que o próprio nome denuncia. Desta posição sujeito, a revista mostra que o “mercado pode ser científico” e que o científico demanda uma mediação inevitável.

As metáforas ou deslocamentos acima somente serão evidenciados como tais se lidos a partir de outras posições discursivas. No caso do sujeito do discurso acima e do sujeito leitor que faz a leitura a partir de uma posição correspondente não há deslocamento mas evidência. Evidência de progresso e avanço da ciência. Temos aqui o fenômeno do efeito-leitor, a posição imaginária de um sentido único por parte do leitor – *a interpretação evidente* – com o conseqüente apagamento de outras posições enunciativas (cf. Orlandi, 2001b, 65). Um outro exemplo atual é a idéia de um “código genético”, indicador de atravessamento de formações discursivas advindas das teorias da informação, que em si mesmas são um produto histórico da quantificação da linguagem, tendência que se acentuou no mundo urbano e industrial do século XIX¹²⁵.

Nossa avaliação é sustentada em dois estágios de considerações sobre a metáfora. Num primeiro estágio, em uma análise mais textual, Coracini (op.cit) já defende que a percepção das metáforas constitutivas da ciência inviabiliza a perspectiva de que haveria uma linguagem objetiva para o científico de um lado, sem metaforização, e uma escrita subjetiva de outro, principalmente no campo da literatura, campo “por excelência” de ocorrências metafóricas. A afirmação tem nossa concordância em parte, já que a autora

¹²⁵ Se superarmos o personalismo das abordagens filosóficas, veremos que Frege, enquanto sujeito de um discurso científico e racionalista, é efeito, e não causa.

permanece no âmbito da definição canônica de metáfora. Numa teoria discursiva, não somente “código genético”, mas também “discurso” ou “estrutura”, ou mesmo termos da linguagem comum ou matemática, teriam que ser libertados de uma literalidade radical.

Isso põe em questão, num segundo estágio, o problema da interpretação, da interpretação literal ou, por extensão, da interpretação correta. Não é uma novidade da tradição teórico-discursiva o olhar crítico sobre a idéia de uma correção interpretativa¹²⁶. Embora o sentido possa ser outro também para a hermenêutica crítica, no entanto, discursivamente o que nos interessa é o gesto de interpretação, ou o “como” da produção de sentidos. No dizer de Orlandi

Em suma, interpretar para o analista de discurso ... é compreender, ou seja, explicitar o modo como um objeto simbólico produz sentidos, que resulta em saber que o sentido *sempre* pode ser outro (2001 a, 64).

Enfatizando-se aí o *sempre* grafado por nós. E isso não significa qualquer abertura para o relativismo. Só alguns também enquadram-se no *leitor virtual* já previsto no ato de escritura, e mesmo quando esta virtualidade dê margem para uma multiplicidade de sentidos, só alguns contam com legitimação institucional plena. Mesmo os sentidos marginais, arbitrários, são assim fixados pela sua proximidade ou distanciamento da instituição¹²⁷. Daí que Pêcheux afirma ser a interpretação uma questão política.

Dentro disso, *científico* é o sentido admitido como tal pelas academias, pelos institutos de pesquisa, por uma comunidade discursiva historicamente constituída. Geralmente, percebidos como não-metafóricos, estes sentidos são legitimados a todo instante pelas práticas discursivas daquela comunidade. De alguma forma, analisando o conceito de ciência normal de Kuhn (op.cit.), poderíamos afirmar que a estabilidade que ela experimenta é a estabilidade discursiva quando as metáforas – transferências – estão

¹²⁶ A hermenêutica de Gadamer mostra isso: toda interpretação ocorre a partir de nossos pré-conceitos, não compreendidos como aqueles individuais, mas os instaurados historicamente em nosso ser. As bem marcadas diferenças epistemológicas entre AD e hermenêutica não impedem que se veja na concepção de Gadamer algo muito próximo das modalidades do interdiscurso: memória discursiva e pré-construído. A diferença fundamental é que a Hermenêutica busca interpretações; enquanto que a AD os gestos de interpretação. A produção destas.

¹²⁷ Pensemos nas instituições jurídicas, e a condenação da “justiça com as próprias mãos”.

amainadas, quando *estão fora de luta*¹²⁸. E as quebras de paradigmas, ato contínuo, poderiam ser vistos como uma guerra semântica, para além dos modos de dizer, como guerra por modos de ver e ser. Sim, porque toda questão de sentido perpassa uma questão de sujeito. Não podemos, pelo menos no cotidiano de nossas práticas discursivas, ser conscientes de todos os efeitos metafóricos, pois se trata de um deslizamento no interdiscurso, que está aquém e além de todo sujeito. “Usar metáforas”, como se diz na literatura, é muito diferente de constituir-se sujeito, e daí constituir sentido, graças a um incessante deslizamento na linguagem.

O efeito metafórico, portanto, não é singular das narrativas do jornalismo científico, mas é claro que, no funcionamento discursivo do jornalismo científico, há efeitos metafóricos peculiares que não são os mesmos do discurso científico primário, e que vão desencadear gestos de interpretação novos em relação ao próprio saber científico. Quando se fala em “neurotransmissores”, fala-se também em “mensageiros químicos”, que no ambiente midiático – numa página de revista, num vídeo etc – são logo representados como seres animados nesta função, ou gráficos que acentuam a percepção do “deslocamento para comunicar”.

O discurso neurocientífico estrutura-se no caso acima a partir de uma relação entre formações discursivas tecno-informacionais e aquelas advindas da bioquímica, enquanto na mídia, já como neurodiscurso, tudo é deslocado – ou refundado – numa *animação* – no sentido mesmo de *dotar de anima* – do nível celular. Esta *animação* respeita as demandas pela dinâmica e o tempo próprios à comunicação midiática. A pesquisa científica é lenta, demorada, paciente. A comunicação jornalística é ágil, instantânea, intolerante com a espera.

¹²⁸ Não precisaria dizer que fazemos referência a Pêcheux: “A metáfora também merece que se lute por ela”, in Gadet e Pêcheux (2004).



Mas pensar esta metaforização, esse deslocamento de sentido, com o recurso da linguagem não-verbal impõe alguns cuidados. Na proposta de Souza (1998), a análise discursiva a partir de materialidades não verbais não deve incorrer numa importação pura e simples de conceitos do ambiente lingüístico, o que distingue sua proposta daqueles formulados pela semiologia. Não é possível, por exemplo, analisar a capa acima partindo do mesmo modelo de análise quando se estão em jogo materialidades lingüísticas.

Para isso, a autora procura compreender como, na mídia, a imagem significa diferente, “tendo ora o status de linguagem, ora o de cenário ou ilustração¹²⁹”, lançando mão de uma outra via de análise, não mais aquela análise técnica tradicionalmente efetuada por teóricos da imagem – que leva em consideração aspectos como profundidade, cor, volume, etc – nem uma outra que procura partir da relação arbitrária entre significante/significado, de inspiração lingüística.

Antes de seguir a análise da terceira capa, vamos seguir mais com uma reflexão sobre o modelo de abordagem que hoje praticamente domina o estudo das materialidades visuais. A proposta já clássica hoje é a da semiótica peirciana, que busca a lógica intrínseca da linguagem, sem necessariamente levar em consideração aspectos da significação ideológica do texto imagético, o que expõe algumas dificuldades para a percepção teórica da Análise do Discurso. Um deles é o fato de que o estudo do ícone, por exemplo, em Peirce, terá na sua base o processo por analogia, ou comparação, o que pressupõe uma referência estabelecida a priori. Mas como afirma Souza, “os referentes não são invariantes primeiros, mas pontos de estabilização de processos discursivos, o que nos faz apontar que a relação de analogia, ou de semelhança pode se dar diferente para cada sujeito”.

Se pensarmos *sujeito* como posição numa *formação discursiva*, chegamos à conclusão de que os “modos de olhar” também mudam, visto que o olhar – para além de um fenômeno fisiológico implícito ao “ver”, “enxergar” – já é interpretação. Portanto, o que pode ser analógico para alguns, será metafórico para outros, e mesmo estranho para terceiros. Não se trata, se nos atermos a um *olhar discursivo* em relação ao fenômeno, de uma consequência natural da estrutura lógica da linguagem, mas *o que a imagem nos mostra é muito daquilo do olhar que nela somos*, muito da filiação na memória em que estamos. *Ou como afirma Pêcheux:*

A questão da imagem encontra assim a análise do discurso por outro viés: não mais a imagem legível na transparência, porque um discurso a atravessa e a constitui, mas a imagem opaca e muda, quer dizer, aquela da qual a memória “perdeu” o trajeto de leitura (ela perdeu assim um trajeto que jamais deteve em suas inscrições) (1999, 55).

¹²⁹ O texto citado foi publicado originalmente em revista eletrônica, sem páginas de referência.

Nesse caso, vale muito da reflexão feita por Michel Foucault sobre o visível e o enunciável, mais tarde abordada por Gilles Deleuze, ao comentar o porque de autor de *Nascimento da Clínica* ter renegado o subtítulo antes previsto para a obra: “Uma arqueologia do olhar”.

Ora, o ponto que causou a ruptura de Foucault com o subtítulo foi, evidentemente, o primado. Foucault considera cada vez mais que seus livros precedentes não destacam suficientemente o primado dos regimes de enunciado sobre as formas do ver ou do perceber. É a sua reação contra a fenomenologia. Mas, para ele, o primado dos enunciados jamais impedirá a irredutibilidade história do visível, pelo contrário. O enunciado só tem primado porque o visível tem suas próprias leis e uma autonomia que o põe em relação com o dominante, com a heautonomia do enunciado. É porque o enunciado tem primado que o visível lhe opõe sua forma própria, que se deixará determinar sem se deixar reduzir. Em Foucault, os locais de visibilidade não terão jamais o mesmo ritmo, a mesma história, a mesma forma que os campos de enunciados, e o primado do enunciado só será válido por isso, pelo fato de se exercer sobre alguma coisa irredutível. (Deleuze: 1991: 59).

A questão, no entanto, torna-se problemática se não associarmos mais o “enunciado” com o *lingüístico* como parece ser próprio do projeto da arqueologia. Em outras palavras, na medida em que podemos pensar algo como um enunciado da ordem do sentido e não da ordem da materialidade, língua ou imagem. Assim o trabalho sobre os sentidos, que evidentemente se materializam sobre imagem ou letra, é uma operação que, no entanto, está no nível da constituição discursiva. Não se pode ignorar evidentemente o papel da formulação sobre a constituição. Mas somente sobre essa distinção teórica, é que se poderá perguntar sobre as posições sujeito ou filiações e formações discursivas em que se reconhece, como lugar de interpretação, como também lugar de interpretação visual. Isto porque, como o próprio Deleuze lembra, “não há nada antes do saber, porque o saber, na nova conceituação de Foucault, define-se por suas combinações do visível e do enunciável próprios para cada estrato, para cada formação histórica. O saber é um agenciamento prático, um “dispositivo de enunciados e de visibilidades”” (p. 60). O que nos leva a acreditar que a constituição de formações discursivas prevê modos de ver, modos de dizer; ou ainda que o sujeito, para ser sujeito de um discurso, se reconhece no visível e no

enunciável de cada formação discursiva dominante, ainda que atravessado pelo visível e pelo enunciável de outras tantas formações discursivas.

Evidentemente não podemos especular sobre a possibilidade de analisar uma vivência de um “imaginário em si”, à maneira fenomenológica: não há nada que seja palpável antes do arquivo, e é mesmo a partir dele que se estabelecerá a análise. Mas é evidente que as configurações histórico-discursivas, em que o sujeito se insere, são já os modos de ver e os modos de enunciar que adquirem forma nas textualizações.

Voltando ao nosso caso, e considerando a dialética entre constituição, formulação e mesmo circulação de sentidos, há um “pensar” e uma disposição de “ver” mediados mesmo antes do olhar que se dirige à capa da revista. Não fosse assim, esta mesma capa não resultaria num efeito de evidência e verdade que é tão importante para sua legitimação social. Essas considerações nos afastam do problema do relativismo radical de uma teoria da recepção. Os sujeitos discursivos não são os indivíduos, portanto, a interpretação das imagens não está fragmentada ante as particularidades de indivíduos produtores ou expectadores. Nada mais equivocado como a alegada autonomia idealizada do leitor que completaria o percurso de sentido. O leitor – no sentido amplo daquele que lê textos e imagens – só o é dentro de uma posição-sujeito, lugar de interpretação e de reconhecimento de si diante do outro. As posições são formações históricas, talhadas institucionalmente – ou à margem –, trabalhadas incessantemente por regimes e configurações sócio-culturais. Por seu turno, a imagem não é um dado aleatório, é uma construção sócio-discursiva. Se a imagem não garante unicidade por uma pretensa imanência semiótica, está sujeita às estabilizações históricas de sentido. Estabilizações estas sujeitas a reviravoltas, a equívocos, ao sentido-outro, que possa ser dominante num devir, ou mesmo ser marginal até o seu desaparecimento trágico.

Por isso, nem a semiótica, marcada pela imanência, nem a semiologia de histórico estruturalista, com suas transposições lingüísticas, são suficientes para compreender a imagem como fenômeno discursivo, visto que sua materialidade deve ser respeitada. Por outro lado, como teoria de linguagem, a AD teve que trazer para as suas considerações outras superfícies discursivas, que não só a materialidade lingüística, para dar conta de novos objetos que se colocavam: a corporeidade, a compreensão do urbano, as análises de

materialidades visuais¹³⁰; o que a torna mais plena, estabelecendo-a como uma alteridade epistêmica enriquecedora do próprio lingüístico.

Souza, e insistimos com ela, mostra que a não-relação com o verbal não descarta o fato de que a imagem pode ser lida.

Propriedades como a representatividade, garantida pela referencialidade, sustentam, por um lado, a possibilidade de leitura da imagem e, por outro, reafirmam o seu status de linguagem. Não porque, dadas essas propriedades, se diga que a imagem também informa, comunica, e sim porque - em sua especificidade - ela se constitui em texto, em discurso (op.cit).

Numa abordagem discursiva, compreender a imagem, não é “proceder à descrição (ou segmentação) dos seus elementos visuais”, mas “expor-se à opacidade de sua produção de sentidos”. Da mesma forma que, num texto verbal, analisar é compreender como se dá a construção de sentidos, como ela materializa gestos de interpretação. Evidentemente, não se pode acreditar que a imagem esteja sozinha numa página de revista. Ela é ressignificada muitas vezes, por exemplo, pela legenda que a acompanha, pelas páginas adjacentes, pela disposição no interior da própria página, pelo nome da revista e mesmo pelo histórico de edições.

Vejamos então finalmente esta terceira capa da revista Veja, Nela, aparece o texto: “Videogame na cabeça. Como os jogos eletrônicos afetam a mente das crianças”. A abordagem *per se* remete a uma teoria dos efeitos de fundo neurobiológico. Sabe-se que as teorias dos efeitos da comunicação são estudos antigos no campo das pesquisas da comunicação de massa. A chamada, pejorativamente, *teoria da bala mágica*, por exemplo, partia de pressupostos – a igualdade biorracial, a indiferenciação da sociedade de massa e os comprovados casos de sucesso persuasivo pela imprensa – para afirmar a inevitabilidade da influência da mídia sobre a sociedade, a qual seria regida por seus direcionamentos (Wolf, op.cit).

Sabe-se também que essa teoria foi abortada graças à antítese de que não vivemos necessariamente numa sociedade de massa, com indivíduos atomizados ou indiferenciados,

¹³⁰ É o que está sendo trabalhado hoje mais fortemente pelo grupo de pesquisadores do Laboratório de Estudos Urbanos – Labeurb/Unicamp.

não há uma correspondente homogeneidade psíquica graças a uma homogeneidade racial, e há casos suficientes para mostrar o quanto as mídias perdem parte de seus jogos de persuasão. As chamadas teorias dos efeitos indiretos já eram pensadas na década de 40 no século passado.

Os mesmos pressupostos poderiam ser aplicados nesse momento para compreender o efeito dos jogos eletrônicos – se considerarmos, o que parece evidente, que os jogos eletrônicos são um produto midiático de entretenimento. Mas a questão é que o passado inteiro de pesquisa não interessará muito porque não passa pela chancela das pesquisas atuais do cérebro. Evidentemente, que neurocientistas considerarão as muitas variáveis possíveis – sociais, culturais, psicológicas –, mas de certa forma também a considerarão variáveis menores. *Estas variáveis menores, na assunção dos neurodiscursos, simplesmente desaparecem.*

Não há, dessa posição de interpretação, lugar algum para a consideração daquelas questões. A capa da revista, que geralmente é percebida junto ao mercado como a embalagem das matérias, do ponto de vista de sua textualidade, aponta para a completude. O que estará dentro da revista é toda a justificativa da verdade aqui enunciada. Mas também da verdade aqui demonstrada. Há uma cabeça de menino sobre dezenas de *frames* de videogames. Há evidentemente uma retórica crítica nessa disposição de fotos: a cabeça parece perdida no fundo de luzes e imagens fragmentárias. Saber se os efeitos são bons ou maus é evidentemente a escolha que se apresenta ao leitor. Mas o que não se apresenta ao leitor é a consideração de outras variáveis teóricas possíveis. Ou mais profundamente, não oferece ao leitor o fato de que a afecção sobre o sujeito pode não ser da ordem da informação cerebral.

Mas de alguma maneira insinua-se que o que está em jogo aqui são os efeitos comportamentais. Portanto a questão da informação sobre o cérebro ou dos estímulos visuais dos jogos sobre o cérebro é determinante de tudo que vai acontecer com *o ser das crianças*. A legenda reveste-se de uma afirmação universal do que “acontecerá com seu filho na medida em que ele estiver submetido àqueles estímulos”. O questionamento, portanto, é cultural, ou ainda *neuro- sociológico*, não somente biomédico.

Mas aqui estará um bom exemplo da irredutibilidade entre o lingüístico e a imagem. Neste caso, estão em interação. Mas de alguma forma interação contrastiva. A face serelepe da criança destoa de uma inscrição lingüística que aponta para um *problema* ou *desconfiança* social com os efeitos maléficos ou perturbadores dos videogames sobre a infância. Sozinho, o material lingüístico reforçaria este discurso. Com a imagem haverá algo a descobrir que pode não ser tão daninho. A revista se legitima já aqui como lugar privilegiado de discussão sobre os prós e contras. Comporta-se como mediadora. Se auto-enuncia, lingüística e imagetivamente, como sujeito de um discurso que também tem o direito de interrogar a ciência e a tecnologia. Faz-se sujeito do saber.

O interesse por parte do leitor de conhecer essa verdade é a complementação do percurso no ponto de retorno do efeito-leitor. A percepção de que ali possa estar alguma verdade é a sua inserção na mesma formação discursiva – sua identificação simbólica – o efeito leitor torna-se bem sucedido. A concordância plena sem que os não-ditos sejam notados é sua identificação imaginária. Completa-se, para este específico leitor aqui considerado, o processo de captura: a complementariedade pressuposta da ideologia midiática. Posicionado em outra FD, no entanto, o leitor perceberá as metáforas, talvez os não ditos, poderá não ser capturado imaginariamente.

As revistas científicas

Nas revistas científicas, acontece um fenômeno ainda mais intrigante: boa parte das imagens – provenientes de campos como a astrofísica e a biomedicina – é simplesmente ininteligível por qualquer leitor não especializado. Mas essas mesmas imagens significam ainda que tacitamente: o recurso à legenda não tem função complementar nem explicativa. Isto porque, mesmo depois de o leitor recorrer a ela, pode continuar sem entender a foto. Mas o sentido de comprovação está-lá, desde sempre.

Até perceber esse fenômeno, parecia-nos que o efeito de evidência que a imagem trazia era necessariamente tributário da sua capacidade de fazer ver por uma ilusão de transparência quase impossível de desvendar, mesmo teoricamente. Mas diante de certas imagens de PET (*Positrons Emission Tecnology*), percebemos que, ainda que a legenda fale, e poderia dizer o contrário, por exemplo, num erro de edição, não passamos a ver o

que a legenda diz, mas *vemos* sim o efeito de uma comprovação inelutável: a evidência está para além do visto, porque soa, aos nossos ouvidos, numa paráfrase de Courtine, a voz sem nome de uma verdade absoluta.

Nesse caso não se trata do silenciamento acusado por Souza quando a voz do locutor de um telejornal sobrepõe-se à imagem, a re-significando. A imagem ali, na revista científica, é mais que um dado complementar, ela é índice de uma verdade. É evidente que no plano sinestésico – por uma “alfabetização cultural” – é altamente perceptível que se trata de uma imagem-fatia ou uma imagem-recorte do cérebro, mas manchas amarelas e vermelhas não nos dizem nada sobre patologias e/ou normalidade a não ser o próprio fato de que existe, no plano ideológico, um discurso de autoridade, e de que haveria diferenças *substanciais* – o que sustenta esse discurso – entre patologias e normalidade.

Se as imagens “tornam-se visíveis” justamente a partir da posição de cada sujeito numa rede de filiações e lugares de interpretação que são as formações discursivas, o leitor nesses casos assume a devida posição de leitor-a-ser-informado pelo saber médico-midiático – oscilando esse midiático entre a total transparência e uma certa opacidade criada pelo espetáculo científico.

Para o leitor da revista científica, podemos repetir a compreensão de Souza:

A ação o sujeito, posicionado discursivamente, e as variâncias interpretativas que seu olhar lança sobre a imagem, só é possível na medida em que se percebe também o por-mostrar (a falta da imagem) que é próprio à materialidade da imagem. No jogo de implícitos, silêncios, vaza a historicidade própria do sujeito que olha, sabendo que o olhar virá carregado de sentidos (...) Da mesma forma, para a imagem, é necessário pensar as filiações discursivas, as redes de memória e a cristalização/institucionalização de algumas no efeito de arquivo.

Já pusemos aqui a relação entre a arte do diagnóstico como ponto de articulação entre os sentidos do saber médico, a atribuição social de autoridade e poder aos seus praticantes, e como a imagem vem materializar esse sentido-poder. Talvez esse seja realmente o principal campo hoje em que a imagem é componente de um saber técnico-científico e o articula. Não podemos jamais deixar de lado o fato de que essa nova função social da imagem ocorre num tempo de mídias, de apelo visual e de poder de atribuição de sentidos à realidade. Podemos, reiterando, afirmar que diagnosticar por imagem é

mediatizar o saber médico – na imbricação própria das tecno-linguagens. O que a mídia de ciência faz às vezes é funcionar como um laboratório interessante teoricamente dessa nova realidade epistemológica.

Aqui estamos diante de um fenômeno do jornalismo de ciências que foi pensado por Orlandi (2001 c) como a inclinação à terminologia – ou nomenclatura. Isto é, quando se põe “em contato sem substituir o discurso do senso-comum e o da ciência”, que leva credibilidade até certo ponto ao discurso de divulgação científica. O problema é que, por vezes, isso acaba num endurecimento da linguagem, pelo “culto aos termos” da *metalinguagem* típica da ciência. Isso se dá pela incompreensão de que “o que o leitor de ciência precisa não é do lugar do cientista, mas de poder se relacionar com esse lugar” (idem, 28).

A imagem de alta complexidade, como uma imagem de *scanner cerebral*, é fruto da encenação de cientificidade do jornalismo de ciência. Mas ao contrário da relação com a “metalinguagem” científica (idem, 26), o elogio da imagem é o elogio da própria mediação da ciência. O discurso espetacular da mídia já sabe que a ciência, dos fractais e microcâmeras dentro do corpo, também oferece imagens espetaculares, pelo próprio efeito de mediação procedural. Trava-se, portanto, uma relação de espelho, uma relação narcísica, o que significa dizer uma fixação imaginária entre mídia e ciência. Os neurodiscursos servem como imagem pública e fascinante às neurociências. E vice versa.

E não se pense que, mesmo reificada – estruturada, já inconsciente – o *outro discursivo* não retorne sobre os neurodiscursos como posição crítica. Na edição 152 da *Viver Mente & Cérebro*¹³¹ na entrevista-debate intitulada “A arena das ciências da mente”, do especial “Psicologia do século XXI”, anuncia-se no texto de apresentação (p. 32) o seguinte embate:

¹³¹ Versão brasileira da alemã *Gehirn und Geist*, e publicada no Brasil pela Duetto, mesma editora da *Scientific American Brasil*, esta revista tem um percurso no próprio título muito sintomático: primeiro, era somente *Viver*. Depois, passou a *Viver*, com subtítulo *Mente & Cérebro*. Este subtítulo foi ganhando importância gráfica, até que agora o título passa a condição secundária (a partir da edição 161), enquanto um novo título aparece: *Mente Cérebro*, com o desaparecimento do &. O melhor detalhe: trata-se da revista mais plural, uma vez que a cobertura é razoavelmente equilibrada entre neurociências e ciências *psi*, de fundo humanista.

O psicólogo Rainer Mausfeld avalia com ceticismo o *boom* atual das neurociências: tomografias que geram imagens coloridas não são capazes de, sozinhas, explicar o pensar e o sentir. Mas sem elas, rebate o neurocientista cognitivo Onur Güntürkün, torna-se ainda mais difícil qualquer explicação (p. 32).

O alerta acima é importante porque age sobre a formação discursiva dos neurodiscursos o seu contraditório: a crítica “à inflação de imagens coloridas” presente na pergunta dos repórteres – Carsten Könneker e Steve Ayan – a Güntürkün. (idem, 34). A questão, no entanto, é que a crítica volta sobre as neurociências, sem que se perceba que a mídia tem enorme participação nesse processo, visto que é o próprio processo de midiaticização das ciências que está em jogo.

Quando na capa da *Mente Cérebro* nº 166¹³² se anuncia uma matéria sobre a violência, o título de capa é (E.1)¹³³ “A neurobiologia da violência”, e os títulos e janelas internas conduzem os seguintes outros enunciados:

Título interno: (E.2) “Local do crime: o cérebro” (p. 38)

Apresentação da matéria: (E.3) “lesões cerebrais graves ocorridas na infância podem provocar comportamento agressivo; mas é a combinação de fatores neurológicos e psicossociais que costuma ser perigosa”. (p. 39)

Título de boxe: (E. 4) “Impulso Assassino” (p. 40)

Janela 1: (E. 5) “Alterações fisiológicas no sistema límbico e no córtex pré-frontal podem estar associadas ao comportamento impulsivo” (p. 41).

Janela 2: (E. 6) “Exames de condenados que mataram friamente mostraram funcionamento aparentemente normal de seus cérebros”. (p.42)

Boxe 2: (E. 7) “Testosterona acumulada” (p. 42).

Boxe 3: (E. 8) “O cérebro no banco dos réus” (p. 43).

Janela 3: (E. 9) “Quem sofreu maus tratos e negligência na infância tem diminuição dos níveis de serotonina” (p. 44).

Boxe 4: (E. 10) “Prevenção possível”.

¹³² Ver nota acima.

¹³³ E = enunciado.

De antemão, os enunciados Es. 1, 2, 5, 8 e 9 estão em relação de paráfrase, pois pertencem basicamente à uma formação cerebrista, que vem *reafirmar* os pressupostos neurocientíficos. O E. 3 é afetado por um contraditório: “mas é a combinação de fatores neurológicos e psicossociais que costuma ser perigosa”, para qual se pode complementar “e não só as tendências cerebrais”. O mesmo acontece com E. 6 devido à contraprova. E. 4 só pode ser compreendido dentro do contexto discursivo da revista: o impulso é cerebral, portanto, há também uma relação parafrástica. E. 7 aparece como discurso transversal proveniente da bioquímica, a própria base de sustentação das neurociências.

O E. 10 não é em si mesmo compreensível: mas a leitura mostra que ali é dominante uma formação discursiva contraditória à maioria dos enunciados destacados na reportagem. Em outras palavras, havia dados o suficiente para um maior equilíbrio entre as explicações sobre violência. O título, no entanto, já apontava a forma como a reportagem seria conduzida: a neurobiologia daria o tom em vermelho à explicação da violência.

Na edição 161, o título chama atenção por si mesmo: “Descoberta a chave do aprendizado, empatia e cultura: Neurônios Espelhos”, que serve como enunciado de base para aqueles que vão ser materializados nos títulos internos, dispostos a atender respectivamente cada uma das três possibilidades:

E. 12. (aprendizagem) “Reflexo revelador: Os neurônios-espelho estão possibilitando *descobertas incríveis sobre tudo*, desde como *aprendemos* a andar até como nos identificamos com os outros”.

E. 13. (Empatia) “Imitamos mentalmente cada ação que presenciamos, o que nos permite dançar ou *sofrer com os outros*”.

E. 14. (Cultura) “Sistemas complexos de neurônios-espelhos podem ter impulsionado as culturas humanas mais avançadas”.

Nos quatro enunciados a ilusão de completude: E 11. *Descoberta a chave* E.12 *sobre tudo*, E.13. *cada ação* e E..14. *as culturas humanas*.

“Descoberta a chave” remete a um trabalho sobre a memória, a um vazio de entendimentos prévios sobre cada uma destas questões “trancadas” no desconhecimento. De alguma maneira, o discurso midiático re-diagrama a memória, e aponta para o futuro possível, e promissor, desde que dentro da esfera do todo-saber neurocientífico. Mas o

efeito de “grande descoberta” é propriamente midiático, remete ao dizível do jornalismo de ciência, quando fala em *descobertas da ciência*, que deixam de depender de um processo de pesquisa e passam a ser enunciado como geradoras de fatos consumados.

Sobre a diagramação da memória, ainda temos a escolha de precursores, que tramam um progresso – e não processo – linear e evolutivo. Na Edição 148, da Viver, a matéria da página 88 é intitulada “Leonardo da Vinci, Neurocientista”. A apresentação segue: “Há cinco séculos, o artista-engenheiro passou à frente de seus contemporâneos ao desenvolver um estudo mais científico do cérebro”.

De lá para cá, as neurociências não pararam de evoluir, na correnteza natural do progresso científico, chancelado pelos grandes gênios, como da Vinci. Bem vendida ao público, numa reportagem certamente não encomendada nem produzida por neurocientistas, esta face pública dos neurodiscursos acaba por remeter a técnicas publicitárias e de marketing poderosos.

Essa é outra questão a ser acrescentada em nossa análise. a relação entre ciência e mídia também passa pela dominante lógica publicitária dos meios de comunicação. Na funcionalidade do estético, que é típica dos meios, a ciência é perpassada por um operador heterogêneo: o discurso jornalístico com “cuidados” publicitários – adequação ao auditório, efeito de encantamento, persuasão estética – que vão tornar mais palatáveis as informações por vezes árduas para o leitor comum. Entram em jogo aqui a realidade do interdiscurso, na esfera da intertextualidade, especificamente, as intro-remissões entre a imagem publicitária, a imagem jornalística e a imagem diagnóstica da ciência.

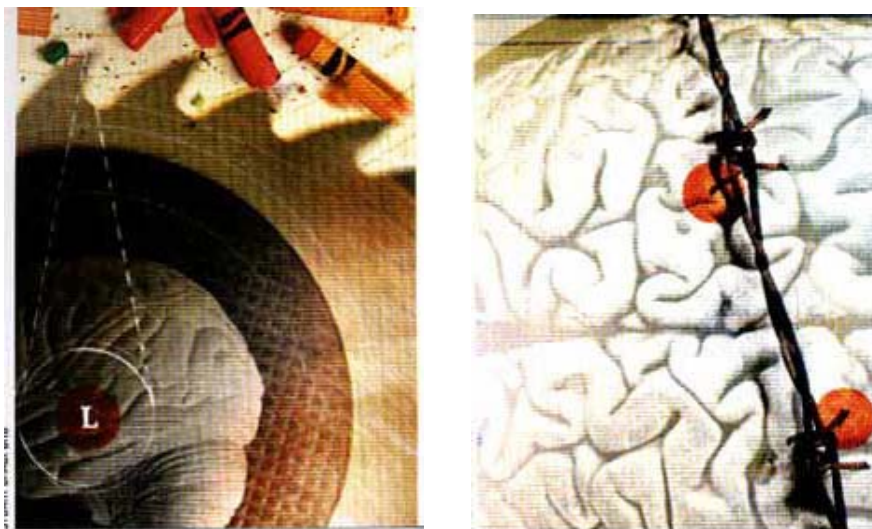
A relação da publicidade com o jornalismo é bem mais antiga do que se imagina. Não somente pelo fato de fazerem parte do mesmo arsenal midiático. Em meados do século XIX, o jornalismo passava de uma fase mais opinativa, que privilegiava artigos de fundo, para outra mais informativa e de serviços. Surge, então, nos EUA, com a penny press, o hábito de se elaborar títulos chamativos. Isso vem a ser importado diretamente da publicidade, visto que, desde os anos 30, o jornalismo americano assumia com naturalidade a percepção de que “news is commodity”.

As novas tecnologias da informática fizeram com que, nas revistas, os títulos, antes sintagmas lingüísticos, começassem a ser trabalhados também como ícones de informação. Como na matéria abaixo da Scientif American Brasil (primeira edição):

**A pesquisa revela que os danos causados pelo
abuso não são simples PROBLEMA DE SOFTWARE,
passível de ser reparado por TERAPIA**

Esses realces em vermelho acabam por dialogar com o todo diagramado do artigo, de autoria de Martin Teicher, pesquisador de neurobiologia psiquiátrica. O artigo defende a tese de que problemas decorrentes de abuso sexual enfrentado por crianças na infância não se restringem à ordem psíquica. As seqüelas podem ser de ordem orgânica. A metáfora “problema de software” utilizada no próprio artigo é ressaltada no título acima, em contraposição a um possível *problema de hardware*, que são os danos físicos e orgânicos causados pela agressão. Também é realçada a palavra “terapia”, que estaria neste enunciado vinculado às curas de software, ou de programação lógica. Nos dois casos, no entanto, as metáforas são físicas: hardware é máquina, software é programação lógica, mas que tem como matéria prima última avanços e interrupções da luz.

No conjunto da matéria, são apresentadas imagens que levam à “materialidade” da questão, qual seja, a materialidade cerebral.



Os tons fortes entre preto, branco e vermelho repetem-se no título: preto e vermelho sobre o branco da página, gerando uma sincromia¹³⁴ entre texto e figura. A sincromia pode ser ilustrativa – ter como marca ser substituível – ou reafirmativa, para evitar o termo aqui *redundante*, que levaria a um termo caro às teorias da informação¹³⁵. Reafirmativa na medida em que estão em jogo dados de materialidade distintas que contribuem com o mesmo peso para o fortalecimento da paráfrase ou monossema. A ilustração, por sua vez, opera com pesos diferentes. Ora, aqui não pode se afirmar, em hipótese alguma, que *a imagem dos lobos cerebrais apenas ilustra* o que é dito. Ao contrário. Sem essa imagem não teríamos o mesmo sentido. Da mesma maneira não se pode tornar irrelevante o texto lingüístico: ele não acompanha a imagem, mas interage fortemente com ela. As cores escolhidas para os tipos *reafirmam* a *sincromia* que vai apontar para a evidência dos sentidos. Mas os sentidos que ressoam a partir deste texto lingüístico visual só nos parecem naturais se percebidos a partir da mesma posição dos enunciadores da revista: *se vencido o*

¹³⁴ O termo aparece originalmente na produção de animação *Synchromie/Synchromy*, de **Norman McLaren**. Canadá, 1971, onde a imagem que vemos é o som que ouvimos. Aqui utilizamos como operador conceitual para identificar não somente a edição de cores e letras, transformando o texto em material estético-visual, mas também o fato de que, nesta interrelação, a informação de ordem “científica” estará reprocessada com aquilo que é próprio aos neurodiscursos, isto é, a objetividade do mostrar como o próprio espetáculo.

¹³⁵ Sempre lembrando que, discursivamente, não faz sentido a definição de *informação* como “dado novo” e a *redundância* como “dados retomados”, que apontam evidentemente para a *finitude* ou *originalidade* do dizer.

efeito de captura – função do analista – o distanciamento necessário para a análise mostra que estaríamos diante de uma conjugação de nonsenses: não há porque letras vermelhas e pretas; não há motivos para que apareçam pedaços de cérebros que em si mesmo nada explicam o leitor. Nada os esclarece. A interpretação naturalizada na verdade se dá além e aquém do texto e da imagem: dá-se na ordem do neurodiscurso.

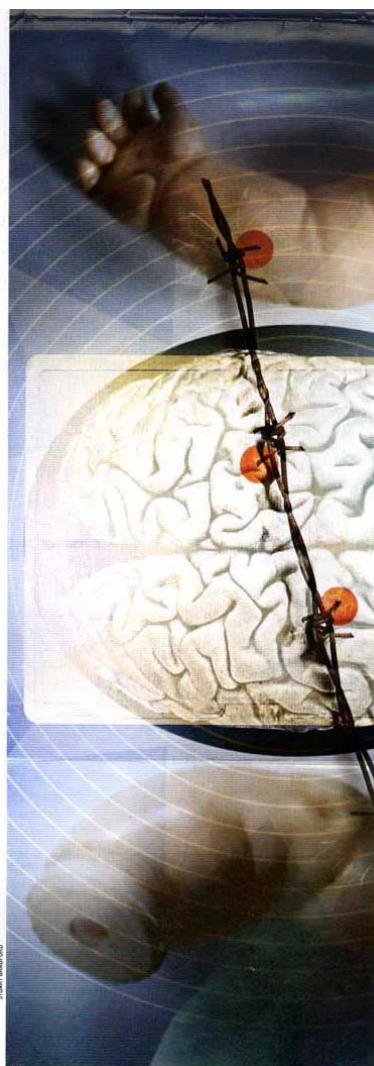
Feridas que não cicatrizam: a neurobiologia do abuso infantil

Maus tratos na infância
podem ter efeitos negativos
duradouros no desenvolvimento
e nas funções do cérebro

Martin H. Teicher

Em 1994, a polícia de Boston chocou-se ao descobrir um menino de quatro anos de idade, desnutrido e trancado num apartamento imundo de Roxbury, onde vivia em condições pavorosas. Pior, as mãozinhas da criança tinham sido horrivelmente queimadas. Soube-se que a mãe, viciada em drogas, tinha posto as mãos do menino sob a torneira de água fervente para castigá-lo por ter consumido a comida de seu namorado. A criança ferida não tivera nenhum tipo de assistência médica. A história perturbadora chegou rapidamente às manchetes. Adotado, o menino recebeu enxertos de pele para ajudar as mãos machucadas a recuperar suas funções. Mas, embora as feridas físicas da vítima tenham sido tratadas, descobertas recentes indicam que ferimentos infligidos a sua mente em desenvolvimento podem nunca cicatrizar de todo.

WWW.SCIAM.COM.BR



Neurodiscursos: a leitura e a escola

As teorias discursivas da leitura fizeram grandes avanços ao superar a noção de decodificação, próprio às teorias da informação e comunicação. O ato de leitura não é apenas um momento na cadeia de transmissão que começa num emissor e termina no receptor, levando uma mensagem relacionada a um referente, através de código e um canal. A leitura agora demanda uma formulação conceitual, mais complexa, que envolve tanto a produção de sentido do leitor, quanto a posição sujeito ocupada por cada leitor, e as formações discursivas que o atravessam. Ao falar de formações discursivas remetemos necessariamente às formações ideológicas, e às formações ou projeções imaginárias que o leitor faz diante do outro que enuncia. Tudo isso também tem a ver com as condições de arquivo, com o silenciamento de outros arquivos possíveis, e aqueles como materialização de uma memória, que se faz através do esquecimento de outras memórias possíveis.

A riqueza das considerações discursivas sobre a leitura se estende à questão de como se operam os gestos de interpretação, o funcionamento do efeito-leitor, a relação entre discurso e argumentação, como estratégias intradiscursivas e/ou textuais. Leitura, ainda, é um processo, cuja materialidade nem sempre é lingüística – temos leitura de imagens, por exemplo – e que, discursivamente, motiva uma conceituação rica de implicações empíricas e desdobramentos teóricos.

Tentaremos contribuir para a questão do efeito-leitor no caso dos neurodiscursos, principalmente, quando estão materializados em magazines. Isso nos levará a tratar a questão do gesto de interpretação, em dois conceitos diversos: a gesticulação discursiva e a gestualização discursiva, conceitos aqui propostos. Antes, no entanto, temos que repassar uma questão que implica a relação entre as identificações simbólicas – as identificações do sujeito numa formação discursiva dada, a sua própria constituição como sujeito de um discurso – e as identificações imaginárias, que é o lugar do nascimento da ilusão de unidade, de origem e transparência dos sentidos.

A percepção do *eu* é o funcionamento necessário e ilusório do imaginário que sugere uma integridade e completude do sujeito. O *eu*, lugar de ação do imaginário, deixa de ser percebido como nas psicologias do ego como o lugar da consciência para ser aquele de uma “ilusão de unidade”. Gostaríamos de ressaltar aqui o efeito produtivo do imaginário, na medida em que ele garante “a ilusão constitutiva” dos esquecimentos de sentido e sujeito. Se por um lado ele é o que impede de se ver que os sentidos não são transparentes e o sujeito não é origem do dizer, é ele também que permite que em última instância haja sentidos para o sujeito, e sujeito para o sentido – daí a expressão de Pêcheux que vê o imaginário como “corpo verbal”, na medida em que ele serve à incorporação. O imaginário é o registro-base que me faz reconhecer-me como um corpo integral, embora somente na imago constituída pela estruturação simbólica é que posso me desvencilhar de ser um eu-objeto – o estágio do espelho em Lacan, imediatamente anterior ao imaginário constituído, que na sociedade humana é já atravessado pelo simbólico. O imaginário sem a realização do simbólico não daria lugar à constituição do sujeito; mas o simbólico sem o registro imaginário desaguaria num estranho sujeito sem ego, um sujeito máquina, como nas metáforas estruturalistas.

É nessa intrincada relação entre imaginário/simbólico e discurso/ideologia que se encontra a partição entre psicanálise e a Análise de Discurso, visto que como sabemos o segundo par não interessa *stritu sensu* à psicanálise. Ao passo que os registros do simbólico e do imaginário na Análise de Discurso não podem ser dissociados das relações entre sentido e poder, em suma das questões referentes à ideologia. Mas é também aqui que são estabelecidas problemáticas interessantes para a questão da leitura, principalmente, em nosso caso, da leitura desses periódicos acima analisados.

Para começar, não podemos confundir imagem com o imaginário, a imagem sendo já uma realização simbólica – uma textualização – de formações discursivas¹³⁶. Em outras palavras, mesmo se a materialidade for dada pela imagem, o imaginário com ela não se confunde. Este adendo tem como consequência o fato de que o imaginário *não é mais dado à interpretação enquanto imaginário, mas segundo o simbólico que o recobre, mas que não*

¹³⁶ Partindo do pressuposto de que quando alguém reconhece uma marca visual qualquer como imagem, já percebe nela uma textualização, ou seja, a constituição de um *continuum* de sentidos, mesmo que não muito claro.

o esgota. O discurso cede as posições – de interpretação – para o sujeito, já o imaginário é parte de seu funcionamento – mecanismo ideológico – que atua captura do sujeito. É esta captura que permite à *ideologia interpelar* o indivíduo. Em síntese, o imaginário funciona, pela via da ideologia, como um mecanismo de apagamento do sentido outro, e, pela via do inconsciente, como um mecanismo de apagamento do outro-ser possível, garantindo ao sujeito sua ilusão de unidade.

O reflexo disso como questão para a leitura – e escrita – é fato: Pêcheux lembra, num contraponto a Benveniste, que numa teoria não subjetiva do sujeito a enunciação denuncia a presença do sujeito do inconsciente no discurso “consciente” – na evidência dos encadeamentos sintagmáticos; o que aponta para um significativo deslocamento em relação às teorias da enunciação tradicionais. As rupturas na cadeia significativa – na frase, na fala articulada, o aparecimento do chiste e do ato falho – ocasionadas pela emergência do inconsciente são rapidamente *corrigidas* pelo imaginário, condição da ilusão de completude diante de um sujeito dividido.

Condição também de busca de coerência – univocidade – de sentido, esta ação do imaginário reflete-se na formação de um efeito-leitor que garante a *linearidade* do que se lê, e no efeito-autor com a evidência de que não há outro que escreve o meu texto que não seja *eu*. A ação do analista entra justamente na ultrapassagem destes efeitos, em busca de outros sentidos possíveis, e que se estabelece por duas atitudes analíticas: (1) compreender esses mecanismos imaginários, para (2) encontrar os gestos de interpretação postos em jogo numa textualidade qualquer.

É óbvio, no entanto, que, sem o imaginário, não haveria nem a primeira individuação – a individuação do “eu” – graças à ilusão constitutiva do “eu unívoco”, nem a segunda, que, em nossa sociedade, “faz-me sujeito de uma forma-sujeito jurídica do capitalismo” – sujeito institucionalizado. Parece-me que há aí uma questão de gradação e não oposição binária: se as relações imaginárias forem “hipertrofiadas”, ocorrerá uma identificação imobilizante numa só formação discursiva¹³⁷.

¹³⁷ Muito sugestiva para isso é a auto-crítica de Pêcheux no artigo “l'étrange miroir de l'analyse de discours”, em que percebe a AD, em certo momento, *presa* na relação com o discurso político institucionalizado – “le porte parole légitimés” – de esquerda, aparentemente, à época, menos afetado pela alteridade.

Mas, por outro lado, se atrofiadas, teremos o problema, no primeiro caso, por exemplo, os despedaçamentos no psicótico – o Outro não barrado, o sujeito à deriva no interdiscurso – e, no segundo caso, o problema das degenerações jurídicas das sociedades atuais, quando há perda de institucionalidade: pode-se perguntar se, muito do problema da evasão escolar, afora questões materiais, não é também porque os mecanismos imaginários de adesão ao discurso escolar não funcionaram para o sujeito que evade – o que mostra que nesse caso não se constituiu um sujeito-aluno. Ao se desidentificar ou simplesmente não se identificar, ele se evade. E porque não funcionaram? Possivelmente, porque outros discursos foram mais eficientes, e contam com mecanismos imaginários mais ativos sobre aquela criança ou adolescente¹³⁸.

Quando falamos sobre discursos mais eficientes, lembramos, entre outros, exatamente dos discursos midiáticos, e o que pode ser uma associação interessante para a escola: associando mídia e escola, há um grande potencial de geração de identificação imaginária e simbólica – discursiva – para o aluno. É um dos discursos dominantes, por isso mesmo de relativa facilidade de adesão. *Mas não se pode esquecer jamais que a relação entre formações discursivas e imaginárias, sendo necessária, pode ser problemática.*

Só há relação com o objeto mídia se houver as duas identificações: simbólico-discursiva e imaginária. O efeito de captura se dá na intensificação da relação imaginária que o leitor estabelece com essa: condição necessária, da parte da recepção, para o efeito de evidência. Um dos problemas das teorias da comunicação, é que ora se estabeleceu um sujeito-leitor preso ao imaginário – pensamos na primeira fase da Escola de Frankfurt, com Adorno – ora um sujeito-leitor que se auto-bastava, e aí pensamos em teorias da recepção, que quase proclamam um sujeito livre. Possivelmente, num caso, teríamos uma atitude pedagógica de barrar a entrada da mídia na escola; no outro, uma atitude complacente diante do produto de comunicação. Discursivamente, podemos entender que a leitura das revistas tem a ver com a auto-identificação ou não do sujeito-leitor com aquelas

¹³⁸ Aqui fica evidente a anterioridade histórica do discursivo sobre o imaginário, mas que, por efeito de argumento teórico, é visto como posteridade lógica.

formações discursivas ali materializadas, e isso não dá por determinação a priori. Mas tem a ver também com a relação de dominância entre discursos.

Neste momento, os neurodiscursos se consolidam como uma fantasia de todo-saber. Está em relação de dominância com outros discursos críticos, mesmo que a acerca da própria ciência, ou na própria ciência¹³⁹. Mas consideremos um pouco mais a ação do imaginário no interdiscurso.

As linguagens técnico-informacionais, que se apresentam como o ápice de uma linguagem desprovida de imaginário, parece ser o desejo para sempre adiado da ciência, e que encontram sua mais perfeita tradução no logicismo: ascensão semântica, puro jogo significativo, onde a verdade resume-se a uma combinatória – como nas tabelas de verdade de Wittgenstein – e que se materializa discursivamente na pura expressão informacional – transmissão de dados.

Mas estas mesmas linguagens são reincorporadas por um imaginário não científico – aquilo que a ciência rejeita como realidade científica - quando perpassam a civilização midiática. Há um deslocamento visível entre o ideal de uma certa ciência – pura e formalizada - e seu teste de realidade. O que remeteria a um sujeito lógico e universal, sujeito óbvio do logicismo, do funcionalismo e do estruturalismo de qualquer estirpe, embora encontre ressonâncias nas posições sujeito do sujeito-leitor, vai ser refratado na própria realidade do meio, num retorno do imaginário não científico.

A questão é saber, no entanto, em que medida esse retorno do imaginário não contribui para a identificação simbólica sob uma ciência do todo-poder, justamente porque silencia as relações econômicas e políticas, tão ressaltadas acima.

Nesse caso, o imaginário não científico retorna para obturar a falha do simbólico: atravessada fortemente pelo imaginário, a mídia vem obturar as fendas do discurso científico. “Naquilo que ele não dá conta, eu fantasio” – e a fantasia é de totalidade, de fechamento, de complementariedade.

¹³⁹ Como vimos, o debate nas neurociências é incessante, contraditório, por vezes mesmo plural, dentro, no entanto, da condição do estatuto do sujeito na equação mente = cérebro.

Diante de uma revista com informações científicas, a atribuição de verdade vem do discurso, mas também vem da fantasia que elas motivam. Fantasia – sempre social, nunca individual – que compõe o processo de identificação que o leitor possa ter com aquela mensagem, e que o faz ser aderir ou não à sua verdade. Talvez seja esse o ponto nevrálgico da ação da mídia sobre o discurso da ciência e, nosso caso específico, da fundação de um neurodiscurso – que confere uma complementariedade fantasmática às neurociências. Na cobertura da mídia de uma ciência tão positiva quanto a neurociência, a mídia ajuda a capturar o que a ciência médica outrora falhou em tamponar – a sua possibilidade de tudo saber. A identificação simbólica se alia a uma identificação imaginária, de proveniência mítica moderna – o todo saber do cientismo – e o efeito leitor se realiza na leitura como sintoma e fantasia de totalidade.

Os magazines de divulgação científica podem ser um poderoso instrumento de adesão da criança ao discurso pedagógico, que sofre tantas concorrências no mundo atual. É preciso apenas disponibilizar para os leitores comuns e, em particular para o aluno, a ciência com seus contraditórios, com suas condições de produção. Isso passa a ser um desafio para todos realmente preocupados com a educação científica. Só assim é possível abrir-se a possibilidade de que não tenhamos somente gesticulações, mas também gestualizações discursivas. Visto que, quando não há discursos concorrentes dentro de um certo campo, ali não haverá polissemia.

Esta é uma condição para termos, no futuro, leitores que não se satisfaçam somente em achar belas as imagens de um *brain scanner*, nem acreditem que estão diante de um saber-doutrina, sem falhas. Sem história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como conclusão geral, podemos perceber que a formação de um complexo médico-midiático se apresenta como a condição geral de constituição de formações discursivas que re-caracterizam tanto o discurso médico em sua história de evolução bioquímica, quanto o discurso midiático, que se apresenta agora como da ordem do saber. Os meios de comunicação, e em especial o jornalismo, em sua fase político-literária, deixava às academias e aos acadêmicos o lugar da informação de porte científico. Hoje, embora não se pode dizer que haja inversão de lugares, pode-se afirmar que o jornalismo já se mostra capaz de estabelecer um outro saber que torna o saber científico peça de sua engrenagem. Isso também acontece em outros campos. Interessou-nos particularmente o caso do tratamento dado às neurociências – como definidora do estatuto do sujeito, mas um sujeito atravessado, a todo o momento, pelo imaginário do espetáculo do todo-saber.

Isso leva a uma transformação peculiar se comparado à entrada da medicina ou, mais extensivamente, do campo biomédico na esfera do político, durante o século XIX: assiste-se à sua entrada no campo midiático, o que tem efeitos importantes nas relações intra e extra-institucionais, além de culturais-subjetivas, o que envolve a formação de identidades do sujeito – médico – com o outro, do sujeito – paciente – com seu corpo. Isso efetivamente promove novas posições e por isso dissemos acima que assistíamos ao nascimento de uma nova posição sujeito, alimentada incessantemente pelos neurodiscursos midiáticos.

O complexo médico-midiático em sua articulação com o complexo médico-financeiro e industrial é operado, como vimos, internamente, através da midiatização

procedural e, externamente, como mediação pública dos saberes médicos, através de magazines de divulgação científica, em qualquer que seja o suporte. Esta operação abre caminho para o desdobramento de uma consequência importante: a mediação procedural e pública são coextensivas, isto é, compõem uma interdiscursividade que penetra e rearticula em novas direções os discursos científicos tradicionais. E os neurodiscursos cabem nesse fenômeno de forma bastante significativa.

Como mídia pública, uma revista ilustrada se, por um lado, condiciona a formulação dos discursos – sua textualização –, por outro, ela, em sua materialidade, já é efeito de um apelo pela imagem própria e pelo espetáculo. Daí que se deve compreender o espetáculo como efeito discursivo e não como um certo fenômeno imanente à materialidade semiótica. Ele se dá nessa materialidade, nessa objectualidade, mas não nasce nele. O espetáculo da objectividade científica, dada a ver, nas telas dos *pets* dos laboratórios de diagnóstico é coextensivo à objectualidade do espetáculo presente em magazines científicas, dos programas televisivos com imagens belissimamente iluminadas, por *sites* bem formulados.

Mas a pergunta sobre o estatuto do sujeito que compõem nossa conclusão específica persiste: diante desse quadro, que formações discursivas, e que posições-sujeito emergem? Da parte dos médicos, tradicionalmente inseridos na posição-sujeito da razão, desde o nascimento da medicina de balcão, e não do “assistente” próprio ao nascimento da clínica, é possível que se estabeleça o lugar resultante da confluência das formações discursivas informacionais, daquelas advindas do discurso midiático, e de sua íntima relação com as condicionantes de uma sociedade de mercado. É evidente que todas as séries históricas que implicam numa especificidade profissional devem ser consideradas, mas como fator e não causa única. É a confluência dessas séries e filiações que nos permite dizer que pode estar surgindo uma posição-sujeito nova para o indivíduo médico, principalmente naquelas especialidades diretamente afetadas – e não são poucas – pelo apelo da informação, comunicação e mercado.

O neurocientista, arriscamos, pode estar definitivamente afetado pelos neurodiscursos. Compreendemos evidentemente que tal afirmação ainda hipotética devesse num trabalho futuro passar pelo teste da realidade, com um trabalho de campo. Mas foge ao

nosso empenho nesse momento esta necessidade metodológica para efetuar uma afirmação conforme a de cima.

Perguntamo-nos pelo estatuto do sujeito, sua posição, do sujeito jornalista, este que opera com a especialidade ciência: como profissional do mundo midiático, sempre a academia o colocou na esfera do senso comum, ou da função ponte entre o *expert* e o leigo. Sem perceberem, no entanto, que ao agir sobre o discurso médico, o discurso midiático – jornalístico, em especial – resulta no que parece ultrapassar a função precedente: antes de participar a transmissão do saber à sociedade, é próprio ao jornalista destas revistas analisadas – e aqui considero o corpo jornalístico como um todo, e não somente aquele que escreve a matéria, toda a equipe editorial, mais precisamente – embalar o produto transformando-o. Os efeitos de sentidos de um artigo científico veiculado com todo o artifício da midiaticização não são os mesmos se lidos ou ouvidos diretamente nos congressos especializados.

Há o encantamento e a luminosidade que não são em si mesmas conteúdo, mas antes produtores de sentidos.

A posição-sujeito do discurso jornalístico sobre as neurociências se institui numa relação assimétrica à posição do biomédico, assimetria que, no entanto, não desfaz a profissão de fé na interpretação cerebrista. Ela corresponde propriamente ao sujeito principal dos neurodiscursos. Esta assimetria é parafrástica em relação a esse específico. Mas ela se dá porque as formações discursivas – desta mídia e desta ciência – são histórico-divergentes: compartilham da mesma materialidade – o espetáculo da objetividade a que o biomédico adere – mas de histórias – séries e filiações – facilmente discerníveis.

O sujeito-objeto, a interpretação do homem, nos mostra a convergência de discursos cognitivo-informacionais e neurobiológicos, o que alia organicismo ao novo positivismo informacional: é a conjugação do homem-máquina com o homem orgânico, duas metáforas que ajudam a explicar o mecanicismo e o vitalismo, formações discursivas antes distintas, que acaba por constituir polissemias duplamente convergentes – suas histórias estão convergindo, suas materialidades estão se unificando; convergências, desde que não entendamos o cerebrismo e o cognitivismo como ainda compondo “lugares de interpretação” distintos.

Por fim, uma questão disciplinar ou meta-analítica.

Se um tema é produtivo pelas questões que suscita, diremos que a problematização dos discursos científicos na mídia nos levou a uma hipótese – a existência dos neurodiscursos – que retroalimenta questões para a própria disciplina em que estamos inseridos. Enfim, a partir daí poderíamos apreender qual o lugar próprio da AD no quadro geral das epistemologias, e como ser analista é antes ter uma posição específica – mas contributiva – em relação a outras abordagens. Isso dentro de uma presunção mais geral. Especificamente, defendemos que a AD também tem o seu lugar dentro do campo do que se chama Humanidades Médicas, ao lado das teorias sócio-antropológicas – visto que faltaria, sem a AD, às H.M a problematização dos discursos, em seus dizeres, em seus não ditos, assim como da constituição de memórias e arquivos. Isso porque, por acatar a heterogeneidade de seus objetos, consegue pôr sob investigação a complexidade de atravessamentos discursivos.

Um dos objetivos desta tese será cumprido se os leitores se convencerem de que a AD tem um papel contributivo a desempenhar dentro deste campo de saberes, trazendo um gesto – nesse caso, gestualização, uma das hipóteses conceituais de trabalho – próprio de interpretação. E é aí que entra o aspecto projetivo mais definidor: a AD funciona diante do objeto, mesmo quando esse não é a ciência como tal, como epistemologia crítica, porque transcende a busca da verdade, não descuidando, no entanto, do perigo constante de constituir-se como uma meta-verdade, que seria o próprio momento de seu paroxismo e de sua morte.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, T. & HORKHEIMER, K. *A Indústria Cultural: O Iluminismo como mistificação de Massa*. in: COSTA-LIMA, Luis (org.) *Teoria da Cultura de Massa*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2000.
- AMARAL, L. *A objetividade jornalística*. Porto Alegre, RS: Sagra DC-Luzatto, 1996.
- ANDRIEU, Bernard. “Les theories materialistes de l’esprit dans les neurosciences”, in Jen-Noël Missa (Org.) *Matière pensante. Études historiques sur les conceptions matérialistes en philosophie de l’esprit*, Paris : Vrin, 1999.
- ASHBROOK, James B. *Interfacing religion and the neurosciences; a review of twenty-five years of exploration and reflection*. Zygon, Chicago, EUA: Blackwell Publishing, 1996.
- AUROUX, Sylvain. *A filosofia da linguagem*. Campinas, SP: Ed. Unicamp. 2001.
- BACHELARD, Gaston. *A filosofia do não*. Col. Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978 a.
- BACHELARD, Gaston. *O novo espírito científico*. Col. Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978 b.
- BANNET, Eve Taylor. *Structuralism and the logic of dissent*. Barthes, Derrida, Foucault, Lacan. Chicago: University of Illinois Press, 1989.
- BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 1981.
- BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- BAUDRILLARD, Jean. *Significação da Publicidade* In: COSTA-LIMA, Luis (org.) *Teoria da Cultura de Massa*. Ed. Paz e Terra. SP 2000
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. São Paulo: Jorge Zahar ed., 2001.

- BEAULIEU, Anne (2002), "Images Are Not the (Only) Truth: Brain Mapping, Visual Knowledge, and Iconoclasm", *Science, technology & Human Values*, vol. 27, No.1.
- BELTRÃO, Luiz. *A imprensa informativa - Técnica da notícia e da reportagem no jornal diário*. São Paulo: Folco Masucci, 1969
- BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980
- BELTRÃO, Luiz. *O Jornalismo interpretativo: filosofia e técnica*. Porto Alegre: Sulina, 1976
- BENJAMIN, Walter. "A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica", in: Costa-Lima, Luiz. *Teoria da cultura de massa*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- BERMAN, Marshall. São Paulo: *Tudo que é sólido desmancha no ar – A aventura da Modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BIAGIOLI, M., *Galileo courtier: the practice of science in the culture of absolutism*. Chicago: Chicago University press, 1993.
- BIRD, S. E. e DARDENNE, R. W. "Mito, Registo e 'Estórias': Explorando as Qualidades Narrativas das Notícias", in: TRAQUINA, N. (org.) *Jornalismo: Questões, teorias e "Estórias"* Col. Comunicação & Linguagens. Lisboa: Ed. Vegas, 1988.
- BIRMAN, J. *Entre o Cuidado e o Saber de Si: Foucault e a Psicanálise*. 1. ed. Rio de Janeiro: Rêlume Dumará, 2000.
- BIRMAN, J. *Mal estar na atualidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BLANK, Robert. *Brain Policy. How neurosciences will change our lives and our politics*, Washington, D.C.: Georgetown University Press, 1999.
- BOAS, Sérgio Vilas. *O estilo Magazine*. São Paulo: Ed. Summus, 1996.
- BOGOMOLOV, A S. *A filosofia Americana no Século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- BRONNER, Stephen Eric. *Da teoria crítica e seus teóricos*. Campinas, SP: Papirus Ed, 1997.
- BUENO, Wilson da Costa. *Jornalismo Científico no Brasil: os compromissos de uma prática dependente*. Tese de doutoramento. São Paulo: ECA/USP, 1984.
- BURKETT, Warren. *Jornalismo Científico; como escrever sobre ciência, medicina e alta tecnologia para os meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.
- CAMPBELL, Richard. *60 Minutes and the News: a Mythology for Middle America*. Urbana and Chicago: University of Chicago Press, 1991.

- CAMPILONGO, Maria Assunta. *A noção de sujeito em Michel Foucault. Educação, Subjetividade e Poder*, Porto Alegre/PPGPSI/UFRGS, v. 7, 1999.
- CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2000.
- CAREY, J. W. "Why and How: The Continent of American Journalism", in MANOFF, R K. & SCHUDSON, M.. *Reading the News*,. New York: Panteon Books, 1986.
- CAVALLO, Guglielmo e CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*. Vol. 2. São Paulo: Ed. Ática, 1999.
- CHAVES, Célia. "O conhecimento sobre jornalismo científico: análise das tendências evidenciadas pela literatura acadêmica brasileira", in GUIMARÃES, Eduardo (org). *Produção e Circulação do Conhecimento. Estado, Mídia, Sociedade*. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- CLARKE, Edwin e JACYNA, L. S. *Nineteenth Century Origins of Neuroscientific Concepts*, Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1987.
- COIMBRA, O. *O texto da Reportagem Impressa: Um Curso Sobre Sua Estrutura*. São Paulo: Ed. Ática. 1993.
- CONOLLY, William E. *Neuropolitics: Thinking, culture, speed*, Minneapolis and London: University of Minnesota Press, 2002.
- CORACINI, M. J. *Um fazer persuasivo: O Discurso Subjetivo da Ciência*. Pontes/Educ. Campinas, SP: Pontes/Educ, 1991.
- COSTA-LIMA, Luiz (org.) *Teorias da Comunicação de Massa*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- COURTINE, Jean Jacques. "Os deslizamentos do espetáculo político", in GREGOLIN, Maria do Rosário (org). *Discurso e mídia, a cultura do espetáculo*. São Paulo: Claraluz, 2003.
- CROSLAND, M. P. *The development of a professional career in science in France*. Minerva, Spring, 1975.
- D'AQUILI, Eugene G. e NEWBERG, Andrew. *The mystical mind, probing the biology of religious experience*. Minneapolis, EUA: Fortress Press, 1999.
- DAHLGREN, P. "Introduction", in DAHLGREN, P. & SPARKS, Colin. *Journalism and popular culture*. London: Sage, 1992.
- DAMÁSIO, António R.. *O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro*. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1996.
- DANIELS, George H. "The Process of Professionalization in American Science: The Emergent Period 1820-1860" *Isis*, LVIII (1967).

- DARNTON, Robert. *O lado oculto da Revolução, Mesmer e o final do Iluminismo na França*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1983.
- DAVIDSON, Richard J. "Alterations in Brain and Immune Function Produced by mindfulness meditation", in *Psychosomatic Medicine* 65:564-570. Wiscosin, EUA: Lippincott Williams & Wilkins, 2003.
- DAWKINS, Richard. *O gene egoísta*, São Paulo: Ed. Italiana e Edusp, 1979.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DeFLEUR, Melvin e BALL-ROKEACH, Sandra. *Teorias da Comunicação de Massa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- DELEUZE, Gilles. *A lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- DUMIT, Joseph. *Picturing Personhood. Brain Scans and Biomedical Identity*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2004.
- ECO, Umberto *Apocalípticos e Integrados*. Col. Debates. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1987.
- ERBOLATO, M. *Técnicas de Codificação em jornalismo*. São Paulo: Ática, 1991
- ETTEMA, James S. & GLASSER, Theodore. *Custodians of Conscience: Investigative Journalism and Public Virtue*. New York: Columbia University Press, 1998.
- FEYERABEND, Paul. *Contra o método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- FOUCAULT, Michel. "Lacan, o 'Libertador' da Psicanálise" (1981). *Ditos e Escritos*. Vol. I. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *A Hermenêutica do Sujeito*. São Paulo: Martins Fontes. 2004.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método II. Complementos e índice*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2002.
- GADET, Françoise e PECHEUX, Michel. *A língua inatingível. O discurso na história da lingüística*. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan (orgs). *Teoria Social Hoje*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.
- GOULD, Stephen Jay. *The Mismeasure of Man*. New York, London: W.W.Norton & Company, Inc, 1981.

- GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). *Foucault e Pêcheux, na análise do discurso – diálogos e duelos*. São Carlos, SP. : Editora Claraluz, 2004.
- GUIMARÃES, Eduardo. “A ciência entre as políticas científicas e a mídia”, in GUIMARÃES, Eduardo (org). *Produção e Circulação do Conhecimento. Estado, Mídia, Sociedade*. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- GUIMARÃES, Eduardo. “O Acontecimento para a grande mídia e a divulgação científica”, in: GUIMARÃES, Eduardo (org). *Produção e Circulação do Conhecimento. Estado, Mídia, Sociedade*. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- HABERMAS, Jürgen. *La technique et la science comme “ideologie”*. França: Galimard, 2000.
- HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- HABERMAS, Jürgen. *A ética da discussão e a questão da verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- HACKETT, Robert A. “Declínio de um Paradigma: A Parcialidade e a Objectividade nos Estudos dos Media Noticiosos”, in: TRAQUINA, N. (org.) *Jornalismo: Questões, teorias e “Estórias”* Col. Comunicação & Linguagens. Ed. Vegas. Lisboa, 1993.
- HAGNER, Michael “Skulls, Brains and Memorial Culture: On Cerebral Biographies of Scientists in the Nineteenth Century”, *Science in Context* 16 (1/2), pp. 195-218, 2003
- HAHN, Roger. “Scientific Careers in Eighteenth-Century France”, in: Maurice Crosland (Hg.): *The Emergence of Science in Western Europe*, pp.127–38. New York: Ed. Maurice Crosland. 1976.
- HALL, Stuart *A identidade cultural na pós-modernidade*. São Paulo: DP&A, 2003
- HARRINGTON, Anne, *Medicine, Mind and the Double Brain*, Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1987.
- HENRY, P. “Os fundamentos teóricos da ‘Análise Automática do Discurso’ de Michel Pêcheux (1969)”, in: GADET, F. e HAK, T. (org.) *Por uma análise automática do discurso: Uma introdução a Obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Pontes, 1993.
- HENRY, Paul. *A ferramenta imperfeita. Língua, sujeito e discurso*. Unicamp. Campinas, SP: ed. Unicamp, 1992.
- HONNETH, Axel. *A luta pelo reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- HORGAN, John, *A mente desconhecida. Por que a ciência não consegue replicar, medicar e explicar o cérebro humano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002
- HORGAN, John. *Rational Mysticism. Dispatches from the border between science and spirituality*. Boston and New York: Houghton Mifflin Company, 2003.

- HORKHEIMER, Max. “Teoria tradicional e teoria crítica”. Col. Pensadores. São Paulo: Abril, 1980.
- HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor. “Conceito de Iluminismo”. Col. Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1989.
- HUIZINGA, Johan. *O declínio da Idade Média*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.
- JAMESON, Fréderic. *Pós-modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ed. Ática, 1997.
- JAPIASSU, H. *A crise da razão e do saber objetivo. As ondas do Irracional*. São Paulo: Letras & Letras, 1996.
- KELNNER Douglas. *A cultura da mídia - Estudos Culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. SP: Edusc, 2001.
- KOYRÉ, Alexandre. *Do mundo fechado ao universo infinito*. Rio de Janeiro: Forense, 1976.
- KOYRÉ, Alexandre. *Estudos de História do Pensamento Filosófico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.
- KUHN, Thomas. “Lógica da descoberta ou psicologia da pesquisa”, in: LAKATOS, Imre & MUSGRAVE, Alan (eds.). *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo. Cultrix. 1979.
- KUHN, Thomas. *A tensão essencial*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- LACAN, Jacques. *O Averso da Psicanálise*. O seminário. Livro 17. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.
- LAGE, N. *Estrutura da Notícia*. Série Princípios. São Paulo: Ed. Ática. 1987
- LATOUR, B. & WOOLGAR, Steve. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1997.
- LECOURT, Dominique. *Para uma crítica da epistemologia*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1980.
- LIMA, Luis (org.) *Teoria da Cultura de Massa* Ed. Paz e Terra. SP 2000.
- LYOTARD, Jean-François. A condição pós-moderna. São Paulo: José Olympio, 1998.
- MACEDO, Mônica. *Comunicando saúde através do hipertexto – um estudo de caso*. in GUIMARÃES, Eduardo (org). *Produção e Circulação do Conhecimento*. Estado, Mídia, Sociedade. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- MAGEE, Brian. *As idéias de Popper*. São Paulo: Cultrix, 1979.
- MARCUSE, Herbert. “A arte na sociedade unidimensional” In: Costa-Lima, Luiz. *Teoria da cultura de massa*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

- Marques de Mello, José. *A opinião no jornalismo brasileiro*. 2ª. Ed. rev. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MEDEIROS, Roberto Pereira. *Ciência e Imprensa. A fusão a frio em jornais brasileiros*. Dissertação de mestrado. São Paulo: ECA/USP, 1996.
- MENDELSON, Everett. "The emergence of Science as a profession in Nineteenth-Century Europe", in HILL, Karl *The management of scientists*, Boston, Beacon Press, 1964.
- MILLER, Jacques-Alain. *Matemas I*. São Paulo: Jorge Zahar Ed., 1996.
- MUSGRAVE, Alan (eds.). *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Cultrix, 1979.
- NEWBERG, Andrew e D'AQUILI, Eugene. *Why God won't go away, Brain Science and the Biology of Belief*. New York: Ballantine Books, 2002.
- NOBRE, Marcos. *A teoria crítica*. SP: Jorge Zahar Ed., 2004.
- NUNES, José Horta. "Discurso de divulgação: A descoberta entre a ciência e a não-ciência", in GUIMARÃES, Eduardo (org). *Produção e Circulação do Conhecimento*. Estado, Mídia, Sociedade. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- OLIVEIRA, Fabíola de. *Jornalismo Científico*. São Paulo: Contexto, 2002.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. "Maio de 1968: Os silêncios da memória". In: ACHARD, Pierre (et al.). *Papel da Memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Interpretação. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Ed Vozes, 2001a.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e texto. Formulação e circulação de sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2001b.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. "Divulgação científica e efeito leitor: uma política social urbana", in GUIMARÃES, Eduardo (org). *Produção e Circulação do Conhecimento*. Estado, Mídia, Sociedade. Campinas, SP: Pontes, 2001 c.
- ORLANDI, Eni. Pulcinelli. *Análise de Discurso. Princípios e Procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2005.
- PASQUINELLI, Alberto. *Carnap e o positivismo lógico*. Lisboa: Edições 70, 1983.
- PÊCHEUX, Michel. *Ideologia e história da ciência*. In: PECHEUX, Michel E FICHANT, Michel. *Sur l'histoire des sciences*. Paris: Maspero, 1969.
- PÊCHEUX, Michel. "L'étrange miroir de l'analyse de discours". *Langages* 62. França: Larousse, 1981.

- PÊCHEUX, Michel, "Remontons de Foucault à Spinoza" (1977), in *L'Inquiétude du Discours*, Editions des Cendres, 1990.
- PÊCHEUX, Michel. e FUCHS, C. "A propósito da Análise automática do discurso: atualização e perspectivas". In: GADET, F. e HAK, T. (org.) *Por uma análise automática do discurso: Uma introdução a Obra de Michel Pêcheux*. 1993.
- PECHEUX, Michel. *Semântica e Discurso*. Campinas, SP: Ed. Unicamp. 1997 a.
- PECHEUX, Michel. "Só há causa daquilo que falha", in *Semântica e discurso*. Campinas, SP: Ed. Unicamp. 1997 b.
- PECHÊUX, Michel. *O Discurso, Estrutura e Acontecimento*. São Paulo: Pontes, 1997 c.
- PICKSTONE, John V. *Ways of Knowing. A new history of Science, Technology and Medicine*. Chicago, EUA: Univ. Chicago Press. 2001.
- PINTO, Milton J. *Comunicação e Discurso*. São Paulo: Hacker, 1999.
- POLISTCHUK, Ilana e TRINTA, Aluizio Ramos. *Teorias da Comunicação: o pensamento e a prática da Comunicação Social*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- POPPER, Karl. *A lógica da investigação científica*. Os pensadores. São Paulo: Abril, 1980 a.
- POPPER, Karl. *A sociedade aberta e seus inimigos*. Os pensadores. São Paulo: Abril, 1980 b.
- PORTOCARRERO, Vera. *Filosofia, história e sociologia das ciências*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2002.
- PUTNAM, Hilary. *Razão, Verdade e História*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.
- RORTY, Richard. *A mente com espelho da natureza*. Lisboa: Dom Quixote, 1988.
- RORTY, Richard. *Objetivismo, relativismo e verdade. Escritos Filosóficos I*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.
- ROSENBERG, Charles E. "The tyranny of diagnosis: specific entities and individual experience" in *The Milbank Quartely*, vol. 80, no 2., Oxford, UK. 2002.
- ROSSI, Paolo. *El nacimiento de la ciencia moderna en Europa* Barcelona: Crítica, 1998.
- SCHUDSON, Michael. *Discovering the News: a Social History of American Newspapers*. New York: Basic Books, 1978.
- SCHUDSON, M. "The Politics of Narrative Form: the Emergence of News Conventions in Print and Television". *Daedalus* 111 (4), p. 97-112. 1982
- SCHUDSON, M. "When: Dealines, Datelines, and History" In: MANOFF, R. K. & SCHUDSON, Michael. *Reading the news*. New York: Pantheon Books, 1987.
- SHAPIN, Steven, *A Revolução Científica*, Lisboa, Difel, 1999.

- SNOW, C.P. “As duas culturas”, in: *As duas culturas e uma segunda leitura*, São Paulo: Edusp, 1995.
- SODRÉ, M. (1996) *Reinventando a Cultura: A Comunicação e seus Produtos*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes. 1996.
- SOUZA, Pedro de. “O que se remonta de Espinosa em Pêcheux”, in INDURSKY, Freda et FERREIRA, Maria C. Leandro (orgs). Michel Pêcheux e a análise de discurso: uma relação de nunca acabar. São Paulo: Claraluz, 2005.
- SOUZA, Tania C. C. *Discurso e Imagem: perspectiva de análise do não verbal*. IACS- UFF. Niterói. 1998
- STAFFORD, Barbara Maria, *Good Looking. Essays on the Virtue of Images*, Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1996.
- THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: Uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001.
- THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo. Volume II. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Editora Insular, 2005.
- TUCHMAN, G. “Contanto ‘estórias’: Explorando as Qualidades Narrativas das Notícias” In: TRAQUINA, N. (org.) *Jornalismo: Questões, teorias e “Estórias”* Col. Comunicação & Linguagens. Lisboa: Ed. Vegas, 1993a.
- TUCHMAN, G. “Objectividade como Ritual Estratégico: Uma análise das Noções de Objectividade dos Jornalistas”, in: TRAQUINA, N. (org.) *Jornalismo: Questões, teorias e “Estórias”* Col. Comunicação & Linguagens. Lisboa: Ed. Vegas, 1993b.
- TWINE, Richard. “Physiognomy, Phrenology and the Temporality of the Body”, *Body & Society*, Vol.8 (1), pp. 67-88, 2002.
- UTTAL, William R. *The New Phrenology. The Limits of Localizing Cognitive Processes in the Brain*. Cambridge, Mass; and London: The MIT Press, 2001.
- VIANNA, Cid M. de Mello. “Estruturas do sistema de saúde: do complexo-médico industrial ao médico-financeiro” *Revista de Estudos em Saúde Coletiva*, 55. Rio de Janeiro: Uerj, IMS, 1993.
- WEAVER, P. H. “As notícias de Jornal e as Notícias de Televisão”, in: TRAQUINA, N. (org.) *Jornalismo: Questões, teorias e “Estórias”* Col. Comunicação & Linguagens. Lisboa: Ed. Vegas, 1993.

WIENER, Norbert. *Cibernética: O uso humano dos seres humanos*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1954.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. 6ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

ZIMMER, Carl. *A fantástica História do cérebro*, Rio de Janeiro: Campus, 2004.

PÁGINAS CONSULTADAS (com mês da última consulta).

HARVARD, University. The Whole Brain Atlas.

www.med.harvard.edu/AANLIB/home.html, dez. 2005.

COLORADO University. Center of Human Simulation.

www.uchsc.edu/sm/chs/overview/overview.html, nov. 2006.

WASHINGTON UNIVERSITY. Tutorial Neuroscience.

<http://thalamus.wustl.edu/course/>, nov. 2006.

NEUROGUIDES.COM. www.neuroguides.com, nov. 2006.

SMITH COLLEGE. Tutorial Sites for Learning Neurophysiology.

<http://www.science.smith.edu/departments/NeuroSci/courses/bio330/pedsites.html>, nov. 2006.

COLÔMBIA UNIVERSITY. Neuroscience Tutorial.

www.columbia.edu/cu/psychology/courses/1010/mangels/neuro/neurotutorial.html, nov. 2006.

IMAGINIS.COM. History of Medical Diagnosis and Diagnostic Imaging. www.imaginis.com, nov. 2006.

GENERAL ELETRIC. GE conclui a aquisição da Amersham. www.ge.com.br, jan. 2006.

ROVI PHARMACEUTICAL LABORATORY. Image Diagnosis, opening up new doors.

www.rovi.es, dez. 2005.

DEFFERRARI. Sem título. www.defferrari.com.br. dez. 2005.

Sony. Conceito da Sony medical imaging network: Objetivo de mercado.

www.sony.com/medical. dez.2005.